



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVII Nº 18, QUINTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2022



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)

1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Deputada Marília Arraes (PT-PE)

2ª Secretária

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º - Deputado Alexandre Leite (UNIÃO-SP)

4º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 14ª SESSÃO, SOLENE SEMIPRESENCIAL, EM 5 DE MAIO DE 2022

1.1 – ABERTURA	8
----------------------	---

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à promulgação de Emenda Constitucional nº 120/2022 (proveniente da Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2022 - nº 22/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>acrescenta os §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.</i>	8
---	---

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
--	---

1.2.2 – Leitura dos Autógrafos da Emenda Constitucional (Senador Weverton)	8
--	---

1.2.3 – Assinatura da Emenda Constitucional	8
---	---

1.2.4 – Promulgação da Emenda Constitucional	8
--	---

1.2.5 – Discurso do Presidente (Senador Rodrigo Pacheco)	9
--	---

1.2.6 – Oradores

Deputado Arthur Lira	10
----------------------------	----

Deputado Valtenir Pereira	10
---------------------------------	----

1.3 – ENCERRAMENTO	12
--------------------------	----

2 – ATA DA 15ª SESSÃO, SOLENE SEMIPRESENCIAL, EM 10 DE MAIO DE 2022

2.1 – ABERTURA	14
----------------------	----

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO



Destinada à Promulgação da Emenda Constitucional nº 121/2022, (proveniente da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2021), que <i>altera o inciso IV do § 2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.</i>	14
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	14
2.2.2 – Leitura dos Autógrafos da Emenda Constitucional (Deputado Marcos Pereira)	14
2.2.3 – Assinatura da Emenda Constitucional	14
2.2.4 – Promulgação da Emenda Constitucional	15
2.2.5 – Discurso do Presidente (Senador Rodrigo Pacheco)	15
2.2.6 – Oradores	
Deputado Marcelo Ramos	16
Deputado Rodrigo de Castro	17
Deputado Silvio Costa Filho	18
Deputado Marcos Pereira	19
Deputado Vitor Lippi	21
Deputado Daniel Freitas	22
2.3 – ENCERRAMENTO	22

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do PP no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 8/2022).	24
Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 8/2022).	25
Da Liderança do NOVO na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 17/2022).	26
Da Liderança do MDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 19/2022).	27
Da Liderança do REPUBLICANOS na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 25/2022).	28
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Ofício nº 57/2022).	29



Da Liderança do CIDADANIA na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 57/2022).	30
Da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 95/2022).	31
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 98/2022).	32
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício s/nº/2022).	33
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício s/nº/2022).	34
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício s/nº/2022).	35
3.1.2 – Emendas	
Nºs 1 a 271, apresentadas à Medida Provisória nº 1116/2022.	37
3.1.3 – Vetos	
Veto Total nº 20/2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1518/2021 (Mensagem nº 212/2022, do Presidente da República).	631
Veto Total nº 21/2022, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 141/2015 (Mensagem nº 213/2022, do Presidente da República).	659
Veto Total nº 22/2022, aposto ao Projeto de Lei nº 2753/2021 (Mensagem nº 214/2022, do Presidente da República).	665

PARTE III

4 – EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Nº 120/2022 (proveniente da Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2022), que <i>acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias</i>	671
Nº 121/2022 (proveniente da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2021), que <i>altera o inciso IV do § 2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021</i>	674
5 – COMISSÕES MISTAS	676
6 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	692
7 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS	693
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO	694



9 – COMPOSIÇÃO DA MESA	699
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	700
11 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	704



Ata da 14ª Sessão, Solene Semipresencial,
em 5 de maio de 2022

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 17 minutos e encerra-se às 16 horas e 45 minutos.)



ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) - Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 120, de 2022, que acrescenta os §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde — SUS, na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

O primeiro signatário da proposta foi o Deputado Federal Valtenir Pereira. Foram Relatores da proposta, na Câmara dos Deputados, o ex-Deputado Mauro Benevides e o ex-Deputado Raimundo Gomes de Matos, e, no Senado Federal, o Senador Fernando Collor de Melo.

Convido para compor a Mesa com esta Presidência o Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Arthur Lira, a quem saúdo de maneira especial; o Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal, o Senador Veneziano Vital do Rêgo; o 4º Secretário da Mesa do Senado Federal, o Senador Weverton; e o primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição, o Deputado Federal Valtenir Pereira.

Informo que estão presentes no plenário a Sra. Ilda Angélica Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, e o Sr. Luis Cláudio da Saúde, Presidente da Federação Nacional de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. *(Palmas.)*

Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) - Encontram-se sobre a mesa os autógrafos da emenda constitucional. Exemplares da emenda serão destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Exmo. Sr. Senador Weverton fará a leitura do autógrafo da emenda constitucional e, em seguida, proceder-se-á à sua assinatura.

O SR. WEVERTON (PDT - MA) - Passo à leitura do autógrafo.

Emenda Constitucional nº 120, de 2022.

Acrescenta os §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

Brasília, 5 de maio de 2022. (Íntegra da Emenda Constitucional nº 120/2022 - Vide Item 4 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) - Assino, neste momento, juntamente com o Exmo. Sr. Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, a Emenda Constitucional nº 120, de 2022.

(Procede-se à assinatura da Emenda Constitucional nº 120, de 2022.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) - Convido os demais membros presentes das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a aporem sua assinatura à emenda.

(Procede-se ao ato das assinaturas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) - Solicito aos presentes que se coloquem em posição de respeito.



Nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 120, de 2022. (*Palmas.*)

(Manifestação nas galerias: A união faz a Força! A união faz a força!)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, senhoras e senhores presentes no plenário do Senado Federal nesta Sessão Solene do Congresso Nacional, no dia 4 de maio de 2022, o Senado Federal aprovou, em caráter definitivo, a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2022, que tem por objetivo acrescentar os §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. A matéria teve início na Câmara dos Deputados, onde foi originalmente autuada como Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, tendo como primeiro signatário o competente Deputado Valtenir Pereira, aqui presente. Naquela Casa, teve sua análise iluminada pelos pareceres de dois brilhantes cearenses, os então Deputados Mauro Benevides e Raimundo Gomes de Matos, Relatores na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e na Comissão Especial, respectivamente.

No Senado Federal, autuada como Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2022, a matéria foi objeto de um bem alinhado relatório elaborado pelo ex-Presidente da República e Senador Fernando Collor de Mello, unanimemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, assim também pelo Plenário.

A promulgação desta emenda constitucional consagra algumas garantias básicas aos mais de 400 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias atualmente existentes em nosso País, profissionais cuja importância ficou ainda mais evidente no contexto da pandemia da COVID-19.

Não raramente, esses profissionais cumprem suas atividades sem as condições devidas, sem equipamentos ideais para o trabalho que executam. Muitas vezes, têm que se deslocar a comunidades mais afastadas, isoladas, algumas até perigosas, na atividade do dia a dia. É fundamental, então, que o Estado brasileiro consiga manter esses profissionais em seus postos de trabalho, recebendo vencimentos justos e condizentes com a importância vital de suas atribuições.

Além disso, é do conhecimento de todos o fato de que os investimentos em atendimento primário à saúde propiciam economia ao orçamento público, na medida em que reduzem gastos com o tratamento de doenças evitáveis.

Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 120, ora promulgada, reforça esse atendimento, consagrando algumas garantias remuneratórias aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, transferindo para a União a responsabilidade pelo pagamento de sua remuneração e exigindo dos demais entes subnacionais o pagamento das demais vantagens, incentivos, auxílios, gratificações ou indenizações.

Se o Brasil de fato almeja melhorar a qualidade da sua saúde pública e assim atingir as metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU, o Poder Legislativo não pode se omitir em garantir a valorização do trabalho dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Por fim, saúdo a todos os membros deste Congresso Nacional pelo trabalho desempenhado na aprovação desta emenda à Constituição. Em especial, reitero minhas saudações ao primeiro signatário da proposta, o Deputado Valtenir Pereira, com quem convivi na Câmara dos Deputados, na última legislatura, juntamente com o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Senador Weverton, o Deputado e Presidente Arthur Lira, todos nós, na última legislatura, compondo a Câmara dos Deputados. Saúdo também os Relatores da matéria na Câmara dos Deputados, os então Deputados Mauro Benevides e Raimundo Gomes de Matos, bem como o Relator no Senado Federal, o Senador Fernando Collor de Mello, e a colaboração de



todos os Senadores e Senadoras para a concretização de um sonho e de uma necessidade nacional com a promulgação desta emenda à Constituição.

Por fim, saúdo meus dois colegas de Mesa Diretora do Senado Federal, meu 1º Vice-Presidente do Senado, Senador Veneziano Vital do Rêgo, que presidiu a sessão do Senado que culminou com a aprovação desta PEC ora promulgada como emenda à Constituição; e o Senador Weverton, que lutou desde o primeiro momento para que houvesse essa evolução no Senado Federal, para que aqui hoje estivéssemos a promulgar esta emenda à Constituição.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Sr. Deputado Arthur Lira, Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

O SR. ARTHUR LIRA (PP - AL. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. e Srs. Parlamentares às Mesas das duas Casas do Congresso Nacional, quero saudar muito especialmente todos os agentes comunitários de saúde, a Ilda, o Luis Claudio, que lutaram muito naquela Casa de Deputados, na Câmara, junto com todos os Deputados, de maneira muito cordial, sempre muito respeitosa, daí a nossa consideração e o nosso respeito pela luta de todos vocês.

Nesta tarde para promulgar a Emenda Constitucional nº 120, que aperfeiçoa o regramento da Carta Magna atinente aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, duas categorias que prestam um serviço público relevante ao povo brasileiro, membros indispensáveis da estratégia de saúde da família e da estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental, os agentes comunitários e de combate às endemias são, na realidade, o elo final da engrenagem de atenção básica no País.

Mantendo contato permanente com a comunidade onde atuam, eles conhecem a realidade local desde dentro, conquistando a confiança de todos e fortalecendo o vínculo da população com a rede de saúde, sendo os responsáveis por atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, e outros por atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção também da saúde. Os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias há mais de 3 décadas reivindicam uma remuneração digna, melhores condições de trabalho e garantias como adicional de insalubridade.

Todos conhecemos a dedicação desses profissionais e os riscos aos quais estão expostos no trabalho fatigante que realizam em todos os lugares do País, lidando com condições adversas, que exigem coragem e determinação. Nada mais justo, portanto, que a atenção e o tratamento especial que passam a receber a partir de agora em nossa Carta Magna. Depois de muitos anos de luta e expectativa em torno da aprovação desta emenda, finalmente esses profissionais receberão a retribuição que merecem.

Aprovada com ampla maioria na Câmara dos Deputados e por unanimidade no Senado Federal, a promulgação da presente mudança no texto constitucional denota o pleno funcionamento do Parlamento, coração do regime democrático, e a sua permeabilidade às legítimas expectativas dos cidadãos, fontes de todo o poder da República.

Ao cumprir com responsabilidade suas atribuições constitucionais, a Câmara dos Deputados mantém-se firme no propósito de retribuir ao povo brasileiro a confiança que lhe é depositada pelas urnas.

A todos vocês, no dia de hoje, meus sinceros e orgulhosos parabéns pela luta grandiosa que tiveram dentro do Congresso Nacional.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) - Tenho a satisfação de passar a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Federal Valtenir Pereira, primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição.

V.Exa. pode ocupar a tribuna, caso queira, Deputado.

O SR. VALTENIR PEREIRA (MDB - MT. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sras. e



Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, esta sessão representa, para mim, a coroação da minha atividade parlamentar. Quero aqui aproveitar para agradecer ao Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, que recebeu a CONACS, e também a vários Deputados Federais, como o Deputado Hildo Rocha, a Deputada Carmen Zanotto, o Deputado Zé Neto e tantos outros que estiveram à frente desta luta, exatamente levando a demanda para pautar a PEC 22. Também tivemos a companhia do Senador Fernando Collor.

Também quero agradecer, aqui no Senado, ao Presidente Rodrigo Pacheco, que, de pronto, assim que chegou, já nos recebeu; recebeu a CONACS, através da Ilda Angélica Correia, e sua Diretoria, juntamente com o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Senador Weverton Rocha, e também o Senador Fernando Collor, que também esteve nesta agenda, discutindo a estratégia de tramitação da PEC 22, na Câmara, PEC 09 aqui no Senado. Quero fazer estes agradecimentos e estender este agradecimento a todo o Senado da República.

Chegou o grande dia, o fim da espera! Depois de 11 anos, finalmente promulgamos a emenda constitucional que faz justiça e confere dignidade aos 400 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias de todo o Brasil.

No momento em que protocolei a PEC, sabia que seria uma tarefa árdua, mas nunca pensei em desistir. Pelo contrário, a cada dificuldade que surgia, mais aumentava minha determinação para conquistar o apoio dos meus nobres pares e das Mesas Diretoras das duas Casas do Congresso Nacional para a aprovação da matéria que apresentei em 4 de maio de 2011. Foram exatos 11 anos de luta em defesa da categoria, profundamente merecedora desta significativa vitória.

Sabemos o quanto é difícil ver nossas ideias concretizadas em leis ao longo dos nossos mandatos. Uma emenda constitucional requer esforço ainda maior. Por isso, hoje o dia é de agradecimento e celebração, por ter uma emenda constitucional de minha autoria promulgada.

Sou grato aos meus colegas da Câmara dos Deputados que me ladearam na apresentação da PEC 22, de 2011, nos mais de 5 anos de luta para a criação da Comissão Especial que analisaria a proposta, e mais 5 anos de trabalho de convencimento para sua inclusão na pauta do Plenário. Foram muitos os que me apoiaram, e com eles compartilho essa vitória. Foram muitos.

No Senado, a tramitação foi rápida. Mesmo assim, não posso deixar de expressar meus sinceros agradecimentos aos Senadores e às Senadoras que compreenderam a importância do passo que estávamos dando em prol de todo o povo brasileiro.

A emenda que ora promulgamos corrige distorções que vêm se agravando desde 1991, quando foi criado o Programa de Agentes Comunitários de Saúde pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello, hoje Senador da República e Relator da PEC 22/11 — PEC 09/22 no Senado Federal.

Os recursos para o pagamento dos salários desses trabalhadores, agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias passam a estar consignados em dotação própria do Orçamento Geral da União e chegarão diretamente ao bolso de cada um deles, sem a possibilidade de desvio de finalidade ou confisco por Estados e Municípios.

Estamos assegurando dignidade a centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias, pois nenhum deles receberá, a partir de agora, menos de 2 salários mínimos. Eles ainda terão direito a adicional por insalubridade e concessão de aposentadoria especial em razão da natureza de suas atividades, que exigem esforço físico, subindo ladeiras e descendo morros, faça chuva ou faça sol.

O trabalho também os expõe a contato permanente com portadores de doenças infectocontagiosas e com vetores propagadores de doenças, além da manipulação de substâncias tóxicas, como larvicidas e inseticidas.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 120 é a garantia definitiva de que a atenção primária é o foco das políticas de saúde do Estado brasileiro. Sabemos que o atendimento primário é essencial para



que se evite a proliferação de várias doenças e o gasto com o tratamento de enfermidades graves.

A proteção e a valorização dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias são, pois, valiosos investimentos que fazemos para proporcionar bem-estar à população e indiscutível racionalidade à aplicação dos recursos públicos.

Encerro este pronunciamento agradecendo e parabenizando as duas categorias de trabalhadores: agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, aqui contempladas na Emenda Constitucional nº 120.

Estivemos juntos esses anos todos. Suas vozes e seus clamores foram, enfim, ouvidos! Estamos concluindo esta dura batalha de forma triunfal. A vitória que hoje celebramos servirá de estímulo para continuar lutando por outras causas, para as quais contarei com o apoio e a parceria dos Deputados e Senadores que estão no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

(Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) - Eu quero agradecer uma vez mais ao Deputado Valtenir Pereira, autor desta proposta, cumprimentá-lo, parabenizá-lo pelo êxito desta promulgação e agradecer a todos os senhores e a todas as senhoras que estão aqui nessa grande conquista, nessa grande vitória, que é de cada um dos senhores, da categoria de vocês.

Quero dizer o que o Senador Weverton me disse, ao me convencer a fazer a sessão de promulgação na data de hoje, meio no improviso, talvez privando outros Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que gostariam também de estar aqui, mas infelizmente não conseguiram se programar para vir, mas todos nós estamos compartilhando dessa grande conquista dos senhores e das senhoras. O Senador Weverton me disse que era importante fazer a sessão antes do domingo, porque será o Dia das Mães no próximo domingo, e era importante dar um presente às agentes que são mães. *(Palmas.)*

Então, fica o grande presente às mães, que ganham essa justíssima emenda à Constituição.

Registro a presença e agradeço a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que participaram desta sessão solene do Congresso Nacional. Agradeço também ao Presidente Davi Alcolumbre — bem lembrado pelo Senador Weverton —, que está aqui presente e é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. *(Palmas.)*

Os nossos reconhecimentos, Presidente Davi, pelo que V.Exa. fez para a aprovação dessa matéria na CCJ e do pedido que fez a esta Presidência para pautar no mesmo dia, como item extrapauta.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) - Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.)



Ata da 15ª Sessão, Solene Semipresencial,
em 10 de maio de 2022

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 54 minutos e encerra-se às 16 horas e 40 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda à Constituição nº 121, de 2022, que altera o inciso IV do § 2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

O primeiro signatário da proposta foi o nobre Deputado Rodrigo de Castro, do Estado de Minas Gerais, a quem saúdo.

Foram Relatores da proposta, na Câmara dos Deputados, o Deputado Silvio Costa Filho e o Deputado Vitor Lippi, a quem também saúdo.

No Senado Federal, a matéria foi relatada pelo ex-Senador, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União, Antonio Anastasia.

Convido para compor a Mesa com esta Presidência: o Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Mesa da Câmara dos Deputados, Deputado Marcelo Ramos; o Exmo. Sr. Deputado Rodrigo de Castro, primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição; o Exmo. Sr. Deputado Silvio Costa Filho, Relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados; o Exmo. Sr. Deputado Vitor Lippi, Relator da proposta na Comissão Especial na Câmara dos Deputados; o Exmo. Sr. Deputado Marcos Pereira, Presidente da Frente Parlamentar da Indústria Elétrica e Eletrônica. *(Pausa.)*

Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Registro as nobres presenças do Sr. Humberto Barbato Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica; de José Gontijo, Secretário de Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia; de Rosilda Prates, Presidente da Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação – P&D Brasil; de Edelweis Ritt, Presidente da Câmara Temática Semicondutores da P&D Brasil; de Mariangela Monfardini Biachi, Diretora Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores.

Encontram-se sobre a mesa os autógrafos da emenda constitucional.

Exemplares da emenda serão destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Exmo. Sr. Deputado Marcos Pereira fará a leitura do autógrafo da emenda constitucional.

O SR. MARCOS PEREIRA (REPUBLICANOS - SP. Sem revisão do orador.) – "Altera o inciso IV do §2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

Brasília, 10 de maio de 2022". **(Íntegra da Emenda Constitucional nº 121/2022 - Vide Item 4 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Agradeço ao Deputado Marcos Pereira.

Assino, neste momento, a Emenda Constitucional nº 121, de 2022.

(Procede-se à assinatura da emenda constitucional pelo Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Convido o nobre Deputado Marcelo Ramos, 1º Vice-Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados, no exercício da Presidência na Câmara dos Deputados, a apor sua assinatura à emenda.

(Procede-se à assinatura da emenda constitucional pelo Sr. Marcelo Ramos, 1º Vice-Presidente da Câmara



dos Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Solicito aos presentes que se coloquem em posição de respeito.

Nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 121, de 2022. (*Palmas.*)

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, autoridades que compõem a mesa de trabalhos desta sessão do Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2021, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2021, e pelo Senado Federal, em 9 de dezembro de 2021, resultado do esforço incansável deste Congresso Nacional em aperfeiçoar e prestigiar as políticas fiscais que contribuem para o desenvolvimento econômico e para a soberania do Brasil.

Com enorme apreço desta Presidência, no fiel desempenho de suas funções democráticas, merecem especial agradecimento: o meu conterrâneo e amigo Deputado Rodrigo de Castro, primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição; os Deputados Silvio Costa Filho e Vitor Lippi, Relatores da proposta na Câmara dos Deputados; e, no Senado Federal, o então Senador, mineiro, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União, Antonio Anastasia, que foi Relator da PEC; assim como os demais Parlamentares que contribuíram para a construção do texto final.

A aprovação da PEC 10, de 2021, traduz a relevância e o compromisso históricos assumidos por este Congresso Nacional com o desenvolvimento, a transformação e o progresso do Brasil, ao permitir a competitividade externa e interna e os investimentos necessários às indústrias de tecnologia da informação e comunicação e de semicondutores, empresas indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do nosso país. Isso porque o texto da presente emenda constitucional aperfeiçoa os importantes mecanismos de austeridade fiscal nascidos na Emenda Constitucional nº 109, de 2021. Ao passo que representou um momento histórico por permitir o necessário auxílio emergencial à população carente, aos mais afetados pelos reflexos da pandemia de covid-19, a Emenda Constitucional nº 109 também determinou a realização de uma política de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, devendo ser atingido o patamar máximo de 2% do PIB nos próximos oito anos. Ocorre que, atento às necessidades do Brasil, este Parlamento destacou certas ocorrências e setores da economia no Plano de Redução de Incentivos, preservando das metas de redução dos incentivos e benefícios fiscais situações em que eles se demonstram imprescindíveis e positivos ao progresso da nação.

Este é justamente o núcleo da PEC 10, de 2021: garantir a adequada e necessária política fiscal aos setores da tecnologia da informação e comunicação e de semicondutores, vértice dos resultados em pesquisa e desenvolvimento no país, que, com razão e agora com a força do texto constitucional, devem gozar de sistemática tributária particular à continuidade do desenvolvimento e do progresso tecnológico do Brasil.

E como não falar da preservação de milhares de postos de trabalho que garantem a renda e o sustento de famílias brasileiras – indago? Sem o novo texto, seria apagada a política nacional de apoio e incentivo ao setor da tecnologia da informação e comunicação, que tanto deu certo no Brasil nos últimos 30 anos, com o seu marco determinado pela Lei de Informática, recentemente revisitada e aperfeiçoada por este Legislativo (Lei nº 8.248, de 1991, alterada pela Lei 13.969, de 2019).

Com a nova emenda constitucional aprovada por este Congresso Nacional, o Brasil continua a cumprir o seu máximo e inafastável papel no apoio à pesquisa e ao desenvolvimento, fator essencial no desenvolvimento econômico e científico do país, em direção ao progresso da nossa nação. No seio deste mar constitucional, o Brasil, com destacado papel à moderna reforma da Lei de Informática realizada por este Parlamento em 2019, dá seguimento às mais avançadas políticas fiscais nos setores da tecnologia da



informação e da comunicação.

Não por outro motivo que, de acordo com a OCDE, o Brasil caminha ao lado de outros 45 países, incluindo-se Estados Unidos, Austrália, China, Chile e praticamente todos os membros da União Europeia, que promovem incentivos fiscais com contrapartidas em investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Portanto, vê-se, com esta PEC, além da manutenção de milhares de postos de trabalho, a salvaguarda contra o fechamento de empresas, a garantia do desenvolvimento e do progresso do Brasil, tutela imperativa e absoluta que cumpre o Congresso Nacional em atendimento às obrigações assumidas por todos nós Parlamentares com o povo brasileiro e com os entes federativos da República.

Tenho a certeza de que esta PEC ora promulgada representa a continuidade de um Brasil cada vez mais moderno e precursor do desenvolvimento econômico e tecnológico, indispensáveis à vida do brasileiro e à proteção da soberania nacional, fundamento da República.

Com destacado reconhecimento, saúdo, uma vez mais, todos os Parlamentares que contribuíram com esta valiosa medida legislativa constitucional, em especial os Deputados Rodrigo de Castro, do Estado de Minas Gerais, Silvio Costa Filho e Vitor Lippi, Relatores na Câmara dos Deputados, e também o ex-Senador da República Antonio Anastasia.

Que continuem o progresso e o desenvolvimento do Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A Presidência registra também a presença dos Exmos. Srs. Deputados que são a Deputada Carmen Zanotto, o Deputado Daniel Freitas, o Deputado Bilac Pinto, nosso dileto amigo e conterrâneo das Minas Gerais, e o Deputado Afonso Motta; e dos Senadores Jorge Kajuru e Jorginho Mello nesta sessão solene do Congresso Nacional.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Deputado Marcelo Ramos, 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Mesa da Câmara dos Deputados.

O SR. MARCELO RAMOS (PSD - AM. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senador Rodrigo Pacheco; Exmos. Srs. Deputados Rodrigo de Castro, Vitor Lippi, Marcos Pereira e Silvio Costa Filho; quero saudar também meus colegas Deputados que acompanham esta sessão, o Deputado Daniel Freitas, o Deputado Bilac Pinto e o Deputado Afonso Motta, e também o Senador Jorginho Mello e o Senador Jorge Kajuru. Senhoras e senhores, quero saudar a todos na pessoa do Presidente da Abinee, Barbato, que tem acompanhado todo este debate desde o início.

Sr. Presidente, eu tive a alegria oferecida pelo destino de estar no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados quando do início da tramitação desta PEC e de voltar para a promulgação desta PEC também ao exercício da Presidência, por conta da ausência do país do Presidente Arthur Lira, que deu todo o apoio para que esta PEC pudesse tramitar com a celeridade necessária.

Eu quero fazer alguns breves comentários, respeitando o tempo, lembrando que o Brasil é um país diverso e desigual do ponto de vista regional e do ponto de vista social e que o nosso desafio permanente é o desafio de buscar o mínimo de equilíbrio para diminuir essa perversa diversidade e essa perversa desigualdade regional e social que ainda atingem o nosso país. Esta PEC, fruto de um protagonismo e de uma quase obsessão do Deputado Marcos Pereira desde o início do debate da nova Lei de Informática após a condenação da OMC, é a expressão desse esforço por um equilíbrio federativo em nosso país.

É preciso resgatar, fazer um resgate histórico desta pauta para que nós não percamos a perspectiva de como nós chegamos até aqui, de onde estamos e dos compromissos que nós temos que reafirmar daqui para frente.

Esse debate se iniciou com a condenação da Organização Mundial do Comércio à Lei de Informática Nacional, a Lei 8.248, sem que fosse condenada a Lei de Informática da Zona Franca de Manaus, a Lei



8.387, e o compromisso, inclusive da bancada do Amazonas, da qual faço parte, para que o equilíbrio federativo fosse mantido e nenhuma das outras leis traísse a estabilidade das indústrias instaladas na Zona Franca ou fora da Zona Franca de Manaus. Mudamos, Deputado Marcos Pereira, naquele debate que V. Exa. protagonizou, o modelo do PPB para um mecanismo de PPB de pontos, garantindo o reequilíbrio da Lei de Informática Nacional com a Lei de Informática da Zona Franca. Veio a PEC emergencial, e, na PEC emergencial, foi excluída a Lei de Informática da Zona Franca das metas de redução do gasto tributário e foi mantida a Lei de Informática de fora da Zona Franca da meta de redução do gasto tributário. Nós, mais uma vez, abrimos mão de qualquer interesse corporativo ou regional, Presidente Rodrigo, para nos irmanar com o Deputado Marcos Pereira, com o Deputado Vitor Lippi, com o Deputado Rodrigo e com o Deputado Silvio Costa Filho na reafirmação do compromisso de equilíbrio entre a Lei de Informática de dentro e de fora da Zona Franca de Manaus.

Fui um dos primeiros a subir à tribuna para defender esta PEC, que, num primeiro momento, poderia parecer uma proposta de emenda à Constituição que contrariava os interesses do meu estado, que contrariava os interesses da Zona Franca de Manaus, mas o Amazonas é Brasil e o Amazonas reconhece o Brasil como o Brasil.

Por isso, reafirmamos o compromisso desse equilíbrio federativo, compromisso que precisa ser reafirmado agora mais uma vez, porque a decisão do Governo Federal de redução linear do IPI desequilibrou mais uma vez, dessa vez não a favor da Zona Franca de Manaus, mas a favor de quem está instalado fora da Zona Franca de Manaus. Nós precisamos, ao momento em que promulgamos esta PEC, reafirmar aquele compromisso lá de trás de equilíbrio entre as Leis de Informática de dentro e de fora da Zona Franca de Manaus.

Deputado Marcos Pereira, antes do decreto do IPI, num faturamento de R\$100, nós tínhamos uma contribuição final de R\$8,72 na Zona Franca e de R\$9,15 fora da Zona Franca, o que era um equilíbrio razoável que mantinha quem estava fora da Zona Franca fora e quem estava dentro dentro sem que houvesse esse desequilíbrio federativo. Com o decreto do IPI, essa regra desequilibrou completamente para um faturamento em R\$100 de R\$8,72 na Zona Franca e de R\$12,03 fora da Zona Franca de Manaus.

A decisão do Ministro Alexandre de Moraes nesse aspecto nada mais faz do que reafirmar o pacto que nós construímos lá atrás quando da atualização da Lei de Informática por conta da decisão da OMC.

Eu tenho a alegria, como amazonense e como brasileiro, de encontrar nesta Casa homens e mulheres que reafirmam seus compromissos mesmo nos momentos em que eles tendem a beneficiar determinado espaço do Brasil, enxergando o Brasil como o Brasil, enxergando o Brasil na sua diversidade, enxergando o Brasil nas suas contradições, enxergando o Brasil no seu necessário desafio de redução dos desequilíbrios regionais.

Parabéns a todos que construíram essa cruzada! E que a gente, neste ato, reafirme o nosso compromisso de equilíbrio entre as leis de informática de dentro e de fora da Zona Franca de Manaus!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Agradeço ao Deputado Marcelo Ramos, Presidente em exercício da Mesa da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra imediatamente, por cinco minutos, ao Deputado Rodrigo de Castro, primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (UNIÃO - MG. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso e do Senado da República, Rodrigo Pacheco, orgulho do nosso Estado de Minas Gerais, é uma satisfação muito grande estarmos aqui hoje nesta solenidade presidida por V. Exa.

Saúdo meus colegas; o Presidente em exercício da Câmara, Marcelo Ramos; o nosso amigo Marcos Pereira; Vitor Lippi, que foi incansável na defesa dessa PEC; Silvio Costa Filho; todos os Deputados aqui



presentes; o Dr. Humberto Barbato e o Neuri, que trabalharam muito para que este momento acontecesse. Faço uma saudação especial também ao Deputado Bilac Pinto, nosso colega de Minas Gerais, que o tempo todo esteve ao nosso lado nessa verdadeira batalha.

Não foi fácil, Sr. Presidente, mas a causa era muito justa. Estávamos defendendo o setor das empresas de tecnologia da informação, comunicação e de semicondutores, mas, sobretudo, estávamos defendendo 170 mil empregados diretos e 500 mil empregados indiretos que dependem da cadeia produtiva; estávamos defendendo um setor em que o Brasil é referência internacional. Hoje podemos nos orgulhar da nossa produção, por exemplo, de celulares, *tablets* e computadores graças aos benefícios fiscais concedidos.

Com a PEC emergencial, uma PEC realmente da maior justeza, nós tivemos ali também a perda de incentivos e, nesse particular sentido, a perda de incentivos para esse setor seria realmente muito danosa à competitividade brasileira e à pesquisa, mas a Câmara dos Deputados e o Senado se irmanaram nessa luta em defesa da empresa nacional, em defesa dos nossos empregos. Tive a honra de ser o primeiro signatário e tive a honra de contar com a participação realmente fundamental de todos os nossos colegas na defesa de uma causa que, repito, é mais do que justa.

Também quero fazer aqui uma menção ao Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Ricardo Barros, que foi muito correto conosco, sensibilizando inclusive a equipe econômica do Governo Federal, que tinha cometido o equívoco, na edição da PEC emergencial, de deixar de fora o setor, e trabalhando realmente em comum acordo com os interesses brasileiros.

Então, neste momento, quero aqui deixar uma mensagem também para todos os brasileiros, para aqueles, Deputado Bilac, que você tão bem defendeu, as empresas de Minas Gerais, do nosso sul de Minas, de todo o Brasil: que elas possam, a partir deste momento, ter mais tranquilidade para continuarem gerando divisas para o nosso país, para continuarem representando tão bem o Brasil no campo da inovação e para que esses empregos, empregos de ponta, empregos de que o Brasil realmente necessita muito, possam ser não só preservados como foram, graças à atuação deste Congresso Nacional, mas que possam ser cada vez mais incentivados e multiplicados. O Brasil precisa muito desse contingente de mão de obra. E o Congresso Nacional mostrou realmente durante todo esse trabalho, um trabalho de idas e vindas, mas que foi rompido, graças à nossa coragem, determinação e união, o Congresso Nacional demonstrou uma sensibilidade muito grande para um tema de interesse do país. Então, é um momento realmente muito especial para todos nós.

Parabéns ao Congresso Nacional, parabéns a todo o setor, parabéns aos funcionários e, sobretudo, parabéns ao nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Agradeço ao Deputado Rodrigo de Castro, o autor da proposta de emenda à Constituição.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Deputado Silvio Costa Filho, Relator da proposta de emenda à Constituição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado Silvio Costa Filho.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Rodrigo Pacheco; Sr. Presidente em exercício, Vice-Presidente da Câmara Federal, Deputado Marcelo Ramos; Sr. Presidente do nosso querido Partido Republicanos, Marcos Pereira, Deputado Federal; quero cumprimentar nosso Deputado Vitor Lippi, saudar o Deputado Rodrigo de Castro e na sua pessoa saudar todos os amigos e amigas Parlamentares, Deputados Federais e Senadores; cumprimentar o Dr. Humberto Barbato, neste ato representando todas as entidades e canais institucionais de participação do setor produtivo nacional; e dizer da alegria de poder vivenciar um momento tão importante como este para a agenda do desenvolvimento do Brasil.



Eu digo sempre que o Parlamento brasileiro, sem dúvida alguma, é um instrumento de construção coletiva. E eu digo sempre, Daniel, que quem defende o trabalhador defende o emprego. E, à medida que a gente defende o setor produtivo, nós estamos defendendo a geração de emprego e renda no Brasil, o que é fundamental para o desenvolvimento do nosso país.

E eu não tenho dúvida de que essa PEC que foi construída depois de muito diálogo com todos os canais institucionais de participação popular, de muitos diálogos nas Comissões permanentes da Casa, de muitos diálogos regionais com o setor produtivo, nós tivemos a capacidade de unir a maioria do Parlamento brasileiro para que nós tivéssemos essa proposta aprovada pelo Congresso Nacional. Sem dúvida alguma, essa proposta vai na direção de dar previsibilidade a um setor tão importante para a economia do nosso país, que teve um faturamento, no ano de 2021, de mais de R\$200 bilhões, mais de 512 empresas no Brasil em um setor que hoje, sem dúvida nenhuma, gera emprego, gera renda, movimentando a economia e anima o setor produtivo. Eu não tenho dúvida de que hoje o Brasil é um centro de excelência no mundo. Hoje a nossa criatividade, a nossa tecnologia, a nossa *expertise* gera curiosidade no mundo e, à medida que o setor tem incentivo e apoio, isso faz com que a gente estimule ainda mais o crescimento desse setor, que é fundamental para o país.

De maneira que eu digo sempre que o Parlamento brasileiro, Presidente Rodrigo Pacheco, muitas vezes criticado, muitas vezes mal interpretado por parte da sociedade brasileira, sem dúvida alguma, tem um papel pedagógico fundamental, que é esse que a gente está fazendo hoje, construindo, sem dúvida alguma, entendimentos, construindo caminhos para a gente poder buscar o fortalecimento desse setor.

Lá no Estado de Pernambuco, Presidente Rodrigo Pacheco, qualquer dia o senhor vai lá nos visitar, nós temos o Porto Digital e o Cesar, que hoje é uma referência no Brasil e no mundo. Só esse setor gera mais de R\$3 bilhões em faturamento para a economia do estado.

De maneira que toda a bancada pernambucana se uniu, e toda pauta que possa gerar emprego, possa animar a economia, nós apoiaremos, porque eu digo sempre que um dos maiores programas sociais do Brasil, sem dúvida alguma, é o emprego e a renda. É isso que traz dignidade e felicidade para o povo brasileiro.

Parabéns ao Senador Rodrigo Pacheco, parabéns ao Presidente Marcos Pereira, que desde o primeiro momento, nos cobrava, na Comissão de Constituição e Justiça, celeridade na aprovação, mas, de maneira construtiva e coletiva, conseguimos aprovar essa matéria.

Parabéns a todos e parabéns ao Senado e à Câmara Federal. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Agradeço ao Deputado Silvio Costa Filho, que já está ficando habituado à tribuna do Senado Federal nas sessões do Congresso. É um Relator universal. Eu acho que é a terceira emenda constitucional que nós promulgamos que tem o Deputado Silvio Costa Filho como Relator. Então parabéns. É fruto da competência de V. Exa.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Deputado Marcos Pereira, Presidente da Frente Parlamentar da Indústria Elétrica e Eletrônica.

O SR. MARCOS PEREIRA (REPUBLICANOS - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, Presidente Rodrigo Pacheco, Presidente Marcelo Ramos. Cumprimentando V. Exas., eu cumprimento todo o Congresso Nacional, os meus colegas Rodrigo de Castro, primeiro autor dessa proposta, o Deputado Vitor Lippi, que também foi coautor, Daniel Freitas, Bilac Pinto, juntamente comigo e outros, Ricardo Barros, fomos coautores dessa proposta de emenda à Constituição.

Cumprimento também o Relator Silvio Costa Filho, agradeço pelas palavras.

Na pessoa do Humberto Barbato, cumprimento todas as entidades aqui nominadas pelo Presidente



Rodrigo Pacheco.

Na pessoa do José Gontijo, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, cumprimento o Poder Executivo.

Essa PEC, PEC nº 10, de 2021, que hoje é a Emenda Constitucional nº 121, que foi promulgada pelo Presidente e pela Mesa do Congresso Nacional, garante, senhoras e senhores, a continuidade do equilíbrio que existe, há 30 anos, entre as leis de informática da Suframa e a Lei de Informática, que abrange os demais estados da Federação.

Eu lembro que quando fui Ministro de Indústria e Comércio Exterior, esse tema foi muito debatido e já vem sendo debatido desde aquele tempo, quando a OMC (Organização Mundial do Comércio) condenou o Brasil na Lei de Informática, como disse aqui o Deputado Marcelo Ramos, que não abrangia o setor da Zona Franca de Manaus.

Segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, Gontijo, e da Receita Federal, para cada real concedido em incentivos a esse setor, R\$1,82 é recolhido por meio de outros impostos. É importante citar alguns números – e eu quero trazer aqui, Neuri, você que foi um desbravador nesse tema e um lutador – alguns dados que justificam, por si sós, a promulgação desta PEC.

A indústria eletroeletrônica encerrou 2021 com um faturamento de R\$211,3 bilhões, um crescimento nominal de 22% em relação a 2020. Em termos reais, um aumento de 5%, descontada a inflação. Os investimentos, em 2021, foram de R\$3,6 bilhões, 23% superiores a 2020. E em 2021, Deputado Daniel Freitas, as exportações apresentaram alta de 28%, alcançando US\$5,7 bilhões ante US\$4,5 bilhões, do ano anterior. As importações subiram 26%, para 40 bilhões. O número de empregos, que é extremamente relevante para o setor produtivo brasileiro...Porque, Presidente Rodrigo Pacheco, quem verdadeiramente gera riqueza nesta País é o setor produtor, é quem gera emprego e renda.

O Governo Federal, estadual e municipal, os governos, digo eu – desde aquele tempo em que era Ministro, Barbato, você se lembra disso: se não atrapalhar já ajuda e, se ajudar, ajuda muito. Os governos precisam induzir a geração de emprego e esse segmento do setor produtivo nacional gerou 247,3 mil trabalhadores, no final de 2020, e terminou 2021 com 263,8 mil trabalhadores, um incremento de 7%, ou seja, um aumento de quase 17 mil novos trabalhadores.

Portanto, eu me sinto muito honrado, contente e satisfeito com a promulgação desta proposta de emenda à Constituição, dessa emenda constitucional.

Rodrigo de Castro, parabênizo V. Exa. pela autoria, que foi seguida pelos que já mencionei aqui e pelo esforço conjunto de todos – Câmara dos Deputados e Senado Federal – para que isso pudesse se tornar uma realidade e dar equilíbrio a essa indústria que é de grande relevância para o Brasil.

Muito obrigado e vamos continuar lutando em favor da geração de emprego e renda e em favor da indústria, porque a gente sabe que é quem faz a melhor geração de emprego, a melhor qualidade de emprego, neste país.

Eu sei muito bem, Marcelo Ramos, você sabe – V. Exa. era Deputado estadual no Amazonas quando fui Ministro da Indústria – o quanto estive no Amazonas. Aliás, fui o Ministro, em dois anos, que mais vezes esteve presidindo do CAS (Conselho de Administração da Suframa). Sei muito que os desequilíbrios não fazem bem nem ao Amazonas nem à Zona Franca de Manaus e nem ao Brasil. Portanto essa PEC, Presidente Rodrigo, traz equilíbrio, traz segurança jurídica e previsibilidade. É disso que o Brasil precisa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Agradeço ao Deputado Marcos Pereira.

Gostaria de registrar, também, a presença do Deputado Federal Sidney Leite, do PSD do Estado do Amazonas.



Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Deputado Vitor Lippi, Relator da proposta de emenda à Constituição na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado Vitor Lippi.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho aqui com a convicção de que o Parlamento brasileiro cumpriu o seu bom papel quando defendeu a continuidade de uma lei tão importante quanto a Lei de Informática.

Quero cumprimentá-lo nesta tarde que é muito importante para a geração de empregos no Brasil, para a competitividade das indústrias de eletroeletrônicos, tecnologia da informação, semicondutores.

Quero cumprimentar aqui, com muita satisfação, o nosso Vice-Presidente e Presidente em exercício, Marcelo Ramos, que foi grande quando entendeu a importância e o risco que nós passávamos com a iminência da perda da Lei de Informática, que é uma das leis mais importantes deste país para a geração de emprego e para manter a competitividade da indústria nacional. Quero cumprimentá-lo mais uma vez, Presidente Marcelo Ramos. Realmente, a sua postura é a postura de um brasileiro que entendeu a responsabilidade, naquele momento, de nós defendermos a continuidade da nossa Lei de Informática.

Quero cumprimentar o Deputado Rodrigo de Castro, grande amigo, que foi o nosso autor da proposta; Marcos Pereira, nosso Ministro da Indústria e Comércio, que sabe muito bem da importância dessa lei e, portanto, trabalhou muito; Silvio Costa Filho, esse jovem brilhante; Bilac Pinto, uma pessoa tão querida de todos nós; Daniel Freitas, que nos ajudou muito nas inúmeras reuniões que nós fizemos de embate com o Ministério da Economia.

Quero cumprimentar aqui o Ministério da Ciência e Tecnologia, que sempre nos apoiou. Está aqui o José Gontijo e o Henrique Miguel, nosso professor na área de semicondutores e da Lei de Informática; Humberto Barbato, em nome de quem quero cumprimentar a Abinee – você que é Presidente da Abinee –, cumprimentando todas as empresas aqui representadas.

Em rápidas palavras, Sr. Presidente, ainda que quase tudo já tenha sido dito, eu gostaria de acrescentar mais algumas informações importantes. Essa lei, que tem 30 anos, colocou o Brasil, Sr. Presidente, na posição de ser um dos maiores produtores do mundo de eletroeletrônica. Fora da Ásia, o Brasil é o número um, líder em produção de eletroeletrônicos. Mais do que isso: estamos entre os cinco maiores produtores do mundo de *tablets*, computadores, celulares. Isso mostra a importância do mercado brasileiro e a capacidade da indústria nacional.

E, graças a essa lei, que não é para dar benefícios, não; é para reduzir a diferença que existe entre o sistema tributário do Brasil e o lá de fora. Quando aqui a carga sobre os produtos é de 46%, Sr. Presidente, lá fora a média é de 25% sobre o produto final. Então, quando você dá, na verdade, um incentivo, você está diminuindo – diminuindo – essa diferença, esse custo maior que é produzir no Brasil em relação a lá fora.

E essa lei, que é muito inteligente, porque também exige das empresas investimentos em ciência, tecnologia e inovação, criou, Sr. Presidente, 377 centros de pesquisa, que vivem graças a esses benefícios da Lei de Informática. Portanto, ela diminui esse problema do custo Brasil em relação às indústrias dos outros países e ela também incentiva a pesquisa e a inovação. Isso fez com que o Brasil tivesse preço e qualidade, Sr. Presidente. Por isso, as pessoas não vão mais ao Paraguai para trazer produtos importados para cá, porque você tem aqui preço e qualidade.

Então, eu queria cumprimentar todos vocês que trabalham no setor, que são responsáveis por algo próximo de meio milhão de empregos aqui no país. Nós temos orgulho do trabalho que vocês fazem.

E cabe ao Parlamento brasileiro defender sempre a indústria, os empregos, as cadeias produtivas, as cadeias tecnológicas que são fundamentais para que o Brasil possa ser um país com mais empregos, um país mais desenvolvido, um país mais competitivo.



Então, o Parlamento cumpre o seu papel, e eu quero cumprimentar cada um de vocês, porque entendo que neste momento nós damos a segurança para que esse setor consiga continuar crescendo, gerando os empregos, gerando riqueza e pagando os tributos, porque é disso que o Brasil precisa.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Muito obrigado, Deputado Vitor Lippi.

Por fim, concedo a palavra ao Deputado Daniel Freitas, do PL de Santa Catarina.

Com a palavra o Deputado Daniel.

O SR. DANIEL FREITAS (PL - SC. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal; Sr. Deputado Marcelo Ramos, 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo de Castro, primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição, Deputado Silvio Costa Filho, Relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania na Câmara dos Deputados; Deputado Vitor Lippi, Relator da proposta na Comissão Especial e na Câmara dos Deputados; Deputado Marcos Pereira, Presidente da Frente Parlamentar da Indústria Elétrica e Eletrônica; Deputado Bilac Pinto, que, junto conosco e com o Deputado Ricardo Barros, já fomos coautores da Nova Lei da Informática, o primeiro passo dado para que hoje pudéssemos estar aqui garantindo a competitividade da indústria nacional. Quero cumprimentar o Sr. Humberto Barbato, a Rosilda, o Neury, e o Poder Executivo, aqui do Ministério de Ciência e Tecnologia, na pessoa do nosso amigo Gontijo.

O agradecimento a todos vocês que deram o suporte e as informações necessárias para nós juntos chegarmos... Eu que fui o Relator da PEC Emergencial, que tinha o intuito principal de dar equilíbrio ao país nesse ponto específico que deixou uma certa insegurança a esse setor, que é tão importante, já aqui bem retratado pelos que me antecederam, mas que coloca o país, o nosso Brasil como protagonista mundial na fabricação dessa indústria de tecnologia da informação, comunicação e semicondutores.

Naquele momento, ficamos de acertar um compromisso de dar essa garantia que ora, feita a promulgação dessa proposta, acaba dando a garantia e entregando a essa indústria que está espalhada por 16 estados da nossa Federação... E aí fica aqui a fala do nosso amigo Marcelo Ramos, muito bem retratada, que o Congresso Nacional, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados entenderam a relevância dessa indústria que tanto emprego gera, que tantos bilhões na economia injeta por ano e que agora, com a promulgação dessa PEC, tem a garantia do seu equilíbrio e da continuidade no trabalho que vem sendo feito para orgulhar o povo brasileiro.

Então, cabe a mim como coautor da proposta – e agradeço pelo momento da fala – agradecer a todos os Parlamentares, e aqui quero cumprimentar o Senador Jorginho Mello, e na sua pessoa cumprimentar todos os Senadores, cumprimentar todos os Deputados e todos que fizeram parte da construção desse texto que agora nos mantém na competitividade mundial dessa indústria tão importante para o nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Agradeço ao Deputado Daniel Freitas, de Santa Catarina.

A Presidência agradece a todos os que nos honraram com as suas presenças.

Declaro encerrada a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 40 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PROGRESSISTAS

Of. N°. 08 /2022 – GLDPP

Brasília, 09 de maio de 2022

À Sua Excelência o Senhor
SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional

ASSUNTO: **Indicação à CMO**



Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, e nos termos da Resolução N° 1, de 2006-CN, indico a **Senadora Eliane Nogueira** - Progressistas/PI, na vaga de Titular e a minha indicação para a vaga de Suplente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Respeitosamente,

Senadora Mailza Gomes – PP/AC
Líder do Progressistas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Progressistas



Ofício nº 008/2022/LidPP

Brasília, 03 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: Destituição e Indicação de membros para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Senhor Presidente,

Em conformidade com a Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 2006, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, DESTITUO o Deputado Fernando Monteiro (PP/PB) e INDICO, em seu lugar, o Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) para ocupar o cargo de titular da CMO em 2022.

Atenciosamente,

Deputado André Fufuca
Líder do Progressistas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Fufuca
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229861938000>



CD/22986.19380-00



LexEdit
* C D 2 2 9 8 6 1 9 3 8 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
BANCADA FEDERAL
PARTIDO NOVO

OFÍCIO Nº 00017/2022/LN/CD

Brasília, 04 de maio de 2022.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Congresso Nacional



CD/22014.95252-00

Assunto: Indicação de membros para CMO.

Confirmo a indicação dos Deputados **Marcel van Hattem (NOVO/RS)** e **Rubens Bueno (Cidadania/PR)** como titular e suplente, respectivamente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme indicado no ofício da Liderança do Cidadania nº 057/2022.

Atenciosamente,
TIAGO MITRAUD
Deputado Federal
Líder do NOVO.



* CD 220149525200 * LexEdit



Praça dos Três Poderes, Anexo IV, sala 35 - subsolo

Brasília - DF - CEP 70.160-900

Telefone: (61) 3215-9417/9414

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tiago Mitraud
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220149525200>



**Liderança do Movimento Democrático Brasileiro**

OF. N° 019/2022 GLMDB

Brasília, 10 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 – Brasília/DF



Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, venho **indicar os Senadores** do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que irão compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), da Quarta Sessão Legislativa Ordinária, da 56ª Legislatura, conforme o disposto nos arts 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional, **em substituição à anteriormente encaminhada.**

TITULARES	SUPLENTES
Marcelo Castro (MDB/PI)	1- Fernando Bezerra (MDB/PE)
Confúcio Moura (MDB/RO)	2- Giordano (MDB/SP)

Respeitosamente,

Senador **EDUARDO BRAGA**
Líder do MDB





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Republicanos

Ofício Ind. n° 025/2022

Brasília, 04 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, indico os deputados **Roberto Alves (Republicanos/SP)** e **Cleber Verde (Republicanos/MA)**, como membros TITULARES, e os deputados **Júlio César Ribeiro (Republicanos/DF)** e **Amaro Neto (Republicanos/ES)**, como membros SUPLENTES, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente,

Deputado VÍNICIUS CARVALHO – SP
Líder do Republicanos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224509742500>



CD/22450.97425-00



CD224509742500 LexEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD



Of. n. 57/2022/PSD

Brasília, 26 de abril de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico para titular o Deputado **Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS)** para compor a Comissão Mista Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que a referida indicação produza os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

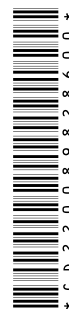
Deputado **ANTONIO BRITO**
Líder do PSD



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Brito
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220089828600>



CD/22008.98286-00



* C D 2 2 0 0 8 9 8 2 8 6 0 0 *





Câmara dos Deputados
Liderança do CIDADANIA

OF/LID/Nº 057/2022

Brasília, 04 de maio de 2022.

Excelentíssimo Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros para CMO.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados MARCEL VAN HATTEM - NOVO/RS e RUBENS BUENO – CIDADANIA/PR para integrar como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente,

Deputado Alex Manente
Líder do Cidadania



Liderança do CIDADANIA
Assinado eletronicamente pelo(a) **Câmara dos Deputados** – Anexo II Sala T-23 CEP: 70160-900
Para verificar a assinatura, acesse <https://imileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/> e-mail: lid.cidadania@camara.leg.br
(61) 3215.9600 / 9603 Fax: (61) 3.215.9616





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PL

Of. N° 095/2022 – Lid-PL

Brasília, 04 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Indicação de membros em Comissão Mista Permanente.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar os seguintes **Deputados** para **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, nas vagas destinadas ao Partido Liberal.

Como Titulares:

- **João Maia (PL/RN)**
- **Zé Vitor (PL/MG)**

Como Suplente:

- **Gurgel (PL/RJ)**

Respeitosamente,

Deputado Altineu Côrtes
Líder do Partido Liberal

Liderança do Partido Liberal - Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II - – Bloco das Lideranças Partidárias
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159550 FAX: 61-32159577





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

Of. nº 98/2022/PSDB

Brasília, 03 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados **BETO PEREIRA e LUIZ CARLOS**, como membros titulares, e o Deputado **SAMUEL MOREIRA**, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitosamente,

Deputado **ADOLFO VIANA**
Líder do PSDB



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223383904000>



CD/22338.39040-00



CD223383904000



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****Ofício s/n**

Brasília - DF, 4 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Com os cordiais cumprimentos, e nos termos regimentais, indico os deputados indicados abaixo para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO):

- Membros titulares:

Deputado ENIO VERRI – PT/PR
Deputado PAULO PIMENTA – PT/RS
Deputado RUI FALCÃO – PT/SP

- Membros suplentes:

Deputado NILTO TATTO – PT/SP
Deputado PAULO GUEDES – PT/MG

Atenciosamente,

Dep. REGINALDO LOPES – PT/MG
Líder



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221751664500>



CD/22175.16645-00



CD221751664500





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT**

Brasília, 10 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor

RODRIGO PACHECO

Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Aproveitando a oportunidade para cumprimentá-lo, cordialmente, informamos ter a concordância de nossa bancada a indicação do Deputado **Félix Mendonça Filho** (PDT/BA), efetuada pelo líder do PP, Deputado Fufuca, para integrar, como titular, a Comissão Mista de Orçamento nesta Sessão Legislativa. O nome do suplente será comunicado oportunamente.

Atenciosamente,

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO** - CE
Líder do PDT



CD/22333.92916-00



CD223339291600



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223339291600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT**

Brasília, 4 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor

RODRIGO PACHECO

Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Em substituição ao ofício do dia 4, indico a Vossa Excelência o Deputado **Mauro Benevides Filho** (PDT/CE) para fazer parte, como titular, da Comissão Mista de Orçamento nesta Sessão Legislativa. A indicação do suplente será feita oportunamente.

Atenciosamente,

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO** - CE
Líder do PDT



CD/22186.33042-00



CD221863304200



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221863304200>



Emendas





CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1116, de 2022**, que *"Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	001; 039; 176
Deputado Federal Christino Aureo (PP/RJ)	002
Deputado Federal Marco Bertaiolli (PSD/SP)	003; 004; 006
Deputado Federal Gustavo Fruet (PDT/PR)	005
Deputado Federal Paulo Teixeira (PT/SP)	007
Deputado Federal Coronel Armando (PL/SC)	008
Deputado Federal Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	009; 010; 028
Deputado Federal Hugo Leal (PSD/RJ)	011
Deputada Federal Tereza Nelma (PSD/AL)	012; 013; 030; 031; 032; 033; 034; 035; 036
Deputada Federal Lídice da Mata (PSB/BA)	014; 015; 016; 017; 087; 088; 089; 090
Senador Alexandre Silveira (PSD/MG)	018
Senador Paulo Rocha (PT/PA)	019; 020; 041; 042; 043; 044; 055; 056; 084; 085
Deputado Federal Denis Bezerra (PSB/CE)	021
Deputado Federal Daniel Almeida (PCdoB/BA)	022; 103
Deputado Federal Jose Mario Schreiner (MDB/GO)	023; 024; 025
Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)	026
Deputado Federal Mauro Lopes (PP/MG)	027
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	029
Deputado Federal Reginaldo Lopes (PT/MG)	037; 038; 215; 216; 217; 218; 219; 220
Deputado Federal Laercio Oliveira (PP/SE)	040; 139
Deputado Federal Geninho Zuliani (UNIÃO/SP)	045; 057; 080; 081; 177; 184
Deputada Federal Alice Portugal (PCdoB/BA)	046



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputado Federal Marcelo Calero (PSD/RJ)	047; 048; 049; 144
Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	050; 051
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	052; 053; 054
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)	058; 059; 113; 114; 117; 118
Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)	060; 104
Senador Paulo Paim (PT/RS)	061; 062; 063; 064; 065; 066; 067; 068; 069; 070; 077; 078; 079; 108; 183
Deputado Federal Nereu Crispim (PSD/RS)	071; 142
Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	072; 073; 074; 075; 076; 223; 224; 225; 226; 227; 228
Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)	082
Deputado Federal Lucas Gonzalez (NOVO/MG)	083
Senador Fernando Collor (PTB/AL)	086
Deputada Federal Aline Gurgel (REPUBLICANOS/AP)	091; 092; 093; 094; 095; 096; 097
Deputado Federal Leônidas Cristino (PDT/CE)	098; 099; 129; 130
Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)	100; 101; 102; 105; 107; 115; 116; 121; 122; 125; 126
Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	106
Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	109; 110; 111; 112; 119; 120; 123; 124
Deputada Federal Perpétua Almeida (PCdoB/AC)	127; 128
Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG)	131; 132; 133
Deputado Federal Renildo Calheiros (PCdoB/PE)	134; 135
Deputado Federal Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE)	136
Deputada Federal Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)	137; 138
Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)	140; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 178; 179; 221; 222; 244; 245
Deputada Federal Professora Dorinha Seabra Rezende (UNIÃO/TO)	141
Deputado Federal Francisco Jr. (PSD/GO)	143
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	145; 190; 194; 195; 196; 197; 207; 208; 209
Deputado Federal Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS)	146
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	147; 148
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	149; 150; 151
Deputada Federal Flávia Moraes (PDT/GO)	152; 153; 154
Deputado Federal Marcelo Ramos (PSD/AM)	161
Senador Weverton (PDT/MA)	162; 163; 164; 165; 166; 167; 168; 169; 181; 182
Deputada Federal Leandre (PSD/PR)	170; 171; 172; 173; 271
Deputado Federal Vinicius Farah (UNIÃO/RJ)	174; 175
Deputado Federal Elias Vaz (PSB/GO)	180
Deputado Federal Ney Leprevost (UNIÃO/PR)	185
Deputado Federal Marcel Van Hattem (NOVO/RS)	186; 187; 188
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)	189
Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)	191; 192; 193



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputada Federal Maria Rosas (REPUBLICANOS/SP)	198; 202
Deputada Federal Marina Santos (SOLIDARIEDADE/PI)	199
Deputado Federal Eli Corrêa Filho (UNIÃO/SP)	200
Deputado Federal Vanderlei Macris (PSDB/SP)	201
Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)	203; 204; 205; 206
Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	210; 211; 212
Deputado Federal Leonardo Gadelha (PSC/PB)	213; 214; 238
Deputado Federal Felipe Rigoni (UNIÃO/ES)	229; 230
Deputado Federal Carlos Veras (PT/PE)	231; 239; 240; 241
Deputado Federal Diego Garcia (REPUBLICANOS/PR)	232; 242; 243
Deputada Federal Professora Marcivania (PCdoB/AP)	233; 234; 235; 252; 253; 254; 255; 256; 257; 258; 259
Deputado Federal Mauro Nazif (PSB/RO)	236; 237
Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	246; 247; 248; 249; 250; 251
Deputada Federal Tabata Amaral (PSB/SP)	260; 261; 262; 263; 264; 265; 266; 267; 268; 269; 270

TOTAL DE EMENDAS: 271



[Página da matéria](#)



**MPV 1116
00001****CONGRESSO NACIONAL****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022****(Do Sr. André Figueiredo)**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Suprimir o §5º do art. 429, alterado pelo artigo 28 da MP 1116/2022.

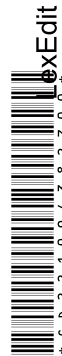
JUSTIFICAÇÃO

O **Jovem Aprendiz** é um programa de destaque no Brasil, pois, possibilita que estudantes brasileiros tenham a oportunidade de aliar aprendizado profissional com a vivência dos ambientes de trabalho e com o recebimento de bolsa-auxílio.

A Medida Provisória 1116/2022 aduz mudanças ao Programa Jovem Aprendiz e um dos pontos que têm levantado muita discussão se refere aos jovens considerados em vulnerabilidade social (egressos do sistema socioeducativo ou que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas ou de pena no sistema prisional; que estejam em regime de acolhimento institucional; protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, egressos do trabalho infantil ou pessoas com deficiência).



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221094382700>



A proposta do dispositivo que ora suprimimos conta os referidos aprendizes como dois, ou seja, um aprendiz seria contratado como se a empresa houvesse contratado dois jovens.

Tal medida provoca menor número de contratações de jovens aprendizes, diminuindo, dessa forma as oportunidades para os jovens. O cômputo em dobro de vulneráveis por si só já reduziria a cota em torno de 50%.

Dessa forma, nenhuma justiça social pode ser alcançada por meio de medida tão temerosa, ainda mais se consideramos o contexto de pandemia que se vivencia.

Diante do exposto, deve ser integralmente suprimido o § 5º do 429, previsto no art. 28 da MP 1.116, de 2022.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PDT/CE

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221094382700>



**MPV 1116
00002**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Christino Áureo – (PP/RJ)

**MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.116, de 04 de maio de
2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA Nº DE 2022
(Do Sr. Christino Áureo)

Art. 1º Inclua-se, na Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o CAPÍTULO VIII, para dispor sobre a Política Nacional da Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego – PRIORE e dar outras providências, renumerando-se os demais Capítulos e artigos subsequentes:

.....

CAPÍTULO VIII



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



PRIORE – POLÍTICA NACIONAL DA PRIMEIRA OPORTUNIDADE E REINserÇÃO NO EMPREGO

Art. 30. Fica instituído, no conjunto das medidas estruturantes de manutenção do emprego e da renda, da Política Nacional da Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego – PRIORE, com a finalidade de contribuir no dinamismo da economia nacional, por meio da contratação nas seguintes modalidades:

I – criação de postos de trabalho para pessoas entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, relativamente ao registro do primeiro emprego em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

II – estimular a contratação de pessoas com 50 (cinquenta) anos ou mais e que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 06 (seis) meses.

§ 1º Para fins da caracterização como primeiro emprego ou vínculo formal, não serão considerados os vínculos laborais estabelecidos nos casos de:

I – menor aprendiz;

II – contrato de experiência;

III – trabalho intermitente; e

IV – trabalho avulso.

§ 2º O período de contratação pela presente Política Nacional será de 36 (trinta e seis) meses contados da entrada em vigor da presente Lei.

Art.31. A contratação de trabalhadores pela PRIORE, será realizada exclusivamente para novos postos de trabalho e terá como referência a média do total de empregados registrados na folha de pagamentos, nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao mês da contratação

§ 1º A contratação total de trabalhadores por meio da PRIORE, fica limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do total de empregados da empresa, considerada a folha de pagamentos do mês corrente de apuração.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



§ 2º As empresas com até 10 (dez) empregados, inclusive aquelas constituídas após 1º de janeiro de 2021, ficam autorizadas a contratar 2 (dois) empregados na presente modalidade e, na hipótese de o quantitativo de 10 (dez) empregados ser superado, será aplicado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º Para verificação do quantitativo máximo de contratações de que trata o § 1º deste artigo, deverá ser computada como unidade a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) e desprezada a fração inferior a esse valor.

§ 4º O trabalhador contratado por outras formas de contrato de trabalho, uma vez dispensado, não poderá ser recontratado na modalidade da PRIORE pelo mesmo empregador pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de dispensa, ressalvado o disposto no §2º deste artigo.

§ 5º O trabalhador contratado pela PRIORE, uma vez dispensado sem justa causa, poderá ser recontratado nessa mesma modalidade, por uma única vez, desde que a duração do contrato anterior tenha sido igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 6º Fica assegurado às empresas que, em janeiro de 2022, apurarem quantitativo de empregados inferior a, no mínimo, 30% (trinta por cento) em relação ao total de empregados registrados em janeiro de 2021, o direito de contratar na modalidade da PRIORE, observado o limite previsto no § 1º, deste artigo, independentemente do disposto no *caput*.

Art.32. Poderão ser contratados na modalidade estabelecida por esta lei, os trabalhadores com salário-base mensal de até um salário-mínimo e meio.

Parágrafo único. É garantida a manutenção do contrato pela PRIORE quando houver aumento salarial, após 12 (doze) meses de contratação, limitada a isenção das parcelas especificadas, no art. 20 desta Lei, ao teto fixado no *caput* deste artigo.

Art. 33. Os direitos previstos na Constituição Federal são garantidos aos trabalhadores contratados pela PRIORE.

Parágrafo único. Os trabalhadores a que se refere o *caput* deste



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



artigo gozarão dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e nas convenções e nos acordos coletivos da categoria a que pertençam naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei.

Art. 34. O Contrato realizado por meio da PRIORE será celebrado por prazo determinado, por até 24 (vinte e quatro) meses, a critério do empregador.

§ 1º O contrato celebrado em face da presente lei poderá ser utilizado para qualquer tipo de atividade, transitória ou permanente;

§ 2º O disposto no art. 451 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não se aplica aos contratos celebrados no âmbito desta lei;

§ 3º O contrato celebrado na modalidade estabelecida na PRIORE, será convertido automaticamente em contrato por prazo indeterminado quando ultrapassado o prazo estipulado no *caput* deste artigo e passarão a incidir, a partir da data da conversão, as regras do contrato por prazo indeterminado previsto na CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, afastadas as disposições previstas nesta Lei.

Art. 35. Ao final de cada mês ou de outro período de trabalho acordado entre as partes, desde que inferior a um mês, o empregado receberá o pagamento imediato das seguintes parcelas:

I – remuneração;

II – décimo terceiro salário proporcional; e

III – acréscimo de 1/3 (um terço) de férias.

§ 1º A indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista no art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, poderá ser paga, por acordo entre empregado e empregador, de forma antecipada, mensalmente ou em outro período de trabalho acordado entre as partes, desde que inferior a um mês, com as parcelas a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2º A indenização de que trata o § 1º deste artigo será paga sempre pela metade, e o seu pagamento será irrevogável, independentemente do motivo de dispensa do empregado, mesmo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



que por justa causa, nos termos do art. 482 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 36. No contrato celebrado, nos termos da presente lei, a alíquota mensal relativa aos depósitos para o FGTS de que trata o art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, será de 8% (oito por cento), independentemente do valor da remuneração.

Art. 37. A duração da jornada diária de trabalho para contatos celebrados no âmbito da presente lei, poderá ser acrescida de horas extras, em número que não exceda 2 (duas) horas, desde que estabelecido por convenção ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1º A remuneração da hora extra será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior à remuneração da hora normal.

§ 2º É permitida a adoção de regime de compensação de jornada por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho.

§ 3º O banco de horas poderá ser pactuado por convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que a compensação ocorra no período máximo de 6 (seis) meses.

§ 4º Na hipótese de rescisão do Contrato na modalidade da PRIORE, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração a que faça jus na data da rescisão.

§ 5º No caso de estudantes que frequentem o ensino regular em instituições de educação superior, de ensino profissional e de ensino médio, a duração da jornada de trabalho poderá ser reduzida, mediante acordo individual tácito ou escrito.

Art.38. As empresas que efetuarem a modalidade de contratação por meio da PRIORE, ficam isentas da contribuição previdenciária prevista no inciso I do *caput* do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, incidentes sobre a folha de pagamentos.

Art.39. Na hipótese de extinção dos contrato sob a modalidade da PRIORE serão devidas as seguintes verbas rescisórias, calculadas com base na média mensal dos valores recebidos pelo empregado no curso do respectivo contrato de trabalho:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



I – a indenização sobre o saldo do FGTS, observado o § 1º do art. 36 desta Lei; e

II – as demais verbas trabalhistas que lhe forem devidas.

Art.40. Não se aplica ao contrato celebrados pela PRIORE a indenização prevista no art. 479 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mas se aplica a cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão prevista no art. 481 da referida Consolidação.

Art.41. Os trabalhadores contratados fundamentados na PRIORE poderão ingressar no Programa Seguro-Desemprego, desde que preenchidos os requisitos legais e respeitadas as condicionantes previstas no art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 42. Os trabalhadores contratados por meio da PRIORE receberão prioritariamente ações de qualificação profissional, conforme disposto em ato do Ministério da Economia, a ser publicado em 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Lei.

§ 2º A qualificação profissional prevista no *caput* será orientada para as necessidades produtivas dos empregadores, com ênfase no uso de ensino a distância e de plataformas digitais, e estará vinculada ao treinamento no local de trabalho e nas atividades realizadas pelo empregado.

§ 2º Ato do Ministério da Economia disciplinará a carga horária da qualificação profissional sua compensação dentro da jornada de trabalho.

§ 3º A participação do empregado em treinamento ou em ensino a distância disponibilizado pela empresa fora da jornada normal de trabalho, não será considerada tempo à disposição do empregador nem será computada na duração da jornada, salvo estipulação das partes em contrário.

Art.43. Para fins do disposto nesta Lei, é facultado ao empregador comprovar perante a Justiça do Trabalho acordo extrajudicial de reconhecimento de cumprimento das suas obrigações trabalhistas para com o trabalhador, nos termos do art. 855-B da CLT, aprovada



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art.44. É vedada a contratação por meio da PRIORE de trabalhadores submetidos a legislação especial.

Parágrafo único. Será permitida a utilização da PRIORE no trabalho rural, de que trata a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, excluída essa possibilidade para o contrato de safra.

Art.45. Compete ao Ministério da Economia coordenar, executar, monitorar, avaliar e editar normas complementares relativas ao contrato celebrado através da PRIORE.

Art.46. As disposições desta Lei que vinculem receita, concedam, ampliem ou renovem benefícios de natureza tributária deverão respeitar o prazo de, no máximo, 5 (cinco) anos de vigência, contado da data de entrada em vigor desta Lei.

Art.47. A implantação da PRIORE poderá ocorrer no exercício subsequente a sanção da presente Lei.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 2022.

Deputado CHRISTINO ÁUREO
PP/RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Aditiva à Medida Provisória, nº 1.116, de 04 de maio de 2022, que Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tem por objeto inserir o CAPÍTULO VIII – com a Política Nacional da Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego – PRIORE, referenciado no conjunto de artigos que a integram, em aditamento à proposição originária ora em discussão neste Parlamento. A proposição normativa de que se trata visa o estabelecimento de mecanismos estruturantes, linhas e parâmetros com a finalidade de auxiliar no dinamismo da economia nacional na retomada na contratação de trabalhadores no mercado formal de emprego, extremamente afetada pelas consequências da crise geopolítica mundial e dos efeitos residuais da Pandemia Coronavírus – COVID-19, ainda em curso e em outras questões estruturantes que impactam o desenvolvimento nacional.

Os efeitos da crise geopolítica mundial, nas variáveis econômicas de preços de combustíveis e outras *commodities*, impacta diretamente o mercado de trabalho pela afetação na capacidade das empresas se ajustarem ao novo padrão de negócios e na estrutura das próprias corporações. O modelo de atuação e a forma tradicional do contrato de trabalho estão sendo alterados definitivamente. O mundo corporativo, definitivamente não é mais o mesmo, logo, medidas estruturantes na forma de gerar empregos e a consequente contratação de trabalhadores, necessita dos devidos ajustes. Com efeito nos estragos provocados pela Pandemia Coronavírus na política de geração de empregos, trago como referência, matéria da Agência Brasil, relativamente ao ano de 2021 com o título: **Pandemia ainda provoca impactos no mercado de trabalho, diz Ipea**, que ratifica a importância de uma política nacional para equilibrar os danos e consequências do fator COVID-19, na economia brasileira e em especial na vida de milhares de desalentados pela falta de ocupação e renda.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aures
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



“A melhora da atividade econômica e o crescimento da população ocupada não foram suficientes para reduzir o impacto provocado pela pandemia da covid-19 no mercado de trabalho, que segue com alta no desemprego, subocupação e desalento. A avaliação faz parte da análise do desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para 2021 apresentado, hoje (28), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), em março, o estudo mostra que a taxa de desocupação ficou em 15,1%, o que representa 2,3 pontos percentuais acima do resultado do mesmo período do ano anterior. O crescimento do contingente de desalentados também indica que o mercado de trabalho não se recuperou. Nos últimos 12 meses, o número de pessoas com idade de trabalhar que estavam fora da força de trabalho por conta do desalento avançou de 4,8 milhões para quase 6 milhões, uma alta de 25%

Desemprego

Segundo a pesquisadora do Grupo de Conjuntura do Ipea e autora do estudo, Maria Andréia Lameiras, os níveis de desemprego ainda estão ruins porque a cada dia que passa, mais gente volta para o mercado de trabalho para procurar emprego, o que não ocorria no período inicial da pandemia.

*“Muita gente deixou de procurar emprego por medo de contágio, porque sabia que a situação econômica estava muito ruim e a probabilidade de conseguir um emprego era muito pequena e porque existiu o auxílio emergencial que, bem ou mal, deu segurança ao trabalhador de ficar em casa se protegendo e ter algum meio de subsistência”, informou em entrevista à **Agência Brasil**.*

A movimentação da economia que apresentou sinais de melhora no primeiro trimestre de 2021, o avanço da vacinação e o valor menor do auxílio emergencial, segundo Maria Andréia, estão fazendo as pessoas procurarem mais o mercado de trabalho o que vai continuar impactando o nível de desemprego.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



“Todas as pessoas que ficaram desempregadas na pandemia e, também têm chegado para este contingente, as pessoas que estavam inativas e sem procurar emprego. Quando chega ao mercado de trabalho sem uma colocação é considerado um desempregado e, por isso, o contingente de desempregados continua crescendo e vai continua crescendo, porque o movimento de retorno só tende a crescer nos próximos meses”, afirmou.

Informalidade

O estudo indica ainda que a recuperação da ocupação vem ocorrendo de maneira mais intensa entre os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta própria, que integram os segmentos informais do mercado de trabalho. O contingente de trabalhadores sem carteira e por conta própria registraram recuos menos expressivos no primeiro trimestre de 2021 com retrações de 12,1% e de 1,3% respectivamente, do que no trimestre móvel encerrado em agosto de 2020, quando os recuos foram de 25,8% e de 11,6%. Para a pesquisadora, a melhora da recuperação da ocupação pelos informais já era esperada.

“Porque primeiro foi o segmento mais afetado pela pandemia que foi o de serviços e de comércio. Segundo porque a gente já tinha visto que a pandemia causou menos estrago no setor formal. O emprego com carteira acabou sendo um pouco mais preservado durante a pandemia, porque é o trabalho com melhor qualificação, o trabalhador consegue fazer home office, então, foi de fato mais preservado. O informal foi mais atingido e é compreensível que, na retomada, acabe liderando”, comentou.

A pesquisadora destacou que, embora apresentasse sinais de recuperação no período de pré-pandemia, a situação do mercado de trabalho não era excepcional.

“Vem a pandemia e piora ainda mais, sendo que a gente já estava partindo de um ponto que não era excepcionalmente bom. Só que, quando a gente olha a foto do último trimestre, há indícios de melhora, porque a gente está vendo que a ocupação que caiu fortemente no segundo semestre, ela já começa a melhorar, claro que quando compara com o número de ocupados de um ano atrás



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



CD222518503500



a gente ainda está com taxa de negativa, mas quando olha a margem essa taxa negativa está cada vez menor”, disse.”

No contexto dos impactos provocados pela crise geopolítica mundial e pela Pandemia do Coronavírus — e para que tenhamos uma sociedade justa e equilibrada social e economicamente falando — é necessário que a força geradora de riquezas possa ser recepcionada pelos segmentos produtivos por meio de contratações formais que sirvam como alavancas do desenvolvimento. Caso o país não disponha de ferramentas apropriadas e vetores econômicos, adequados, para incluir os cidadãos na massa economicamente produtiva, por certo, haverá um desnível na distribuição de renda com consequências imprevisíveis para o conjunto da economia e abalos sociais significativos.

No anos de 2020 e 2021 e no início de 2022, a matriz econômica nacional — formada por indução das iniciativas privada e do poder público — foi seriamente comprometida com as consequências decorrentes da crise mundial e dos efeitos residuais da pandemia da COVID-19. Não bastassem as graves implicações, com a mortalidade de milhares de pessoas — que já chega ao número absurdo de mais de seiscentas e vinte e sete mil vítimas —, a as crises geopolítica e sanitária, têm como efeito derivado a paralisia das atividades de comércio; da indústria; do agronegócio, do transporte, etc., com impacto direto na sobrevida de empresas dos mais variados níveis; o desmonte do sistema produtivo; a redução das atividades econômicas e retração do Produto Interno Bruto – PIB, com efeito direto da perda de centenas de milhares de postos de trabalho. Com tamanho vigor, a desaceleração da engrenagem econômica atingiu as relações de trabalho de forma impactante e com o arrefecimento da trajetória de recuperação econômica que vinha se construindo no ano 2019 e a consequente diminuição da arrecadação de tributos pelo do governo federal. O conjunto da obra não é bom!

É nesta quadra adversa de retração da economia que os atores privados e públicos devem se aliar na tomada de decisões objetivas, caso contrário as repercussões negativas se darão plenamente ao longo dos próximos meses e anos subsequentes com impacto direto na vida dos cidadãos e na economia nacional. Para enfrentar as consequências nefastas da pandemia; readquirir a confiança de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



consumidores e investidores e sinalizar para a recuperação efetiva da economia no médio e longo prazos, faz-se necessário um movimento estrutural definitivo de espiral econômica, que possibilite a geração de emprego e o rompimento da inércia provocada pela pandemia, revertendo a curva do desemprego e retroalimentando a capacidade de investimento pelo setor público. Diante do quadro retratado é com esta finalidade que estamos apresentando aditamento à **Medida Provisória nº 1.116/2022**, com a instituição Política Nacional da Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego – PRIORE, como ferramenta dinâmica da criação de empregos na retomada do mercado de trabalho.

Observo que a propositura da presente EMENDA ADITIVA se afigura necessária, ante o quadro de vulnerabilidade no mercado de trabalho, notadamente no seguimento de trabalhadores mais jovens — entre 18(dezoito) e 29 (vinte e nove) anos — e na faixa etária superior aos 50 (cinquenta) anos de idade. A comprovada disposição do Parlamento em contribuir com o Poder Executivo na apresentação de mecanismos simples com soluções efetivas para as graves intercorrências, faz parte do dever de atuação parlamentar, mas, sobretudo, redefine as possibilidades ao acolhimento de cidadãos com menor qualificação, escolaridade e remuneração que estão situadas na faixa de concentração dos mais elevados índices de desemprego e informalidade, e de quem deixou o mercado de trabalho sem a possibilidade de retorno para cumprir o ciclo necessário para sua aposentadoria que são os integrantes da denominada “**economia prateada**”. É adequado, portando, que, em razão do ciclo econômico desafiador que o País atravessa — principalmente e em face das consequências devastadoras para o mercado de trabalho produzidas pela crise geopolítica internacional e pela Pandemia do Coronavírus (Convid-19) — que sejam as medidas estruturantes articuladas e implementadas, com vistas à inserção no mercado de trabalho duma parcela considerável da população com mais dificuldade de se empregar ou voltar formalmente ao mercado de trabalho.

Destaco que a política de geração de empregos, em análise como **EMENDA ADITIVA à MP 1.116/2022**, se destaca por combinar incentivo financeiro com simplicidade das regras e a diminuição da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



burocracia na contratação de parcela vulnerável da população. Eis o ponto que nos parece diferencial e nos anima a aguardar bons resultados à frente. Assim, esta proposição se fundamenta na substancial desoneração dos encargos sobre a folha de pagamento, na simplificação das normas contratuais trabalhistas e da abertura plena do mercado ao jovem entre 18 e 29 anos e para os maiores de 50 anos. Entendemos que as bases da proposição estão suportadas na simplificação das normas e a clareza dos benefícios e das obrigações são as diretrizes do programa. Observo finalmente, que a flexibilidade e a desoneração da modalidade visam garantir aos empregadores regras simples e claras, fáceis de entender e abrangentes. Não se trata de retirar direitos, trata-se de dar um mínimo a quem hoje nada tem e sofre na informalidade ou na desocupação.

É nesse sentido que apoiamos a desoneração da folha de pagamentos como meio de se alcançar um número elevado de novas contratações com aquecimento do mercado de trabalho. Nós a vemos como uma medida assertiva e um recado claro aos empregadores, para que voltam a empregar, ofertando-lhes um instrumento simples e confiável, sem armadilhas jurídicas, sem ônus e encargos que lhes embarace o empreendimento. Entendemos, portanto, que redução dos encargos funcionará como efeito pedagógico nas contratações.

Por fim, ao solicitar o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação desta **EMENDA ADITIVA à MP 1.116/2022**, reforço o entendimento que, uma vez acolhida, vamos disponibilizar os meios apropriados para empregados e empregadores convergirem em um novo momento nas relações de trabalho, com geração formal de empregos; renda para a sustentação da economia e dignidade para milhares de brasileiros.

Deputado Christino Áureo
PP/RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Áureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222518503500>



MPV 1116
00003

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimam-se os arts. 25, 26 e 27 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Os arts. 25 a 27 da Medida Provisória em referência tratam de instituir o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes, que basicamente consiste em conceder prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impedir a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspender processos administrativos de imposição de multa e reduzir valores de multas impostas.

Trata-se, evidentemente, de conceder benefícios a empresas que desrespeitaram a lei, o que, no nosso entendimento, não é a forma mais adequada e justa de incentivar o aumento da contratação de aprendizes. A propósito, cabe registrar que a matéria relativa à aprendizagem está sendo amplamente debatida, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, inclusive



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marco Bertaiolli
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221610910600>

CD221610910600
ExEdit



2

com o objetivo de apresentar medidas capazes de promover a contratação de aprendizes, sem qualquer redução de seus direitos e do número de vagas.

Ressalte-se ainda que, embora a Medida Provisória tenha intitulado o projeto como de “incentivo à contratação de aprendizes”, há em seu texto dispositivos capazes de reduzir significativamente o número de cotas de aprendizagem, a exemplo das alterações que seu art. 28 promove nos §§ 4º e 5º do art. 429 da CLT.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado MARCO BERTAIOLLI

2022-3301



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marco Bertaiolli
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221610910600>



MPV 1116
00004

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimam-se o art. 28, o art. 30, o art. 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória nº 1.116/2022 altera diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos à aprendizagem.

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que a matéria referente à aprendizagem já está sendo amplamente debatida na Câmara dos Deputados, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que entendemos ser a via adequada para a apreciação desse tema, que envolve alterações permanentes na legislação e não justifica a edição de Medida Provisória.

Além disso, quanto ao mérito, preocupa-nos que, embora a Medida Provisória alegue incentivar a contratação de aprendizes, ela contém diversas regras que resultarão em significativa diminuição no número de cotas, a exemplo da ampliação dos prazos contratuais (CLT, art. 428, § 3º) e da idade máxima para determinadas atividades (art. 428, § 5º), da contabilização do

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marco Bertaiolli
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220154180000>



2

aprendiz contratado por prazo indeterminado (art. 429, § 4º) e do cômputo em dobro de adolescentes e jovens que se enquadrem em hipóteses específicas (art. 429, § 5º), regra esta que tem nítido conteúdo discriminatório e, portanto, inconstitucional.

Preocupa-nos também que as alterações efetuadas no art. 428 da CLT, notadamente os §§ 9º a 12, poderão gerar insegurança jurídica. A título de exemplo, se um contrato de aprendizagem for prorrogado por meio de aditivo contratual (§ 9º) e for permitida a alteração da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (§ 12), pela técnica não haveria que se falar em aditivo contratual, mas, sim, um novo contrato.

Ademais, a ampliação das hipóteses de contratação indireta prevista no art. 431, inciso II, alíneas “b” e “c”, tem o potencial de desvirtuar o aspecto de formação técnico-profissional metódica inerente à aprendizagem e de mercantilizar o trabalho do aprendiz.

Em decorrência da supressão do art. 28 da MP, devem ser suprimidos também os arts. 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado MARCO BERTAIOLLI

2022-3301



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marco Bertaiolli
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220154180000>



MPV 1116
00005

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se a redação do art. 8º da Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022, que passa a ter um parágrafo, nos seguintes termos:

“Art. 8º Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

§ 1º O direito previsto no *caput* deste artigo poderá ser estendido até que o filho complete 8 (oito) anos de idade nas seguintes situações:

I - nos casos em que ambos os pais reúnam condições para o exercício da atividade em regime de teletrabalho, desde que este seja exercido por ambos em períodos sucessivos de igual duração num prazo de referência máxima de 12 (doze) meses;

II - famílias monoparentais ou situações em que apenas um dos pais, comprovadamente, reúna condições para o exercício da atividade em regime de teletrabalho.

§ 2º O empregador não poderá opor-se ao pedido de teletrabalho efetuado nos termos do *caput* ou do § 1º deste artigo. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Houve um expressivo crescimento da utilização do regime de teletrabalho em diversos países, principalmente após o início da pandemia de covid-19, trazendo, consequentemente, novas configurações e formas de trabalho. Assim, intensificaram-se as preocupações em aperfeiçoar a legislação sobre a matéria.

Nesse sentido, apresentamos recentemente nesta Casa Legislativa o PL 135/2022, nos moldes da presente emenda, para permitir preferencialmente o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Fruet
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229342889100>



teletrabalho aos indivíduos com filhos de até 8 anos de idade. A Medida Provisória ora analisada é extremamente meritória, mas deve ser aprimorada para acompanhar o que vem sendo seguido ao redor do mundo.¹ Assim, acreditamos que medidas como as que propomos proporcionam ao indivíduo maior tempo junto aos filhos e à família.

Ressaltando a importância dessas alterações legislativas para a proteção da saúde dos trabalhadores, o fortalecimento das famílias e o cuidado adequado de nossas crianças, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação da matéria.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado GUSTAVO FRUET

1 E PORTUGAL. *PAIS EM TELETRABALHO JÁ PODEM OPTAR PELO REGIME DE ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA*

Disponível em: < <https://eportugal.gov.pt/noticias/pais-em-teletrabalho-ja-podem-optar-pelo-regime-de-assistencia-a-familia> >



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Fruet
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229342889100>



**MPV 1116
00006**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprima-se o art. 29 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 29 da Medida Provisória nº 1.116/2022 dispõe que “os contratos de terceirização de mão de obra preverão as formas de alocação dos aprendizes da contratada nas dependências da empresa ou da entidade contratante, em quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho”.

Em relação a esse dispositivo, duas questões nos preocupam especialmente. A primeira é a ausência de clareza na redação quando se refere a “quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho”. A segunda é a ausência de parâmetros que possam garantir que os aprendizes não sejam prejudicados em razão das escolhas relativas à sua alocação.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marco Bertaiolli
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223504280100>



2

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado MARCO BERTAIOLLI

2022-3303



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marco Bertaiolli
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223504280100>



**MPV 1116
00007****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116 DE 2022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116 DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprima-se todos os artigos do capítulo VII e arts. 30 e 31 do capítulo VIII da Medida Provisória nº 1.116 de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Ao instituir o Projeto Nacional de Incentivo à contratação de Aprendizizes, a medida provisória define como objetivos principais: a ampliação do acesso de adolescentes e jovens por meio da aprendizagem profissional garantindo o cumprimento integral da cota; a oferta de incentivos para a regularização da contratação de aprendizizes e o estabelecimento de procedimentos especiais para regularização dos setores que apresentem baixa taxa de contratação de aprendizizes. A solução não está em novas medidas e sim no aumento da fiscalização para o adequado cumprimento da cota de aprendizagem e o apoio ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019 que encontra-se na Comissão Especial da Câmara. Cabe ainda, ressaltar que medidas para o fomento da aprendizagem como o cumprimento da cota em quaisquer estabelecimentos da empresa ou da entidade, localizados na mesma unidade federativa, pelo prazo de dois anos, podem incorporar ao PL em andamento.

Não é factível mencionar que a medida traz incentivos ao crescimento da aprendizagem quando encontramos artigos contendo previsão de contagem em dobro para situações de inserção do “vulnerável”.

A aprendizagem é política pública para a juventude, camada da população que mais sofre com o desemprego. Ações que são divulgadas como fomento, mas que na verdade em sua essência possuem características voltadas para a redução e precarização de um importante programa.

Pelo exposto, entendemos que todo o Capítulo VII e os arts. 30 e 31 devem ser totalmente suprimidos da MP.

PAULO TEIXEIRA
PT-SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Teixeira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225940643900>



**MPV 1116
00008****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1116, DE 04 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se parte final ao Art. 429 da MP 1116, de 2022, e as alíneas "a" e "b", com a seguinte redação:

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, **ficando excluídas da base de cálculo:**

a) funções que para o seu exercício demandam curso ou treinamento inferior a 200 horas;

b) funções que demandam nível de escolaridade inferior ao ensino fundamental.

JUSTIFICAÇÃO

Para que se torne factível no Brasil o cumprimento das cotas de aprendizagem, a proposta deve estar dentro dos parâmetros que possibilitam que, realmente, os jovens sejam habilitados para funções que demandam formação técnico-profissional metódica, não sendo para todos os empregados de uma empresa, indiscriminadamente.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Armando
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228108869800>



Assim, o Estado, ao impor e obrigar curso de aprendizagem para empregados, ainda mais em atividades como as de limpeza, conservação, vigilância, motorista, inclusive aeroviários, nas quais as pessoas não dependem de formação técnico-profissional, pois são atividades corriqueiras ou que não necessitam de pré-requisitos, impedindo a atuação de trabalhadores caso não se enquadre nas exigências de aprendiz, viola o texto constitucional no que tange à liberdade de mercado e de iniciativa, conforme se depreende dos art. 1º e 170 da Constituição Federal.

A formação profissional induz a ideia de estudos preparatórios para o exercício de determinadas funções. Exigência na qual sabemos não é necessária para todo e qualquer tipo de atividade, como para as funções de auxiliar de serviços gerais e limpeza.

Na concepção de "aprendizagem" está a de formação, ou seja: receberá lições e orientações esclarecedoras e definidoras para tornar-se profissional em determinada atividade.

Ainda, é preciso se destacar que não se deve confundir formação profissional com cursos técnicos de oito horas - com duração de apenas um dia, que as entidades sindicais patronais oferecem às empresas para treinamento de colaboradores contratados.

Muitas vezes, a função de auxiliar de serviços gerais, por exemplo, é uma atividade de "passagem", ou seja, uma pessoa que por vezes se encontra desempregada muda de área, temporariamente, visando retornar ao mercado de trabalho naquilo que tem aptidão ou se especializou. Como poderá se impor, também, curso de formação para aqueles que não têm como investir em estudos diante da necessidade de se readaptar ao trabalho por dificuldades financeiras? Ou que atua em uma função que não se exige formação específica, aprendendo-a tacitamente?

Ocupações que demandam formação técnico-profissional são aquelas que se realizam mediante a execução de tarefas complexas no ambiente de trabalho, exigindo para a sua qualificação a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos a serem ministrados por meio de processo educacional organizado em currículo próprio, demandando um período prolongado para realização.

Desta forma, propõe-se que se exclua da aprendizagem aquelas atividades que podem ser praticadas com breves informações e as que em poucas horas já inserem o trabalhador no processo produtivo. Bem como, que não se insira na cota de aprendizagem aquelas profissões que, para seu exercício, o trabalhador já precisa ter um



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Armando
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228108869800>



pré-requisito que não pode ser suprido com aprendizagem, como é o caso dos motoristas profissionais, vigilantes, aeronautas, dentre outros.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado CORONEL ARMANDO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Coronel Armando
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228108869800>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 1116
00009****COMISSÃO MISTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se o seguinte § 1º-A ao art. 9º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

Art. 9º

“§ 1º-A O prazo para adoção das medidas previstas neste artigo será por prazo indeterminado para o pai ou a mãe cujo filho, enteado ou criança ou adolescente sob guarda judicial for pessoa com deficiência.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende oferecer condições para a manutenção das pessoas no emprego. Sabemos que os cuidados demandados por pessoas com deficiência são significativamente superiores aos cuidados exigidos por pessoas sem deficiência, visto ser necessário atenção em várias áreas do cuidado, com frequência regular a psicólogos, fisioterapeutas, educadores físicos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, dentre outros. Destaque-se que, como a deficiência se caracteriza pela duração de longo prazo, esses cuidados fazem parte da vida cotidiana das pessoas com deficiência e de seus pais ou responsáveis.

Essa dependência das pessoas com deficiência, em geral, leva o pai ou a mãe a se afastar do mercado de trabalho, uma vez que a rigidez das regras trabalhistas é incompatível com a prática de cuidados exigida pelos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Barbosa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223788592300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

filhos com deficiência. Diante de tal incompatibilidade, quando a família se depara com essa situação, a renda familiar cai drasticamente com o afastamento de um dos seus membros do emprego.

Assim, apresentamos esta emenda e pedimos a sua aprovação, com o objetivo de possibilitar que a família possa prover a atenção necessária para o desenvolvimento de seus filhos com deficiência, bem como facilitar para que pessoas em fase produtiva se mantenham no emprego e não sejam alijadas do mercado de trabalho, proposta que, no nosso entendimento, se coaduna com a Mensagem de encaminhamento da Medida Provisória 1.116/2022 ao Congresso Nacional.

Sala da Comissão, em 06 de maio de 2022.

Deputado EDUARDO BARBOSA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Barbosa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223788592300>



CD223788592300



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 1116
00010****COMISSÃO MISTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o § 4º e o § 5º do art. 429, alterado pelo artigo 28 da MP 1.116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos §§ 4º e 5º ao art. 429 tem significativo potencial de redução das vagas ofertadas para a qualificação de jovens, uma vez que a alteração na Consolidação das Leis do Trabalho nos moldes propostos passa a permitir o cômputo, por até doze meses, de aprendizes contratados pelas empresas ao término do contrato de aprendizagem profissional para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional, enquanto este estiver contratado; bem como autoriza a contabilização em dobro de jovens em situação de vulnerabilidade social.

No nosso entendimento, essas medidas parecem desvirtuar o propósito da Medida Provisória 1.116/2022, qual seja a ampliação da oferta de vagas para aprendizes nos estabelecimentos, aumentar a empregabilidade de jovens e aumentar a efetividade da inclusão de adolescentes e jovens vulneráveis no mundo do trabalho.

Assim, apresentamos esta emenda e pedimos a sua aprovação, com o objetivo de assegurar a contínua inserção de jovens no mercado de trabalho.

Sala da Comissão, em 06 de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Barbosa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228513299100>



CD228513299100



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputado EDUARDO BARBOSA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Barbosa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228513299100>



CD228513299100

**MPV 1116
00011**

**COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE
2022**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimam-se os arts. 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos que se pretende suprimir tratam de matéria atinente à aprendizagem. Nesse contexto, cabe registrar que esta matéria está sendo amplamente debatida, com a devida audiência dos atores interessados, com ampla participação popular e governamental, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, inclusive com o objetivo de apresentar medidas capazes de promover a contratação de aprendizes, sem qualquer redução de seus direitos e do número de vagas. Entendemos que a referida Comissão deveria ser a via adequada para a apreciação desse tema, que envolve alterações permanentes na legislação e não justifica a edição de Medida Provisória.

Os arts. 25 a 27 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022 instituem o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizes, que basicamente consiste em conceder prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impedir a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspender processos administrativos de imposição de multa e reduzir valores de multas impostas. Trata-se, evidentemente, de conceder benefícios a



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hugo Leal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226542732000>



empresas que desrespeitaram a lei, o que, no nosso entendimento, não é a forma mais adequada e justa de incentivar o aumento da contratação de aprendizes.

Ademais, preocupa-nos que, embora a Medida Provisória alegue incentivar a contratação de aprendizes, ela contém diversas regras que resultarão em significativa diminuição no número de cotas, a exemplo das alterações que seu art. 28 promove na CLT, com a ampliação dos prazos contratuais (CLT, art. 428, § 3º) e da idade máxima para determinadas atividades (art. 428, § 5º), contabilização do aprendiz contratado por prazo indeterminado (art. 429, § 4º) e do cômputo em dobro de adolescentes e jovens que se enquadrem em hipóteses específicas (art. 429, § 5º), regra esta que tem nítido conteúdo discriminatório e, portanto, inconstitucional.

As alterações efetuadas no art. 428 da CLT, notadamente os §§ 9º a 12, também poderão gerar insegurança jurídica. A título de exemplo, se um contrato de aprendizagem for prorrogado por meio de aditivo contratual (§ 9º) e for permitida a alteração da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (§ 12), pela técnica não haveria que se falar em aditivo contratual, mas, sim, um novo contrato.

Ademais, a ampliação das hipóteses de contratação indireta prevista no art. 431 da CLT, inciso II, alíneas “b” e “c”, tem o potencial de desvirtuar o aspecto de formação técnico-profissional metódica inerente à aprendizagem e de mercantilizar o trabalho do aprendiz.

O art. 29 da Medida Provisória nº 1.116/2022 dispõe que “os contratos de terceirização de mão de obra preverão as formas de alocação dos aprendizes da contratada nas dependências da empresa ou da entidade contratante, em quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho”. Em relação a esse dispositivo, duas questões nos preocupam especialmente. A primeira é a ausência de clareza na redação quando se refere a “quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho”. A segunda é a ausência de parâmetros que possam garantir que os aprendizes não sejam prejudicados em razão das escolhas relativas à sua alocação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hugo Leal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226542732000>



Em decorrência da supressão do art. 28 da MP, devem ser suprimidos também os arts. 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputado **HUGO LEAL – PSD/RJ**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hugo Leal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226542732000>



CD226542732000





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Tereza Nelma – PSD/AL

MPV 1116
00012

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2020.

(Da Senhora Deputada Tereza Nelma)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os art. 25, 26 e 27 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se mister destacar que a aprendizagem profissional vem sendo amplamente debatida neste Poder Legislativo, por intermédio da Comissão Especial que estuda o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019. Neste diálogo amplo, franqueado a todos os atores interessados ao tema, as mais diferentes visões e entendimentos se fazem representar, como prevê a democracia, notadamente nas audiências públicas que vem sendo promovidas.

Infelizmente, aqueles todos aqueles atores, inclusive esta Câmara de Deputados, foram surpreendidos pela imposição de alterações estruturais na aprendizagem profissional, de forma açodada e sem qualquer transparência, por intermédio da MP nº 1.116 de 2022.

Nesse sentido, os art. 25, 26 e 27 dispõem sobre o “Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes”, que diferentemente do que o seu nome propõe, não contempla qualquer medida de estímulo a contratações, limitando-se ao esvaziamento da atuação fiscalizatória do Estado.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228883552900>

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 322 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5322/3322 | dep.terezanelma@camara.leg.br



CD228883552900





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Tereza Nelma – PSD/AL

O referido projeto é um incentivo às empresas que descumprem a legislação, impedindo novas autuações, suspendendo processos administrativos, concedendo prazos bem mais elásticos para empresas descumpridoras da legislação e inovando critérios distintos daqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

A ampla anistia às empresas descumpridoras não é estímulo à contratação, mas um prêmio à ilegalidade, em completo desprestígio às empresas que atualmente cumprem às cotas e que transformam a vida de nossos adolescentes, jovens e Pessoas com Deficiência por intermédio de uma vaga no mercado de trabalho.

Por fim, o fatídico “projeto” combinado com as mudanças contidas no art. 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, reduzem significativamente o número de cotas de aprendizagem. Em verdade promovem a destruição da aprendizagem profissional como a conhecemos, diminuindo, ainda mais, a possibilidade de inclusão de público vulnerável e qualificação da mão de obra em nosso país.

TEREZA NELMA

Deputada Federal

PSD/AL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228883552900>

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 322 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5322/3322 | dep.terezanelma@camara.leg.br



CD228883552900





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Tereza Nelma – PSD/AL

MPV 1116
00013

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2020.

(Da Senhora Deputada Tereza Nelma)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se o art. 28, o art. 29, o art. 30, o art. 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se mister destacar que a aprendizagem profissional vem sendo amplamente debatida pelo Poder Legislativo, por intermédio da Comissão Especial que estuda o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019. Neste diálogo amplo, franqueado a todos os atores interessados ao tema, as mais diferentes visões e entendimentos se fazem representar, como prevê a democracia, notadamente nas audiências públicas que vem sendo promovidas.

Infelizmente, aqueles atores, inclusive a Câmara de Deputados, foram surpreendidos pela imposição de alterações estruturais na aprendizagem profissional, de forma açodada e sem qualquer transparência, por intermédio da MP nº 1.116 de 2022.

Nesse sentido, o art. 28, o art. 29, o art. 30, o art. 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35, se prestam promover uma “Reforma Trabalhista na política da cota de Aprendizagem Profissional”, na medida em que alteraram mais de 80% (oitenta por cento) dos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho que dispõem sobre essa importante política de inclusão.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226474813600>

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 322 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5322/3322 | dep.terezanelma@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Tereza Nelma – PSD/AL

Dentre os graves prejuízos ao instituto da aprendizagem, destaca-se o esvaziamento do cálculo das cotas, reduzindo a quantidade de vagas disponíveis, na medida são consideradas “cotas fictícias” que “contabilizam” antigos aprendizes, já efetivados pela empresa, como se aprendizes ainda fossem. Essa iniciativa fraudula o cômputo de vagas, inflando os dados oficiais de cumprimento de cota sem gerar, de fato, novas vagas de aprendizagem. Estima-se que essa regra poderá reduzir até 250 mil vagas de aprendizagem que atualmente existem.

A MP cria um cálculo discriminatório privilegiando determinado grupo de vulneráveis, em detrimento de outros, contando aquelas vagas em dobro. Atualmente, cerca de 150 mil aprendizes são inscritos no Cadúnico, o que representa 34% do total de aprendizes no país. Se esses aprendizes passarem a contar em dobro para cota, isso representaria uma redução imediata de mais 150 mil vagas.

Ainda, a elevação limite temporal dos contratos para até 4 anos, reduz o número de adolescentes e jovens alcançados em programas de aprendizagem em até 50% do total atendido atualmente, pois o prazo para criação de nova vaga poderá ser elevado ao dobro.

A MP inclui novas entidades formadoras, inclusive de nível superior (tecnólogo), estimulando a elitização da aprendizagem, quer seja, o afastamento do público de menor escolaridade e, conseqüente, maior vulnerabilidade social. Ela também cria “mercantilização de aprendizes” na medida em que permite repasse a terceiros a obrigação de contratar aprendiz. Ainda, impõe regras confusas para o cumprimento da cota em contratos de terceirização de mão de obra.

Por fim, a fatídica “reforma trabalhista da aprendizagem” reduz significativamente o número de cotas de aprendizagem, dificulta, ainda mais, o ingresso de vulneráveis e restringe a necessária qualificação da mão de obra em nosso país.

TEREZA NELMA

Deputada Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226474813600>

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 322 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5322/3322 | dep.terezanelma@camara.leg.br



CD226474813600





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

MPV 1116
00014

MEDIDA PREVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022 (Da Sra. Lidice da Mata)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimir o §5º do art. 429, alterado pelo artigo 28 da MP 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

O Jovem Aprendiz é um programa de destaque no Brasil, pois, possibilita que estudantes brasileiros tenham a oportunidade de aliar aprendizado profissional com a vivência dos ambientes de trabalho e com o recebimento de bolsa-auxílio.

A Medida Provisória 1116/2022 aduz mudanças ao Programa Jovem Aprendiz e um dos pontos que têm levantado muita discussão se refere aos jovens considerados em vulnerabilidade social (egressos do sistema socioeducativo ou que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas ou de pena no sistema prisional; que estejam em regime de acolhimento institucional; protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, egressos do trabalho infantil ou pessoas com deficiência) A proposta do dispositivo que ora suprimimos conta os referidos aprendizes como dois,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222821670200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

ou seja, um aprendiz seria contratado como se a empresa houvesse contratado dois jovens.

Tal medida provoca menor número de contratações de jovens aprendizes, diminuindo, dessa forma as oportunidades para os jovens. O cômputo em dobro de vulneráveis por si só já reduziria a cota em torno de 50%.

Dessa forma, nenhuma justiça social pode ser alcançada por meio de medida tão temerosa, ainda mais se consideramos o contexto de pandemia que se vivencia.

Diante do exposto, deve ser integralmente suprimido o § 5º do 429, previsto no art. 28 da MP 1.116, de 2022.

Sala da Comissão, em 06 de maio de 2022.

Deputada Lídice da Mata
(PSB/BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222821670200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

**MPV 1116
00015**

MEDIDA PREVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

(Da Sra. Lidice da Mata)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimir o art. 28, o art.30, o art. 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da MP 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória nº 1.116/2022 altera diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos à aprendizagem.

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que a matéria referente à aprendizagem já está sendo amplamente debatida na Câmara dos Deputados, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que entendemos ser a via adequada para a apreciação desse tema, que envolve alterações permanentes na legislação e não justifica a edição de Medida Provisória.

Além disso, quanto ao mérito, preocupa-nos que, embora a Medida Provisória alegue incentivar a contratação de aprendizes, ela contém diversas regras que resultarão em significativa diminuição no número de cotas, a exemplo da ampliação dos prazos contratuais (CLT, art. 428, § 3º) e da idade



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226201548400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

máxima para determinadas atividades (art. 428, § 5º), da contabilização do aprendiz contratado por prazo indeterminado (art. 429, § 4º) e do cômputo em dobro de adolescentes e jovens que se enquadrem em hipóteses específicas (art. 429, § 5º), regra esta que tem nítido conteúdo discriminatório e, portanto, inconstitucional.

inconstitucional.

Preocupa-nos também que as alterações efetuadas no art. 428 da CLT, notadamente os §§ 9º a 12, poderão gerar insegurança jurídica. A título de exemplo, se um contrato de aprendizagem for prorrogado por meio de aditivo contratual (§ 9º) e for permitida a alteração da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (§ 12), pela técnica não haveria que se falar em aditivo contratual, mas, sim, um novo contrato.

Ademais, a ampliação das hipóteses de contratação indireta prevista no art. 431, inciso II, alíneas “b” e “c”, tem o potencial de desvirtuar o aspecto de formação técnico-profissional metódica inerente à aprendizagem e de mercantilizar o trabalho do aprendiz.

Em decorrência da supressão do art. 28 da MP, devem ser suprimidos também os arts. 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 06 de maio de 2022.

Deputada Lídice da Mata
(PSB/BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226201548400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

**MPV 1116
00016**

MEDIDA PREVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

(Da Sra. Lidice da Mata)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimam-se os arts. 25, 26 e 27 da MP 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

Os arts. 25 a 27 da Medida Provisória em referência tratam de instituir o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes, que basicamente consiste em conceder prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impedir a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspender processos administrativos de imposição de multa e reduzir valores de multas impostas.

Trata-se, evidentemente, de conceder benefícios a empresas que desrespeitaram a lei, o que, no nosso entendimento, não é a forma mais adequada e justa de incentivar o aumento da contratação de aprendizes. A propósito, cabe registrar que a matéria relativa à aprendizagem está sendo amplamente debatida, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, inclusive com o objetivo de apresentar medidas capazes de promover a contratação de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226537483500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

aprendizes, sem qualquer redução de seus direitos e do número de vagas.

Ressalte-se ainda que, embora a Medida Provisória tenha intitulado o projeto como de “incentivo à contratação de aprendizes”, há em seu texto dispositivos capazes de reduzir significativamente o número de cotas de aprendizagem, a exemplo das alterações que seu art. 28 promove nos §§ 4º e 5º do art. 429 da CLT.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 06 de maio de 2022.

Deputada Lídice da Mata
(PSB/BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226537483500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

MPV 1116
00017

MEDIDA PREVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022 (Da Sra. Lidice da Mata)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprima-se o art.29 da MP 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 29 da Medida Provisória nº 1.116/2022 dispõe que “os contratos de terceirização de mão de obra preverão as formas de alocação dos aprendizes da contratada nas dependências da empresa ou da entidade contratante, em quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho”.

Em relação a esse dispositivo, duas questões nos preocupam especialmente. A primeira é a ausência de clareza na redação quando se refere a “quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho”. A segunda é a ausência de parâmetros que possam garantir que os aprendizes não sejam prejudicados em razão das escolhas relativas à sua alocação.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226542050400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 06 de maio de 2022.

Deputada Lídice da Mata
(PSB/BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226542050400>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

MPV 1116
00018

EMENDA Nº
(à MPV 1.116, de 2022)

Modifique-se o art. 28 da MPV 1.116, de 2022, para incluir os novos §§ 6º e 7º e 8º ao artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, nos termos da seguinte redação:

“Art. 28.

.....

‘Art. 429.....

.....

§6º Ficam excluídas da quota de aprendizes prevista no caput as empresas que contratem jovens, entre 16 (dezesseis) e 24 (vinte e quatro) anos, em percentual superior a 30% (trinta por cento) do número total de seus funcionários;

§7º As empresas descritas na hipótese do §6º deverão ofertar treinamento técnico de 36 (trinta e seis) horas, ainda que não profissionalizante, na forma presencial ou por ensino a distância, para aos menos 5% (cinco por cento) de seus trabalhadores, necessariamente para jovens entre 16 (dezesseis) e 24 (vinte e quatro), através da contratação junto aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, ou, na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, este treinamento poderá ser contratado junto a outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica previstas no art. 430 desta Consolidação.

§8º Os trabalhadores em atividades de tele serviços, o que inclui trabalhadores que tem como ocupação principal a execução de atividades de teleatendimento, telemarketing, call center, telecobrança e outras atividades de contato a distância com o consumidor ou usuário por meios telemáticos, não se incluem entre as atividades que demandam formação profissional, de tal forma que não serão incluídas na base de cálculo da quota de aprendizes prevista no caput.”(NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

JUSTIFICAÇÃO

Parece adequado que a Lei 10.097/2000 seja aperfeiçoada para prever que a empresas que já contratam e inserem jovens no mercado profissional em elevado percentual dos seus trabalhadores, sem demandar a prévia formação profissional, também atingem os objetivos da política pública de inserção do jovem no mercado de trabalho, em complemento ao modelo de inserção previsto na legislação atual, conforme proposto no §6º adicionado ao art. 429 da CLT, nos termos desta emenda ao artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022. Essa mudança é importante pois a inclusão no mercado de trabalho sem demandar a formação profissional prévia é uma solução imediata para o problema do alto desemprego do jovem que a sociedade brasileira vivência. É necessário coadunar estratégia de efeito imediato e de efeito mediato de inclusão, daí o mérito dessa proposta.

Dessa forma, nas atividades nas quais o treinamento profissional para um novo trabalhador, nos parece possível que seja promovido cursos de menor duração, sem característica profissionalizante, mas com conteúdo técnico, e com possibilidade de execução distancia, para parcela do quadro de funcionários, como a finalidade de promover os objetivos da política pública de inserção dos jovens no mercado de trabalho, conforme proposto no §7º adicionado ao art. 429 da CLT, nos termos desta emenda ao artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

Ao mesmo tempo, a proposta inclui importante regra de promoção de segurança jurídica na aplicação da legislação do jovem aprendiz, para uma importante categoria e setor da economia, o setor de telesserviços (que inclui trabalhadores que tem como ocupação principal a execução de atividades de teleatendimento, telemarketing, call center, telecobrança e outras atividades de contato a distância com o consumidor ou usuário por meios telemáticos). O setor de telesserviços é um dos maiores empregadores formais do país – sendo aproximadamente 1,4 milhão de trabalhadores. Dados do CAGED atestam mais de **650 mil contratações entre os meses de janeiro/2020 e dezembro/2021** – o que representou a criação de mais de **46 mil novas posições de trabalho**. Para muito além de representar um verdadeiro vetor de oportunidades, o setor de telesserviços é ulteriormente inclusivo. Basta destacar que, em sua grande maioria, encontramos mulheres (70%), jovens entre 18 e 29 anos (60%), trabalhadores em primeiro emprego (variando até 60% em algumas regiões) e pretos e pardos (cerca de 70%). Ou seja, o perfil médio dos trabalhadores é ulteriormente jovem e que encontra no setor de teleatendimento uma forma





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

de ingresso no mercado de trabalho. Posto de outro modo, as empresas do setor de telsserviços promovem uma forte inserção deste segmento da população no mercado de trabalho, independentemente de qualquer incentivo ou exigência legal. Os jovens que são contratados para exercer a atividade de operador de teleatendimento/telemarketing não precisam receber uma formação profissional prévia, daí a proposta deste fato ser reconhecido na lei como forma de promover segurança jurídica na aplicação da legislação, conforme proposto no §8º adicionado ao art. 429 da CLT, nos termos desta emenda ao artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos pares para a aprovação da importante emenda.

Sala da Sessão,

Senador ALEXANDRE SILVEIRA



**MPV 1116
00019**

Medida Provisória nº 1.116, de 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Ficam suprimidos os arts. 28, 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Além de modificar significativamente a CLT através da MP 1.116/2022, o governo também editou o Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022, modificando sobremaneira a regulamentação infralegal da aprendizagem profissional, sob protestos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.

Em nota pública, o SINAIT ressalta que os textos foram elaborados sem a participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que são os agentes públicos responsáveis por fiscalizar se as empresas estão cumprindo ou não as cotas de aprendizagem: *“A categoria, que conhece a fundo o instituto da Aprendizagem, foi pega de surpresa e reagiu com a entrega dos cargos de Coordenação de Aprendizagem nos 27 estados do País”*. De acordo com o Sindicato, *“Ao alterar quase 90% dos artigos da Lei da Aprendizagem e cerca de 70% do decreto que regulamenta o instituto, os recentes normativos podem ser classificados como mais uma reforma trabalhista”*.

Marcelo Gallo, do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), afirmou que não é possível enumerar um só ponto positivo. Ao jornal Folha de São Paulo, ele afirmou que o sentimento entre os membros da Febraeda (Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes) é de terra arrasada. *“Nossa sugestão para os deputados e senadores é que rejeitem o tema da aprendizagem na sua integralidade”*, disse.

Cabe ressaltar ainda que foi instalada na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2021, uma Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei 6461/19, que institui o Estatuto do Aprendiz. O relator da Comissão Especial do Estatuto do Aprendiz, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), considerou a MP um desrespeito com o Congresso Nacional.



A presente emenda, portanto, busca suprimir os arts. 28, 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, que modificam sobremaneira o estatuto da aprendizagem profissional inscrito na CLT, de modo antidemocrático e ao arrepio do debate em curso na Comissão Especial instalada na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões em de de 2022

Senador PAULO ROCHA

PT/PA



MPV 1116
00020

Medida Provisória nº 1.116, de 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Ficam suprimidos os arts. 25, 26 e 27 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Além de modificar significativamente a CLT através da MP 1.116/2022, o governo também editou o Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022, modificando sobremaneira a regulamentação infralegal da aprendizagem profissional, sob protestos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.

Em nota pública, o SINAIT ressalta que os textos foram elaborados sem a participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que são os agentes públicos responsáveis por fiscalizar se as empresas estão cumprindo ou não as cotas de aprendizagem: *“A categoria, que conhece a fundo o instituto da Aprendizagem, foi pega de surpresa e reagiu com a entrega dos cargos de Coordenação de Aprendizagem nos 27 estados do País”*. De acordo com o Sindicato, *“Ao alterar quase 90% dos artigos da Lei da Aprendizagem e cerca de 70% do decreto que regulamenta o instituto, os recentes normativos podem ser classificados como mais uma reforma trabalhista”*.

Marcelo Gallo, do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), afirmou que não é possível enumerar um só ponto positivo. Ao jornal Folha de São Paulo, ele afirmou que o sentimento entre os membros da Febraeda (Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes) é de terra arrasada. *“Nossa sugestão para os deputados e senadores é que rejeitem o tema da aprendizagem na sua integralidade”*, disse.

Cabe ressaltar ainda que foi instalada na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2021, uma Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei 6461/19, que institui o Estatuto do Aprendiz. O relator da Comissão Especial do Estatuto do Aprendiz, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), considerou a MP um desrespeito com o Congresso Nacional.



A presente emenda, portanto, busca suprimir os arts. 25, 26 e 27 da MP 1.116/2022, que dispõem sobre o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendiz. A tentativa de regularização da cota de aprendizagem profissional mediante suspensão de processo administrativo trabalhista de imposição de multa pelo descumprimento da cota, ou ainda mediante redução em 50% do valor da multa decorrente de auto de infração lavrado anteriormente à adesão ao Projeto, pode significar um precedente perigoso, indutor do descumprimento da cota de aprendizagem profissional.

Sala das Sessões em, de de 2022

Senador PAULO ROCHA

PT/PA



**MPV 1116
00021**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimam-se, da Medida Provisória nº 1.116/2022, os arts. 25 a 31, e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35.

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos cuja supressão estamos propondo tratam de matéria relativa à aprendizagem no âmbito da Medida Provisória nº 1.116/2022.

Os arts. 25 a 27 referem-se à instituição do denominado “Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes”, o art. 28 altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e o art. 29 dispõe sobre a alocação de aprendizizes em casos de contratos de terceirização. Os arts. 30 e 31 da MPV, bem como os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 são disposições finais vinculadas às alterações feitas na CLT pelo art. 28 da MPV.

Apesar do nome dado à matéria na MPV, “incentivo à contratação de adolescentes e jovens por meio da aprendizagem profissional”, o conteúdo proposto, na realidade, não é capaz de promover efetivo aumento na contratação de aprendizizes nem aperfeiçoa a legislação sobre a matéria.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Denis Bezerra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220672193700>



CD220672193700



2

O “projeto” de que tratam os arts. 25 a 27 abrange medidas relativas à concessão de prazos para o cumprimento da cota de aprendizagem, ao impedimento para autuação pela inobservância das cotas, à suspensão de processos administrativos de imposição de multa e à redução dos valores de multas impostas. Em suma, trata-se de perdoar multas recebidas por empresas infratoras e criar barreiras para que a fiscalização do trabalho exerça sua função de forma plena, estimulando o descumprimento das normas trabalhistas.

Quanto ao art. 28, verificamos que diversas das alterações feitas na CLT resultam na diminuição das vagas de aprendizagem e na precarização da formação teórica e prática. Entre as alterações que induzem a redução do número de vagas, destacam-se o aumento do prazo contratual (art. 428, § 3º, da CLT) e a contagem fictícia de aprendizes (§§ 4º e 5º do art. 429 da CLT). Além disso, a autorização para o exercício das atividades práticas em lugares diversos (art. 431 da CLT e art. 29 da MPV) pode causar prejuízos à formação prática, enquanto a permissão de trânsito entre entidades formadoras e programas distintos no mesmo contrato de aprendizagem (art. 428, § 12) pode trazer prejuízos à formação teórica.

Por essas razões, apresentamos essa emenda supressiva e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 9 de maio de 2022.

Deputado DENIS BEZERRA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Denis Bezerra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220672193700>



**MPV 1116
00022**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 26 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 26 da Medida Provisória concede prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impede a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspende processos administrativos de imposição de multa, além de reduzir os valores de multas impostas.

Com esse conteúdo, o objetivo do dispositivo rechaçado por esta emenda é exatamente conceder anistia e vantagens às empresas que descumprem a legislação trabalhista, razão pela qual não se presta a ser uma medida correta e eficaz para incentivar a contratação de jovens aprendizes.

Por esta razão, solicitamos aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2022.

Deputado Daniel Almeida

PCdoB / BA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229478832700>



**MPV 1116
00023****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao 28, da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, a alteração no *caput* do art. 429, da CLT, e a inclusão do § 6º:

“Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza, que possuam mais de 20 (vinte) funcionários, são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos empregados ativos com contrato por prazo indeterminado existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme grade curricular dos cursos disponibilizados nos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

[...]

§6º. Ficam excluídas da base de cálculo par o número de aprendizes as funções:

I - que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior;

II - que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2º do art. 224 da CLT;

III - que não demandem formação técnica específica;

IV - que necessitem de idade mínima para exercê-las; e

V - exercidas em condições insalubres, perigosas ou noturnas.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa dar efetividade à cota de aprendizagem, sem penalizar o empregador. Alguns setores acabam sendo penalizados pelo não cumprimento da cota, quando, na verdade, a atividade desenvolvida pelo estabelecimento não permite o seu cumprimento.

Cada setor econômico tem diferentes necessidades de formação profissional metódica. A aprendizagem para os setores econômicos não pode



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jose Mario Schreiner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227381973000>



ser resumida a cotas genéricas, com formação generalista. Cada formação deve ser adequada para cada atividade econômica.

A aprendizagem deve considerar as funções que demandam formação profissional, visando a real qualificação do aprendiz para o mercado de trabalho. No entanto, da forma como disposto na legislação, os empregadores acabam por se preocupar mais com o cumprimento da cota do que, de fato, com a aprendizagem.

O intuito da cota de aprendizagem é facilitar o acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, possibilitando um primeiro contato com a atividade que se pretende exercer, já fornecendo alguma experiência para posterior contratação.

Atualmente, a cota não é eficaz e penaliza alguns empregadores, que se veem obrigado a demitirem funcionários ou criar postos de trabalho apenas para cumprimento da cota, não sendo esse o intuito da criação do dispositivo.

Algumas atividades como motorista de carga e transporte rodoviário, vigilância, rural, possuem grande dificuldade na contratação de aprendizes e, conseqüentemente, no cumprimento da cota.

As ditas atividades têm como principal característica, atividades que não podem ser desempenhadas por grande parte da faixa etária de aprendizagem, exigindo, minimamente, que os aprendizes tenham no mínimo 18 anos, o que já reduz a faixa de contratação e cria dificuldades para encontrar interessados.

Quando falamos da atividade de motorista, temos que a idade mínima para obtenção da carteira de habilitação é de 18 anos, todavia, para obter a categoria “c”, “d” ou “e” para transporte de carga ou passageiros, já vai para 21 anos.

Na questão dos vigilantes, a idade mínima para manuseio de arma de fogo é de 25 anos, o que já impossibilita qualquer atividade de aprendizagem na atividade de vigilância, sem contar que se trata de atividade perigosa.

O agronegócio possui característica de atividades braçais, terrenos acidentados e propriedades com longa distância de municípios, bem como atividades que mantêm contato frequente com defensivos agrícolas, de forma direta ou indireta, o que reduz as áreas onde possam contratar aprendizes.

Observando a característica das atividades acima, nota-se que as empresas dos setores citados a título exemplificativo, não conseguem contratar aprendizes para suas atividades preponderantes, sendo obrigadas a criar



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jose Mario Schreiner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227381973000>



postos de trabalho em atividades administrativas, apenas para o cumprimento da cota, o que aumenta o custo empresarial, que certamente será repassado ao consumidor final.

Ademais, salienta-se que o art. 404, da CLT, veda o trabalho noturno ao menor de 18 anos e o art. 405, inciso I, da CLT, proíbe o trabalho do menor nos locais e serviços perigosos ou insalubres, corroborando que estas atividades não devem constar na base de cálculo da aprendizagem, eis que por impedimento legal não poderão ser cumpridas por grande parte dos aprendizes.

Portanto, as alterações aqui propostas visam trazer efetividade à cota de aprendiz, que em determinadas atividades acaba por não cumprir sua finalidade, sendo unicamente um instrumento para ampliar a quantidade de atuações e infrações, sem apresentar efeito prático.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jose Mario Schreiner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227381973000>



MPV 1116
00024

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se o art. 29-A, na Medida Provisória nº 1.116, de 2022, com o seguinte teor:

“Art. 29-A. O produtor rural pessoa física está dispensado da contratação de aprendizes.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, concedendo-as uma série de benefícios trabalhistas e fiscais, dada a característica de terem poucos, ou nenhum, trabalhadores.

Na mesma linha, o produtor rural pessoa física que, em regra, também possui baixa quantidade de trabalhadores, sendo, em sua grande maioria, pequenos produtores, não gozam dos mesmos benefícios concedidos aos empreendedores urbanos.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, afirma que todos são iguais perante a lei e traz a proteção à propriedade do pequeno produtor em seu inciso XXVI, todavia a legislação ordinária não traz nenhum tipo de proteção ou benefício aos pequenos produtores, que têm que seguir e cumprir as mesmas obrigações trabalhistas dos grandes empregadores.

Portanto, o intuito da presente proposta é de equiparar o produtor rural pessoa física ao MEI e a EPP, dada suas características semelhantes, no que concerne à empregabilidade e questões trabalhistas, distinguindo-se apenas no meio em que exercem sua atividade.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jose Mario Schreiner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220350851200>



**MPV 1116
00025****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao artigo 28, da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, a alteração do art. 429, da CLT, com a inclusão do § 7º:

“Art. 429.....

.....

§7º Quando o empregador comprovar não existir mão de obra aprendiz, inexistir interessados no preenchimento das vagas ou que não existe entidade qualificada para capacitação disponível no município em que se localizar o estabelecimento, ficará dispensado do cumprimento da obrigação prevista no caput do presente artigo, não incorrendo em qualquer sanção administrativa ou judicial.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar efetividade à cota de aprendizagem, sem penalizar o empregador. Alguns setores acabam sendo penalizados pelo não cumprimento da cota, quando, na verdade, a atividade desenvolvida pelo estabelecimento não permite o seu cumprimento.

Deve-se levar em consideração que nem sempre os empregadores conseguem cumprir as cotas, ainda que se empenhem ao máximo para fazê-lo.

A jurisprudência¹ já tem anulado autos de infração e afastado multas pelo descumprimento de cotas, quando comprovado que o empregador aplicou esforços para preencher as vagas, mas não conseguiu por razões alheias a sua vontade.

Acontece que, atualmente, há necessidade de judicialização do auto de infração, movimentando toda a máquina do judiciário, ampliando os custos ao erário, somente para obter anulação da sanção, ante a falta de dispositivo de excludente de punibilidade na legislação, o que obriga a lavratura do auto.

1 AIRR - 657-66.2014.5.12.0009;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jose Mario Schreiner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221823234700>



A inserção de um parágrafo que possibilite ao Auditor Fiscal do Trabalho não lavrar o auto de infração, quando verificado que o empregador fez o cabível para cumprir a cota e não conseguiu, certamente irá diminuir a quantidade de autuações, bem como de querelas judiciais.

Portanto, as alterações aqui propostas visam não punir injustamente os empregadores que não se furtaram à tentar cumprir a cota.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jose Mario Schreiner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221823234700>



CD221823234700



**MPV 1116
00026**

Emenda à Medida Provisória nº 1116/2022

Emenda

Acresce-se a parte final e as alíneas "a" e "b" ao artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, ficando excluídas da base de cálculo:

- a) funções que quando de sua contratação demandem nível de escolaridade inferior ao ensino denominado "anos iniciais" ou "fundamental 1";
- b) funções que necessitam de curso específico para contratação, regulamentados por lei.

Justificativa:

Trata-se de emenda cujo objetivo é tornar mais racional a cota de contratação mínima para os Serviços Nacionais de Aprendizagem, fazendo com que as funções que não possuam pré-requisito de escolaridade ou não demandem formação profissional, deixem de serem incluídas na cota de aprendizagem. A formação profissional induz a ideia de estudos preparatórios para o exercício de determinadas funções. Ocorre que diversos serviços independem de tais estudos prévios, necessitando a escolaridade apenas do fundamental 1, a exemplo de limpeza, auxiliar de serviços gerais, conservação de áreas públicas e outras funções especificadas.

Assim, a emenda aqui proposta resguarda o conceito de "aprendiz" para as funções que exijam "aprendizado". Na concepção de "aprendizagem" está a de formação. Ou seja: receberá lições e orientações esclarecedoras e definidoras para tornar-se profissional." Ainda vale destacar que a formação profissional não se confunde com os cursos técnicos de 8 (oito) horas que tem a duração de apenas um dia, os quais as entidades sindicais patronais oferecem às empresas para treinamento dos colaboradores contratados por elas.

Por fim, há funções que, para ser contratado, o trabalhador já precisa ter curso de formação, não podendo executar a função como aprendiz, como é o caso dos motoristas, aeronautas e vigilantes, dentre outros. Desta forma, peço a aprovação da presente emenda como forma de aprimorar o texto da proposta.

DEPUTADO GILSON MARQUES

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226234305500>



**MPV 1116
00027****EMENDA nº - CM****(à MPV nº 1116, de 2022)**

Inclua-se no artigo 28 da Medida Provisória 1116, de 2022, a alteração do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a seguinte redação:

“Art. 429 - Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, salvo os previstos no parágrafo 6º.

.....

§ 6º- As empresas cuja a atividade fim possuem atividades laborais que exijam habilitação legal, com ou sem explicitação de idade mínima para o exercício profissional, ou atividades laborais proibidas legalmente aos menores de 18 anos, poderão requerer formalmente ao Ministério do Trabalho e Previdência o ajuste da cota de aprendizagem, conforme as regras a seguir:

I – O cálculo da cota de aprendizagem será realizado considerando a proporção percentual de empregados contratados para cada atividade laboral, com exigência de habilitação ou de idade mínima conforme previsto no parágrafo 6º e no conjunto das atividades sem exigência de habilitação ou idade mínima, calculado em relação do total de empregados da empresa.

II – Para o cálculo da cota de aprendizagem será utilizado o valor da cota mínima para cada idade mínima de entrada na respectiva atividade laboral, considerando os valores expressos a seguir:

- a- Sem exigência de habilitação ou idade mínima aplica-se a cota de 5%;*
- b- Com 18 anos completos aplica-se a cota mínima de 3%.*
- c- Com 19 anos completos aplica-se a cota mínima de 2,5%.*
- d- Com 20 anos completos aplica-se a cota mínima de 2%.*
- e- Com 21 anos completos aplica-se a cota mínima de 1,5%.*
- f- Com 22 anos completos aplica-se a cota mínima de 1%.*



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229050054700>



g- Com 23 anos completos aplica-se a cota mínima de 0,5%.

§ 4º - Caberá do Trabalho e Previdência regulamentar o teor do parágrafo 6º no prazo de 90 dias a partir da publicação desta lei.

Justificativa

O Programa do Jovem Aprendiz previsto na Consolidação das Leis do Trabalho e regulamentado pelo Decreto nº 11.061/2022 tem demonstrado bons resultados visando reduzir o índice de desemprego dos jovens no país.

Observa-se que a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens tem ampliado as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, tornando assim um benefício fundamental para melhoria dessa nova geração de brasileiros.

Apesar dos benefícios e conquistas para o jovem brasileiro, tem se observado alguns conflitos de interpretação legal quanto as atividades a serem consideradas para a contratação do jovem aprendiz.

É certo que o jovem aprendiz não pode realizar as suas atividades em locais prejudiciais a sua formação, desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

Como o jovem se encontra em fase de formação, a necessidade de trabalhar não dever gerar resultados negativos a sua formação educacional, a qual é necessária para sua integração na sociedade ativa.

Sob este entendimento, o Decreto nº 11.061/2022 trouxe uma regra protetiva, prevista no artigo 52, ao estabelecer que determinadas atividades não devem ser consideradas para fins de contratação do jovem aprendiz.

Contudo, a redação do citado dispositivo está em decreto e não na lei, e ainda, peca pela técnica legislativa utilizada, podendo gerar interpretações indevidas e conflitos desnecessários prejudicando tanto o jovem como o setor produtivo nacional.

Assim, a presente proposta visa sanar a falha legal existente e contribuir de forma objetiva para um programa que visa aprimorar as oportunidades de trabalho para a juventude brasileira.

Sala da Comissão, 9 de maio de 2022

Deputado MAURO LOPES
(PP-MG)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229050054700>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 1116
00028****COMISSÃO MISTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprimam-se os arts. 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca adequar a política de aprendizagem aos objetivos apresentados pelo Poder Executivo na Mensagem de encaminhamento da Medida Provisória 1.116/2022 ao Congresso Nacional.

Vale lembrar que diante da relevância desse tema, encontra-se em funcionamento na Câmara dos Deputados a Comissão Especial para apreciar o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, o qual tem o objetivo de apresentar medidas para promover a contratação de aprendizes, sem redução do número de vagas.

Os capítulos que tratam da matéria do programa da aprendizagem na MP 1.116/22 correspondem, praticamente, a uma “mini reforma trabalhista” em relação à aprendizagem profissional, com alterações prejudiciais no cálculo da cota de aprendizes. No nosso entendimento, a MP precariza o programa de aprendizagem, pois, ao invés de promover o aumento de vagas, ao contrário, resulta em uma redução de cota com o aumento do prazo do contrato do aprendiz de 2 anos para 3 anos, podendo chegar a até 4 anos. Isso acarretará redução do número de adolescentes e jovens alcançados em programas de aprendizagem em até 50% do total atendido atualmente, pois o prazo para criação de nova vaga pode ser elevada ao dobro; além da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Barbosa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223937988000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

absurda possibilidade contagem fictícia de aprendizes. Ademais, a MP compromete a fiscalização e cria benefícios para aquelas empresas que não cumprem a lei.

Por fim, consideramos a MP 1.116 um retrocesso aos avanços trazidos pela Lei da Aprendizagem que é considerada uma grande ferramenta sociossistencial e de efetiva profissionalização, com potencial para combater a evasão escolar e o trabalho infantil; o combate ao trabalho infantil ficará comprometido com a retirada da prioridade de contratação de aprendizes com idade entre 14 e 18 anos.

Pelo exposto, pedimos apoio para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputado EDUARDO BARBOSA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Barbosa
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223937988000>



**MPV 1116
00029****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS**EMENDA Nº , DE 2022****(MP nº 1.116, de 2022)**

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, constante do art. 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 429

.....

‘§ 5º

VIII- sejam adolescentes ou jovens de comunidades indígenas ou quilombolas’.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A MP em destaque visa instituir o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, destinado à inserção e à manutenção de mulheres e jovens no mercado de trabalho por meio da implementação de medidas que tem por finalidade a modernização das regras de aprendizagem profissional previstas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, estabelecendo mecanismos que possibilitem o aumento de vagas nos estabelecimentos, aumentar a empregabilidade de jovens e aumentar a efetividade da inclusão de adolescentes e jovens vulneráveis no mundo do trabalho.

Sabemos das grandes dificuldades que perpassam os sistemas de ensino estaduais, que são responsabilizados quase que integralmente pela educação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

escolar das comunidades indígenas e quilombolas. As referidas comunidades ficam completamente vulneráveis e expostas às carências de estrutura e recursos dos estados e municípios onde se situam. Ainda, é notório que grandes dificuldades também ocorrem em relação a serviços que garantem o mínimo existencial, *verbi gratia*, os serviços de saúde prestados.

Considerando esta dívida social, apresentamos emenda com a finalidade de garantir segurança jurídica para as comunidades supramencionadas, assegurando no ordenamento jurídico que para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional, será contabilizada em dobro a contratação de aprendizes adolescentes ou jovens de comunidades indígenas ou quilombolas.

Importante salientar, que a MP já garante a regra supramencionada para adolescentes ou jovens egressos do sistema socioeducativo; que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas; em cumprimento de pena no sistema prisional; integrem famílias que recebam benefícios financeiros dos programas Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; em regime de acolhimento institucional; protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; egressos do trabalho infantil; ou sejam pessoas com deficiência.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, de maio de 2022.

Senador MECIAS DE JESUS



**MPV 1116
00030**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprima-se o art. 6º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 6º da Medida Provisória nº 1.116/2022 autoriza o saque de valores acumulados na conta individual vinculada ao

FGTS para auxílio no pagamento de despesas com creche para filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até cinco anos de idade. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi criado com o objetivo de formar poupança que ampare o trabalhador por ocasião da demissão sem justa causa, momento em que assegurará a manutenção familiar. Outra hipótese para seu uso é a aquisição da casa própria.

Dados recentes da Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE](#)) mostram que as mulheres são a maioria dos desempregados do país. No



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220935915000>



último trimestre de 2021, enquanto a taxa de desemprego dos homens estava estimada em 9%, a das mulheres girava ao redor de 14%. Soma-se a isso o fato de que as mulheres recebem, em média, salários 20% menores que os dos homens, mesmo possuindo uma média de escolaridade mais alta.

A situação mais precarizada das mulheres no mercado de trabalho é histórica e se agravou ainda mais desde o início da pandemia, quando um número substancial de mulheres teve que abandonar seus postos de trabalho para assumir os cuidados com os filhos, que não podiam frequentar creches ou escolas.

A proposta trazida pela de uso do FGTS para custeio de despesas com creches, além de significar uma desvirtuação da finalidade do fundo, prejudica seu uso para projetos habitacionais e leva as reservas dos trabalhadores a saldos incapazes de ampará-los por ocasião das demissões. Tal medida traz prejuízos diretos às mulheres, já que elas são as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos e as mais atingidas por demissões ocasionadas pelas dificuldades de conciliação da maternidade com as jornadas laborais, precarizando ainda mais sua situação econômica nos períodos de desemprego.

Argumentar que, por ocasião das demissões, a trabalhadora contará com o seguro desemprego para se manter é um argumento falacioso na medida que esse mecanismo de proteção, no caso de trabalhadoras domésticas, por exemplo, se restringe a 3 meses de 1 salário-mínimo, independentemente da renda que o emprego proporcionava. Saliente-se que, segundo dados da PNAD, as mulheres representam 92% dos postos de trabalho doméstico no Brasil. Além disso, estudos mostram que o brasileiro leva em média 14 meses para conseguir um novo emprego, sendo as mulheres as que mais têm dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho. Torna-se claro, portanto, a importância do FGTS para a manutenção familiar no caso de demissão.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220935915000>



3

A propositura de que as mulheres utilizem os valores acumulados no FGTS para pagamento de serviços de creche busca amenizar o grave problema de déficit de vagas em creches públicas no Brasil, que atinge especialmente as famílias mais pobres. Porém, tal solução, além de privar ainda mais as mulheres de recursos econômicos quando estão desempregadas significa a inobservância do dever estatal de prover garantias à primeira infância — já que manutenção da educação infantil é dever do Estado garantido constitucionalmente — e à proteção do trabalho feminino, conforme determinado pela CLT.

Ante o exposto, pedimos a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2022.

TEREZA NELMA
Deputada Federal
PSD/AL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220935915000>



MPV 1116
00031

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 7º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 7º

Parágrafo único. Os serviços sociais autônomos referidos neste artigo priorizarão a manutenção ou subvenção de creches com horários de funcionamento prolongados para atender às demandas de pais que trabalham em horários noturnos ou na jornada prevista no inciso II, alínea “d”, do art. 1º desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil apresenta um amplo déficit de creches gratuitas ou de baixo custo ofertadas para atender à demanda de pais e, principalmente, mães trabalhadoras no país. Segundo estudo realizado em 2020 Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), apenas 1 de cada 4 crianças de até 3 anos de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229433458900>



idade frequentam creches no país – sendo que as famílias mais pobres as mais prejudicadas pela falta de vagas na rede pública¹.

Ainda mais difícil é a situação de trabalhadoras e trabalhadores que trabalham em regimes de plantão e/ou em horários noturnos: não existem creches públicas direcionadas a esta fatia da população.

Dessa forma, com o texto desta emenda sugere-se aos serviços sociais a priorização da manutenção ou subvenção de creches que possuam horários de funcionamento prolongados em relação aos oferecidos pela maioria das creches atualmente em funcionamento no Brasil. Tal oferta atenderá não somente a demanda de trabalhadores com horários de trabalho pouco usuais, mas também a ampla maioria que depende de transporte público e percorre longas distâncias e com isso encontram dificuldades em deixar e buscar os filhos nas creches em horário comercial.

A incompatibilidade entre os horários de funcionamento da maioria das empresas e os horários dos serviços de creche, além da escassez de vagas em creches por si só, é uma das principais causas do desemprego de mães ou da sua contratação prioritária em empregos mais precarizados, com carga horária reduzida e baixos salários.

Ante o exposto, pedimos a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2022.

TEREZA NELMA
Deputada Federal
PSD/AL

2022-3415



1 “Crianças que mais precisam de creches ainda têm pouco acesso”.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches-ainda-tem-pouco-acesso>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229433458900>



MPV 1116
00032

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente os seguintes dispositivos à Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 17.

.....

.

§ 6º Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão ou nos seis meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo de, no mínimo, cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato”.

.....

.

“Art. 19.

.....

.

§ 7º Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão ou nos seis meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo de, no mínimo, cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227020579400>



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende aumentar de três para seis meses a estabilidade provisória das trabalhadoras cujos contratos de trabalho tenham sido suspensos para qualificação profissional e estender o mesmo tratamento para a hipótese de suspensão do contrato para acompanhamento do desenvolvimento dos filhos.

O objetivo é o de tranquilizar os trabalhadores que optarem por usufruir dos direitos assegurados pela presente Medida Provisória em relação ao receio quanto a eventual permanência futura no emprego.

Cremos que as inclusões propostas fortalecem os objetivos declarados para a edição do texto em análise. Por essas razões, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

TEREZA NELMA
Deputada Federal
PSD/AL

2022-3420



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227020579400>



**MPV 1116
00033**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se ao *caput* do art. 20 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 20. Durante o período de suspensão do contrato de trabalho de que trata o art. 19, o empregado beneficiário não poderá exercer qualquer atividade remunerada e o seu filho, enteado ou criança sob guarda judicial não poderá ser mantido, por mais de quatro horas ao dia, em creche ou instituição que preste serviços de mesma natureza.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possibilitar que pais que estejam cuidando dos filhos durante a suspensão do contrato de trabalho possam utilizar de creches por período máximo de até 4 (quatro) horas por dia.

A concessão da suspensão para acompanhamento do desenvolvimento da criança pressupõe a participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional. Ora, se o objetivo é proporcionar que os pais possam “prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos, acompanhar o desenvolvimento dos filhos e apoiar o retorno ao trabalho de sua



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227086063100>



2

esposa ou companheira”, seria incoerente a proibição de que a criança seja mantida em creche, mesmo que em período parcial, durante esse período.

A depender da exigência de dedicação do curso em que o trabalhador estiver matriculado, será impossível conciliar a sua realização com os cuidados com o filho em período integral.

Quatro horas ao dia parece ser um limite razoável para a permanência em creche, considerando que a carga horária máxima do curso a ser oferecido pelo empregador será de 20 horas semanais.

Por essas razões, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada

2022-3424



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227086063100>



MPV 1116
00034

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao art. 23 da Medida Provisória nº 1.116/2022 a seguinte alteração ao inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que “cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991”:

“Art. 23

‘Art. 1º

.....
.

II - por 25 (vinte e cinco) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de um avanço legal que a Medida Provisória permita que a prorrogação prevista pelo programa empresa-cidadã seja compartilhada entre homens e mulheres.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222651928200>



2

No entanto, se a ideia é promover que homens se responsabilizem mais ativamente pelo cuidado com os filhos, é preciso avançar também na prorrogação da licença exclusivamente paterna. Afinal, não se muda instantaneamente a mentalidade socialmente compartilhada de que são as mulheres as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos e o mais provável é que a adesão à licença compartilhada entre pais e mães seja baixa nos primeiros anos de vigência da lei.

Uma proposta que objetiva aumentar a empregabilidade de mulheres deve ter como escopo o aumento gradual do período de licença-paternidade, para que no futuro os empregadores deixem de enxergar as mulheres como mais onerosas que os homens em função dos afastamentos previstos em lei para cuidados com os filhos.

Por questões de impacto orçamentário às contas públicas, a equiparação não pode ocorrer de forma imediata, no entanto é preciso impulsionar algum aumento para que a igualdade de condições laborais se torne realidade proximamente.

Sala da Comissão, em de de 2022.

TEREZA NELMA
Deputada Federal
PSD/AL

2022-3426



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222651928200>



MPV 1116
00035

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Inclua-se alínea 'f' ao inciso I do § 1º do art. 24 da Medida Provisória:

“Art. 24

§

1º

I

-

.....

.

f) ao efetivo apoio às empregadas de seu quadro de pessoal e das que prestem serviços no seu estabelecimento em caso de assédio, violência física, psicológica ou qualquer violação de seus direitos no local de trabalho; e

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Uma das causas de saída de mulheres do mercado de trabalho está relacionada a situações de violência e assédio no ambiente laboral, sendo que muitas delas sequer têm coragem de denunciar as violências sofridas por falta de apoio de seus empregadores.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221818423700>



Pesquisa realizada pelas instituições Think Eva e LinkedIn¹ com 414 mulheres em 2020 apontou que quase metade das entrevistadas já foi vítima de assédio sexual no ambiente laboral e que apenas 5% das vítimas buscam o departamento de recursos humanos da empresa para denunciar a violência sofrida. O estudo mostra ainda que as maiores barreiras para realizar a denúncia são, segundo as respondentes: para 78,4% a impunidade; para 63,8%, as políticas ineficientes e, para 63,8%, o medo. Em função dessas barreiras, metade delas prefere não denunciar e 1 em cada 6 vítimas de assédio sexual no trabalho pede demissão após sofrerem a violência.

Aumentar a empregabilidade das mulheres exige ampliar a segurança para que as trabalhadoras tenham ambientes de trabalho livres de violência e assédio. Dessa forma, incluir esta perspectiva na legislação brasileira servirá para impulsionar o país na adoção de medidas efetivas de combate ao assédio no mundo do trabalho, em consonância com dispositivos internacionais sobre o tema, como a recentemente aprovada Convenção n.º 190 da OIT sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho, cuja ratificação pelo País é demanda prioritária da Bancada Feminina da Câmara.

Sala da Comissão, em de de 2022.

TEREZA NELMA
Deputada Federal
PSD/AL

2022-3427



1 "O ciclo do assédio sexual no ambiente de trabalho". <https://thinkeva.com.br/pesquisas/assedio-no-contexto-do-mundo-corporativo/>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221818423700>



MPV 1116
00036

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se a alínea ‘a’ do inciso I do § 1º do art. 24 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 24

§

1º

I

-

.....

.

a) ao estímulo à contratação, à ocupação de postos de liderança e à ascensão profissional de mulheres, especialmente em áreas com baixa participação feminina, tais como ciência, tecnologia, desenvolvimento e inovação;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Selo Emprega + Mulher deve ser também utilizado no incentivo da contratação e da promoção de mulheres em áreas com baixa participação feminina como ciência, tecnologia, desenvolvimento e inovação, já



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220968161900>



CD220968161900



2

que se tratam de segmentos com maiores remunerações e condições de trabalho.

Estudos recentes do IBGE¹ comprovam que, mesmo com os avanços da participação das mulheres no mercado de trabalho e os maiores índices de escolaridade das mulheres brasileiras, elas seguem ganhando salários médios que correspondem a cerca de $\frac{3}{4}$ dos salários recebidos pelos homens. Parte dessa diferença é explicada pelas diferenças de jornada de trabalho entre homens e mulheres, já que, em função dos cuidados com os filhos, muitas mulheres são obrigadas a aceitar trabalhos de tempo parcial.

No entanto, o IBGE também aponta a segregação ocupacional das mulheres como um dos fatores responsáveis pelos baixos salários. Inclusive, os dados apontam que, em postos que exigem formação de nível superior, as mulheres recebem menos de 65% do rendimento médio dos homens, o que significa que as áreas em que as mulheres estão majoritariamente empregadas são a menos valorizadas economicamente.

A Medida Provisória já propõe medidas no sentido de ampliar a participação laboral feminina em áreas de baixa representatividade em outras ações dos empregadores, porém é preciso fortalecer ainda mais iniciativas como essa, já que o objetivo é combater a desigualdade de gênero no mercado laboral.

Sala da Comissão, em de de 2022.

TEREZA NELMA
Deputada Federal
PSD/AL

2022-3428



1 "Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil".
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220968161900>



**MPV 1116
00037****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº _____

Art. 1º. Ficam suprimidos os seguintes dispositivos da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

- I- do art. 1º, alínea “b” do inciso I, a alínea “b” do inciso II e a alínea a) do inciso III;
- II- art. 5º;
- III- art. 6º;
- IV- do art. 9º, inciso I; e
- V- art. 16.

Art. 2º. Suprima-se a expressão “acordo individual” que consta no *caput* do art. 3º, no §2º do art. 9º, no §1º do art. 17 e no §1º do art. 19 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.116, editada no Diário Oficial em 05 de maio, traz significativas alterações nas relações de trabalho para as mulheres-mães e pais que são empregadas/os e para jovens aprendizes.

Entretanto, o conteúdo da MP 1116/2022 camufla diversos prejuízos às mulheres como se fossem vantagens (acesso a creche privada e a cursos de qualificação profissional pelo uso do seu saldo do FGTS) e quando incide em diversas flexibilizações na relação de trabalho dos pais, para o exercício de uma paternidade responsável, pelo denominado **programa Emprega + Mulheres não apresentam iniciativas efetivas e concretas que possam representar aumento real na geração de empregos para as mulheres ou de sua permanência nos postos de trabalho formal, nem mesmo de que serão traduzidas em avanços ascendentes nas suas carreiras.**

A MP atribui às próprias mulheres o uso do saldo de seu FGTS para custear a creche privada, portanto, facilitando o descumprimento da obrigação estatal de efetivar direito e de disponibilizar instituições na rede pública, com acesso a todas as crianças.

Ainda ao criar a hipótese dessas mulheres empregadas usarem seu saldo do FGTS para custearem cursos de qualificação, tratando isso como estímulo à incorporação e manutenção das mulheres no mercado formal de trabalho é uma hipocrisia! Isso porque a alta escolaridade não tem surtido efeitos para incrementar o acesso ou a permanência das mulheres em melhores postos de trabalho e com maiores salários pela força da desigualdade estrutural de gênero que deve ser combativa de forma sistemática e concreta. Some-se a isso as estatísticas que demonstram a acumulação de desigualdades de gênero no mundo do trabalho, com restrições de acesso ao vínculo formal (da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228872005100>



população fora da força de trabalho: são 22,7 milhões de homens e 41,7 milhões de mulheres). Conforme dados do mercado de trabalho, está comprovado que elas são maioria na população desocupada (55% de desempregadas) ou na informalidade e ainda com alto índice de rotatividade ou mesmo na condição de trabalhar por conta própria. Além disso, ocupam funções de menor remuneração ou são alvo de inaceitável discriminação, por receberem menor salário mesmo para iguais atribuições (o rendimento médio mensal das mulheres é de 2.243,00 enquanto dos homens é de 2.899,00, portanto, os homens recebem em média 30% a mais do que as mulheres).

Dilapidar o saldo do FGTS para que assumam o custeio de creches privadas e de cursos de qualificação profissional é desrespeito, pois esses são direitos que deveriam ser assegurados gratuitamente, por políticas públicas tanto de educação na primeira infância quanto de educação profissionalizante.

Também ao apropriar-se do conceito de parentalidade, para inserir algumas alterações que indicam maior participação masculina nos cuidados familiares (banco de horas, antecipação de férias, suspensão do contrato, possibilidade de compartilhamento do tempo de prorrogação da licença maternidade), infelizmente, o faz de forma turva, sem reflexão e análise específica do alcance restrito da aplicação dessas novas regras e o impacto real no compartilhamento do trabalho reprodutivo entre mães e pais e, sobretudo, **pelo acordo individual** a ser firmado, deixando o/a trabalhador/a em condição desigual para negociar os termos das mudanças no seu regime de contratação.

Por todas essas razões, apresentamos a presente emenda supressiva, confiante no apoio dos pares.

Sala da Comissão, 09 de maio de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**
PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228872005100>



MPV 1116
00038

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº ____

Suprimam-se o Capítulo VII (Arts. 25 a 29), o art. 30 e o inciso V do art. 35, todos da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.116, editada no Diário Oficial em 05 de maio, traz significativas alterações nas relações de trabalho para as mulheres-mães e pais que são empregadas/os e para jovens aprendizes. O discurso do governo **sobre a aprendizagem** supostamente exalta o estímulo à contratação de jovens aprendizes, porém, **os mecanismos usados para beneficiar as empresas contratantes destruirão** a definição de **cotas para tais contratações que é um dos elementos essenciais dessa política pública**.

O **Capítulo VII** da MP, que com esta emenda pretendemos suprimir, tem como propósito: conceder prazos para as empresas regularizarem o cumprimento da cota de aprendizagem, porém, nesse período, impede a atuação dos órgãos de fiscalização em caso de inobservância ao cumprimento da cota e ainda suspende processos administrativos de imposição de multa, reduz a multa imposta e ainda insere significativas mudanças nos dispositivos celetistas sobre aprendizagem, que vão desde o aumento da idade, ampliação do tempo dos contratos, permissão de contratação de adolescentes e jovens com maior escolaridade, cota contada em dobro para jovens vulneráveis e deficientes, com o pretexto de inclui-los, mas que na verdade vai reduzir o número de vagas de aprendizes, além de contribuir para discriminação/estigmatização desses jovens.

As alterações também promovem estranho desenho de contratações indiretas dessa juventude, permitindo um conjunto de entidades, até mesmo religiosas, a contratarem pela aprendizagem, sendo elas também autorizadas a ofertarem cursos.

Ainda tem a possibilidade de entidades privadas de cursos de educação profissional tecnológica de graduação ofertarem os cursos aos aprendizes, o que, somado ao aumento da idade trazido na MP, é uma porta para a permissão de aprendizes serem cursistas de graduação, desconfigurando a política de aprendizagem.

Oportunista e de expressão notadamente eleitoreira as disposições sobre Aprendizagem na MP não atendem ao requisito de urgência, posto que tramitam na Câmara dos Deputados duas Comissões Especiais referentes a novo marco legal da aprendizagem e de alterações na estrutura educacional que afeta os aprendizes, pela análise dos **Projetos de Lei 6461/2019 e 6494/2019**, respectivamente, com os trabalhos avançados e em regime de tramitação que permite o debate legislativo sem precisar de um rito especial como é a medida provisória.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221310030100>



A mudança constante na MP sobre Aprendizagem ocasionou pedido de afastamento de cargos de coordenação por Auditores-Fiscais do Trabalho e, conforme Nota pública¹, publicada pelo SINAIT, são os agentes públicos responsáveis por fiscalizar se as empresas estão cumprindo ou não as cotas de aprendizagem e eles não foram previamente consultados do conteúdo da MP. De acordo com o Sindicato: “Ao alterar quase 90% dos artigos da Lei da Aprendizagem e cerca de 70% do decreto que regulamenta o instituto, os recentes normativos podem ser classificados como mais uma reforma trabalhista”.

Também Marcelo Gallo, do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), afirmou que não é possível enumerar um só ponto positivo. Ao jornal Folha de São Paulo², ele afirmou o sentimento entre os membros da Febraeda (Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes) : "Nossa sugestão para os deputados e senadores é que rejeitem o tema da aprendizagem na sua integralidade".

Por todas essas razões, apresentamos a presente emenda supressiva, confiante no apoio dos pares, ressaltando que os projetos de lei em tramitação poderão ser *locus* de alterações pretendidas sobre o tema.

Sala da Comissão, 09 de maio de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**
PT/MG

1Fonte: <https://www.sinait.org.br/mobile/default/noticia-view?id=19932%2Fnota+publicasinait+recebe+com+preocupacao+alteracoes+no+instituto+da+aprendizagem+profissional>

2 Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/congresso-articula-barrar-flexibilizacao-da-lei-do-aprendiz-e-governo-pode-ter-nova-derrota.shtml#:~:text=Jovem%20Aprendiz.-%2B%203%20fotos&text=A%20MP%20estabelece%2C%20entre%20outras,que%20geraria%20um%20c%C3%A1lculo%20artificial.>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221310030100>



**MPV 1116
00039****CONGRESSO NACIONAL****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022****(Do Sr. André Figueiredo)**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 25 a 29 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

As alterações promovidas no instituto da aprendizagem profissional pela Medida Provisória nº 1.116/2022 alteram estruturalmente a política pública de inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com impacto significativo no público prioritário para o qual a política foi concebida, qual seja, adolescentes. Subvertem, ainda, a sua essência motivo pelo qual demandam amplo debate com a sociedade, em especial com os órgãos e entidades envolvidas na defesa e proteção dos direitos e interesses de adolescentes e jovens.

Deste modo, inexistente qualquer situação que demonstre a premência das alterações contidas na Medida Provisória nº 1.116/2022 e, por consequência, o cabimento de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227220888300>

C0227220888300
Edit



sua imposição por esta via excepcional.

Adicione-se que diversos dispositivos previstos na MP nº 1.116/2022 estão inseridos no Projeto de Lei nº 6.461/2019, o qual tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2019, há mais de 2 (dois) anos portanto, sem que se tenha cogitado neste lapso de tempo a sua tramitação em caráter de urgência.

Registra-se que, no âmbito da Comissão Especial instaurada para proferir parecer no PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, estão sendo realizadas várias audiências públicas e seminários, justamente em razão da complexidade da matéria, a qual impacta na vida de milhares de adolescentes e jovens e pessoas com deficiência no país. Cumpre ressaltar, por oportuno, que, segundo dados do IBGE, adolescentes têm três vezes mais dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, lembrando que, para aqueles na faixa etária de 14 e 16 anos, é a única oportunidade de ingresso protegido no mundo do trabalho, nos termos do art. 7º, XXXIII, da CF. Outro dado importante de ser registrado é que 78% do trabalho infantil está concentrado na faixa etária de 14 a 18 anos, a qual era considerada a prioritária no âmbito da política de aprendizagem até a edição da Medida Provisória nº 1.116/22 e do Decreto nº 11.061/2022.

É importante o fomento ao cumprimento da cota. Contudo, a Medida Provisória, na forma como concebida, reduziu o alcance da cota, ao computar em dobro vulneráveis, incluídas as pessoas com deficiência. Ademais, o texto cria regras que beneficiam empresas que não respeitam a cota de aprendizagem profissional e proíbem a atuação da auditoria fiscal do trabalho contra irregularidades cometidas, suspendendo multas já aplicadas e criando indulto aos infratores da lei.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação. No entanto, a Medida Provisória, em análise, não é o meio adequado para a alteração do instituto da aprendizagem em razão da ausência de urgência e por se tratar de direito fundamental de adolescentes e jovens.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PDT/CE

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227220888300>



MPV 1116
00040

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
09/05/2022

PROPOSIÇÃO
MPV 1116/2022

AUTOR
DEPUTADO LAÉRCIO OLIVEIRA

PARTIDO
PP

UF
SE

PÁGINA
01/01

1. ☐ SUPRESSIVA 2. ☐ SUBSTITUTIVA 3. ☐ MODIFICATIVA 4. ☒ ADITIVA 5. ☐ AGLUTINATIVA

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA

Acresce-se a parte final e as alíneas “a” e “b” ao artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, **ficando excluídas da base de cálculo:**

- a) **funções que demandem nível de escolaridade inferior ao ensino ao ensino denominado “anos iniciais” ou “fundamental 1”.**
- b) **funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do disposto no inciso II do caput e no parágrafo único do art. 62.**

Justificativa

A definição na legislação de quais são as ***funções que demandem formação profissional*** vem causando grande judicialização no país, bem como processos administrativos com valores exorbitantes de multas, pois como não há uma definição clara na legislação, cada ente público seja do Poder Executivo, seja do Poder Judiciário interpreta a questão de forma dispare.

Com a edição da Medida Provisória nº 1116/2022, há uma possibilidade clara, do Congresso Nacional definir quais ***são as funções que demandam formação profissional***, respeitando a realidade das empresas no país, a liberdade econômica, e não parâmetros fictícios criados com base no CAGED ou no CBO, que na realidade tenta aplicar a cota de aprendizagem sobre o total de empregados da empresa, independentemente, das funções, que



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laercio Oliveira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227665721200>



CD227665721200



realmente, demanda formação profissional, dentro dos parâmetros da aprendizagem.

Assim, o Estado - ao impor e obrigar curso de aprendizagem para empregados, ainda mais em atividades como as de limpeza, conservação, portaria, alimentação, dentre outras, nas quais as pessoas não dependem de formação técnico-profissional, mas fazem porque querem e já sabem fazer isso, pois são atividades simples – claramente interfere na liberdade de ofício desses trabalhadores, ao criar norma que dita autoritariamente formação profissional metódica, técnica, para que essas pessoas trabalhem nessas funções que nunca demandaram tal formação.

E quanto às empresas, o Brasil é um país em que se respeita a liberdade de mercado e de iniciativa, conforme se depreende dos art. 1º e 170 da CF. Assim, as empresas é que precisam saber quais as funções devem ou não ter formação técnico-profissional metódica e treinamento, e não o Estado.

A formação profissional induz a ideia de estudos preparatórios para o exercício de determinadas funções. Aqui indaga-se: que estudos ou orientação devem fazer ou receber aqueles que se dedicam a limpeza? Por acaso deveriam aprender a vassourar? A empunhar balde com água, sabão, detergente? Passar pano e flanela para limpar mesas e móveis? Ficar na portaria? Servir pratos e copos? Capinar? Que “formação profissional” se deve dar a esses exemplificados? Afinal estamos falando de faxineiro, porteiro, auxiliar de serviços gerais, vigia, auxiliar de limpeza trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, capineiro.


Por isso, o texto deve deixar claro que o contrato de “aprendizagem” será cabível para as funções que realmente exijam “aprendizado”.

Na concepção de “aprendizagem” está a de formação. Ou seja: receberá lições e orientações esclarecedoras e definidoras para tornar-se profissional.”

Ainda vale a pena destacar, que a formação profissional, não se confunde com os cursos técnicos de 8 (oito) horas, com duração as vezes de apenas um dia, os quais as próprias empresas oferecem aos seus empregados.

Por isso, incabível requerer que na base de cálculo da aprendizagem sejam inseridos profissionais que para sua atuação não é necessário o ensino fundamental 1 completo, bem como profissões que não necessitam de supervisão.

PARLAMENTAR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laercio Oliveira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227665721200>



CD227665721200



**MPV 1116
00041****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso I do artigo 10 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A hipótese versa sobre banco de horas negativo, ou seja, situação em que o/a empregado/a é devedor/a de horas de trabalho. Inexiste na Constituição Federal e na CLT autorização para compensação de banco de horas negativo com salários ou com verbas rescisórias devidas ao/a trabalhador/a. Há somente a possibilidade de compensação de horas negativas com horas positivas, por se tratar de matérias da mesma natureza (CF, art. 7º, XIII). Permitir o desconto de horas negativas nas verbas rescisórias se traduz em transferência do risco da atividade econômica para o/a obreiro/a, o que é vedado pelas normas constitucionais e celetistas.

Sala das Sessões, em de maio de 2022.

Senador PAULO ROCHA
PT/PA



**MPV 1116
00042****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 5º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do reembolso-creche é louvável, mormente em se tratando de benefício que aproveitará tanto empregadas como empregados com filhos ou pessoa sob sua guarda. Todavia, o efeito de desonerar o empregador do dever preconizado pelo art. 389, §1º, da CLT (dever de, quando contar com ao menos trinta empregadas com mais de dezesseis anos, garantir local apropriado para a guarda e assistência de filhos no período da amamentação) contraria a linha evolutiva do entendimento sobre parentalidade responsável. É importante destacar que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendam o aleitamento materno até, no mínimo, os dois anos de idade da criança, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida. Ademais, a prática de se manter espaço destinado à amamentação no local de trabalho é medida pouco onerosa para as empresas, que, geralmente, reservam uma sala simples e com os poucos equipamentos necessários. Portanto, considerando-se o baixo custo da manutenção de espaço, no local de trabalho, destinado à assistência a crianças, durante o período de amamentação, revela-se desproporcional que a implementação do



reembolso-creche, pelo art. 5º da MP 1.116/2022, acarrete a exclusão da obrigação de ser mantido, pelas empresas, referido espaço, o qual beneficia não apenas a mãe trabalhadora, mas principalmente as crianças, que são destinatárias da proteção integral preconizada pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988.

Sala das Sessões, em de maio de 2022.

Senador PAULO ROCHA
PT/PA



**MPV 1116
00043****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo em destaque promove diversas alterações na Seção da CLT que trata da aprendizagem, pretendendo ampliar o prazo máximo do contrato de aprendizagem para 3 (três) anos, ou ainda, para 4 (quatro) anos quando o aprendiz for contratado com idade entre quatorze e quinze anos incompletos ou na hipótese de continuidade do itinerário formativo.

Contudo, os programas de aprendizagem atuais, inseridos no Cadastro Nacional de Aprendizagem, têm duração máxima de dois anos, conforme legislação atual. Via de regra, o tempo de duração previsto para os programas vigentes é bem menor, entre doze e dezesseis meses no máximo.

Além disso, a ampliação do prazo máximo da aprendizagem profissional diminui a rotatividade da cota legal em razão da permanência mais



longa, reduzindo, em consequência, o quantitativo de adolescentes e jovens alcançados pela aprendizagem. O que já é permitido são contratos de aprendizagem sucessivos, até o limite de dois anos, porém em arcos ocupacionais diferentes. Dessa forma, restam garantidas ao aprendiz múltiplas formações e o exercício de atividades distintas.

Assim, o efeito da alteração proposta será o adiamento da efetivação de adolescentes e jovens como empregados, em prejuízo da melhoria de sua condição socioeconômica.

Além disso, eventual ampliação do prazo máximo dos programas de aprendizagem, sem manter relação com a complexidade progressiva da formação técnico-profissional metódica, redundará em precarização do instituto e utilização indevida do trabalho de adolescentes e jovens aprendizes como mão de obra barata.

Importante observar que os contratos de aprendizagem profissional, muito embora possam vigorar por até dois anos, em média, têm duração bem inferior, em regra um ano ou período um pouco superior. Nesta linha, caso a empresa opte por contratos de aprendizagem profissional de um ano, por exemplo, findo o prazo de vigência poderá ficar por igual período desonerada em relação àquela vaga.

Dados da Subsecretaria do Capital Humano do Ministério do Trabalho apontam que, em 2019, 14% dos aprendizes eram efetivados na mesma empresa em até 12 meses do término da aprendizagem, o que significa dizer uma redução de quase 70 mil vagas de aprendizes num período de dois anos, considerando o prazo máximo do contrato de aprendizagem na legislação atual.

Destaca-se, ainda, que a previsão de cômputo fictício de aprendizes transforma a obrigação legal de contratar aprendizes em uma imposição apenas sazonal, com períodos de contratação e outros de completa desoneração, o que, além de subverter a própria essência da cota, reduzirá consideravelmente o número de vagas disponíveis para os adolescentes e jovens brasileiros. Ademais, dá margem ao completo desvirtuamento da aprendizagem, já que para se beneficiar do cômputo fictício, basta a empresa contratar um aprendiz e efetivá-lo, para se eximir da cota por 12 meses, ressaltando que o Decreto 11.061/22 inovou ao instituir a rescisão antecipada do



contrato de aprendizagem (art. 71, V), em franco prejuízo à profissionalização, justamente para permitir a efetivação do aprendiz antes de findo o período da formação técnico-profissional, tudo para permitir o cômputo fictício de aprendizes.

Lado outro, o dispositivo em comento cria o cômputo em dobro de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, o que não atende o princípio da proporcionalidade, possuindo viés nitidamente discriminatório, como se a admissão destas pessoas constituísse para o empregador ônus ou encargo adicional se comparada à contratação de outros adolescentes ou jovens, o que não é verdadeiro.

A proposta reduz consideravelmente o alcance da cota de aprendizes, uma vez que, atualmente, 34% dos aprendizes estão inscritos no Cadúnico (dados do Ministério do Trabalho e Previdência). O dispositivo, portanto, reduz de plano 17% do potencial da cota de aprendizagem.

Cabe ainda ressaltar a previsão de a aprendizagem ser ministrada por instituições educacionais que ofereçam educação profissional e tecnológica, ou para pessoas com até 29 (vinte e nove) anos.

Contudo, por constituir indispensável política de inclusão socioeconômica de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, a aprendizagem não se compatibiliza com cursos de educação profissional tecnológica, que são de nível graduação.

Isto porque adolescentes em situação de vulnerabilidade social – os que estão no trabalho infantil – têm baixa escolarização, apresentam distorção idade/ano e raramente estão no ensino médio, muito menos no ensino profissional e tecnológico.

A educação profissional tecnológica (nível superior), portanto, afasta os/as adolescentes da cota de aprendizagem e prestigia jovens com idade superior a 18 anos, distorcendo totalmente a finalidade para a qual a cota de aprendizagem foi concebida, que é justamente prevenir e erradicar o trabalho infantil.

De fato, o formato da aprendizagem estabelecido pela Lei nº 10.097/2000, limitava a contratação de adolescentes com idade entre 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos.

Nada obstante o limite máximo tenha sido posteriormente alterado



para 24 (vinte e quatro) anos, a legislação determinava que a contratação deveria atender, prioritariamente, adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, consoante Decreto nº 9.579/2019, artigo 53.

O público prioritário da política de aprendizagem profissional, portanto, são adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos – justamente para prevenir e erradicar o trabalho infantil –, os quais, segundo o IBGE, têm três vezes mais dificuldades de acessar o mercado de trabalho do que a média nacional¹.

Ademais, cerca de 78% dos casos de trabalho infantil, segundo o IBGE², concentram-se na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos, motivo pelo qual a prioridade da aprendizagem neste grupo etário é necessário instrumento de combate ao trabalho infantil.

Desse modo, o reconhecimento da educação profissional tecnológica como atividade teórica da aprendizagem afigura-se discriminatória e seletiva e resultará em prejuízo para significativa parcela de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, reduzindo-lhes as chances de ingresso adequado e protegido no mercado de trabalho, aprofundando as desigualdades sociais existentes no País.

Além disso, o dispositivo altera o artigo 431, ampliando o rol de entidades sem fins lucrativos que podem ministrar a aprendizagem.

Ocorre que a ampliação poderá desassociar a aprendizagem da formação técnico-profissional metódica e, por consequência, resultar na precarização da mão-de-obra do aprendiz e no desvirtuamento da finalidade do instituto.

Vale frisar, ainda, a previsão para que não seja computado na jornada o tempo de deslocamento entre a entidade formadora e o estabelecimento, que poderá prejudicar o tempo necessário para o estudo do aprendiz, em ofensa ao direito fundamental à educação.

¹ https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego

² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/ibge-brasil-tem-46-das-criancas-e-adolescentes-em-trabalho-infantil>



Com efeito, a aprendizagem alia a aquisição de competências para o exercício de uma ocupação profissional com a obrigatória matrícula e frequência à escola, de modo que tempo máximo da jornada deve necessariamente computar o deslocamento entre a entidade formadora e o estabelecimento.

Sala das Sessões, em de maio de 2022.

SENADOR PAULO ROCHA
PT/PA



**MPV 1116
00044****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se a redação do *caput* do art. 3º, do parágrafo 2º do art. 9º, do parágrafo 1º do art. 17, e do parágrafo 1º do art. 19º da Medida Provisória nº 1.116, de de 2022, nos seguintes termos:

Art. 3º A implementação do reembolso-creche ficará condicionada à formalização de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.
[...]

Art. 9º No âmbito dos poderes diretivo e gerencial do empregador, poderão ser adotadas uma ou mais das seguintes medidas, com vistas a promover a conciliação entre o trabalho e os cuidados decorrentes da paternidade:

I - regime de tempo parcial, nos termos do disposto no art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943;

II - regime especial de compensação de jornada de trabalho por meio de banco de horas, nos termos do disposto no art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943;

III - jornada de doze horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, nos termos do disposto no art. 59-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº



5.452, de 1943;

IV - antecipação de férias individuais; e

V - horário de entrada e de saída flexíveis.

§ 1º As medidas de que trata este artigo poderão ser adotadas durante o primeiro ano:

I - do nascimento do filho ou enteado;

II - da adoção; ou

III - da guarda judicial.

§ 2º As medidas de que trata este artigo deverão ser formalizadas por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

[...]

Art. 17. Para estimular a qualificação de mulheres e o desenvolvimento de habilidades e competências em áreas estratégicas ou com menor participação feminina, os empregadores poderão suspender o contrato de trabalho para participação em curso ou em programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, a suspensão do contrato de trabalho será formalizada por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

[...]

Art. 19. Os empregadores poderão suspender o contrato de trabalho dos empregados cuja esposa ou companheira tenha encerrado o período da licença-maternidade para:

I - prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos;

II - acompanhar o desenvolvimento dos filhos; e

III - apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira.

§ 1º A suspensão do contrato de trabalho ocorrerá nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, formalizada por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.



[...]

J
U
S
T
I
F
I
C
A
Ç
Ã
O

A Medida Provisória 1.116/22 prevê: (a) a implementação de reembolso creche (art. 3º); (b) de alterações contratuais com a finalidade de garantir a conciliação entre o trabalho e a paternidade (art. 9º) e (c) suspensões contratuais para (c.1) qualificação profissional da mulher (art. 17) e (c.2) para acompanhamento e desenvolvimento de filhos em período posterior ao encerramento da licença maternidade (art. 19).

A presente emenda modificativa tem como única finalidade suprimir a expressão “acordo individual” de todos os dispositivos legais supramencionados.

Apesar do mérito das questões trazidas pelo texto legislativo, importante que as **alterações trazidas sejam delineadas por meio de acordo coletivo de trabalho e/ou convenção coletiva de trabalho**. Isso porque, em razão da hipossuficiência da classe trabalhadora, é importante que as medidas implementadas sejam acompanhadas pela entidade constitucionalmente investida da defesa de seus interesses (Constituição Federal, art. 8º, III).

A autorização de celebração de acordo individual poderá, ao menos em tese, avalizar eventuais alterações contratuais lesivas, sem que o trabalhador possa, livremente, oferecer objeções a estas. Não por outro motivo, a Carta Maior admitiu a hipótese de redução salarial de forma excepcional e somente mediante chancela sindical (art. 7º, VI).

Observe-se, inclusive, que o art. 476-A da CLT, ao prever hipótese de



suspensão contratual para qualificação profissional do trabalhador, acautelou-se ao exigir a existência de acordo coletivo de trabalho e/ou convenção coletiva de trabalho autorizativos. Tal cautela justifica-se em razão das possíveis consequências de referida suspensão no contrato de trabalho.

Alerte-se que, inclusive, a inclusão dos temas em norma coletiva poderá representar importante instrumento de apoio apto a evitar (ou ao menos minimizar) a discriminação de trabalhadores que eventualmente possam estar submetidos a condição de maior vulnerabilidade, como no caso da mulher ou do homem com filho de tenra idade.

Sendo assim, a participação da entidade sindical representante da classe trabalhadora, em hipóteses que poderão acarretar impactos diretos e/ou indiretos nas relações entre trabalhadores e empregadores, mostra-se de essencial importância.

Aliás, e por fim, destaque-se que, a participação dos principais atores sociais na negociação de referidas alterações, quais seja, empregados, empregadores e suas representações sindicais, assegura um debate mais amplo, legítimo e capaz de assegurar o equilíbrio necessário para assegurar a adoção de medidas de forma mais adequada. Não por outro motivo, a Convenção 144 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, prestigia a consulta tripartite entre representantes do governo, empregadores e trabalhadores em caso de edição de normas de interesse do mundo do trabalho.

Ressaltando a importância da negociação coletiva em matérias que envolvam alteração das relações laborais, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação da matéria, com a supressão da expressão “acordo individual” dos artigos 3º, *caput*, 9º, §2º, 17, §1º e 19, §1º da Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022.

Sala das Sessões, em de maio de 2022.



SENADOR PAULO ROCHA
PT/PA



**MPV 1116
00045****CÂMARA DOS DEPUTADOS****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022.**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº _____

Art. 1º - Altere-se o artigo 26, da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 26. As empresas e entidades que aderirem ao Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes:

.....

III - poderão cumprir a cota de aprendizagem profissional em quaisquer estabelecimentos da empresa ou da entidade, localizados na mesma unidade federativa, pelo prazo previsto no instrumento de formalização da adesão ou pelo prazo de 3 anos, salvo nos casos em que a lei autoriza prazo superior

.....(NR).

JUSTIFICAÇÃO

1



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900
Brasília/DF E-mail: dep.geninhozuliani@camara.leg.br

Assinado digitalmente pelo Deputado Geninho Zuliani
Para verificar a assinatura, acesse www.camara.leg.br/portal/verificacao



* C D 2 2 0 4 2 2 8 9 5 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A alteração proposta decorre da necessidade de coordenação de prazos máximos previstos para a duração dos contratos de aprendizagem.

Uma vez firmado o contrato de aprendizagem pelo prazo máximo, é razoável que a possibilidade de cumprimento da quota em outro estabelecimento se dê pelo mesmo prazo, ou no prazo previsto no termo de adesão ao Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes.

Além disso, é necessária a harmonização com o novo prazo máximo previsto para o contrato comum de aprendizagem que passa a ser de, no mínimo, 3 anos, no §3º, do artigo 428 da CLT

Ante o exposto, rogamos aos nobres pares apoio para a aprovação desta importante emenda.

Sala das Comissões, ____ de maio de 2022.

GENINHO ZULIANI
DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SP

2



Assinado digitalmente por Geninho Zuliani
Para verificar a assinatura, acesse <http://www.camara.gov.br/legis/verificacao-de-assinatura>

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900
Brasília/DF E-mail: dep.geninhozuliani@camara.leg.br



CD2204222895900



**MPV 1116
00046**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

***Institui o Programa Emprega +
Mulheres e Jovens e altera a Lei nº
11.770, de 9 de setembro de 2008,
e a Consolidação das Leis do
Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei
nº 5.452, de 1º de maio de 1943.***

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 26 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 26 da Medida Provisória concede prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impede a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspende processos administrativos de imposição de multa, além de reduzir os valores de multas impostas.

Com esse conteúdo, o objetivo do dispositivo rechaçado por esta emenda é exatamente conceder anistia e vantagens às empresas que descumprem a legislação trabalhista, razão pela qual



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229223406700>



não se presta a ser uma medida correta e eficaz para incentivar a contratação de jovens aprendizes.

Por esta razão, solicitamos aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em de maio de 2022.

Deputada ALICE PORTUGAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229223406700>



* C D 2 2 9 2 2 3 4 0 6 7 0 0 *



**MPV 1116
00047**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116/2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei 11.770 / 2008 e a Consolidação das Leis do Trabalho.

EMENDA Nº

Modifique-se o § 3º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, modificado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 1.116, retomando sua redação anterior.

JUSTIFICAÇÃO

A experiência profissional do jovem aprendiz deve ser aproveitada ao máximo, mas não pode ser utilizada como mão de obra barata pela empresa. A rotatividade da mão-de-obra aprendiz fomentar a formação e contratação de mais jovens.

Ao aumentar o contrato do aprendiz, de 2 anos, para 3 anos e ainda, possibilitar a ampliação, em diversas hipóteses, para 4 anos, força que o jovem permaneça na aprendizagem, com o mesmo empregador, por muito tempo, barateando os gastos do empresário.

Esse aumento contrato por prazo determinado é ineficaz para o aprendiz que já foi qualificado e treinado por dois anos, uma vez que já aprendeu o ofício ou a profissão. Logo, esse jovem deseja e merece uma contratação definitiva ou, nova experiência em outra empresa.

Aumentar o prazo da aprendizagem, vai contra o espírito do próprio programa de aprendizado.

Por esse motivo, o § 3º e incisos I, II e III do art. 428 da CLT, inseridos pelo art. 28 da MP 1.116 devem ser suprimidos, com a retomada de sua redação anterior.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Calero
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224009988200>



Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado **MARCELO CALERO**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Calero
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224009988200>



CD224009988200



**MPV 1116
00048**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116/2022

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1116, DE 2022.**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei 11.770 / 2008 e a Consolidação das Leis do Trabalho.

EMENDA Nº

Art. 1º O inciso III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, modificado pela Medida Provisória nº 1.116/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - por cinco dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, adoção ou guarda judicial;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende estender a salutar ampliação do período de falta justificável na ocasião do nascimento para empregados que adotem ou conquistem a guarda judicial, fortalecendo os vínculos, bem como em apoio à maternidade.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado **MARCELO CALERO**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Calero
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228440274300>



MPV 1116
00049

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116/2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei 11.770 / 2008 e a Consolidação das Leis do Trabalho.

EMENDA Nº

Modifique-se o § 3º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, modificado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 1.116, retomando sua redação anterior.

JUSTIFICAÇÃO

A experiência profissional do jovem aprendiz deve ser aproveitada ao máximo, mas não pode ser utilizada como mão de obra barata pela empresa. A rotatividade da mão-de-obra aprendiz fomentar a formação e contratação de mais jovens.

Ao aumentar o contrato do aprendiz, de 2 anos, para 3 anos e ainda, possibilitar a ampliação, em diversas hipóteses, para 4 anos, força que o jovem permaneça na aprendizagem, com o mesmo empregador, por muito tempo, barateando os gastos do empresário.

Esse aumento contrato por prazo determinado é ineficaz para o aprendiz que já foi qualificado e treinado por dois anos, uma vez que já aprendeu o ofício ou a profissão. Logo, esse jovem deseja e merece uma contratação definitiva ou, nova experiência em outra empresa.

Aumentar o prazo da aprendizagem, vai contra o espírito do próprio programa de aprendizado.

Por esse motivo, o § 3º e incisos I, II e III do art. 428 da CLT, inseridos pelo art. 28 da MP 1.116 devem ser suprimidos, com a retomada de sua redação anterior.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Calero
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222122134100>



CD222122134100



Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado **MARCELO CALERO**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Calero
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222122134100>



CD222122134100



**MPV 1116
00050**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 25 a 29 do CAPÍTULO VII da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 62, concede ao Presidente da República a prerrogativa de adotar Medidas Provisórias, sendo, contudo, condição *sine qua non* para a sua edição a presença dos requisitos de relevância e urgência nas matérias tratadas.

Ocorre que as alterações promovidas no instituto da aprendizagem profissional pela Medida Provisória nº 1.116/2022, Capítulo VII, alteram estruturalmente a referida política pública de inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com impacto significativo no público prioritário para o qual a política foi concebida, qual seja, adolescentes. Subvertem, ainda, a sua essência motivo pelo qual demandam inexoravelmente amplo debate com a sociedade, em especial com os órgãos e entidades envolvidas na defesa e proteção dos direitos e interesses de adolescentes e jovens, bem como com o público beneficiário da referida ação afirmativa.

Deste modo, inexistente qualquer situação que demonstre a premência das profundas alterações contidas na Medida Provisória nº



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223810014300>



1.116/2022 e, por consequência, o cabimento de sua imposição por esta via excepcional.

Adicione-se que diversos dispositivos previstos no Capítulo VII da MP nº 1.116/2022 estão inseridos no Projeto de Lei nº 6.461/2019, o qual tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2019, há mais de 2 (dois) anos portanto, sem que se tenha cogitado neste lapso de tempo a sua tramitação em caráter de urgência. Sem contar que o parlamento é o lócus natural e apropriado para se promover inovações legislativas dentro do regime de tripartição de poderes.

Registra-se que, no âmbito da Comissão Especial instaurada para proferir parecer no PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, estão sendo realizadas várias audiências públicas e seminários, justamente em razão da complexidade da matéria, a qual impacta na vida de milhares de adolescentes e jovens e pessoas com deficiência no país. Cumpre ressaltar, por oportuno, que, segundo dados do IBGE, adolescentes têm três vezes mais dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, lembrando que, para aqueles na faixa etária de 14 e 16 anos, é a única oportunidade de ingresso protegido no mundo do trabalho, nos termos do art. 7º, XXXIII, da CF. Outro dado importante de ser registrado é que 78% do trabalho infantil está concentrado na faixa etária de 14 a 18 anos, a qual era considerada a prioritária no âmbito da política de aprendizagem até a edição da Medida Provisória nº 1.116/22 e do Decreto nº 11.061/2022.

Não se vislumbra qualquer alteração fática ou jurídica, de lá para cá, ou seja, desde a instauração da Comissão Especial, no início do ano passado, e do andamento dos trabalhos, a justificar o rompimento do regular processo legislativo por meio de ato constitucional, mas anômalo e excepcional, que é a adoção de Medida Provisória.

Veja que o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendiz prescinde de Medida Provisória para ser implementado. Se por um lado é importante o fomento ao cumprimento da cota, por outro lado, a Medida Provisória, na forma como concebida, reduziu o alcance da cota, ao computar em dobro vulneráveis, incluídas as pessoas com deficiência, e prever a contagem ficta de aprendizes, sem mencionar que afastou os adolescentes do mercado de trabalho, para os quais não sobrou senão a via do trabalho infantil



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223810014300>



para suprir a vulnerabilidade socioeconômica da qual são vítimas, dentre outras inúmeras alterações próprias do processo legislativo. Subvertendo totalmente a política de aprendizagem profissional, alinhou-a também ao ensino tecnológico (nível graduação), reduzindo, mais uma vez, a oportunidade de adolescentes e jovens de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitos com grande defasagem escolar, de ingressarem de forma protegida no mercado de trabalho.

Ademais, o trâmite do Projeto de Lei nº 6.461/2019 demonstra a necessidade de ampla discussão com diversos seguimentos da sociedade, mediante seminários e audiências públicas, alguns/algumas ainda a se realizar conforme requerimentos apresentados por Parlamentares.

A discussão, portanto, não se encontra maturada, razão pela qual é precipitada – e incabível, repise-se – a edição de Medida Provisória para promover alterações neste instituto.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação.

A Constituição aponta em sentido único, pela prevalência dos direitos sociais, pela da erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, pela proteção integral de crianças e adolescentes, pela não discriminação, pela dignidade da pessoa humana, de modo que o Estado Social e Democrático de Direito inaugurado em 1988 pressupõe o diálogo entre Poderes constituídos e sociedade, principalmente em questões que envolvam direitos fundamentais como a profissionalização de adolescentes e jovens.

A Medida Provisória, em conclusão, não é o meio adequado para a alteração do instituto da aprendizagem em razão da ausência de urgência e por se tratar de direito fundamental de adolescentes e jovens.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 2022.

Deputada JANDIRA FEGHALI



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223810014300>



**MPV 1116
00051**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 26 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 26 da Medida Provisória concede prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impede a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspende processos administrativos de imposição de multa, além de reduzir os valores de multas impostas.

Com esse conteúdo, o objetivo do dispositivo rechaçado por esta emenda é exatamente conceder anistia e vantagens às empresas que descumprem a legislação trabalhista, razão pela qual não se presta a ser uma medida correta e eficaz para incentivar a contratação de jovens aprendizes.

Por esta razão, solicitamos aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2022.

Deputada JANDIRA FEGHALI



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223418730100>



MPV 1116
00052

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 1116, de 2022)

Dê-se ao art. 1º, III, *c*; ao art. 18 e seu título e ao art. 33 da Medida Provisória nº 1116, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

III -

.....

c) estímulo à ocupação das vagas de gratuidade dos serviços sociais autônomos por mulheres e priorização de mulheres vítimas de violência doméstica e de mulheres provedoras de família monoparental;

.....”

“Estímulo à ocupação das vagas de gratuidade dos serviços sociais autônomos por mulheres e priorização de mulheres vítimas de violência doméstica e de mulheres provedoras de família monoparental”

“Art. 18. As entidades dos serviços sociais autônomos implementarão medidas que estimulem a ocupação das vagas de gratuidade por mulheres em todos os níveis e áreas de conhecimento.

§ 1º Para fins do disposto no caput, serão desenvolvidas, pelos serviços sociais autônomos ferramentas de monitoramento e estratégias para a inscrição e a conclusão dos cursos por mulheres, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, desenvolvimento e inovação.

§ 2º As mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial e as e de mulheres provedoras de família monoparental deverão ser incluídas nos critérios de priorização para preenchimento das vagas de gratuidade a que se refere o *caput*.”

“Art. 33. O Sistema Nacional de Emprego - Sine implementará iniciativas com vistas à melhoria da empregabilidade de mulheres, especialmente daquelas que tenham filhos, enteados ou guarda judicial de crianças de até cinco anos de idade e das de mulheres provedoras de família monoparental.”



JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1116, de 2022 traz um grande conjunto de medidas destinadas à promoção da empregabilidade e da igualdade laboral das mulheres e da empregabilidade dos jovens,

Entre essas medidas encontra-se a inclusão preferencial, para algumas circunstâncias, das mulheres vítimas de violência doméstica e das mulheres responsáveis por crianças de até cinco anos de idade.

Consideramos justa e adequada a inclusão, nessas hipóteses de preferência das mulheres provedoras de família monoparental. Diversos estudos mostram que a vulnerabilidade social dessas famílias é em média mais elevadas que a das famílias com dois pais, em decorrência, sobretudo, do fato de que os mecanismos de disfunção familiar quase que uniformemente terminam por levar ao abandono da família pelo pai, e pela responsabilização da mãe pela sua manutenção.

Não à toa, apresentei o PL 3.717, de 2021, que cria uma legislação para priorizar a mulher provedora de família monoparental, doravante denominado no projeto de mãe solo, no acesso às políticas públicas que favoreçam a formação de capital humano dela ou de seus dependentes, inclusive nas áreas de mercado de trabalho, assistência social, educação infantil, habitação e mobilidade – a nível federal, estadual ou municipal. O projeto foi aprovado por unanimidade no Senado Federal e foi remetido à Câmara dos Deputados.

Assim, entendemos justa a concessão dessa preferência nas ações de empregabilidade a essas mães, grupo que, de resto, possui grande sobreposição com o das mulheres vítimas de violência doméstica.

Sala da Comissão,

Senador EDUARDO BRAGA



**MPV 1116
00053**

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.116, de 2022)

Suprimam-se os §§ 4º e 5º do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Os §§ 4º e 5º do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, constituem verdadeira burla ao percentual reservado aos aprendizes nas empresas brasileiras.

Em síntese, os mencionados parágrafos permitem que o referido percentual seja preenchido por aprendizes transformados em empregados, na hipótese do § 4º, ou seja reduzido pela metade, ao contar dobrada a contratação de determinadas classes de aprendizes, na hipótese do § 5º.

Trata-se, portanto, de verdadeira manobra destinada a esvaziar o instituto em exame, devendo ser banida do texto da MPV.

Sala da Comissão,

Senador EDUARDO BRAGA



MPV 1116
00054

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º da MPV nº 1116, de 2022,
a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá,
anualmente, sobre os limites de valores para a concessão do reembolso-
creche.”

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único estabelece que os limites de valores para a concessão do reembolso-creche serão definidos por Ato do Poder Executivo.

A medida é necessária diante da importância de se estabelecer parâmetros para o valor do reembolso-creche, deve também determinar que os limites de valores sejam fixados anualmente, tendo em os altos índices de inflação de nossa economia.

Por essas razões, esperamos a acolhida da presente emenda por fazer justiça a essas empregadas e empregados.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA



MPV 1116
00055

Medida Provisória nº 1.116, de 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso X do caput do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, modificado pelo art. 34 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 473.

.....

X – até seis dias para acompanhar sua esposa ou companheira em consultas médicas ou exames complementares durante o período de gravidez;

.....

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Ao modificar o inciso X do caput do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, a MP 1.116/2022 substitui a possibilidade de o empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário “por até 2 dias” para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira, pela dispensa “do horário de trabalho” pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até 6 consultas médicas ou exames complementares durante o período de gravidez, anulando a possibilidade de o empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário no dia da consulta.

A presente emenda busca assegurar que o empregado tenha a possibilidade de não comparecer ao serviço sem prejuízo do salário **até seis dias** para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua



esposa ou companheira, uma vez que o período de gravidez dura aproximadamente 40 semanas e que o pré-natal, conforme recomendação do Ministério da Saúde, deve abranger no mínimo seis consultas, além de exames complementares.

Sala das Sessões em, de Maio de 2022

Senador PAULO ROCHA

PT/PA



**MPV 1116
00056****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se a redação dos artigos 6º, 8º, 11, 12, 13, 17 e 19. da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, nos seguintes termos:

Art. 6º - Fica autorizado à trabalhadora ou trabalhador em situação de desemprego o saque de valores acumulados na conta individual vinculada ao FGTS para auxílio no pagamento de despesas com creche para filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até cinco anos de idade.

[...]

Art. 8º Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até seis anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

[...]

Art. 11. A antecipação de férias individuais deverá ser concedida ao/à



empregado/a, a pedido deste/a, que se enquadre nos critérios estabelecidos no § 1º do art. 9º, ainda que não tenha transcorrido o seu período aquisitivo.

[...]

Art. 12. Para as férias concedidas na forma prevista no art. 11, o empregador deverá efetuar o pagamento do adicional de um terço de férias no prazo do art. 145 da CLT.

[...]

Art. 13. O pagamento da remuneração da antecipação das férias na forma do art. 11 deverá ser efetuado no prazo do art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

[...]

Art. 17. Para estimular a qualificação de mulheres e o desenvolvimento de habilidades e competências em áreas estratégicas ou com menor participação feminina, os empregadores deverão ofertar programa de qualificação profissional, sem qualquer ônus para a trabalhadora.

(...)

~~§ 3º Durante o período de suspensão do contrato de trabalho, a empregada fará jus à bolsa de qualificação profissional de que trata o art. 2º-A da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.~~

~~§ 4º Além da bolsa de qualificação profissional, durante o período de suspensão do contrato de trabalho, o empregador poderá conceder à empregada ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial.~~

~~§ 5º Para fins de pagamento da bolsa de qualificação profissional, o empregador encaminhará ao Ministério do Trabalho e Previdência os dados referentes às empregadas que terão o contrato de trabalho suspenso.~~

[...]



Art. 19. A pedido dos empregados, os empregadores poderão suspender o contrato de trabalho daqueles cuja esposa ou companheira tenha encerrado o período da licença-maternidade para:

I - prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos;

II - acompanhar o desenvolvimento dos filhos; e

III - apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira.

§ 1º A suspensão do contrato de trabalho ocorrerá nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, formalizada por meio de, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

J
U
S
T
I
F
I
C
A
Ç
Ã
O

O artigo 6º deve ser modificado, pois a autorização de liberação de saques do FGTS para o custeio de despesas com creche deve se limitar às situações de desemprego, só pena de serem distorcidas as finalidades do Fundo e inibir o cumprimento pelo Estado do seu dever decorrente do art. 7º, XXV, da Constituição (garantir assistência gratuita a filhos e dependentes de trabalhadores desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas). Assim, é necessário que se emende o texto do artigo 6º da presente MP para que se estabeleça que a hipótese excepcional de saque de FGTS, para



o custeio de despesas com creche, deve se restringir à trabalhadora ou trabalhador em situação de desemprego.

O artigo 8º deve ser modificado, pois a adoção de arranjos flexíveis de trabalho para trabalhadores/as com encargos familiares não apenas é bem-vinda, como necessária, inclusive para garantir a permanência de tais pessoas no mercado de trabalho. Todavia, a MP 1.116/2022 somente reconhece a precedência do teletrabalho em favor de trabalhadores/as que detenham guarda de crianças com até quatro anos de idade. Tal limite etário é incoerente com a idade mínima de ingresso no Ensino Fundamental, que é de seis anos de idade, conforme previsão da Lei 11.114/2005. Assim, deverá ser alterado o artigo em apreço apenas com relação à idade da criança, para que conste até 6 anos.

Os artigos 11, 12 e 13 devem ser modificados, pois a MP cuidou de estabelecer a possibilidade de fruição de férias antecipadas (ou seja, antes de completado o período aquisitivo) durante o primeiro ano de nascimento do filho ou enteado, da adoção ou da guarda judicial. Entretanto, previu a possibilidade de pagamento do adicional de um terço de férias até 20 de dezembro (data do pagamento da gratificação natalina, art. 12), bem como o pagamento da remuneração alusiva às férias até o quinto dia útil do mês seguinte ao do início do gozo das férias (art. 13). Tal sistemática é mais prejudicial ao/à empregado/a e viola a regra geral prevista no art. 145 da CLT (que assegura o recebimento das férias e de eventual abono até dois dias antes de sua fruição). Assim, deve ficar a critério do/a empregado/a a fruição de férias antecipada, bem como deve ser previsto o pagamento delas na forma da regra já vigente no art. 145 da CLT.

O artigo 17 deve ser modificado, pois a suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional, prevista no art. 476-A da CLT, pertence aos domínios do direito do trabalho de crise, prestando-se, assim, à manutenção das atividades em circunstâncias de crise econômica. Ou seja, trata-se de medida que visa a evitar dispensas em massa. Como é da essência dos institutos afetos a períodos de crise, as condições do/a trabalhador/a atingido/a pelo contrato suspenso são melhores em relação ao desemprego iminente, mas, inequivocamente, são piores em relação às condições normais de trabalho. Assim, o/a funcionário/a cujo contrato é suspenso para participação em curso de



qualificação sofre prejuízo, porque deixará de receber remuneração, auferindo apenas uma bolsa-qualificação, o que torna a possibilidade de qualificação pouco atraente. Outrossim, embora seja extremamente louvável a preocupação com o estímulo à qualificação de mulheres e o desenvolvimento das habilidades e competências delas em áreas estratégicas ou com menor participação feminina, como já dito alhures, a qualificação dessas trabalhadoras deve ser proporcionada pelas empresas, até mesmo com o auxílio de órgãos públicos de qualificação ou convênios com as entidades do Sistema S, já que o resultado de tal capacitação profissional se reverterá diretamente em favor da atividade empresarial, que dela se beneficiará diretamente, tanto no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados, quanto à produtividade da trabalhadora. Assim, sendo as empresas as destinatárias do ganho com a qualificação do seu corpo de funcionárias, a elas cabe propiciar dita qualificação, o que pode ser feito sem grandes custos ou dificuldades, sendo, ainda, de se destacar que tal conduta se insere dentro da função social que as empresas devem desempenhar, conforme preceituado pela Constituição Federal, em seu art. 170, III. Ressalte-se, ademais, que a suspensão preconizada pelo art. 476-A da CLT exige como contrapartida do empregador a manutenção dos empregos; já a suspensão contratual prevista na presente MP 1.116 não traz nenhuma garantia de ascensão profissional de tais mulheres, tampouco de continuidade no emprego, sendo, portanto, dita suspensão porta para a prática de fraudes nas relações de trabalho. Por tal razão, propomos que a qualificação profissional das trabalhadoras seja incentivada, mas sem que isso importe em suspensão do contrato de trabalho delas, o que lhes causaria prejuízos e transtornos, inclusive para a subsistência das mesmas e das pessoas que delas dependem. Por fim, importa alertar que a suspensão sobredita rompe o limite natural da flexibilização de direitos trabalhistas essenciais ao tolerar a sua implementação por simples acordo individual. Isso porque dada a disparidade de forças entre as partes acordantes no acordo individual - empregador de um lado, trabalhadora de outro -, supõe-se que a definição da ajuda compensatória mensal, devida pelo empregador, dentre outras garantias/benefícios ficaria ainda mais fragilizada.

Em suma, na forma como redigido o art. 17 da MP, aquilo que aparenta ser uma vitória na luta por igualdade de gênero no mundo do trabalho,



consubstancia-se, na realidade, em perigosa flexibilização do vínculo empregatício das mulheres, principalmente sem o acompanhamento sindical, o que aprofundará o abismo da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, o que violará a Constituição Federal, as diversas leis que combatem a discriminação, bem como Convenções internacionais sobre o tema. Deve, pois, o artigo em comento ser modificado tal como acima proposto, o que, por consequência, acarretará a exclusão dos §§ 3º, 4º e 5º.

O artigo 19 deve ser alterado, pois na forma como veiculado na MP, ou seja, sem que haja pedido expresso do trabalhador, arrisca-se transformar-se a suspensão do contrato de trabalho, prevista com forma de propiciar o apoio ao retorno da mulher ao trabalho, após o término da licença-maternidade, em um modo de o empregador esquivar-se dos deveres inerentes ao vínculo empregatício, enfim, porta para a prática de fraudes nas relações laborais. Portanto, deve partir do trabalhador a iniciativa da suspensão contratual. Ademais, a construção normativa de tal suspensão deverá decorrer de norma coletiva, a fim de assegurar-se maior equidade negocial na definição do valor da ajuda compensatória mensal, bem como de outros benefícios e garantias. Outrossim, a fim de possibilitar o efetivo compartilhamento de cuidados, devem ser buscadas outras iniciativas mais benéficas para os homens trabalhadores, como a extensão da licença-paternidade, já que a atualmente existente é claramente insuficiente para os fins a que se destina, ou a concessão de outras licenças o que, inclusive, já foi acertadamente enunciado na letra “e” do art. 24 da presente MP (“e) à concessão de licenças para mulheres e homens que permitam o cuidado e a criação de vínculos com seus filhos”).

Sala das Sessão, em de maio de 2022.

Senador Paulo Rocha
PT/PA



**MPV 1116
00057****CÂMARA DOS DEPUTADOS****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022.**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº _____

Art. 1º - Insira-se, onde couber, o inciso XVI, no artigo 611-A da CLT:

“Art. 611- A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

.....

XVI – Critérios de elegibilidade e aferição do cumprimento do disposto no art. 429

.....(NR).

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente os critérios estabelecidos em lei e nas normas editadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência muitas vezes não observam as particularidades de cada empreendimento empresarial.

O objetivo da presente emenda não é possibilitar a isenção do cumprimento da quota, mas de ajustar os critérios de elegibilidade a cada

1



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani, Presidente da Câmara dos Deputados.
Para verificar a autenticidade da assinatura, acesse: <http://www.camara.br/legis/assinaturas>

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900

Brasília/DF E-mail: dep.geninhozulliani@camara.leg.br



CD227881565900





CÂMARA DOS DEPUTADOS

situação específica, notadamente porque o parâmetro atualmente utilizado (CBO) apresenta distorções sobre a necessidade de aprendizagem teórica / prática para determinadas funções, bem como que não se trata de direito indisponível previsto no art. 7º da Constituição, ao contrário, prestigia-se a negociação coletiva, nos termos do inciso XXVI do referido dispositivo legal, bem como não encontra vedação expressa no artigo 611-B da CLT..

Ante o exposto, rogamos aos nobres pares apoio para a aprovação desta importante emenda.

Sala das Comissões, ____ de maio de 2022.

GENINHO ZULIANI
DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SP

2



Assinado digitalmente por Geninho Zuliani em 12/05/2022
Para verificar a assinatura, acesse: <http://www.camara.gov.br/legis/verificacao>
Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900
Brasília/DF E-mail: dep.geninhozuliani@camara.leg.br



CD227881565900



**MPV 1116
00058****EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 18 da MPV nº 1116, de 2022:

“Art. 18.....
.....

§ É obrigatória a reserva de vagas para mulheres indígenas, quilombolas, artesãs, quebradoras de coco, que desempenhem profissões de natureza extrativista ou que trabalhem em regime de agricultura familiar, em número que observará o percentual de trabalhadoras nessa situação na área geográfica próxima à do local onde se ministram as atividades, observado o número mínimo de duas vagas por curso.”

JUSTIFICAÇÃO

É uma questão de justiça que, nas atividades de treinamento gratuitas previstas na MPV nº 116, de 2022, sejam reservadas vagas para mulheres em condição de vulnerabilidade socioeconômica evidente. Por esse motivo, propomos que indígenas, quilombolas, artesãs, quebradoras de coco, que desempenhem profissões de natureza extrativista ou que trabalhem em regime de agricultura familiar, tenham acesso a esse mecanismo de formação profissional.

Sala da Comissão,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)



MPV 1116
00059

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Dê-se à alínea “c” do inciso III do art. 1º; ao § 2º do art. 18; e ao art. 33 da Medida Provisória nº 1116, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

III -

.....

c) estímulo à ocupação das vagas de gratuidade dos serviços sociais autônomos por mulheres e priorização de mulheres vítimas de violência doméstica e mulheres chefes de famílias monoparentais;

.....”

“Art. 18.

.....

§ 2º As mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial e as mulheres chefes de famílias monoparentais deverão ser incluídas nos critérios de priorização para preenchimento das vagas de gratuidade a que se refere o *caput*.”

“Art. 33. O Sistema Nacional de Emprego - Sine implementará iniciativas com vistas à melhoria da empregabilidade de mulheres, especialmente daquelas que tenham filhos, enteados ou guarda judicial de crianças de até cinco anos de idade e mulheres chefes de famílias monoparentais.”

JUSTIFICAÇÃO

Políticas públicas que atendam às reais necessidades das mulheres chefes de famílias monoparentais é de fundamental importância. Apesar de já serem alvo de diferentes ações afirmativas, estas ainda não atendem satisfatoriamente às demandas dessas mulheres, pois a rede pública não parece chegar junto a elas para atuarem como aporte na superação das adversidades da vida.



Assim, imprescindível que essas mulheres sejam posicionadas nessas hipóteses de tratamento especial pela presente medida provisória.

Por essas razões, esperamos que nossa sugestão seja acolhida, tendo em vista a necessidade urgente de medidas especiais para elas.

Sala da Comissão,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)



**MPV 1116
00060**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 MAIO DE 2022

(Do Dep. José Guimarães)

Estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

Suprimir o §5º, do art. 429, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo artigo 28 da MP 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Jovem Aprendiz tem como propósito contribuir para o desenvolvimento social e profissional do adolescente, mediante atividades teóricas e práticas desenvolvidas no ambiente de trabalho, oportunizando-lhe, assim, sua primeira experiência profissional. Por consequência, o Programa contribui também com o aumento da renda familiar do adolescente, seu interesse pela escola e a inclusão social.¹

Esta Emenda visa garantir cumprimento da cota já estabelecida pela Lei da Aprendizagem, por meio da lei de número 10.097/2000, juntamente com o decreto Federal nº 5.598/2005, as quais determinam que as empresas de médio a grande porte devem possuir uma porcentagem equivalente a 5% e



¹ GDF. **Programa Jovem Aprendiz**. Disponível em: <<https://emater.df.gov.br/programa-jovem-aprendiz/>>. Acesso em: 09 maio 2022.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Guimarães
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220326803400>



15% de jovens aprendizes em trabalho e/o estágio, sendo que estes demandem alguma função dentro da empresa.

O Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) alertou sobre os riscos da Medida Provisória 1.116, que viabiliza o programa, precarizar a Lei de Aprendizagem, uma vez que a MP traz uma falsa ideia de que criará mais oportunidades, especialmente para os jovens em situação de vulnerabilidade, mas pode fragilizar o programa de aprendizagem, uma vez que prevê redução de cota.²

A MPV 1.116/2022 propõe flexibilizações para o cumprimento da cota de aprendizagem no que se refere aos jovens considerados em vulnerabilidade social: sejam egressos do sistema socioeducativo ou estejam em cumprimento de medidas socioeducativas; estejam em cumprimento de pena no sistema prisional; integrem famílias que recebam benefícios financeiros de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e de outros que venham a substituí-los; estejam em regime de acolhimento institucional; sejam protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, instituído pelo art. 109 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018; sejam egressos do trabalho infantil; ou sejam pessoas com deficiência.

A presente emenda, portanto, busca suprimir a proposta do dispositivo que permite que jovens vulneráveis passem a contar em dobro, ou seja, um aprendiz seria contratado como se a empresa houvesse contratado dois jovens.

Tal medida poderá fazer com que menos contratações de jovens aprendizes sejam feitas o que, conseqüentemente, diminuirá as oportunidades para os jovens. O cômputo em dobro de vulneráveis por si só já reduziria a cota em torno de 50%. “Que justiça social se pretende alcançar com essa proposta elitizante, em um período em que a vulnerabilidade socioeconômica das famílias aumentou imensamente em razão da pandemia”.³

Diante do exposto, deve ser integralmente suprimido o § 5º do 429, previsto no art. 28 da MP 1.116, de 2022.

² O Povo. **MP dos Jovens ameaça vagas de aprendizagem, alerta CIEE**. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2022/05/06/mp-dos-jovens-ameaca-vagas-de-aprendizagem-alerta-ciee.html>>. Acesso em: 09 maio 2022.

³ FDR. **Programa Jovem Aprendiz: Governo prepara MP com novidades para formato de trabalho; saiba mais**. Disponível em: <<https://fdr.com.br/2022/04/06/programa-jovem-aprendiz-governo-prepara-mp-com-novidades-para-formato-de-trabalho-saiba-mais/>>. Acesso em: 09 maio 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Guimarães
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220326803400>



Desta forma, pede-se aos pares a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2022.



José Guimarães
(Deputado Federal, PT/CE)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Guimarães
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220326803400>



**MPV 1116
00061****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alteração ao art. 432 da CLT, constante do art. 28 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória promove alterações diversas à CLT, relativas à aprendizagem.

Na alteração ao art. 432, a Medida Provisória **permite a jornada diária de 8h do aprendiz, que** poderá ser exercida integralmente com atividades práticas e quando houver atividades teóricas e práticas desenvolvidas no mesmo dia, não deverá ser computado na jornada de trabalho o tempo de deslocamento do aprendiz entre o local da teoria e da prática.

A medida promove a equiparação da jornada prática do aprendiz ao trabalhador não aprendiz ignorando por completo a condição especial de trabalho que a lei garante ao aprendiz por ter o contrato de aprendizagem objetivo principal de formação técnico profissional do aprendiz. Ela não considera, ainda, na jornada de trabalho do tempo de deslocamento ocorrido em razão do trabalho. Não se trata de horas in itinere, pois não é o deslocamento casa/trabalho, e sim de deslocamento ocorrido durante a jornada entre 2 locais de trabalho.

Assim, são medidas prejudiciais ao aprendiz, e os objetivos da própria aprendizagem.

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos.

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00062**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os seguintes dispositivos da Medida Provisória:

- I – a alínea “b” do inciso I do art. 1º;
- II – a alínea “a” do inciso III do art. 1º;
- III – o art. 6º;
- IV – o art. 16;

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos que propomos suprimir autorizam o saque do FGTS para finalidades que não condizem com a sua finalidade, e contribuem, ainda, para a redução da liquidez do FGTS, comprometendo a aplicação de recursos em políticas habitacionais e de saneamento.

A MPV permite o uso do FGTS para pagamento de despesas com creche, e pagamento de despesas com qualificação da trabalhadora, hipóteses que deveriam ser cobertas por meio de políticas públicas, pelas empresas ou mesmo pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O FGTS, desde sua origem, tem finalidade de prover ao trabalhador recursos compensatórios em caso de demissão imotivada. A legislação tem sido flexibilizada para permitir saques em outras modalidades, como o saque-aniversário, e em situações emergenciais.

Contudo, o custeio de creche e qualificação não se enquadram nessas hipóteses e, ainda, transferem à mulher trabalhadora o ônus de custeio de serviços que o próprio empregador ou o Estado devem assegurar.

Assim, é contrário ao interesse público o disposto nos dispositivos objeto da presente emenda.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00063****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 1º-A da Lei nº 11.770, de que trata o art. 23.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o art. 1º-A da Lei 11.770, proposto pela Medida Provisória, a a empresa participante do Programa Empresa Cidadã fica autorizada a substituir o período de prorrogação da licença-maternidade, de 60 dias, pela redução de jornada de trabalho em cinquenta por cento pelo período de cento e vinte dias. Essa substituição poderá ser feita mediante acordo individual firmado entre o empregador e a empregada ou o empregado.

Mostra-se evidente que, por meio desse tipo de acordo, a mulher poderá ser induzida a “aceitar” o retorno ao trabalho, com jornada reduzida por 120 dias, apenas para preservar o emprego e, assim, assegurar o atendimento do interesse patronal.

É uma “negociação” leonina, que subverte o sentido da prorrogação, que é o de garantir à mulher tempo adicional à licença maternidade, a fim de que possa dedicar-se ao recém-nascido ou adotado.

Por ser medida de cunho antissocial, essa regra não pode prosperar.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS

**MPV 1116
00064**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 428 da CLT alterado pelo art. 28 a seguinte redação:

“Art. 428.

.....
§ 3º O contrato de aprendizagem profissional não poderá ter duração superior a **dois** anos, exceto:

I - quando se tratar de pessoa com deficiência, hipótese em que não há limite máximo de prazo;

II - quando o aprendiz for contratado com idade entre quatorze e quinze anos incompletos, hipótese em que poderá ter seu contrato firmado pelo prazo de até **três** anos; ou

III - quando o aprendiz se enquadrar nas situações previstas no § 5º do art. 429, hipótese em que poderá ter seu contrato firmado pelo prazo de até **três** anos.

.....
§ 5º A idade máxima prevista no **caput** não se aplica:

I - a pessoas com deficiência, que poderão ser contratadas como aprendizes em qualquer idade a partir de quatorze anos; ou

II - a aprendizes inscritos em programas de aprendizagem profissional que envolvam o desempenho de atividades vedadas a menores de vinte e um anos de idade, os quais poderão ter até vinte e nove anos de idade.

.....
§ 9º O contrato de aprendizagem profissional poderá ser prorrogado, por meio de aditivo contratual e anotação na CTPS, respeitado o prazo máximo de **três** anos, na hipótese de continuidade de itinerário formativo, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência.

§ 10. Na hipótese prevista no § 9º, a continuidade do itinerário formativo poderá ocorrer pelo reconhecimento dos cursos ou de parte de cursos da educação profissional e tecnológica de graduação como atividade teórica de curso de aprendizagem profissional.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 11. Para fins do disposto no § 10, considera-se o início do itinerário formativo aquele que tenha ocorrido a partir de curso ou de parte de curso:

I - de educação profissional técnica de nível médio; ou

II - de itinerário da formação técnica e profissional do ensino médio.

§ 12. Nas hipóteses previstas nos § 9º a § 11, desde que o estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem profissional seja mantido, poderá haver alteração:

I - da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica; e

II - do programa de aprendizagem profissional.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A redação dada ao art. 428 da CLT pela Medida Provisória altera as regras sobre a aprendizagem, de modo a ampliar o prazo de duração do contrato.

Assim, um empregado poderá ser contratado como aprendiz, com direitos e encargos sociais reduzidos, por prazos que chegam a 4 anos, enquanto, atualmente, a legislação apenas permite o prazo de 2 anos. E amplia a idade limite para o contrato de aprendizagem, de 24 anos de idade, para até 29 anos de idade.

Reconhecendo que seria adequado em alguns casos essa extensão, nos termos propostos, a presente emenda visa limitar a prorrogação da aprendizagem a 3 anos, o que nos parece mais do que suficiente, com as exceções previstas na proposta, para que os objetivos da aprendizagem sejam atendidos sem que haja a intensificação do seu uso para a substituição de mão-de-obra regularmente contratada e o desvirtuamento do instituto, que atende às premissas do Estatuto da Juventude.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00065****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § 4º do art. 429 da CLT inserido pelo art. 28.

JUSTIFICAÇÃO

O § 4º do art. 429 da CLT proposto pela MPV prevê que o aprendiz contratado por prazo indeterminado pela empresa ou entidade ao término do seu contrato de aprendizagem profissional continuará a ser contabilizado para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional enquanto estiver contratado, considerado o período máximo de doze meses para essa contabilização.

Ainda que limitada a 12 meses, a medida subverte o sentido da cota para aprendizagem, pois o aprendiz contratado como empregado, em decorrência de sua qualificação, competência e adequação aos fins buscados pela empresa, continuará a ser contabilizado como aprendiz, suprimindo uma vaga que deveria ser provida por outro jovem, com o objetivo de obter qualificação para a sua futura inserção no mercado de trabalho.

Desse modo, deve ser suprimida essa alteração em benefício da manutenção das vagas para aprendizagem.

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Senador PAULO PAIM
PT/RS

Senado Federal - Gabinete do Senador Paulo Paim - Praça dos Três Poderes – Anexo I – 22º Andar – SI 2 – 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: +55 (61) 3303 5232 - Fax: +55 (61) 3303 5235 - Site: www.senadorpaim.com.br - e-mail: paulopaim@senador.leg.br



**MPV 1116
00066****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 473 da CLT alterado pelo art. 34 a seguinte redação:

“Art. 473.

.....
III - por **catorze dias** consecutivos, em caso de nascimento **ou adoção** de filho;

.....
X - dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até seis consultas médicas, ou exames complementares, durante o período de gravidez;

.....
Parágrafo único. O prazo a que se refere o inciso III do **caput** será contado a partir da data de nascimento do filho.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória no seu 34 altera o art. 473 da CLT, ajustando o inciso III, que trata da licença paternidade, altera o prazo de duração previsto desde 1967 na CLT, de forma a ajustá-lo ao período mínimo definido no art. 10, § 1º do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias, a vigorar até que a lei regulamente o direito.

Assim, a MPV nada acrescenta ao direito que a Constituição fixou, de 5 dias, e não dispõe, portanto, sobre a garantia efetiva do direito. Além disso, não reconhece a igualdade de tratamento que deve ser assegurada em caso de adoção de filho.

Ao redor do mundo, a licença paternidade varia substancialmente. Na Austrália, Venezuela, Reino Unido, Bolívia e China, ela é de 2 semanas remuneradas. Na Áustria, Lituânia e Estônia é de 4 semanas remuneradas. Em Portugal, são 20 dias remunerados.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Países como Finlândia, Canadá e Suécia permite licença remunerada de 23 a 52 semanas, ou seja, até um ano de licença paternidade.

Ao serem completados os 34 anos de vigência da Constituição, já passou da hora de esse direito ser regulamentado.

A presente emenda propõe que o período seja de 14 dias; embora países como Portugal e Espanha tratem do direito de forma mais generosa (20 dias e 16 semanas, respectivamente), consideramos que, no presente momento, o prazo proposto seria factível e aceitável por todos os envolvidos.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00067**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os Art. 428, §§ 9º a 12 da CLT, constantes do art. 28 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória promove alterações diversas à CLT, relativas à aprendizagem.

Na alteração ao art. 428, §§ 9 a 12, a MPV permite a prorrogação de contrato de aprendizagem **para até 4 anos para “continuidade do itinerário formativo”, permitido troca de entidade** e de programa de aprendizagem. Permite a prorrogação também para aproveitar cursos ou parte de cursos da educação profissional e tecnológica de graduação como parte teórica da aprendizagem.

O efeito dessas medidas é a redução do número de jovens e adolescentes atendidos pelo programa. O aprendiz será “eternizado” como aprendiz na empresa e com verbas trabalhistas reduzidas. Haverá ainda o acirramento de “briga” comercial entre entidades formadoras para que ocorra a substituição de entidade tirando o foco principal do programa que é a qualificação profissional do aprendiz. E o estímulo para que a aprendizagem de nível básico seja substituída pela aprendizagem de nível superior (tecnólogo), o que irá resultar em evidente elitização da aprendizagem e afastamento do público de menor escolaridade e, consequente, maior vulnerabilidade social.

Trata-se de alterações que reduzem a oferta de vagas de aprendizagem, por prazos prolongados.

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos, preservando o instituto da aprendizagem.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00068****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os Art. 428, § 5º da CLT, constantes do art. 28 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória promove alterações diversas à CLT, relativas à aprendizagem.

Na alteração ao art. 428, § 5º, a **MPV fixa a idade do aprendiz de 14 a 24 anos, exceto para PCD que não há limite máximo de idade e até 29 anos de idade para aprendizes inscritos em programas cuja idade mínima para o exercício da função seja 21 anos (vigilante e motorista de ônibus e caminhão).**

Essa medida promove o desvirtuamento do instituto da aprendizagem que foi pensado para atender ao público adolescente e jovem com maior dificuldade de acesso ao primeiro emprego.

A elevação da idade não se justifica, sequer, sob o prisma da especificidade. A legislação de trânsito e da polícia federal autoriza que a função de motorista e de vigilante possa ser exercida a partir de 21 anos. Portanto, a idade de 24 anos prevista na lei da aprendizagem não precisa ser alterada, pois já é compatível com a legislação de motoristas e vigilantes.

Trata-se de alterações que reduzem a oferta de vagas de aprendizagem, por prazos prolongados.

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos, preservando o instituto da aprendizagem.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00069****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alteração ao art. 431 da CLT, constante do art. 28 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória promove alterações diversas à CLT, relativas à aprendizagem.

Na alteração ao art. 431, **a Medida Provisória amplia o rol de instituições que podem realizar contratação indireta de aprendizes, sem geração de vínculo empregatício do aprendiz e da empresa cumpridora da cota, sendo admitidos como contratante do aprendiz: Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte, entidades de outra natureza como, por exemplo, cultura, educação, saúde, segurança alimentar, proteção ao meio ambiente, ciência e tecnologia, promoção de ética, atividades religiosas, dentre outros.**

Assim, ocorrerá a criação de um “mercado de cota” ou de mercantilização da cota, isto é, a empresa que quiser poderá transferir a responsabilidade de contratar aprendizes a uma instituição terceira que não é entidade formadora de aprendizes, mediante acordo comercial, e sem vínculo empregatício com o aprendiz, assim como acontece com o “mercado de carbono” para questões ambientais. Essa solução aumenta a fragilidade do vínculo empregatício do aprendiz que será constituído com uma instituição terceira e que não é uma entidade formadora, e induz à precarização da formação profissional, que passará a ser realizado em uma instituição que não tem nenhuma relação com a atividade empresarial desenvolvida pela empresa cumpridora da cota.

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos, preservando o instituto da aprendizagem.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00070****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os incisos IV e V e § 2º do art. 26 e a alteração ao art. 434 da CLT, constante do art. 28 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória promove alterações diversas à CLT, relativas à aprendizagem.

O indulto concedido, na forma do art. 26, às empresas infratoras, inclusive sobre multas aplicadas no passado pelo descumprimento reiterado da cota de aprendizagem, será grande estímulo à adesão ao projeto apenas para se valer da graça ofertada. Posteriormente, as empresas que aderirem ao projeto poderão continuar sem cumprir a cota de aprendizagem, pois a multa a ser aplicada foi estabelecida em valor bastante inferior aos custos de contratação do aprendiz.

O art. 28 altera o art. 434 da CLT, fixando multa por descumprimento da cota de aprendizagem no valor de R\$ 600,00 por aprendiz não contratado, quando o custo de contratação de um aprendiz é cerca de R\$ 1.000,00 por mês. Considerando que o contrato de aprendiz possui duração de 2 anos, temos que o custo total de um aprendiz durante todo o período de contrato é 40x maior do que a multa estabelecida pela não contratação do aprendiz, sendo que a empresa infratora terá ainda diversos outros benefícios pela adesão ao PNICA como indulto às multas aplicadas antes da MP 1.116/22 e imunidade à fiscalização do trabalho.

Além disso, a adesão ao PNICA impede que a Auditoria-Fiscal do Trabalho atue junto às empresas. Trata-se de verdadeiras amarras à Fiscalização do Trabalho que foi expressamente impedida de autuar contra as irregularidades cometidas pelas empresas contra a Lei da Aprendizagem.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

O PNICA, portanto, irá produzir 3 efeitos imediatos: a) paralisação das contratações atuais e ordinárias, estimada em cerca de 100 mil vagas de aprendizagem apenas nos próximos 4 meses; b) indulto de multas pretéritas de empresas infratoras que não darão nenhuma contrapartida efetiva, vez que será muito mais barato pagar a multa do que cumprir a cota; c) paralisar a atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho, impedindo a fiscalização do trabalho de atuar junto às empresas que aderirem ao projeto.

Trata-se de alterações que não apenas premiam o descumprimento das regras, como reduzem a oferta de vagas de aprendizagem, por prazos prolongados.

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos, preservando o instituto da aprendizagem.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nereu Crispim

MPV 1116
00071

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116 DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116 DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o artigo 28, o artigo 30, o artigo 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do artigo 35, da Medida Provisória nº 1.116 de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória nº 1.116/2022 altera diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos à aprendizagem.

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que a matéria referente à aprendizagem já está sendo amplamente debatida na Câmara dos Deputados, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que entendemos ser a via adequada para a apreciação desse tema, que envolve alterações permanentes na legislação e não justifica a edição de Medida Provisória, sobretudo,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nereu Crispim

Para verificar a assinatura, acesse <http://infoleg.net.br/legis/assassinatura/dep-nereu-crispim-camara-4833-cep-70160-900-7800>
Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 4833 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5483/3483 | dep.nereucrispim@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nereu Crispim

diante da ausência do pressuposto da urgência quanto a essa matéria.

Além disso, quanto ao mérito, preocupa-nos que, embora a Medida Provisória alegue incentivar a contratação de aprendizes, ela contém diversas regras que resultarão em significativa diminuição no número de cotas, a exemplo da ampliação dos prazos contratuais (CLT, art. 428, § 3º) e da idade máxima para determinadas atividades (art. 428, § 5º), da contabilização do aprendiz contratado por prazo indeterminado (art. 429, § 4º) e do cômputo em dobro de adolescentes e jovens que se enquadrem em hipóteses específicas (art. 429, § 5º), regra esta que tem nítido conteúdo discriminatório e, portanto, inconstitucional.

Ao alterar diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relacionados à aprendizagem, há evidente desmoralização da política de cota de aprendizagem profissional se mantida a redação prevista no artigo 28, seja porque cria hipótese e quem autoriza às empresas e entidades a prorrogar a contabilização, para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional, mesmo após o termo do contrato de aprendizagem, pelo período de doze meses para essa contabilização, acarretando dificuldade de classificação e fiscalização e diminuição de oportunidades na política de contratação de novos jovens aprendizes; seja porque cria hipótese que autoriza seja contabilizada em dobro a contratação de aprendizes, adolescentes ou jovens, egressos do sistema socioeducativo ou estejam em cumprimento de medidas socioeducativas ou que estejam em cumprimento de pena no sistema prisional, ou ainda, estejam em regime de acolhimento institucional, ou protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, ou egressos do trabalho infantil.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nereu Crispim

Para verificar a assinatura, acesse <http://infoleg.congresso.br/assassinatura/dep/nereu-crispim>
Câmara dos Deputados | Anexo II - Gabinete 483 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5483/3483 | dep.nereucrispim@camara.leg.br



CD224515717700





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nereu Crispim

Veja, se o adolescente/jovem aprendiz egresso do sistema socioeducativo, egresso do trabalho infantil, assistidos por benefícios financeiros ou programas de proteção, bem como a pessoa com deficiência forem considerados com uma “contabilização em dobro” ao ingressar na política de aprendizagem 50,0% da cota de vagas destinadas a outros jovens e adolescentes serão eliminadas.

Isso é nitidamente uma permissão inconstitucional de exploração discriminatória premiada pela empresa da condição pessoal do jovem, privilegiando o histórico de infrações, medidas ou reprimendas socioeducativas como vulnerabilidade em detrimento dos jovens sem indicativo desse histórico, constitui política com efeito de estímulo que contraria a igualdade constitucional de condições e o interesse público.

Com efeito, a redação que pretende ser afastada por esta emenda evita que a contabilização da cota de aprendizagem profissional seja malversada que mascaram a exclusão de 50,0 do público alvo pela inclusão de contagem em dobro como um incentivo para as empresas contratem menos jovens aprendizes como significativa expressão de atentado contra o retrocesso social das garantias e direitos já conquistados, significa dizer que a exclusão de uma parcela da juventude que poderia ingressar no mercado de trabalho através da aprendizagem pode ser justificada por meio da política de contabilizar em dobro.

Além da preocupação com a redução das oportunidades ao transformar dois em um não podemos deixar de mencionar o caráter discriminatório da proposição.

Preocupa-nos também que as alterações efetuadas no art. 428 da CLT, notadamente os §§ 9º a 12, poderão gerar



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nereu Crispim

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg.congresso.br/assassinatura/dep-nereu-crispim>
Câmara dos Deputados | Anexo II - Gabinete 483 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5483/3483 | dep.nereucrispim@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nereu Crispim

insegurança jurídica. A título de exemplo, se um contrato de aprendizagem for prorrogado por meio de aditivo contratual (§ 9º) e for permitida a alteração da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (§ 12), pela técnica não haveria que se falar em aditivo contratual, mas, sim, um novo contrato.

Ademais, a ampliação das hipóteses de contratação indireta prevista no art. 431, inciso II, alíneas “b” e “c”, tem o potencial de desvirtuar o aspecto de formação técnico-profissional metódica inerente à aprendizagem e de mercantilizar o trabalho do aprendiz.

Além disso, a medida provisória importa em reflexos diretos sobre decisões judiciais proferidas aos jovens ou adolescentes nas hipóteses em que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas, em cumprimento de pena no sistema prisional ou em regime de acolhimento institucional ou, ainda, sejam protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

Em decorrência da supressão do art. 28, devem acompanhar e ser suprimidos também os arts. 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35, correlatos.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta emenda que propõe a supressão dos artigos 28, 30, e 31 assim como os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116 DE 2022.

Sala das Sessões, de de 2022

NEREU CRISPIM
DEPUTADO FEDERAL (PSD/RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nereu Crispim

Para verificar a assinatura, acesse <http://infoleg.congresso.br/assassinatura/dep/nereu-crispim/camara/2022/05/12/00100.056168/2022-65>
Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 483 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5483/3483 | dep.nereucrispim@camara.leg.br



MPV 1116
00072

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 26 da Medida Provisória seguinte parágrafo:

“Art. 26.

.....

§3º É requisito para a adesão ao Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes a comprovação de que não houve a diminuição do número de contratos de aprendizagem nos últimos 12 meses, ressalvados os contratos que se encerraram nos 30 (trinta) dias anteriores à adesão.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo evitar que as empresas descumpram as cotas estabelecidas no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, de forma intencional, antes de aderirem o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes e se beneficiarem da flexibilização da fiscalização e autuação por não cumprirem a legislação, considerando o prazo de vigência do projeto.

De todo modo, a emenda prevê que ficarão ressalvadas da contabilização as vagas oriundas do encerramento dos contratos de aprendizagem nos 30 dias anteriores à adesão, em razão da necessidade de realização do processo de seleção e contratação dos futuros aprendizes.

Considerando que o projeto é temporário, pelo prazo de 24 meses, caso a presente emenda não seja aprovada haverá a possibilidade de que no mesmo período de vigência do Projeto a empresa opte por descumprir a legislação e possa aderir apenas em razão de notificação da fiscalização do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221804885500>



trabalho, de forma a se beneficiar das regras previstas quanto às sanções que a elas podem ser impostas.

Mediante os argumentos apresentados, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda

Sala das sessões, 09 de maio de 2022

TÚLIO GADÊLHA (PDT/PE)

Deputado Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221804885500>



**MPV 1116
00073**

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 29 da Medida Provisória o seguinte parágrafo:

“Art. 29.

Parágrafo Único. Independentemente do local de alocação dos aprendizes, as empresas contratadas e contratantes ficam obrigadas a cumprir suas cotas individualmente.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, em seu art. 29, prevê que em contratos de terceirização deverá constar o local de alocação de aprendizes da contratada em suas dependências ou nas dependências da contratante.

A presente emenda tem como objetivo determinar que independentemente do local de alocação dos aprendizes, cada empresa envolvida no contrato de terceirização deverá cumprir sua cota respectiva de contratos de aprendizagem individualmente.

Dessa forma, fica vedada a contabilização do aprendiz que realize suas atividades práticas em dependência diversa da empresa que efetivamente o contratou, para o cálculo do cumprimento da cota da empresa em que será alocado, evitando que um único aprendiz seja contabilizado duas vezes para o cumprimento da cota das duas empresas envolvidas no contrato de terceirização.

Mediante os argumentos apresentados, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022

TÚLIO GADÊLHA (PDT/PE)
Deputado Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229431877700>



MPV 1116
00074

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 432 da Consolidação das Leis do Trabalho editado pela Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 432.

.....

§1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental ou o ensino médio, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

§3º O tempo de deslocamento do aprendiz entre as entidades a que se refere o art. 430 e o estabelecimento onde se realizará a aprendizagem profissional não será computado na jornada diária.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, ao introduzir o §3º no art. 432 da Consolidação das Leis Trabalhistas, tem como objetivo permitir a jornada de até 8 horas diárias para aprendizes que já tenham completado o ensino médio.

A CLT permite jornada de 8 horas para aprendizes que já tenham completado o ensino fundamental, desde que para essa jornada também sejam computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

A presente emenda visa adequar a Medida Provisória para que aprendizes que tenham completado o ensino médio também possam trabalhar 8 horas diárias, porém, desde que essas horas também sejam computadas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220390055700>



para a aprendizagem teórica, nos mesmos moldes do que já se prevê para aprendizes que tenham completado o ensino fundamental.

Essa medida tem por objeto garantir que em caso de jornadas de trabalho mais extensas o aprendiz tenha o tempo de aprendizagem teórica proporcional ao tempo de aprendizagem prática, de modo a evitar que aprendizes que finalizaram o ensino médio tenham o objeto do contrato de aprendizagem desvirtuado com o aumento apenas de horas práticas em sua jornada.

Mediante os argumentos apresentados, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022

TÚLIO GADÊLHA (PDT/PE)

Deputado Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220390055700>



**MPV 1116
00075**

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §4º do art. 429 da Medida Provisória a seguinte redação:

§ 4º A empresa que contratar o aprendiz após o término do contrato de aprendizagem profissional, mediante contrato por prazo indeterminado, ficará isenta do pagamento das contribuições sociais previdenciárias sobre a remuneração do respectivo empregado, que lhe couber, pelo prazo de 12 meses.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, ao introduzir o §4º no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas, tem como objetivo incentivar a contratação por prazo indeterminado de aprendizes após o término do contrato profissional ao manter o trabalhador recém contratado na contabilização para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional, enquanto estiver contratado, pelo período máximo de doze meses para essa contabilização.

Embora seja louvável fomentar a contratação de aprendizes profissionais ao término do contrato, a medida adotada pelo Poder Executivo subverte uma vaga destinada a um novo aprendiz por uma vaga por prazo indeterminado. Como consequência, a medida poderá reduzir o número de contratos de aprendizagem, ainda que limitada a contabilização para o cumprimento da cota por 12 meses.

A presente emenda tem como premissa manter o objetivo de fomentar a contratação de aprendizes ao término de contrato de trabalho, mas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221772760600>



também busca preservar a vaga para que um próximo jovem possa ser beneficiado pela aprendizagem profissional.

Nesse sentido, ao invés de contabilizar o empregado contratado para fins de cumprimento da cota de aprendizagem, propõe-se conceder isenção sobre as contribuições sociais previdenciárias incidentes sobre a remuneração do trabalhador contratado por prazo indeterminado, após o término do contrato de aprendizagem profissional, pelo prazo máximo de 12 meses, de forma a se manter o incentivo à contratação sem afetar a cota regular de aprendizagem, bem como não causando impactos consideráveis para a arrecadação da União.

Mediante os argumentos apresentados, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022

TÚLIO GADÊLHA (PDT/PE)
Deputado Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221772760600>



**MPV 1116
00076**

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se o artigo 28, 30 e 31 e os incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do artigo 35 da Medida Provisória nº 1.116 de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O governo de Jair Bolsonaro publicou no último dia 05 de maio, a Medida Provisória (MP) nº 1.116/2022, que implanta um programa que vai precarizar ainda mais a relação de trabalho. Além de ser inconstitucional porque fere direitos básicos da Constituição Federal, a MP 1.116/22 autoriza que as empresas que atualmente cumprem a cota de aprendizagem possam aderir a um Projeto que terá por efeito imediato a desobrigação de contratar aprendizes, colocando em risco as milhares de vagas de aprendizagem atualmente preenchidas em todo país.

Audidores-Fiscais do Trabalho, servidores de carreira do Ministério do Trabalho e Previdência e Coordenadores de Fiscalização de Aprendizagem Profissional apontam que os normativos citados criam regras que beneficiam empresas descumpridoras da cota de aprendizagem e proíbem a Auditoria-Fiscal do Trabalho de atuar contra as irregularidades cometidas contra a Lei da Aprendizagem, vedando a lavratura de auto de infração contra empresas que não cumprem a cota de aprendizagem. Além disso, os normativos suspendem multas já aplicadas, criando verdadeiro indulto aos infratores da lei.

Os supramencionados artigos 28,30, 31 e os incisos do artigo 35, todos da MP nº 1.116/22, conformam o núcleo normativo principal, responsável pela supressão de direitos e precarização da Aprendizagem Profissional no País. Os referidos dispositivos alteram diversas normas já previstas na Consolidação das Leis do Trabalho



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225670017900>



(CLT) impondo novas regras que possuem o condão de desestruturar por completo o programa de aprendizagem no País.

Embora a MP nº 1.116/22 se autointitule como de “incentivo à contratação de aprendizes”, o seu artigo 28, altera os parágrafos quarto e quinto do art. 429 da CLT possibilitando uma redução bastante significativa no número de cotas de aprendizagem.

Sobre o tema, os auditores e servidores de carreira do Ministério do Trabalho de denunciam que os normativos trazido pela MP preveem regras absurdas como contagem fictícia de aprendizes, contagem em dobro de aprendizes em situação de vulnerabilidade social, com objetivo de maquiar os dados oficiais, alterações prejudiciais no cálculo da cota de aprendizes, retirada da prioridade de contratação de aprendizes com idade entre 14 e 18 anos, o que prejudicará o combate ao trabalho infantil, permissão para transferência de cota para instituições que não tem condições de ofertar formação profissional aos jovens e adolescentes, retirada de atribuição dos Auditores-Fiscais do Trabalho para fiscalizar o modelo alternativo de cumprimento de cota de aprendizes, redução da carga horária teórica dos cursos de aprendizagem, mudança de regras que facilitam o cometimento de fraude à estabilidade no emprego do aprendiz, dentre tantas outras ações absurdas que trarão graves prejuízos ao programa jovem aprendiz.

Por fim, cumpre mencionar que tramita nesta Casa, o projeto de Projeto de Lei nº 6.461, de 2019 que Institui o Estatuto do Aprendiz e trata da matéria com muito mais profundidade e participação social do que a Medida Provisória que o governo pretende impor de forma unilateral prejudicando os maiores interessados na matéria.

Mediante os argumentos apresentados, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022



DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA

REDE/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225670017900>



CD225670017900



**MPV 1116
00077****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o Capítulo VII e os art. 30 e 31 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio do Capítulo VII, composto pelos art. 25 a 29, e dos art. 30 e 31, a Medida Provisória institui o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes, a ser regulamentado em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência. Editou, ainda, na mesma data de vigência da Medida Provisória, o Decreto 11.061, de 2022.

As normas citadas, ao contrário do que foi propagado pelo Governo Federal, afetarão de forma negativa a Aprendizagem Profissional, reduzirão o número de **jovens e adolescentes alcançados pelo programa, aumentarão o número de ações judiciais promovidas pelas empresas, inviabilizarão a adequada fiscalização do cumprimento da Lei da Aprendizagem pela Auditoria Fiscal do Trabalho.**

Os normativos publicados promoveram uma “nova reforma trabalhista sobre cotas de aprendizagem”, uma vez que foram alterados mais de 86% dos artigos da Lei da Aprendizagem, Lei 10.097/2000, e mais de 64% dos artigos do decreto que a regulamentavam. As alterações foram substanciais e todas elas com objetivo de atender ao pleito de empresas, em prejuízo aos interesses dos jovens e adolescentes do país.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Esclareça-se, ainda, que está em discussão na Câmara dos Deputados o PL 6.461/19 - “Estatuto do Aprendiz”, com discussões técnicas sendo tratadas em audiências públicas regionais e nacionais, envolvendo inúmeras instituições e especialistas no tema.

O referido projeto de lei possui 78 artigos e trata de aproximadamente 14 tópicos, quais sejam: direito à profissionalização e à proteção no trabalho, contrato de aprendizagem, obrigatoriedade de contratação, cálculo da cota de aprendizes, espécies de contratação de aprendizes, formação técnico-profissional metódica, entidades qualificadas em formação técnico-profissional, direitos trabalhistas e obrigações acessórias dos aprendizes, atividades teóricas e práticas, cumprimento alternativo da cota de aprendizes, hipóteses de extinção de contrato de aprendizes, contratação de aprendizes por ME/EPP, aprendizagem à distância e multa por descumprimento de cota.

Desses temas, o Governo Federal regulou na MP 1.116/22 e no Decreto 11.061/22 sobre 13 temas, o que corresponde a mais de 93% do teor do PL 6461/19.

Houve, portanto, verdadeiro atropelo do Poder Executivo ao Poder Legislativo que tratou de uma matéria cara à sociedade por meio de Medida Provisória, sem ter realizado um adequado debate envolvendo a sociedade civil, instituições e especialistas no assunto, e com impactos que reduzirão drasticamente o número de vagas de aprendizagem no País.

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos, privilegiando o trâmite do PL 6.461/19 e preservando o instituto da aprendizagem.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00078****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 27 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 27 da Medida Provisória **estabelece benefícios para as empresas que aderirem ao Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes, e prevê que ato do Ministro do Trabalho e Previdência regulamentará esse projeto, e poderá, ainda, estabelecer “condições especiais”** para setores econômicos com baixa contratação de aprendizizes. As empresas e as entidades dos setores econômicos que aderirem ao Projeto estarão sujeitas a procedimento especial de fiscalização, com o objetivo de regularização progressiva da cota de aprendizagem profissional, por meio da assinatura de termo de compromisso que estabeleça condições específicas, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência.

Esse Projeto, na verdade, **reduzirá o quantitativo de aprendizizes a serem contratados de forma substancial nos próximos meses do ano. Isso porque permitiu a adesão ao projeto por empresas que regularmente já contratam aprendizizes e ao aderirem ao projeto** ficarão isentas do cumprimento da cota por prazo indeterminado, deixando, assim, de contratar os aprendizizes que ordinariamente já contrataria.

Com a MP 1.116/22, essas empresas possivelmente irão aderir ao PNICA e, com isso, ficarão isentas da contratação de aprendizizes por prazo ainda incerto, deixando, assim, de contratar 100 mil aprendizizes que regularmente já seriam contratados. Se considerarmos que o prazo de anistia para as empresas seja de 2 anos, conforme previsto no art. 27, §8º da MP 1.116/22 o número de aprendizizes que pode deixar de ser contratados é superior a 400 mil.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos, preservando o instituto da aprendizagem.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00079****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os art. 26 e 27 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 26 da Medida Provisória estabelece incentivos para as empresas que aderirem ao Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes, a ser regulamentado em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência. Essa adesão importa em 5 benefícios para as empresas (art. 26, I a V):

- 1 – Concessão de prazos para regularização da cota, nos termos a serem previstos futuramente nos instrumentos de adesão;**
- 2 - Proibição da Auditoria Fiscal do Trabalho de lavrar auto de infração por descumprimento de cota de aprendizagem;**
- 3 – Autorização para que a empresa possa cumprir a cota em qualquer estabelecimento da empresa na mesma unidade da federação pelo prazo de 2 anos;**
- 4 – Suspensão dos processos administrativos de imposição de multa durante o prazo concedido para regularização (referente a autos de infração pretéritos)**
- 5 – Redução da multa em 50% dos autos de infração lavrados antes da adesão ao projeto.**

O art. 27 prevê que ato do Ministro do Trabalho e Previdência poderá estabelecer “condições especiais” para setores econômicos com baixa contratação de aprendizizes. As empresas e as entidades dos setores econômicos que aderirem ao Projeto estarão sujeitas a procedimento especial de fiscalização, com o objetivo de regularização progressiva da cota de aprendizagem profissional, por meio da assinatura de termo de compromisso que estabeleça





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

condições específicas, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência.

As normas citadas, ao contrário do que foi propagado pelo Governo Federal, afetarão de forma negativa a Aprendizagem Profissional, reduzirão o número de jovens e adolescentes alcançados pelo programa, aumentarão o número de ações judiciais promovidas pelas empresas, inviabilizarão a adequada fiscalização do cumprimento da Lei da Aprendizagem pela Auditoria Fiscal do Trabalho.

Ademais, a MP ofertou um cheque em branco para que em Portaria se possam criar novas regras para setores econômicos específicos. É possível se imaginar, inclusive, alteração na forma de calcular a cota de aprendizagem de alguns segmentos para beneficiar de forma específica um grupo de empresas. Portanto, inadmissível o texto proposto.

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos, preservando o instituto da aprendizagem.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



**MPV 1116
00080****CÂMARA DOS DEPUTADOS****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022.**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº _____

Art. 1º - Altere-se o art. 29, § 1º:

“Art. 29. Os contratos de terceirização de mão de obra poderão prever as formas de alocação dos aprendizes da contratada nas dependências da empresa ou da entidade contratante, em quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

§1º. A situação prevista no caput não gerará qualquer obrigação adicional em relação à empresa contratante, tampouco configurará, em qualquer hipótese, vínculo de emprego entre o aprendiz e esta, sendo as atividades teóricas e práticas decorrentes do contrato de aprendizagem, de integral responsabilidade da empresa contratada e da respectiva instituição formadora”.

.....(NR).

JUSTIFICAÇÃO

1



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani, Presidente da Câmara dos Deputados.
Para verificar a assinatura, acesse <http://www.camara.br/legis/verificacao> ou dep.geninhozulliani@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Entendemos que a presente alteração se justifica, pois nem todo o objeto de prestação de serviços (terceirização) admite-se a possibilidade de alocação de aprendizes, a depender do risco do objeto contratado.

Sem prejuízo, como a execução de atividades previstas no contrato de aprendizagem pode se dar em local distinto do contratado, notadamente no ambiente da empresa tomadora, é razoável que esta seja isenta de riscos quando admitir a possibilidade de execução do contrato de aprendizagem no seu estabelecimento, notadamente porque pode haver discricionariedade em relação à admissão de mão de obra destinada a execução do objeto do contrato, a critério do contratante.

Ante o exposto, rogamos aos nobres pares apoio para a aprovação desta importante emenda.

Sala das Comissões, ____ de maio de 2022.

GENINHO ZULIANI
DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SP

2



Assinado digitalmente por GENINHO ZULIANI em 12/05/2022 às 14:00:00.
Para verificar a assinatura, acesse <http://www.camara.gov.br/legis/verificacao-de-assinaturas> ou dep.geninhozuliani@camara.leg.br



**MPV 1116
00081****CÂMARA DOS DEPUTADOS****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022.**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº _____

Art. 1º - Inclua-se o inciso V, ao artigo 433 da CLT para complementar uma possibilidade de extinção do contrato de aprendizagem:

“Art. 433.....

V. quando o estabelecimento cumpridor de cota de aprendizagem profissional contratar o aprendiz por meio de contrato por tempo indeterminado, sem prejuízo do disposto no art. 429, §4º”.

.....(NR).

JUSTIFICAÇÃO

1



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani, Deputado Federal.
Para verificar a assinatura, acesse <http://www.camara.br/legis/verificacao> ou dep.geninhozulliani@camara.leg.br



CD228153841800





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Decreto 11.061/22 passou a prever tal possibilidade de extinção do contrato de aprendizagem, no entanto, não houve alteração de proposta na lei para tanto.

Por questão de coerência lógica e em respeito à hierarquia das normas, a CLT precisa também prever esta possibilidade de extinção antecipada do contrato de aprendizagem.

Ante o exposto, rogamos aos nobres pares apoio para a aprovação desta importante emenda.

Sala das Comissões, ____ de maio de 2022.

GENINHO ZULIANI
DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SP

2



Assinado digitalmente por GENINHO ZULIANI em 12/05/2022.
Para verificar a assinatura, acesse <http://www.camara.br/legis/verificacao> ou dep.geninhozuliani@camara.leg.br





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alvaro Dias

**MPV 1116
00082****EMENDA Nº
(MPV Nº 1116/2022)**

Suprimam-se os artigos 25 a 31 da Medida Provisória nº 1.116 de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Ao instituir o Projeto Nacional de Incentivo à contratação de Aprendizizes, a medida provisória define como objetivos principais: a ampliação do acesso por meio da aprendizagem profissional e a oferta de incentivos para a regularização.

Os arts. 25 a 27 basicamente concedem prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impedindo a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspendendo processos administrativos de imposição de multa e reduzir valores de multas impostas. Trata-se, evidentemente, de conceder benefícios a empresas que desrespeitaram a lei, o que não é forma adequada e justa de incentivar o aumento da contratação de aprendizes.

Note-se ainda que não é factível mencionar que a medida traz incentivos ao crescimento da aprendizagem quando encontramos artigos como o 28, contendo previsão de contagem em dobro para situações de inserção do “vulnerável”. Tal medida provoca menor número de contratações de jovens aprendizes, diminuindo as oportunidades para os jovens. O cômputo em dobro de vulneráveis, que tem nítido conteúdo discriminatório, por si só já reduziria a cota em torno de 50%.

O mesmo artigo 28 altera ainda diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos à aprendizagem que resultarão em significativa diminuição no número de cotas, a exemplo da ampliação dos prazos contratuais (CLT, art. 428, § 3º) e da idade máxima para determinadas atividades (art. 428, § 5º) e da contabilização do aprendiz contratado por prazo indeterminado (art. 429, § 4º)

Ademais, a ampliação das hipóteses de contratação indireta prevista no art. 431, inciso II, alíneas “b” e “c”, tem o potencial de desvirtuar o aspecto de formação técnico-profissional metódica inerente à aprendizagem e de mercantilizar o trabalho do aprendiz.



A solução para os problemas que a Medida Provisória supostamente pretende enfrentar não está em novas medidas e sim no aumento da fiscalização para o adequado cumprimento da cota de aprendizagem e o apoio ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019 que se encontra na Comissão Especial da Câmara. Cabe, ainda, ressaltar que medidas para o fomento da aprendizagem como o cumprimento da cota em quaisquer estabelecimentos da empresa ou da entidade, localizados na mesma unidade federativa, pelo prazo de dois anos, podem ser incorporadas ao PL em andamento.

A aprendizagem é política pública para a juventude, camada da população que mais sofre com o desemprego. As ações são divulgadas como fomento, mas na verdade em sua essência possuem características voltadas para a redução e precarização de um importante programa.

Pelo exposto, entendemos que todos os artigos acima devem ser totalmente suprimidos da MP.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2022.

Senador **ALVARO DIAS**
PODEMOS/PR



**MPV 1116
00083**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Medida Provisória nº 1116, de 2022.

(Do Sr. Lucas Gonzalez)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 1º. O art. 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022 acresce à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o art. 428 – A:

Art. 428- A É igualmente considerado formação técnico-profissional os programas de cunho prático desenvolvidos pela empresa contratante, com vistas desenvolver projetos de empreendedorismo e inovação do menor-aprendiz).

I - considerar-se-á programas práticos as atividades de tutoria ou incubação, que visam oferecer todo suporte técnico necessário para que o menor aprendiz possa aprender as ferramentas necessárias para desenvolvimento do próprio negócio, ou para solução de um problema específico da empresa.

II – as atividades desenvolvidas pelo menor-aprendiz, no âmbito destes programas, devem contribuir diretamente para aumento e produtividade da empresa contratante.

JUSTIFICAÇÃO

A juventude brasileira experimenta uma realidade mordaz, sobretudo no que tange à empregabilidade. Em 2021, por exemplo, o índice de desemprego superou a taxa nacional, atingindo uma média de 26,6% (vinte e seis por cento), no mês de agosto.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Gonzalez
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228485345300>



Em função dessa realidade, 62% (sessenta e dois por cento) dos jovens brasileiros querem construir a vida em outro país. Infelizmente, o desejo não causa estranheza, uma vez que a média de idade para a primeira contratação com carteira assinada é de 28 (vinte e oito) anos. Isto é, a estabilidade financeira é alcançada muito tardiamente no país..

Outro aspecto de suma importância e que deve ter, na medida do possível, o amparo legal necessário, é a modernização do mercado de trabalho, que se manifesta principalmente pela inovação tecnológica. Os novos modelos de trabalho, em pouco tempo não mais comportarão uma legislação engessada e sem quaisquer adaptações ou estímulo a um novo mercado, sobretudo quando se trata da juventude. Este grupo precisa receber o fomento necessário para colocar o Brasil em patamar de destaque no se refere ao empreendedorismo e inovação.

Portanto, o presente projeto de lei visa ampliar o escopo de atividades realizadas pelo aprendiz, a partir da perspectiva da cooperação. O empreendedor auxilia o jovem no desenvolvimento do espírito empreendedor, por meio de incubação ou tutoria. Em contrapartida, o programa estará voltado para solucionar problemas específicos da empresa, a fim de ampliar a lucratividade.

O aprendiz terá o suporte técnico e estrutural necessário para iniciar seu negócio e, na mesma medida, contribuirá para construção de processos inovadores que trarão resultados mais eficientes para empresa.

Por acreditar que a proposta pode ser parte da resposta para o alto índice de desemprego que o país enfrenta, contamos com o apoio do nobre relator.

Sala das sessões, ____/____/____

Deputado Lucas Gonzalez

Partido NOVO/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Gonzalez
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228485345300>



**MPV 1116
00084****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alínea “a” do inciso III do artigo 1º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Deve ser suprimida a possibilidade de utilização dos recursos do FGTS para fins de qualificação, em primeiro lugar, porque a finalidade precípua do Fundo é salvaguardar o trabalhador em situação de desemprego, a fim de que ele possa garantir a própria sobrevivência até ser novamente inserido no mercado de trabalho; em segundo lugar, porque a qualificação dos/as trabalhadores/as deve ser proporcionada pelas empresas, já que o resultado de tal capacitação profissional se reverterá em favor da atividade empresarial, que dela se beneficiará diretamente, tanto no que diz respeito à qualidade, quanto à produtividade. Assim, sendo as empresas as destinatárias do ganho com a qualificação do seu corpo de funcionários/as, a elas cabe propiciar dita qualificação, o que pode ser feito sem maiores custos ou dificuldades, inclusive por meio de convênios com órgãos públicos, Sistema S etc.

Sala das Sessões, em de maio de 2022.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA



**MPV 1116
00085****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os incisos III e IV, do parágrafo único, do artigo 25 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A contratação de aprendizes é uma obrigação legal e decorre da função social da empresa e da efetivação do direito de adolescentes e jovens à profissionalização e à educação, de modo que não se justifica a criação de incentivos, fiscais, financeiros e, principalmente, que afetem o potencial mínimo de contratação de aprendizes, assim como não se justifica a previsão de procedimento especial para regularização da cota legal por setores que apresentem baixa taxa de contratação de aprendizes.

Tais medidas ferem o princípio da isonomia, na medida que estariam criando benefícios somente para empresas e setores que não estejam observando o cumprimento da cota legal de contratação de aprendizes, desprestigiando aquelas e aqueles que já a observam.

Deve ser acrescido que os benefícios podem gerar desequilíbrio na concorrência, pois reduz o custo dos bens e serviços ofertados pelas empresas descumpridoras da cota legal em comparação com as demais empresas cumpridoras.



Além do mais, não pode a lei autorizar a flexibilização do direito à profissionalização de adolescentes e jovens, prevendo longos prazos – o § 8º estabelece a duração máxima de 2 (dois) anos – para o cumprimento da cota legal, sem qualquer justificativa para tanto.

Deve ser lembrado que o artigo 227, *caput*, da Constituição da República assegura a efetivação dos direitos de adolescentes e jovens com prioridade absoluta, entre os quais o direito à profissionalização. Ora, está em sentido diametralmente oposto à prioridade absoluta e à proteção integral de adolescentes e jovens o dispositivo da Medida Provisória que admite o cumprimento integral da cota apenas ao final do prazo de dois anos.

Sala das Sessões , em de maio de 2022.

Senador PAULO ROCHA
PT/PA





MPV 1116
00086

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

EMENDA Nº
(à MPV nº 1.116, de 2022)

Inclua-se, onde couber, no texto da MPV nº 1.116, de 2022, o seguinte artigo:

“Art. XX O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 20.

.....
XXIII – pagamento de mensalidades ou dívidas contraídas pelo trabalhador para a frequência em curso de ensino superior do trabalhador e seus dependentes,

.....
§ 27. Para fins de comprovação do vínculo escolar bastará a apresentação de cópia original ou autenticada de contrato em plena vigência e de declaração emitida pela instituição que ateste estar regularmente matriculado o titular da conta ou seu dependente.”

.....”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) é patrimônio do trabalhador! A legislação que regula a matéria admite diversas possibilidades de movimentação da respectiva conta vinculada. Falta, porém, uma alternativa de investimento, de natureza eminentemente social, que tem inegável impacto na vida do indivíduo e de sua família.

Trata-se do investimento na própria educação, na ampliação de seu potencial intelectual e profissional, dando suporte à promoção social e à elevação do padrão de vida. A despesa com educação é uma aplicação de longo prazo, que se projeta por toda a trajetória ativa de trabalho e, com certeza, repercute positivamente nas condições futuras de aposentadoria. Essa é também uma das finalidades do FGTS, qual seja, dar suporte à manutenção da qualidade de vida do trabalhador quando ingressa na fase de inatividade laboral.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

Ora, a melhoria da inserção no mercado de trabalho, mediante a obtenção de nível educacional mais elevado, significa garantir melhores condições de vida no futuro. Desse modo, admitir a movimentação da conta do FGTS para despesas educacionais, em nível superior, representa tão somente antecipar os seus efeitos positivos esperados.

O objetivo da presente emenda, então, é permitir que os trabalhadores de renda média possam utilizar os recursos de suas contas vinculadas no pagamento das prestações, na amortização ou na liquidação do saldo de financiamento de encargos educacionais junto a instituições privadas de ensino superior.

Tal medida contribuirá para a ampliação das possibilidades de acesso do próprio trabalhador ou de seus dependentes ao ensino superior, aumentando suas oportunidades de emprego e ascensão profissional. Tendo em vista o elevado alcance social desta proposição, vale destacar que tramitam, atualmente, mais de quarenta projetos de lei com o mesmo objetivo, no Congresso Nacional.

Por todas essas razões, conto com o apoio de meus pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da Sessão,

Senador **Fernando Collor**
(PTB/AL)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

MPV 1116
00087

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 26 da Medida Provisória seguinte parágrafo:

“Art.

26.

.....

.....

.....

§3º É requisito para a adesão ao Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes a comprovação de que não houve a diminuição do número de contratos de aprendizagem nos últimos 12 meses, ressalvados os contratos que se encerraram nos 30 (trinta) dias anteriores à adesão.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo evitar que as empresas descumpram as cotas estabelecidas no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, de forma intencional, antes de aderirem o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes e se beneficiarem da flexibilização da fiscalização e autuação por não cumprirem a legislação, considerando o prazo de vigência do projeto.

De todo modo, a emenda prevê que ficarão ressalvadas da contabilização as vagas oriundas do encerramento dos contratos de aprendizagem nos 30 dias anteriores à adesão, em razão da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220578074700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

necessidade de realização do processo de seleção e contratação dos futuros aprendizes.

Considerando que o projeto é temporário, pelo prazo de 24 meses, caso a presente emenda não seja aprovada haverá a possibilidade de que no mesmo período de vigência do Projeto a empresa opte por descumprir a legislação e possa aderir apenas em razão de notificação da fiscalização do trabalho, de forma a se beneficiar das regras previstas quanto às sanções que a elas podem ser impostas.

Mediante os argumentos apresentados, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada Lídice da Mata
(PSB/BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220578074700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

MPV 1116
00088

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 29 da Medida Provisória o seguinte parágrafo:

“Art.

29.
.....

Parágrafo Único. Independentemente do local de alocação dos aprendizes, as empresas contratadas e contratantes ficam obrigadas a cumprir suas cotas individualmente.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, em seu art. 29, prevê que em contratos de terceirização deverá constar o local de alocação de aprendizes da contratada em suas dependências ou nas dependências da contratante.

A presente emenda tem como objetivo determinar que independentemente do local de alocação dos aprendizes, cada empresa envolvida no contrato de terceirização deverá cumprir sua cota respectiva de contratos de aprendizagem individualmente.

Dessa forma, fica vedada a contabilização do aprendiz que realize suas atividades práticas em dependência diversa da empresa que efetivamente o contratou, para o cálculo do cumprimento da cota da empresa em que será alocado, evitando que um único aprendiz seja contabilizado duas vezes para o cumprimento da cota das duas empresas envolvidas no contrato de terceirização.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223131396000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

Mediante os argumentos apresentados, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada Lídice da Mata
(PSB/BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223131396000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

MPV 1116
00089

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 432 da Consolidação das Leis do Trabalho editado pela Medida Provisória a seguinte redação:

“Art.
432.
.....

.....
.....

§1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental ou o ensino médio, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

§3º O tempo de deslocamento do aprendiz entre as entidades a que se refere o art. 430 e o estabelecimento onde se realizará a aprendizagem profissional não será computado na jornada diária.

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221324400500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

A Medida Provisória, ao introduzir o §3º no art. 432 da Consolidação das Leis Trabalhistas, tem como objetivo permitir a jornada de até 8 horas diárias para aprendizes que já tenham completado o ensino médio.

A CLT permite jornada de 8 horas para aprendizes que já tenham completado o ensino fundamental, desde que para essa jornada também sejam computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

A presente emenda visa adequar a Medida Provisória para que aprendizes que tenham completado o ensino médio também possam trabalhar 8 horas diárias, porém, desde que essas horas também sejam computadas para a aprendizagem teórica, nos mesmos moldes do que já se prevê para aprendizes que tenham completado o ensino fundamental.

Essa medida tem por objeto garantir que em caso de jornadas de trabalho mais extensas o aprendiz tenha o tempo de aprendizagem teórica proporcional ao tempo de aprendizagem prática, de modo a evitar que aprendizes que finalizaram o ensino médio tenham o objeto do contrato de aprendizagem desvirtuado com o aumento apenas de horas práticas em sua jornada.

Mediante os argumentos apresentados, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada Lídice da Mata
(PSB/BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221324400500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

MPV 1116
00090

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §4º do art. 429 da Medida Provisória a seguinte redação:

§ 4º A empresa que contratar o aprendiz após o término do contrato de aprendizagem profissional, mediante contrato por prazo indeterminado, ficará isenta do pagamento das contribuições sociais previdenciárias sobre a remuneração do respectivo empregado, que lhe couber, pelo prazo de 12 meses.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, ao introduzir o §4º no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas, tem como objetivo incentivar a contratação por prazo indeterminado de aprendizes após o término do contrato profissional ao manter o trabalhador recém contratado na contabilização para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional, enquanto estiver contratado, pelo período máximo de doze meses para essa contabilização.

Embora seja louvável fomentar a contratação de aprendizes profissionais ao término do contrato, a medida adotada pelo Poder Executivo subverte uma vaga destinada a um novo aprendiz por uma vaga por prazo indeterminado. Como consequência, a medida poderá



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225494560300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

reduzir o número de contratos de aprendizagem, ainda que limitada a contabilização para o cumprimento da cota por 12 meses.

A presente emenda tem como premissa manter o objetivo de fomentar a contratação de aprendizes ao término de contrato de trabalho, mas também busca preservar a vaga para que um próximo jovem possa ser beneficiado pela aprendizagem profissional.

Nesse sentido, ao invés de contabilizar o empregado contratado para fins de cumprimento da cota de aprendizagem, propõe-se conceder isenção sobre as contribuições sociais previdenciárias incidentes sobre a remuneração do trabalhador contratado por prazo indeterminado, após o término do contrato de aprendizagem profissional, pelo prazo máximo de 12 meses, de forma a se manter o incentivo à contratação sem afetar a cota regular de aprendizagem, bem como não causando impactos consideráveis para a arrecadação da União.

Mediante os argumentos apresentados, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada Lídice da Mata
(PSB/BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225494560300>



MPV 1116
00091

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se parágrafo único ao art. 1º:

“Art.

1º

.....
.Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se a parentalidade como sendo o vínculo socioafetivo, maternal, paternal ou qualquer outro que resulte na assunção legal do papel de realizar a atividade parental, que consiste no conjunto de atividades desempenhadas de forma compartilhada pelas pessoas responsáveis pelo cuidado e educação das crianças e adolescentes, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”.

JUSTIFICAÇÃO

A “parentalidade” foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo inciso I, art. 1º da Medida Provisória nº. 1116/2022 sem que fosse trazida uma definição precisa do termo no texto apresentado.

Trata-se de conceito de elevada importância na luta pela igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho já que implica o compartilhamento da divisão dos cuidados dos filhos entre pais e mães, evidenciando que as medidas de conciliação das responsabilidades de trabalho



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221602188900>



CD221602188900



2

e família previstas na legislação trabalhistas não podem ser direcionadas somente para as mulheres, mas para homens e mulheres de maneira equivalente.

A definição sugerida para o termo nesta emenda contém a obrigação do cuidado compartilhado entre pai e mãe contido no Estatuto da Criança e do Adolescente somada à parte da definição trazida para o vocábulo pelo PL 1974/2021, de autoria da Deputada Sâmia Bomfim e Dep. Glauber Rocha.

A partir da alteração sugerida busca-se aperfeiçoar o texto apresentado, que já avança em diversos aspectos relacionados à construção de uma legislação trabalhista que apoia o exercício da parentalidade igualitária — requisito fundamental para a construção de uma realidade laboral mais justa para as mulheres.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022

Aline Gurgel
Deputada Federal AP
Republicanos

2022-3405



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221602188900>



CD221602188900



MPV 1116
00092

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 7º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 7º

Parágrafo único. Os serviços sociais autônomos referidos neste artigo priorizarão a manutenção ou subvenção de creches com horários de funcionamento prolongados para atender às demandas de pais que trabalham em horários noturnos ou na jornada prevista no inciso II, alínea “d”, do art. 1º desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil apresenta um amplo déficit de creches gratuitas ou de baixo custo ofertadas para atender à demanda de pais e, principalmente, mães trabalhadoras no país. Segundo estudo realizado em 2020 Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), apenas 1 de cada 4 crianças de até 3 anos de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220032010000>



idade frequentam creches no país – sendo que as famílias mais pobres são as mais prejudicadas pela falta de vagas na rede pública¹.

Ainda mais difícil é a situação de trabalhadoras e trabalhadores que trabalham em regimes de plantão e/ou em horários noturnos: não existem creches públicas direcionadas a esta fatia da população.

Dessa forma, com o texto desta emenda sugere-se aos serviços sociais a priorização da manutenção ou subvenção de creches que possuam horários de funcionamento prolongados em relação aos oferecidos pela maioria das creches atualmente em funcionamento no Brasil. Tal oferta atenderá não somente a demanda de trabalhadores com horários de trabalho pouco usuais, mas também a ampla maioria que depende de transporte público e percorre longas distâncias e com isso encontram dificuldades em deixar e buscar os filhos nas creches em horário comercial.

A incompatibilidade entre os horários de funcionamento da maioria das empresas e os horários dos serviços de creche, além da escassez de vagas em creches por si só, é uma das principais causas do desemprego de mães ou da sua contratação prioritária em empregos mais precarizados, com carga horária reduzida e baixos salários.

Ante o exposto, pedimos a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022

Aline Gurgel
Deputada Federal AP
Republicanos

2022-3415



1 “Crianças que mais precisam de creches ainda têm pouco acesso”.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches-ainda-tem-pouco-acesso>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220032010000>



MPV 1116
00093

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se ao *caput* do art. 9º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, a seguinte redação:

.....
“Art. 9º No âmbito dos poderes diretivo e gerencial do empregador, poderão ser adotadas uma ou mais das seguintes medidas, com vistas a promover a conciliação entre o trabalho e os cuidados decorrentes da parentalidade:
.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se propõe a padronizar a terminologia utilizada no âmbito da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, substituindo a expressão “paternidade” pela expressão “parentalidade”, conforme previsão já em vigor por força do Inciso I, do art. 1º da referida Medida.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223133317900>



2

Cremos que a alteração aperfeiçoa o texto e colabora para melhor inteligibilidade da futura lei. Por essas razões, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022

Aline Gurgel
Deputada Federal AP
Republicanos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223133317900>



CD223133317900



MPV 1116
00094

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 19 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 19.

.....

.

§ 7º Serão concedidos estímulos fiscais ou creditícios ao empregador que, durante o período de suspensão do contrato de trabalho a que se refere este artigo, conceder ao empregado ajuda compensatória mensal que, somada à bolsa de qualificação profissional, corresponda à, no mínimo, 80% da média mensal das três últimas remunerações recebidas em seu contrato de trabalho.”

.....

.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende estimular a utilização da medida de suspensão dos contratos para qualificação profissional sem que haja perda salarial significativa aos trabalhadores enquanto durar a suspensão. Isso seria



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221985522200>



2

feito mediante o pagamento de ajudas compensatórias atreladas a benefícios fiscais ou creditícios.

Creemos que, sem esse complemento salarial à bolsa prevista no art. 2º-A da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, muitos trabalhadores teriam dificuldade de participar de cursos de qualificação quando não dispõem de outras fontes de renda.

A proposta fortalece os objetivos declarados para a edição do texto em análise. Por essas razões, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022

Aline Gurgel
Deputada Federal AP
Republicanos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221985522200>



MPV 1116
00095

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 21 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 21 São deveres do empregador:

I – dar ampla divulgação aos seus empregados sobre a possibilidade de apoiar o retorno ao trabalho de seus cônjuges ou companheiras após o término do período da licença-maternidade;

II - orientar sobre os procedimentos necessários para firmar acordo individual para suspensão do contrato de trabalho com qualificação; e

III - promover ações constantes de conscientização sobre parentalidade responsiva e igualitária para impulsionar a adoção da medida pelos seus empregados.

JUSTIFICAÇÃO

A noção de que os cuidados com os filhos são de responsabilidade exclusiva ou majoritária das mulheres está enraizada em nossa sociedade. Para tornar a medida efetiva, não basta incluir na legislação a possibilidade de adoção de medidas que propiciem a divisão entre os pais das tarefas de cuidados com os filhos, é preciso ir além e impulsionar



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223720497900>



2

mudanças de mentalidade, que podem ser aceleradas por ações constantes de capacitações nas empresas sobre a referida temática.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022

Aline Gurgel
Deputada Federal AP
Republicanos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223720497900>



CD223720497900



**MPV 1116
00096**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao art. 23 da Medida Provisória nº 1.116/2022 a seguinte alteração ao inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que “cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991”:

“Art. 23

‘Art. 1º

.....

.

II - por 25 (vinte e cinco) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória.

..... 1”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de um avanço legal que a Medida Provisória permita que a prorrogação prevista pelo programa empresa-cidadã seja compartilhada entre homens e mulheres.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224511319000>



2

No entanto, se a ideia é promover que homens se responsabilizem mais ativamente pelo cuidado com os filhos, é preciso avançar também na prorrogação da licença exclusivamente paterna. Afinal, não se muda instantaneamente a mentalidade socialmente compartilhada de que são as mulheres as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos e o mais provável é que a adesão à licença compartilhada entre pais e mães seja baixa nos primeiros anos de vigência da lei.

Uma proposta que objetiva aumentar a empregabilidade de mulheres deve ter como escopo o aumento gradual do período de licença-paternidade, para que no futuro os empregadores deixem de enxergar as mulheres como mais onerosas que os homens em função dos afastamentos previstos em lei para cuidados com os filhos.

Por questões de impacto orçamentário às contas públicas, a equiparação não pode ocorrer de forma imediata, no entanto é preciso impulsionar algum aumento para que a igualdade de condições laborais se torne realidade proximamente.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022

Aline Gurgel
Deputada Federal AP
Republicanos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224511319000>



CD224511319000



MPV 1116
00097

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se ao *caput* do art. 20 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 20. Durante o período de suspensão do contrato de trabalho de que trata o art. 19, o empregado beneficiário não poderá exercer qualquer atividade remunerada. ”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca suprimir do texto a proibição de que pais que estejam cuidando dos filhos durante a suspensão do contrato de trabalho possam utilizar creches durante o período da suspensão.

Manter a criança em creche não tem relação exclusivamente com a disponibilidade dos pais para cuidados das crianças, mas também com o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais da criança em ambiente escolar. Trata-se, portanto, não só de um direito dos pais, mas também de um direito das crianças para apoio ao seu pleno desenvolvimento.

Ademais, concessão da suspensão para acompanhamento do desenvolvimento da criança pressupõe a participação do empregado em curso



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221029897800>



2

ou programa de qualificação profissional. Ora, se o objetivo é proporcionar que os pais possam “prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos, acompanhar o desenvolvimento dos filhos e apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira”, seria incoerente a proibição de que a criança seja mantida em creche, mesmo que em período parcial, durante esse período.

A depender da exigência de dedicação do curso em que o trabalhador estiver matriculado, será impossível conciliar a sua realização com os cuidados com o filho em período integral.

Por essas razões, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada

2022-3424



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Gurgel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221029897800>



**MPV 1116
00098**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo a ser suprimido provoca modificações na Seção da CLT que trata da aprendizagem, pretendendo ampliar o prazo máximo do contrato de aprendizagem para 3 (três) anos, ou ainda, para 4 (quatro) anos quando o aprendiz for contratado com idade entre quatorze e quinze anos incompletos ou na hipótese de continuidade do itinerário formativo.

Entretanto, os programas de aprendizagem atuais, inseridos no Cadastro Nacional de Aprendizagem, têm duração máxima de dois anos, conforme previsão atual. Via de regra, o tempo de duração previsto para os programas vigentes é bem menor, entre doze e dezesseis meses no máximo.

Além disso, a ampliação do prazo máximo da aprendizagem profissional diminui a rotatividade da cota legal em razão da permanência mais longa, reduzindo, em consequência, o quantitativo de adolescentes e jovens alcançados pela aprendizagem. O que já é permitido são contratos de aprendizagem sucessivos, até o limite de dois anos, porém em arcos ocupacionais diferentes. Dessa forma, restam garantidas ao aprendiz múltiplas formações e o exercício de atividades distintas. Dessa forma, a eventual ampliação do prazo máximo dos programas de aprendizagem, sem manter relação com a complexidade progressiva da formação técnico-profissional metódica, redundará em precarização do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223643826800>



instituto e utilização indevida do trabalho de adolescentes e jovens aprendizes como mão de obra barata.

Importante observar que os contratos de aprendizagem profissional, muito embora possam vigorar por até dois anos, em média, têm duração bem inferior, em regra um ano ou período um pouco superior. Nesta linha, caso a empresa opte por contratos de aprendizagem profissional de um ano, por exemplo, findo o prazo de vigência poderá ficar por igual período desonerada em relação àquela vaga.

Outro ponto que tem levantado muita discussão se refere aos jovens considerados em vulnerabilidade social (egressos do sistema socioeducativo ou que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas ou de pena no sistema prisional; que estejam em regime de acolhimento institucional; protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, egressos do trabalho infantil ou pessoas com deficiência).

Assim, a proposta conta os referidos aprendizes como dois, ou seja, um aprendiz seria contratado como se a empresa houvesse contratado dois jovens.

Tal medida provoca menor número de contratações de jovens aprendizes, diminuindo, dessa forma as oportunidades para os jovens. O cômputo em dobro de vulneráveis por si só já reduziria a cota em torno de 50%.

Dessa forma, apresentamos a emenda em tela, para minimizar os prejuízos causados pela MP 1.116/2022 e fazer prevalecer os direitos sociais, a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, e a proteção integral de crianças e adolescentes brasileiros.

Deputado (a) Leônidas Cristino

PDT - CE

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223643826800>



MPV 1116
00099

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 25 a 29 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.116/2022 institui um programa de incentivo à contratação de mulheres e altera os termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no que diz respeito aos itens que tratam da aprendizagem profissional. Ademais, o texto autoriza que as empresas que atualmente cumprem a cota de aprendizagem possam aderir a um Projeto que terá por efeito imediato a desobrigação de contratar aprendizes.

Ainda segundo o novo instrumento legal, as empresas que descumprem terão reduzido, em 50%, o valor da multa instituída no momento em que se constatarem as infrações. Esse 'indulto' será destinado àquelas organizações que, voluntariamente, decidirem se integrar ao Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizes, também criado por meio da Medida.

Da forma proposta, se aprovada, a medida impactará negativamente o alcance da cota de aprendizagem, pois seus artigos, a pretexto de estimular o cumprimento da cota, na realidade diminuem o seu alcance, reduzindo numericamente o seu potencial mínimo. Além disso, há dispositivos que invertem o público-alvo da cota, que deixam de ser



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228471729200>



exclusivamente os adolescentes, fragilizando o programa e trazendo significativos riscos de precarização e outros prejuízos para os aprendizes.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação. Contudo, da forma proposta a MP, em razão das flagrantes ilegalidades, deturpa também dados oficiais, ao orientar a contagem em dobro de aprendizes em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, apresentamos a emenda em tela, para minimizar os prejuízos causados pela MP 1.116/2022 e fazer prevalecer os direitos sociais, a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, e a proteção integral de crianças e adolescentes do Estado Social Democrático de Direito Brasileiro.

Deputado (a) Leônidas Cristino

PDT-CE

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228471729200>



**MPV 1116
00100**SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ**EMENDA SUPRESSIVA nº - CM**
(à MPV nº 1.162, de 2022)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Exclua-se o parágrafo único do art. 434 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 434.

.....

.....

.....

Parágrafo Único. Revogado”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os infratores das disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo, salvo no caso de reincidência em que esse total poderá ser elevado ao dobro.

Com a inserção do parágrafo único dado pela Medida Provisória 1.116/2022, fica estabelecido a penalidade de multa de R\$ 3.000,00 por cada aprendiz não





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

contratado, o que vai impactar financeiramente as empresas do transporte que não conseguem cumprir a cota.

A norma traz um rigor excessivo na aplicação do valor da multa, fato esse que poderá impactar significativamente o equilíbrio financeiro das empresas, ocasionando em alguns casos a descontinuidade dos seus negócios.

O aumento injustificado de custos adicionais aos empregadores que, diante da impossibilidade de cumprimento das cotas, são autuados pela fiscalização do trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho, gera sérios prejuízos não só financeiros como também à imagem de suas organizações.

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação desta emenda supressiva.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO





**MPV 1116
00101**

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

EMENDA SUPRESSIVA nº - CM
(à MPV nº 1.162, de 2022)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do texto da Medida Provisória nº 1.116/2022 alteração proposta no artigo 430 da CLT, contido no artigo 28 da MPV.

JUSTIFICATIVA

A medida provisória passou a permitir que qualquer instituição educacional que ofereça curso de formação profissional e tecnológica possa ofertar a aprendizagem, abrindo o mercado para quem não tem expertise.

Este serviço é especializado que demanda vasta experiência, pois dialoga simultaneamente com diversos atores, em que se é necessário atender as demandas do aprendiz e das empresas. É um trabalho mais complexo que o ensino convencional.

O problema da aprendizagem no Brasil não foi falta de oferta pelo Serviço Nacional de Aprendizagem e sim a dificuldade empresarial de alocar os aprendizes em seu negócio, seja pelo negócio ser inapropriado para aprendizagem, ou por dificuldade de encontrar aprendiz, ou, ainda por negligência. Ampliar as instituições sem necessidade é precarizar o serviço sem qualquer justificativa técnica.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

Ante o exposto, peço aos nobres pares para aprovação da presente emenda, não permitindo que qualquer instituição educacional ofereça curso de formação profissional.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Assinatura manuscrita de Acir Gurgacz em tinta azul, com uma letra 'A' inicial muito grande e decorativa.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO





**MPV 1116
00102**

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

**EMENDA ADITIVA nº - CM
(à MPV nº 1.162, de 2022)**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 429.

.....

.....

.....

§ 6º Fica excluído da base de cálculo do caput deste artigo as ocupações do setor do transporte”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

Pelos dados de contratação da aprendizagem profissional do Ministério do Trabalho e Previdência a concentração dos contratos de aprendizagem profissional estão na área administrativa, cerca de 60% das contratações nos anos de 2020 e 2016, conforme dados da RAIS/MTP.

Isso ocorre pelo fato de algumas atividades não terem alinhamento com a aprendizagem, em que se necessita de habilitação específica. A atividade de transporte tem dificuldade na contratação dos menores aprendizes, pois a atividade é exercida fora da empresa, nas estradas, ruas, mares, rios, trilhos, ou, ainda, no céu. Como colocar um aprendiz em um transporte intermunicipal que o final da jornada ocorrerá em outro município? Ou, ainda, na tripulação de uma aeronave ou de um navio?

A dificuldade do cumprimento da cota pelo setor do transporte foi objeto de análise pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) recentemente. O MTP reconhece a baixa contratação de aprendizes no setor de transporte, bem como justifica a impossibilidade em face da necessidade de habilitação específica para conduzir veículo automotores:

IV - REGULAMENTAÇÃO DA DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES QUE DEMANDEM FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTEXTUALIZAÇÃO

(...)

Quando analisamos as funções que atualmente são contabilizadas para a cota de aprendizagem, nos deparamos com dois grupos de ocupações que possuem baixo cumprimento da cota.

O primeiro é formado por aquelas ocupações que apresentam imposições normativas de limite etário e outros requisitos de habilitação, e por esse fato limitam a sua aderência às regras da aprendizagem profissional, como as ocupações que envolvam porte de armas de fogo ou munição, ocupações de motorista, piloto e demais ocupações que seja necessária habilitação para condução de veículos automotores. Ressalta-se que, nesses casos, não seria viável nem mesmo que houvesse o cumprimento da aprendizagem em ambiente simulado para as pessoas não habilitadas, por conta de limitações normativas. Esse é um ponto relevante, já que, como o aprendiz deve, desde o início do programa, ter a habilitação para o exercício pleno da ocupação, não há interesse real nem lógico no jovem de ser contratado como aprendiz ao invés de ser contratado diretamente na ocupação em questão, afinal, ele já possui a formação e os requisitos legais necessários para tanto. Como sintoma de todos esses pontos, temos o





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

dado de que, nesse grupo de ocupações, apenas 0,6% da cota de aprendizagem é cumprida.

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das atividades de cobrador de ônibus, de condução de veículo e máquinas para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO



**MPV 1116
00103**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 25 a 29 do CAPÍTULO VII da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 62, concede ao Presidente da República a prerrogativa de adotar Medidas Provisórias, sendo, contudo, condição *sine qua non* para a sua edição a presença dos requisitos de relevância e urgência nas matérias tratadas.

Ocorre que as alterações promovidas no instituto da aprendizagem profissional pela Medida Provisória nº 1.116/2022, Capítulo VII, alteram estruturalmente a referida política pública de inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com impacto significativo no público prioritário para o qual a política foi concebida, qual seja, adolescentes. Subvertem, ainda, a sua essência motivo pelo qual demandam inexoravelmente amplo debate com a sociedade, em especial com os órgãos e entidades envolvidas na defesa e proteção dos direitos e interesses de adolescentes e jovens, bem como com o público beneficiário da referida ação afirmativa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224313897600>



Deste modo, inexistiu qualquer situação que demonstre a premência das profundas alterações contidas na Medida Provisória nº 1.116/2022 e, por consequência, o cabimento de sua imposição por esta via excepcional.

Adicione-se que diversos dispositivos previstos no Capítulo VII da MP nº 1.116/2022 estão inseridos no Projeto de Lei nº 6.461/2019, o qual tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2019, há mais de 2 (dois) anos portanto, sem que se tenha cogitado neste lapso de tempo a sua tramitação em caráter de urgência. Sem contar que o parlamento é o locus natural e apropriado para se promover inovações legislativas dentro do regime de tripartição de poderes.

Registra-se que, no âmbito da Comissão Especial instaurada para proferir parecer no PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, estão sendo realizadas várias audiências públicas e seminários, justamente em razão da complexidade da matéria, a qual impacta na vida de milhares de adolescentes e jovens e pessoas com deficiência no país. Cumpre ressaltar, por oportuno, que, segundo dados do IBGE, adolescentes têm três vezes mais dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, lembrando que, para aqueles na faixa etária de 14 e 16 anos, é a única oportunidade de ingresso protegido no mundo do trabalho, nos termos do art. 7º, XXXIII, da CF. Outro dado importante de ser registrado é que 78% do trabalho infantil está concentrado na faixa etária de 14 a 18 anos, a qual era considerada a prioritária no âmbito da política de aprendizagem até a edição da Medida Provisória nº 1.116/22 e do Decreto nº 11.061/2022.

Não se vislumbra qualquer alteração fática ou jurídica, de lá para cá, ou seja, desde a instauração da Comissão Especial, no início do ano passado, e do andamento dos trabalhos, a justificar o rompimento do regular processo legislativo por meio de ato constitucional, mas anômalo e excepcional, que é a adoção de Medida Provisória.

Veja que o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizes prescinde de Medida Provisória para ser implementado. Se por um lado é importante o fomento ao cumprimento da cota, por outro lado, a Medida Provisória, na forma como concebida, reduziu o alcance da cota, ao computar em dobro vulneráveis, incluídas as pessoas com deficiência, e prever a contagem ficta de aprendizes, sem mencionar que afastou os adolescentes do mercado de trabalho, para os quais não sobrou senão a via do trabalho infantil para suprir a vulnerabilidade socioeconômica da qual são vítimas, dentre outras inúmeras alterações próprias do processo legislativo. Subvertendo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224313897600>



totalmente a política de aprendizagem profissional, alinhou-a também ao ensino tecnológico (nível graduação), reduzindo, mais uma vez, a oportunidade de adolescentes e jovens de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitos com grande defasagem escolar, de ingressarem de forma protegida no mercado de trabalho.

Ademais, o trâmite do Projeto de Lei nº 6.461/2019 demonstra a necessidade de ampla discussão com diversos seguimentos da sociedade, mediante seminários e audiências públicas, alguns/algumas ainda a se realizar conforme requerimentos apresentados por Parlamentares.

A discussão, portanto, não se encontra maturada, razão pela qual é precipitada – e incabível, repise-se – a edição de Medida Provisória para promover alterações neste instituto.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação.

A Constituição aponta em sentido único, pela prevalência dos direitos sociais, pela da erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, pela proteção integral de crianças e adolescentes, pela não discriminação, pela dignidade da pessoa humana, de modo que o Estado Social e Democrático de Direito inaugurado em 1988 pressupõe o diálogo entre Poderes constituídos e sociedade, principalmente em questões que envolvam direitos fundamentais como a profissionalização de adolescentes e jovens.

A Medida Provisória, em conclusão, não é o meio adequado para a alteração do instituto da aprendizagem em razão da ausência de urgência e por se tratar de direito fundamental de adolescentes e jovens.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Deputado Daniel Almeida

PCdoB / BA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224313897600>



**MPV 1116
00104****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 MAIO DE 2022****(Do Dep. José Guimarães)**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Suprimir o §5º, do art. 429, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo artigo 28 da MP 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Jovem Aprendiz tem como propósito contribuir para o desenvolvimento social e profissional do adolescente, mediante atividades teóricas e práticas desenvolvidas no ambiente de trabalho, oportunizando-lhe, assim, sua primeira experiência profissional. Por consequência, o Programa contribui também com o aumento da renda familiar do adolescente, seu interesse pela escola e a inclusão social.¹

Esta Emenda visa garantir cumprimento da cota já estabelecida pela Lei da Aprendizagem, por meio da lei de número 10.097/2000, juntamente com o decreto Federal nº 5.598/2005, as quais determinam que as empresas de médio a grande porte devem possuir uma porcentagem equivalente a 5% e 15% de jovens aprendizes em trabalho e/o estágio, sendo que estes demandem alguma função dentro da empresa.

O Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) alertou sobre os riscos



¹ GDF. **Programa Jovem Aprendiz**. Disponível em: <<https://emater.df.gov.br/programa-jovem-aprendiz/>>. Acesso em: 09 maio 2022.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Guimarães
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225507603300>



da Medida Provisória 1.116, que viabiliza o programa, precarizar a Lei de Aprendizagem, uma vez que a MP traz uma falsa ideia de que criará mais oportunidades, especialmente para os jovens em situação de vulnerabilidade, mas pode fragilizar o programa de aprendizagem, uma vez que prevê redução de cota.²

A MPV 1.116/2022 propõe flexibilizações para o cumprimento da cota de aprendizagem no que se refere aos jovens considerados em vulnerabilidade social: sejam egressos do sistema socioeducativo ou estejam em cumprimento de medidas socioeducativas; estejam em cumprimento de pena no sistema prisional; integrem famílias que recebam benefícios financeiros de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e de outros que venham a substituí-los; estejam em regime de acolhimento institucional; sejam protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, instituído pelo art. 109 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018; sejam egressos do trabalho infantil; ou sejam pessoas com deficiência.

A presente emenda, portanto, busca suprimir a proposta do dispositivo que permite que jovens vulneráveis passem a contar em dobro, ou seja, um aprendiz seria contratado como se a empresa houvesse contratado dois jovens.

Tal medida poderá fazer com que menos contratações de jovens aprendizes sejam feitas o que, conseqüentemente, diminuirá as oportunidades para os jovens. O cômputo em dobro de vulneráveis por si só já reduziria a cota em torno de 50%. “Que justiça social se pretende alcançar com essa proposta elitizante, em um período em que a vulnerabilidade socioeconômica das famílias aumentou imensamente em razão da pandemia”.³

Diante do exposto, deve ser integralmente suprimido o § 5º do 429, previsto no art. 28 da MP 1.116, de 2022.

Desta forma, pede-se aos pares a aprovação da presente emenda.

² O Povo. **MP dos Jovens ameaça vagas de aprendizagem, alerta CIEE.** Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2022/05/06/mp-dos-jovens-ameaca-vagas-de-aprendizagem-alerta-ciee.html>>. Acesso em: 09 maio 2022.

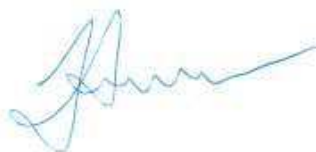
³ FDR. **Programa Jovem Aprendiz: Governo prepara MP com novidades para formato de trabalho; saiba mais.** Disponível em: <<https://fdr.com.br/2022/04/06/programa-jovem-aprendiz-governo-prepara-mp-com-novidades-para-formato-de-trabalho-saiba-mais/>>. Acesso em: 09 maio 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Guimarães
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225507603300>



Sala das Sessões, em 09 de maio de 2022.



José Guimarães
(Deputado Federal, PT/CE)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Guimarães
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225507603300>



**MPV 1116
00105**SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ**EMENDA SUPRESSIVA nº - CM**
(à MPV nº 1.162, de 2022)

Suprima-se do texto da Medida Provisória nº 1.116/2022 a alínea “c”, do inciso I, e alínea “c”, do inciso III, ambos do art. 1º, o art. 7º, o art. 18, o art. 21 e o §5º do artigo 27.

JUSTIFICATIVA

A medida provisória pretende transferir às entidades de serviço social a responsabilidade que é do Estado, quando, na verdade, as utilizações de recursos violariam as finalidades do Sistema, que é o de fornecer capacitação e atendimento social aos trabalhadores das empresas que contribuem diretamente às entidades.

Além disso, o artigo sétimo da Constituição Federal de 1988 prevê assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas. Logo, tal medida não pode ser tratada por medida provisória, e sim por emenda constitucional.

Em todos os dispositivos acima citados e solicitados supressão, o governo tenta transferir, de maneira inconstitucional, às entidades do serviço social a responsabilidade do estado, interferindo no modelo de





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

gestão sem qualquer análise de impacto e prejuízos que serão sofridos pelos trabalhadores das empresas que os custeiam.

Ante o exposto, peço aos nobres pares para aprovação da presente emenda, fundamental para manutenção da estabilidade dos sistemas custeados pelos serviços sociais autônomos e não violação dos objetivos legais a que foram constituídos.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL****MPV 1116
00106****EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o art. 3º da Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 3º trata da implementação do reembolso-creche que ficará condicionada à formalização de acordo individual, coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

Meritória a proposta governamental relativamente ao reembolso-creche que, seguramente, irá beneficiar inúmeras mães trabalhadoras e propiciá-las um maior acesso ao mercado de trabalho.

Entendemos, contudo, que condicionar a implementação desse benefício à formalização de acordo individual, coletivo ou convenção coletiva de trabalho pode afastar muitas mulheres do acesso à creche ou pré-escola, pois estas ficarão à mercê da vontade do empregador para a sua concessão. Ademais, relativamente aos acordos coletivos e convenção coletiva, são poucos os sindicatos que têm efetivo poder de negociação com a categoria econômica.

Por essas razões, esperamos que nossa sugestão seja acolhida para que a mulher trabalhadora possa ter a tranquilidade de se dedicar ao seu





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

trabalho e carreira sabendo que seus filhos estão sob os cuidados de pessoas especializadas.

Sala da Comissão,

Senador Marcos do Val



**MPV 1116
00107**

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

EMENDA ADITIVA nº - CM
(à MPV nº 1.162, de 2022)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 429.

.....

.....

.....

§6º Fica excluído da base de cálculo referida no caput desse artigo as ocupações de trabalho noturno, perigoso ou insalubre”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

A Constituição em seu art. 7º, inciso XXXIII veda algumas atividades para os menores de 18 (dezoito) anos, que não podem exercer o labor em condições perigosas, insalubres e noturno.

Logo, entendemos que não justifica a contagem da base de cálculo do art. 429 da CLT para as ocupações que não podem ser exercidas por menores de 18 anos, pois os aprendizes poderiam sofrer consequências mais graves em razão da exposição aos agentes prejudiciais à saúde do que o empregado maior de idade.

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das atividades noturnas, perigosas e insalubres para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO



**MPV 1116
00108****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alteração ao art. 429 da CLT, constante do art. 28 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória promove alterações diversas à CLT, relativas à aprendizagem.

Ao alterar o art. 429 da CLT, a MP 1.116/22 estabelece no § 4º que o aprendiz **contratado por prazo indeterminado pela empresa ou entidade ao término do seu contrato de aprendizagem profissional continuará a ser contabilizado para fins de cumprimento** da cota de aprendizagem profissional enquanto estiver contratado, considerado o período máximo de doze meses para essa contabilização.

E prevê, ainda, contagem fictícia de aprendizes, contagem em dobro de aprendizes em situação de vulnerabilidade social, dentre outras medidas que, certamente, acarretarão redução do número de aprendizes contratados.

Cerca de 150 mil aprendizes são inscritos no Cadúnico, o que representa 34% do total de aprendizes no país. Se esses aprendizes passarem a contar em dobro para cota, isso representaria uma redução de mais de outras 150 mil vagas, apenas com a aplicação da regra de cômputo dobrado prevista na MP 1.116/22.

Há cerca de 100 mil contratos de aprendizagem que se encerrarão nos próximos 4 meses por término de contrato. Antes da publicação da MP 1.116/22 havia uma real expectativa de que todos esses aprendizes com contrato encerrados fossem substituídos por novas contratações, já que são contratados por empresas que regularmente cumprem a cota.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Ocorre que com a MP 1.116/22, essas empresas possivelmente irão aderir ao PNICA e, com isso, ficarão isentas da contratação de aprendizes por prazo ainda incerto, deixando, assim, de contratar 100 mil aprendizes que regularmente já seriam contratados.

Se considerarmos que o prazo de anistia para as empresas seja de 2 anos, conforme previsto no art. 27, §8º da MP 1.116/22 o número de aprendizes que pode deixar de ser contratados é superior a 400 mil.

Por essa razão, devem ser suprimidos esses dispositivos, preservando o instituto da aprendizagem.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**MPV 1116
00109****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1116, de 2022)

Ficam suprimidos os arts. 25, 26 e 27 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Além de modificar significativamente a CLT através da MP 1.116/2022, o governo também editou o Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022, modificando sobremaneira a regulamentação infralegal da aprendizagem profissional, sob protestos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.

Em nota pública, o SINAIT ressalta que os textos foram elaborados sem a participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que são os agentes públicos responsáveis por fiscalizar se as empresas estão cumprindo ou não as cotas de aprendizagem: “*A categoria, que conhece a fundo o instituto da Aprendizagem, foi pega de surpresa e reagiu com a entrega dos cargos de Coordenação de Aprendizagem nos 27 estados do País*”. De acordo com o Sindicato, “*Ao alterar quase 90% dos artigos da Lei da Aprendizagem e cerca de 70% do decreto que regulamenta o instituto, os recentes normativos podem ser classificados como mais uma reforma trabalhista*”.

Marcelo Gallo, do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), afirmou que não é possível enumerar um só ponto positivo. Ao jornal Folha de São Paulo, ele afirmou que o sentimento entre os membros da Febraeda (Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes) é de terra arrasada. “*Nossa sugestão para os deputados e senadores é que rejeitem o tema da aprendizagem na sua integralidade*”, disse.

Cabe ressaltar ainda que foi instalada na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2021, uma Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei 6461/19, que institui o Estatuto do Aprendiz. O relator da Comissão Especial do Estatuto do Aprendiz, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), considerou a MP um desrespeito com o Congresso Nacional.

A presente emenda, portanto, busca suprimir os arts. 25, 26 e 27 da MP 1.116/2022, que dispõem sobre o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizes. A tentativa de regularização da cota de aprendizagem profissional mediante suspensão de processo administrativo trabalhista de imposição de multa pelo descumprimento da cota, ou ainda mediante redução em 50% do valor da multa





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

decorrente de auto de infração lavrado anteriormente à adesão ao Projeto, pode significar um precedente perigoso, indutor do descumprimento da cota de aprendizagem profissional.

Sala da Comissão,

SENADOR FABIANO CONTARATO





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**MPV 1116
00110****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1116, de 2022)

Ficam suprimidos os arts. 28, 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Além de modificar significativamente a CLT através da MP 1.116/2022, o governo também editou o Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022, modificando sobremaneira a regulamentação infralegal da aprendizagem profissional, sob protestos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.

Em nota pública, o SINAIT ressalta que os textos foram elaborados sem a participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que são os agentes públicos responsáveis por fiscalizar se as empresas estão cumprindo ou não as cotas de aprendizagem: “*A categoria, que conhece a fundo o instituto da Aprendizagem, foi pega de surpresa e reagiu com a entrega dos cargos de Coordenação de Aprendizagem nos 27 estados do País*”. De acordo com o Sindicato, “*Ao alterar quase 90% dos artigos da Lei da Aprendizagem e cerca de 70% do decreto que regulamenta o instituto, os recentes normativos podem ser classificados como mais uma reforma trabalhista*”.

Marcelo Gallo, do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), afirmou que não é possível enumerar um só ponto positivo. Ao jornal Folha de São Paulo, ele afirmou que o sentimento entre os membros da Febraeda (Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes) é de terra arrasada. “*Nossa sugestão para os deputados e senadores é que rejeitem o tema da aprendizagem na sua integralidade*”, disse.

Cabe ressaltar ainda que foi instalada na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2021, uma Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei 6461/19, que institui o Estatuto do Aprendiz. O relator da Comissão Especial do Estatuto do Aprendiz, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), considerou a MP um desrespeito com o Congresso Nacional.

A presente emenda, portanto, busca suprimir os arts. 28, 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, que modificam





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

sobremaneira o estatuto da aprendizagem profissional inscrito na CLT, de modo antidemocrático e ao arrepio do debate em curso na Comissão Especial instalada na Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

SENADOR FABIANO CONTARATO





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**MPV 1116
00111****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1116, de 2022)

O inciso III do *caput* do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, modificado pelo art. 34 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34

‘Art. 473.

.....
III - por quatro semanas, a título de licença-paternidade, a serem gozadas imediatamente após o parto, em cumprimento do disposto no inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê, em seu art. 7º, XIX, que todo trabalhador terá direito à licença-paternidade nos termos fixados em lei. Em complemento, o art. 10, § 1º, do ADCT prevê que a licença-paternidade seja de cinco dias até o advento da lei mencionada.

A Medida Provisória em análise em nada modifica a licença-paternidade, pois apenas reproduz o disposto no ADCT.

A licença-paternidade é de fundamental importância, pois permite ao pai dar a assistência necessária à recuperação da mãe, cuidar do recém-nascido e realizar outras tarefas burocráticas e domésticas. Por esse motivo, consideramos o período de cinco dias irrisório, motivo pelo qual sugerimos que a licença-paternidade seja de quatro semanas.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Sala da Comissão,

SENADOR FABIANO CONTARATO





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**MPV 1116
00112****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1116, de 2022)

O inciso III do *caput* do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, modificado pelo art. 34 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34

‘Art. 473.

III - por cinco dias úteis, em caso de nascimento de filho;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê, em seu art. 7º, XIX, que todo trabalhador terá direito à licença-paternidade nos termos fixados em lei. Em complemento, o art. 10, § 1º, do ADCT prevê que a licença-paternidade seja de cinco dias até o advento da lei mencionada.

A Medida Provisória em análise em nada modifica a licença-paternidade, pois apenas reproduz o disposto no ADCT.

A licença-paternidade é de fundamental importância, pois permite ao pai dar a assistência necessária à recuperação da mãe, cuidar do recém-nascido e realizar outras tarefas burocráticas e domésticas. Por esse motivo, consideramos o período de cinco dias corridos irrisório.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

O ideal, ao nosso ver, seria um período de licença-paternidade de quatro semanas, conforme propusemos em outra emenda modificativa. Porém, sugerimos alternativamente que a licença-paternidade seja contabilizada em dias úteis, o que seria um pequeno passo em relação ao aplicado atualmente.

Sala da Comissão,

SENADOR FABIANO CONTARATO



**MPV 1116
00113****EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se a alínea “a” do inciso III do artigo 1º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Deve ser suprimida a possibilidade de utilização dos recursos do FGTS para fins de qualificação, em primeiro lugar, porque a finalidade precípua do Fundo é salvaguardar o trabalhador em situação de desemprego, a fim de que ele possa garantir a própria sobrevivência até ser novamente inserido no mercado de trabalho; em segundo lugar, porque a qualificação dos/as trabalhadores/as deve ser proporcionada pelas empresas, já que o resultado de tal capacitação profissional se reverterá em favor da atividade empresarial, que dela se beneficiará diretamente, tanto no que diz respeito à qualidade, quanto à produtividade. Assim, sendo as empresas as destinatárias do ganho com a qualificação do seu corpo de funcionários/as, a elas cabe propiciar dita qualificação, o que pode ser feito sem maiores custos ou dificuldades, inclusive por meio de convênios com órgãos públicos, Sistema S etc.

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)



MPV 1116
00114

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprimam-se os artigos 25 a 29 do CAPÍTULO VII da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 62, concede ao Presidente da República a prerrogativa de adotar Medidas Provisórias, sendo, contudo, condição *sine qua non* para a sua edição a presença dos requisitos de relevância e urgência nas matérias tratadas.

Ocorre que as alterações promovidas no instituto da aprendizagem profissional pela Medida Provisória nº 1.116/2022, Capítulo VII, alteram estruturalmente a referida política pública de inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com impacto significativo no público prioritário para o qual a política foi concebida, qual seja, adolescentes. Subvertem, ainda, a sua essência motivo pelo qual demandam inexoravelmente amplo debate com a sociedade, em especial com os órgãos e entidades envolvidas na defesa e proteção dos direitos e interesses de adolescentes e jovens, bem como com o público beneficiário da referida ação afirmativa.

Deste modo, inexistente qualquer situação que demonstre a premência das profundas alterações contidas na Medida Provisória nº 1.116/2022 e, por consequência, o cabimento de sua imposição por esta via



excepcional.

Adicione-se que diversos dispositivos previstos no Capítulo VII da MP nº 1.116/2022 estão inseridos no Projeto de Lei nº 6.461/2019, o qual tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2019, há mais de 2 (dois) anos, portanto, sem que se tenha cogitado neste lapso de tempo a sua tramitação em caráter de urgência. Sem contar que o parlamento é o lócus natural e apropriado para se promover inovações legislativas dentro do regime de tripartição de poderes.

Registra-se que, no âmbito da Comissão Especial instaurada para proferir parecer no PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, estão sendo realizadas várias audiências públicas e seminários, justamente em razão da complexidade da matéria, a qual impacta na vida de milhares de adolescentes e jovens e pessoas com deficiência no país. Cumpre ressaltar, por oportuno, que, segundo dados do IBGE, adolescentes têm três vezes mais dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, lembrando que, para aqueles na faixa etária de 14 e 16 anos, é a única oportunidade de ingresso protegido no mundo do trabalho, nos termos do art. 7º, XXXIII, da CF. Outro dado importante de ser registrado é que 78% do trabalho infantil está concentrado na faixa etária de 14 a 18 anos, a qual era considerada a prioritária no âmbito da política de aprendizagem até a edição da Medida Provisória nº 1.116/22 e do Decreto nº 11.061/2022.

Não se vislumbra qualquer alteração fática ou jurídica, de lá para cá, ou seja, desde a instauração da Comissão Especial, no início do ano passado, e do andamento dos trabalhos, a justificar o rompimento do regular processo legislativo por meio de ato constitucional, mas anômalo e excepcional, que é a adoção de Medida Provisória.

Veja que o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizes prescinde de Medida Provisória para ser implementado. Se por um lado é importante o fomento ao cumprimento da cota, por outro lado, a



Medida Provisória, na forma como concebida, reduziu o alcance da cota, ao computar em dobro vulneráveis, incluídas as pessoas com deficiência, e prever a contagem ficta de aprendizes, sem mencionar que afastou os adolescentes do mercado de trabalho, para os quais não sobrou senão a via do trabalho infantil para suprir a vulnerabilidade socioeconômica da qual são vítimas, dentre outras inúmeras alterações próprias do processo legislativo. Subvertendo totalmente a política de aprendizagem profissional, alinhou-a também ao ensino tecnológico (nível graduação), reduzindo, mais uma vez, a oportunidade de adolescentes e jovens de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitos com grande defasagem escolar, de ingressarem de forma protegida no mercado de trabalho.

Ademais, o trâmite do Projeto de Lei nº 6.461/2019 demonstra a necessidade de ampla discussão com diversos seguimentos da sociedade, mediante seminários e audiências públicas, alguns/algumas ainda a se realizar conforme requerimentos apresentados por Parlamentares.

A discussão, portanto, não se encontra maturada, razão pela qual é precipitada – e incabível, repise-se – a edição de Medida Provisória para promover alterações neste instituto.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação.

A Constituição aponta em sentido único, pela prevalência dos direitos sociais, pela da erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, pela proteção integral de crianças e adolescentes, pela não discriminação, pela dignidade da pessoa humana, de modo que o Estado Social e Democrático de Direito inaugurado em 1988 pressupõe o diálogo entre Poderes constituídos e sociedade, principalmente em questões que envolvam direitos fundamentais como a profissionalização de adolescentes e jovens.



A Medida Provisória, em conclusão, não é o meio adequado para a alteração do instituto da aprendizagem em razão da ausência de urgência e por se tratar de direito fundamental de adolescentes e jovens.

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)





**MPV 1116
00115**

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

EMENDA ADITIVA nº - CM
(à MPV nº 1.162, de 2022)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 429.

.....

.....

.....

§6º Fica excluído da base de cálculo do caput deste artigo as ocupações que, para o seu desempenho, necessitem de habilitação específica ou de registro em conselho de classe” (NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT versa que as empresas têm que contratar aprendizes no percentual de cinco por cento a quinze por cento, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

No entanto, não é factível contabilizar na cota do caput profissões que precise de aptidões específicas, porquanto não é crível ensinar o menor aprendiz pelo fato dele não poder exercer a profissão sem a habilitação profissional.

Ademais, ainda que fosse possível treiná-lo não seria possível contrata-lo após o fim do contrato de aprendizagem, uma vez que seria necessário deter habilitação para o exercício regular da profissão.

O advogado tem que ter OAB para exercer a função, da mesma forma que o médico tem que ter CRM, o engenheiro CREA, o motorista de transporte de passageiro precisa de CNH tipo D. A ausência de habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão dá ensejo a demissão por justa causa, conforme disposto na alínea m do artigo 482 da CLT, *verbis*:

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

(...)

m) perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.

Desta forma, compreendemos que todas as profissões que necessitem de habilitação ou de requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão deve ser excluído do percentil previsto no *caput* do artigo 429.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO



**MPV 1116
00116**SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ**EMENDA ADITIVA nº - CM**
(à MPV nº 1.162, de 2022)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 429.

.....

.....

.....

§6º Fica excluído da base de cálculo referida no caput desse artigo as ocupações que, para o seu desempenho, necessitem do porte da Carteira Nacional de Habilitação”. (NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Pelos dados de contratação da aprendizagem profissional do Ministério do Trabalho e Previdência a concentração dos contratos de aprendizagem profissional





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

estão na área administrativa, cerca de 60% das contratações nos anos de 2020 e 2016, conforme dados da RAIS/MTP.

Isso ocorre pelo fato de algumas atividades não terem alinhamento com a aprendizagem, em que se necessita de habilitação específica. A atividade de transporte tem dificuldade na contratação dos menores aprendizes, pois a atividade é exercida fora da empresa, nas estradas, ruas, mares, rios, trilhos, ou, ainda, no céu.

Como colocar um aprendiz em um transporte intermunicipal que o final da jornada ocorrerá em outro município? Ou, ainda, na tripulação de uma aeronave ou de um navio?

A dificuldade do cumprimento da cota pelo setor do transporte foi objeto de análise pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) recentemente. O MTP reconhece a baixa contratação de aprendizes no setor de transporte, bem como justifica a impossibilidade em face da necessidade de habilitação específica para conduzir veículo automotores:

**IV - REGULAMENTAÇÃO DA DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES QUE
DEMANDEM FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTEXTUALIZAÇÃO**

(...)

Quando analisamos as funções que atualmente são contabilizadas para a cota de aprendizagem, nos deparamos com dois grupos de ocupações que possuem baixo cumprimento da cota.

O primeiro é formado por aquelas ocupações que apresentam imposições normativas de limite etário e outros requisitos de habilitação, e por esse fato limitam a sua aderência às regras da aprendizagem profissional, como as ocupações que envolvam porte de armas de fogo ou munição, ocupações de motorista, piloto e demais ocupações que seja necessária habilitação para condução de veículos automotores. Ressalta-se que, nesses casos, não seria viável nem mesmo que houvesse o cumprimento da aprendizagem em ambiente simulado para as pessoas não habilitadas, por conta de limitações normativas. Esse é um ponto relevante, já que, como o aprendiz deve, desde o início do programa, ter a habilitação para o exercício pleno da ocupação, não há interesse real nem lógico no jovem de ser contratado como aprendiz ao invés de ser contratado diretamente na ocupação em questão, afinal, ele já possui a formação e os requisitos legais necessários para tanto. Como sintoma de todos esses pontos, temos o dado de que, nesse grupo de ocupações, apenas 0,6% da cota de aprendizagem é cumprida.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das atividades de condução de veículo e máquinas para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO



**MPV 1116
00117****EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o inciso I do artigo 10 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A hipótese versa sobre banco de horas negativo, ou seja, situação em que empregado é devedor de horas de trabalho. Inexiste na Constituição Federal e na CLT autorização para compensação de banco de horas negativo com salários ou com verbas rescisórias devidas aos trabalhadores. Há somente a possibilidade de compensação de horas negativas com horas positivas, por se tratar de matérias da mesma natureza (CF, art. 7º, XIII). Permitir o desconto de horas negativas nas verbas rescisórias se traduz em transferência do risco da atividade econômica para o empregado, o que é vedado pelas normas constitucionais e celetistas.

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)



**MPV 1116
00118****EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o artigo 5º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do reembolso-creche é louvável, mormente em se tratando de benefício que aproveitará tanto empregadas como empregados com filhos ou pessoa sob sua guarda. Todavia, o efeito de desonerar o empregador do dever preconizado pelo art. 389, §1º, da CLT (dever de, quando contar com ao menos trinta empregadas com mais de dezesseis anos, garantir local apropriado para a guarda e assistência de filhos no período da amamentação) contraria a linha evolutiva do entendimento sobre parentalidade responsável.

É importante destacar que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendam o aleitamento materno até, no mínimo, os dois anos de idade da criança, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida. Ademais, a prática de se manter espaço destinado à amamentação no local de trabalho é medida pouco onerosa para as empresas, que, geralmente, reservam uma sala simples e com os poucos equipamentos necessários. Portanto, considerando-se o baixo custo da manutenção de espaço, no local de trabalho, destinado à assistência a crianças, durante o período de amamentação, revela-se desproporcional que a implementação do reembolso-creche, pelo art. 5º da MP 1.116/2022, acarrete a exclusão da obrigação de ser mantido, pelas



empresas, referido espaço, o qual beneficia não apenas a mãe trabalhadora, mas principalmente as crianças, que são destinatárias da proteção integral preconizada pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988.

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**MPV 1116
00119****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o inciso I do artigo 10 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A hipótese versa sobre banco de horas negativo, ou seja, situação em que o/a empregado/a é devedor/a de horas de trabalho. Inexiste na Constituição Federal e na CLT autorização para compensação de banco de horas negativo com salários ou com verbas rescisórias devidas ao/à trabalhador/a. Há somente a possibilidade de compensação de horas negativas com horas positivas, por se tratar de matérias da mesma natureza (CF, art. 7º, XIII). Permitir o desconto de horas negativas nas verbas rescisórias se traduz em transferência do risco da atividade econômica para o/a obreiro/a, o que é vedado pelas normas constitucionais e celetistas.

Sala da Comissão,

SENADOR FABIANO CONTARATO





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**MPV 1116
00120****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1116, de 2022)

Modifica-se a redação do *caput* do art. 3º, do § 2º do art. 9º, do § 1º do art. 17, e do § 1º do art. 19 da Medida Provisória nº 1.116, de de 2022, nos seguintes termos:

Art. 3º A implementação do reembolso-creche ficará condicionada à formalização de **acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho**.

(...)

Art. 9º

.....

§ 2º As medidas de que trata este artigo deverão ser formalizadas por meio de **acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho**.

(...)

Art. 17.

.....

§ 1º Na hipótese prevista no *caput*, a suspensão do contrato de trabalho será formalizada por meio de **acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho**, nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

(...)

Art. 19.

.....

§ 1º ☐ A suspensão do contrato de trabalho ocorrerá nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, formalizada por meio de **acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho**.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.116/22 prevê: (a) a implementação de reembolso creche (art. 3º); (b) de alterações contratuais com a finalidade de garantir a conciliação entre o trabalho e a paternidade (art. 9º) e (c) suspensões contratuais para (c.1) qualificação profissional da mulher (art. 17) e (c.2) para acompanhamento e desenvolvimento de filhos em período posterior ao encerramento da licença maternidade (art. 19).

A presente emenda modificativa tem como única finalidade suprimir a expressão “acordo individual” de todos os dispositivos legais supramencionados.

Apesar do mérito das questões trazidas pelo texto legislativo, importante que as **alterações trazidas sejam delineadas por meio de acordo coletivo de trabalho e/ou convenção coletiva de trabalho.** Isso porque, em razão da hipossuficiência da classe trabalhadora, é importante que as medidas implementadas sejam acompanhadas pela entidade constitucionalmente investida da defesa de seus interesses (Constituição Federal, art. 8º, III).

A autorização de celebração de acordo individual poderá, ao menos em tese, avaliar eventuais alterações contratuais lesivas, sem que o trabalhador possa, livremente, oferecer objeções a estas. Não por outro motivo, a Carta Maior admitiu a hipótese de redução salarial de forma excepcional e somente mediante chancela sindical (art. 7º, VI).

Observe-se, inclusive, que o art. 476-A da CLT, ao prever hipótese de suspensão contratual para qualificação profissional do trabalhador, acautelou-se ao exigir a existência de acordo coletivo de trabalho e/ou convenção coletiva de trabalho autorizativos. Tal cautela justifica-se em razão das possíveis consequências de referida suspensão no contrato de trabalho.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Alerte-se que, inclusive, a inclusão dos temas em norma coletiva poderá representar importante instrumento de apoio apto a evitar (ou ao menos minimizar) a discriminação de trabalhadores que eventualmente possam estar submetidos a condição de maior vulnerabilidade, como no caso da mulher ou do homem com filho de tenra idade.

Sendo assim, a participação da entidade sindical representante da classe trabalhadora, em hipóteses que poderão acarretar impactos diretos e/ou indiretos nas relações entre trabalhadores e empregadores, mostra-se de essencial importância.

Aliás, e por fim, destaque-se que a participação dos principais atores sociais (empregados, empregadores e suas representações sindicais), na negociação de referidas alterações, assegura um debate mais amplo, legítimo e capaz de assegurar o equilíbrio necessário para assegurar a adoção de medidas de forma mais adequada. Não por outro motivo, a Convenção 144 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, prestigia a consulta tripartite entre representantes do governo, empregadores e trabalhadores em caso de edição de normas de interesse do mundo do trabalho.

Ressaltando a importância da negociação coletiva em matérias que envolvam alteração das relações laborais, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação da matéria, com a supressão da expressão “acordo individual” dos artigos 3º, *caput*, 9º, § 2º, 17, § 1º e 19, § 1º da Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022.

Sala da Comissão,

SENADOR FABIANO CONTARATO



**MPV 1116
00121**SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ**EMENDA ADITIVA nº - CM
(à MPV nº 1.162, de 2022)**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 429.

.....

.....

.....

§6º Fica excluído da base de cálculo referida no caput desse artigo as ocupações que, para o seu desempenho, necessitem de habilitação específica”. (NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

As habilitações específicas são regulamentadas por conselho de classe profissional ou por lei específica. Nesses casos, quem exerce a função do menor aprendiz é a pessoa que está se profissionalizando, por meio do estágio.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

Na OAB, por exemplo, existe a *OAB de estagiário* e aduz quais as alçadas e funções do estudante. A mesma situação ocorre com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), primeiro o motorista se capacita para dirigir veículos mais simples até chegar ao mais complexo. Para alcançar o último estágio – CNH tipo E necessário que o motorista tenha exercido a atividade da carteira do modelo anterior D e antes disso a C. O que estabelece a esse profissional uma larga experiência, a qual não pode ser classificada como de aprendizagem.

Nesse sentido, não parece lógico cobrar da empresa uma cota em cima de um funcionário que não pode servir de paradigma para aprendizagem, visto a obrigatoriedade legal de passar por todo critério de segurança e tempo estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.. Logo, a exceção proposta visa tratar os diferentes de forma igualitária, razão pela qual pugna-se apoio dos pares.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO





**MPV 1116
00122**

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

EMENDA ADITIVA nº - CM
(à MPV nº 1.162, de 2022)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 429.

.....

.....

.....

§6º Fica excluído da base de cálculo do caput deste artigo as ocupações que, para o seu desempenho, necessitem de habilitação para o exercício de atividades de cobrador de ônibus, de condução de veículo e máquinas” (NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

Pelos dados de contratação da aprendizagem profissional do Ministério do Trabalho é Previdência a concentração dos contratos de aprendizagem profissional estão na área administrativa, cerca de 60% das contratações nos anos de 2020 e 2016, conforme dados da RAIS/MTP.

Isso ocorre pelo fato de algumas atividades não terem alinhamento com a aprendizagem, em que se necessita de habilitação específica. A atividade de transporte tem dificuldade na contratação dos menores aprendizes, pois a atividade é exercida fora da empresa, nas estradas, ruas, mares, rios, trilhos, ou, ainda, no céu.

A dificuldade do cumprimento da cota pelo setor do transporte foi objeto de análise pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) recentemente. O MTP reconhece a baixa contratação de aprendizes no setor de transporte, bem como justifica a impossibilidade em face da necessidade de habilitação específica para conduzir veículo automotores:

**IV - REGULAMENTAÇÃO DA DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES QUE
DEMANDEM FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTEXTUALIZAÇÃO**

(...)

Quando analisamos as funções que atualmente são contabilizadas para a cota de aprendizagem, nos deparamos com dois grupos de ocupações que possuem baixo cumprimento da cota.

O primeiro é formado por aquelas ocupações que apresentam imposições normativas de limite etário e outros requisitos de habilitação, e por esse fato limitam a sua aderência às regras da aprendizagem profissional, como as ocupações que envolvam porte de armas de fogo ou munição, ocupações de motorista, piloto e demais ocupações que seja necessária habilitação para condução de veículos automotores. Ressalta-se que, nesses casos, não seria viável nem mesmo que houvesse o cumprimento da aprendizagem em ambiente simulado para as pessoas não habilitadas, por conta de limitações normativas. Esse é um ponto relevante, já que, como o aprendiz deve, desde o início do programa, ter a habilitação para o exercício pleno da ocupação, não há interesse real nem lógico no jovem de ser contratado como aprendiz ao invés de ser contratado diretamente na ocupação em questão, afinal, ele já possui a formação e os requisitos legais necessários para tanto. Como sintoma de todos esses pontos, temos o dado de que, nesse grupo de ocupações, apenas 0,6% da cota de aprendizagem é cumprida.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das atividades de cobrador de ônibus, de condução de veículo e máquinas para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**MPV 1116
00123****EMENDA Nº - CM**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o artigo 5º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do reembolso-creche é louvável, mormente em se tratando de benefício que aproveitará tanto empregadas como empregados com filhos ou pessoa sob sua guarda. Todavia, o efeito de desonerar o empregador do dever preconizado pelo art. 389, §1º, da CLT (dever de, quando contar com ao menos trinta empregadas com mais de dezesseis anos, garantir local apropriado para a guarda e assistência de filhos no período da amamentação) contraria a linha evolutiva do entendimento sobre parentalidade responsável.

É importante destacar que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendam o aleitamento materno até, no mínimo, os dois anos de idade da criança, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida.

Ademais, a prática de se manter espaço destinado à amamentação no local de trabalho é medida pouco onerosa para as empresas, que, geralmente, reservam uma sala simples e com os poucos equipamentos necessários.

Portanto, considerando-se o baixo custo da manutenção de espaço, no local de trabalho, destinado à assistência a crianças, durante o período de amamentação, revela-se





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

desproporcional que a implementação do reembolso-creche, pelo art. 5º da MP 1.116/2022, acarrete a exclusão da obrigação de ser mantido, pelas empresas, referido espaço, o qual beneficia não apenas a mãe trabalhadora, mas principalmente as crianças, que são destinatárias da proteção integral preconizada pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988

Sala da Comissão,

SENADOR FABIANO CONTARATO





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**MPV 1116
00124****EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1116, de 2022)

Modifica o artigo 5º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, nos seguintes termos:

Art. 5º O art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 396. Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 2 (dois) anos de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um.

Parágrafo único. Os horários dos descansos previstos no caput deste artigo deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.”

JUSTIFICAÇÃO

A amamentação é essencial à saúde do bebê e da mãe. O leite materno contém anticorpos que ajudam a proteger a criança contra doenças comuns na infância, como alergias e infecções gastrointestinais e respiratórias. Crianças amamentadas também têm menos propensão a ter excesso de peso ou obesidade e diabetes, e têm melhor desempenho em testes de inteligência. Para a mãe, a amamentação reduz os riscos de câncer de mama e de ovário, entre outras doenças.

Em razão de todos os benefícios citados, não é difícil concluir que o aleitamento materno não é responsabilidade exclusiva da mãe, mas da família, da comunidade, dos profissionais da saúde, do Estado e dos empregadores. Segundo a médica Socorro Gross,





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

representante da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde
– OPAS/OMS no Brasil,

“Amamentar não é um ato simples. É um ato que tem dor, medo. Muitas vezes, muito cansaço. É um ato que requer todo o apoio da sociedade”

O art. 396 da CLT prevê que a trabalhadora terá direito a dois descansos diários para amamentar seu filho até que este complete seis meses de idade. Seu parágrafo § 1º prevê a dilatação desse período a critério da autoridade competente quando exigir a saúde do filho.

Ocorre que a OPAS/OMS no Brasil e a UNICEF recomendam que os bebês sejam alimentados exclusivamente pelo leite da mãe até os seis meses **e que a amamentação continue acontecendo, junto com outros alimentos, por até dois anos ou mais¹.**

Observa-se que a CLT está em desacordo com a referida recomendação, pois a legislação trabalhista dispõe como regra o período de seis meses, quando na realidade o ideal é o período de dois anos. Por esse motivo, propomos a revogação do § 1º e a alteração do caput do art. 396 para aumentar o período de concessão obrigatória do intervalo para amamentação à empregada lactante.

Sala da Comissão,

SENADOR FABIANO CONTARATO

¹ Link: <https://www.paho.org/pt/topicos/alimentacao-saudavel>. Acesso em: 09 mai. 2022.



**MPV 1116
00125**

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

EMENDA ADITIVA nº - CM
(à MPV nº 1.162, de 2022)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 429.

.....

.....

.....

§6º Fica excluído da base de cálculo do caput deste artigo as ocupações que, para o seu desempenho, necessitem de habilitação para o exercício de atividades de segurança privada ou condução de veículo e máquinas” (NR).

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Pelos dados de contratação da aprendizagem profissional do Ministério do Trabalho e Previdência a concentração dos contratos de aprendizagem profissional





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

estão na área administrativa, cerca de 60% das contratações nos anos de 2020 e 2016, conforme dados da RAIS/MTP.

Isso ocorre pelo fato de algumas atividades não terem alinhamento com a aprendizagem, em que se necessita de habilitação específica. A atividade de transporte tem dificuldade na contratação dos menores aprendizes, pois a atividade é exercida fora da empresa, nas estradas, ruas, mares, rios, trilhos, ou, ainda, no céu. Como colocar um aprendiz em um transporte intermunicipal que o final da jornada ocorrerá em outro município? Ou, ainda, na tripulação de uma aeronave ou de um navio?

A dificuldade do cumprimento da cota pelo setor do transporte foi objeto de análise pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) recentemente. O MTP reconhece a baixa contratação de aprendizes no setor de transporte, bem como justifica a impossibilidade em face da necessidade de habilitação específica para conduzir veículo automotores:

**IV - REGULAMENTAÇÃO DA DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES QUE
DEMANDEM FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTEXTUALIZAÇÃO**

(...)

Quando analisamos as funções que atualmente são contabilizadas para a cota de aprendizagem, nos deparamos com dois grupos de ocupações que possuem baixo cumprimento da cota.

O primeiro é formado por aquelas ocupações que apresentam imposições normativas de limite etário e outros requisitos de habilitação, e por esse fato limitam a sua aderência às regras da aprendizagem profissional, como as ocupações que envolvam porte de armas de fogo ou munição, ocupações de motorista, piloto e demais ocupações que seja necessária habilitação para condução de veículos automotores. Ressalta-se que, nesses casos, não seria viável nem mesmo que houvesse o cumprimento da aprendizagem em ambiente simulado para as pessoas não habilitadas, por conta de limitações normativas. Esse é um ponto relevante, já que, como o aprendiz deve, desde o início do programa, ter a habilitação para o exercício pleno da ocupação, não há interesse real nem lógico no jovem de ser contratado como aprendiz ao invés de ser contratado diretamente na ocupação em questão, afinal, ele já possui a formação e os requisitos legais necessários para tanto. Como sintoma de todos esses pontos, temos o dado de que, nesse grupo de ocupações, apenas 0,6% da cota de aprendizagem é cumprida.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das atividades de cobrador de ônibus, de condução de veículo e máquinas para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma letra inicial 'A' muito alta e estilizada.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO



**MPV 1116
00126**SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ**EMENDA ADITIVA nº - CM**
(à MPV nº 1.162, de 2022)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 429.

.....

.....

.....

§6º Fica excluído da base de cálculo referida no caput desse artigo as ocupações que não podem ser exercidas por maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

A Constituição em seu art. 7º, inciso XXXIII veda algumas atividades para os menores de 18 (dezoito) anos, que não podem exercer o labor em condições perigosas, insalubres e noturno.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

Logo, entendemos que não justifica a contagem da base de cálculo do art. 429 da CLT para as ocupações que não podem ser exercidas por menores de 18 anos, pois os aprendizes poderiam sofrer consequências mais graves em razão da exposição aos agentes prejudiciais à saúde do que o empregado maior de idade.

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das que não podem ser exercidas por maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO



**MPV 1116
00127**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 25 a 29 do CAPÍTULO VII da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 62, concede ao Presidente da República a prerrogativa de adotar Medidas Provisórias, sendo, contudo, condição *sine qua non* para a sua edição a presença dos requisitos de relevância e urgência nas matérias tratadas.

Ocorre que as alterações promovidas no instituto da aprendizagem profissional pela Medida Provisória nº 1.116/2022, Capítulo VII, alteram estruturalmente a referida política pública de inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com impacto significativo no público prioritário para o qual a política foi concebida, qual seja, adolescentes. Subvertem, ainda, a sua essência motivo pelo qual demandam inexoravelmente amplo debate com a sociedade, em especial com os órgãos e entidades envolvidas na defesa e proteção dos direitos e interesses de adolescentes e jovens, bem como com o público beneficiário da referida ação afirmativa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Perpétua Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221609052700>



Deste modo, inexistente qualquer situação que demonstre a premência das profundas alterações contidas na Medida Provisória nº 1.116/2022 e, por consequência, o cabimento de sua imposição por esta via excepcional.

Adicione-se que diversos dispositivos previstos no Capítulo VII da MP nº 1.116/2022 estão inseridos no Projeto de Lei nº 6.461/2019, o qual tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2019, há mais de 2 (dois) anos portanto, sem que se tenha cogitado neste lapso de tempo a sua tramitação em caráter de urgência. Sem contar que o parlamento é o locus natural e apropriado para se promover inovações legislativas dentro do regime de tripartição de poderes.

Registra-se que, no âmbito da Comissão Especial instaurada para proferir parecer no PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, estão sendo realizadas várias audiências públicas e seminários, justamente em razão da complexidade da matéria, a qual impacta na vida de milhares de adolescentes e jovens e pessoas com deficiência no país. Cumpre ressaltar, por oportuno, que, segundo dados do IBGE, adolescentes têm três vezes mais dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, lembrando que, para aqueles na faixa etária de 14 e 16 anos, é a única oportunidade de ingresso protegido no mundo do trabalho, nos termos do art. 7º, XXXIII, da CF. Outro dado importante de ser registrado é que 78% do trabalho infantil está concentrado na faixa etária de 14 a 18 anos, a qual era considerada a prioritária no âmbito da política de aprendizagem até a edição da Medida Provisória nº 1.116/22 e do Decreto nº 11.061/2022.

Não se vislumbra qualquer alteração fática ou jurídica, de lá para cá, ou seja, desde a instauração da Comissão Especial, no início do ano passado, e do andamento dos trabalhos, a justificar o rompimento do regular processo legislativo por meio de ato constitucional, mas anômalo e excepcional, que é a adoção de Medida Provisória.

Veja que o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizes prescinde de Medida Provisória para ser implementado. Se por um lado é importante o fomento ao cumprimento da cota, por outro lado, a Medida Provisória, na forma como concebida, reduziu o alcance da cota, ao computar em dobro vulneráveis, incluídas as pessoas com deficiência, e prever a contagem ficta de aprendizes, sem mencionar que afastou os adolescentes do mercado de trabalho, para os quais não sobrou senão a via do trabalho infantil para suprir a vulnerabilidade socioeconômica da qual são vítimas, dentre outras inúmeras alterações próprias do processo legislativo. Subvertendo totalmente a política de aprendizagem profissional, alinhou-a também ao ensino tecnológico (nível graduação), reduzindo, mais uma vez, a oportunidade de adolescentes e jovens de baixa renda ou em situação de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Perpétua Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221609052700>



vulnerabilidade socioeconômica, muitos com grande defasagem escolar, de ingressarem de forma protegida no mercado de trabalho.

Ademais, o trâmite do Projeto de Lei nº 6.461/2019 demonstra a necessidade de ampla discussão com diversos seguimentos da sociedade, mediante seminários e audiências públicas, alguns/algumas ainda a se realizar conforme requerimentos apresentados por Parlamentares.

A discussão, portanto, não se encontra maturada, razão pela qual é precipitada – e incabível, repise-se – a edição de Medida Provisória para promover alterações neste instituto.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação.

A Constituição aponta em sentido único, pela prevalência dos direitos sociais, pela da erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, pela proteção integral de crianças e adolescentes, pela não discriminação, pela dignidade da pessoa humana, de modo que o Estado Social e Democrático de Direito inaugurado em 1988 pressupõe o diálogo entre Poderes constituídos e sociedade, principalmente em questões que envolvam direitos fundamentais como a profissionalização de adolescentes e jovens.

A Medida Provisória, em conclusão, não é o meio adequado para a alteração do instituto da aprendizagem em razão da ausência de urgência e por se tratar de direito fundamental de adolescentes e jovens.

Deputada PERPÉTUA ALMEIDA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Perpétua Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221609052700>



**MPV 1116
00128**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 26 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 26 da Medida Provisória concede prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impede a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspende processos administrativos de imposição de multa, além de reduzir os valores de multas impostas.

Com esse conteúdo, o objetivo do dispositivo rechaçado por esta emenda é exatamente conceder anistia e vantagens às empresas que descumprem a legislação trabalhista, razão pela qual não se presta a ser uma medida correta e eficaz para incentivar a contratação de jovens aprendizes.

Por esta razão, solicitamos aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2022.

Deputada PERPÉTUA ALMEIDA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Perpétua Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223449595400>



CD223449595400





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Perpétua Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223449595400>



* C D 2 2 3 4 4 9 5 9 5 4 0 0 *



**MPV 1116
00129****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo §4º do artigo 429 da CLT, constante do artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A aprendizagem profissional é considerada uma das principais políticas de garantia de profissionalização e inserção segura e protegida no mercado de trabalho para milhares de adolescentes e jovens.

Se o aprendiz foi efetivado na empresa, a cota de aprendizagem cumpriu seu papel. Entretanto, a proposta ao estabelecer que o aprendiz - contratado por prazo indeterminado pela empresa ou entidade ao término do seu contrato de aprendiz profissional - continuará a ser contabilizado para fins de cumprimento da cota de aprendiz profissional enquanto estiver contratado, considerado o período máximo de doze meses para essa contabilização.

O dispositivo, além de subverter a própria essência da cota, reduzirá consideravelmente o número de vagas disponíveis para os jovens brasileiros.

Se o objetivo da Medida Provisória é incentivar o cumprimento da cota, isso pode ser feito pela via de concessão de incentivos financeiros e não pela via de redução do alcance da cota.

Dessa forma, apresentamos a emenda em tela, para minimizar os prejuízos causados pela MP 1.116/2022 e fazer prevalecer os direitos sociais, a erradicação da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228993463600>



pobreza e das desigualdades sociais, bem como a proteção integral de crianças e adolescentes brasileiros.

Deputado (a)

Leônidas Cristino

PDT - CE

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228993463600>



* C D 2 2 8 9 9 3 4 6 3 6 0 0 *



**MPV 1116
00130**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 29 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A aprendizagem profissional é considerada uma das principais políticas de garantia de profissionalização e inserção segura e protegida no mercado de trabalho para milhares de adolescentes e jovens.

O dispositivo a ser suprimido gera insegurança jurídica quanto ao local em que o aprendiz da empresa prestadora de serviços realizará as atividades práticas e quanto ao percentual de aprendizes a serem contratados.

O local de realização das atividades práticas deve estar previsto no contrato de aprendizagem e a transferência do aprendiz, admitida por exceção, deve contar com a anuência sua e da entidade formadora, além de não poder ocasionar prejuízo ao aprendiz, ao processo pedagógico e ao horário escolar.

Por outro lado, a CLT estabelece os percentuais de contratação de aprendizes – 5% (cinco por cento) no mínimo e 15% (quinze por cento) no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Portanto, não observa a boa técnica legislativa a previsão vaga e imprecisa de alocação de aprendizes “*em quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho*”, principalmente em razão de expresso dispositivo legal que determina as alíquotas mínima e máxima para contratação de aprendizes.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224728826700>



Se o objetivo da Medida Provisória é incentivar o cumprimento da cota, isso pode ser feito pela via de concessão de incentivos financeiros e não pela via de redução do alcance da cota.

Dessa forma, apresentamos a emenda em tela, para minimizar os prejuízos causados pela MP 1.116/2022 e fazer prevalecer os direitos sociais, a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, bem como a proteção integral de crianças e adolescentes brasileiros.

Deputado (a)

Leônidas Cristino

PDT - CE

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224728826700>



**MPV 1116
00131**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Dep. Patrus Ananias

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 25 a 29 do CAPÍTULO VII da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 62, concede ao Presidente da República a prerrogativa de adotar Medidas Provisórias, sendo, contudo, condição *sine qua non* para a sua edição a presença dos requisitos de relevância e urgência nas matérias tratadas.

Ocorre que as alterações promovidas no instituto da aprendizagem profissional pela Medida Provisória nº 1.116/2022, Capítulo VII, alteram estruturalmente a referida política pública de inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com impacto significativo no público prioritário para o qual a política foi concebida, qual seja, adolescentes. Subvertem, ainda, a sua essência motivo pelo qual demandam inexoravelmente amplo debate com a sociedade, em especial com os órgãos e entidades envolvidas na defesa e proteção dos direitos e interesses de adolescentes e jovens, bem como com o público beneficiário da referida ação afirmativa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Patrus Ananias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223623389200>

* CD 223623389200 *
Edit



Deste modo, inexistente qualquer situação que demonstre a premência das profundas alterações contidas na Medida Provisória nº 1.116/2022 e, por consequência, o cabimento de sua imposição por esta via excepcional.

Adicione-se que diversos dispositivos previstos no Capítulo VII da MP nº 1.116/2022 estão inseridos no Projeto de Lei nº 6.461/2019, o qual tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2019, há mais de 2 (dois) anos portanto, sem que se tenha cogitado neste lapso de tempo a sua tramitação em caráter de urgência. Sem contar que o parlamento é o locus natural e apropriado para se promover inovações legislativas dentro do regime de tripartição de poderes.

Registra-se que, no âmbito da Comissão Especial instaurada para proferir parecer no PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, estão sendo realizadas várias audiências públicas e seminários, justamente em razão da complexidade da matéria, a qual impacta na vida de milhares de adolescentes e jovens e pessoas com deficiência no país. Cumpre ressaltar, por oportuno, que, segundo dados do IBGE, adolescentes têm três vezes mais dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, lembrando que, para aqueles na faixa etária de 14 e 16 anos, é a única oportunidade de ingresso protegido no mundo do trabalho, nos termos do art. 7º, XXXIII, da CF. Outro dado importante de ser registrado é que 78% do trabalho infantil está concentrado na faixa etária de 14 a 18 anos, a qual era considerada a prioritária no âmbito da política de aprendizagem até a edição da Medida Provisória nº 1.116/22 e do Decreto nº 11.061/2022.

Não se vislumbra qualquer alteração fática ou jurídica, de lá para cá, ou seja, desde a instauração da Comissão Especial, no início do ano passado, e do andamento dos trabalhos, a justificar o rompimento do regular processo legislativo por meio de ato constitucional, mas anômalo e excepcional, que é a adoção de Medida Provisória.

Veja que o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizes prescinde de Medida Provisória para ser implementado. Se por um lado é importante o fomento ao cumprimento da cota, por outro lado, a Medida Provisória, na forma como concebida, reduziu o alcance da cota, ao computar em dobro vulneráveis, incluídas as pessoas com deficiência, e prever a contagem ficta de aprendizes, sem mencionar que afastou os adolescentes do mercado de trabalho, para os quais não sobrou senão a via do trabalho infantil para suprir a vulnerabilidade socioeconômica da qual são vítimas, dentre outras inúmeras alterações próprias do processo legislativo. Subvertendo totalmente a política de aprendizagem profissional, alinhou-a também ao ensino tecnológico (nível graduação), reduzindo, mais uma vez, a oportunidade de adolescentes e jovens de baixa renda ou em situação de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Patrus Ananias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223623389200>

* CD 223623389200 *
ExEdit



vulnerabilidade socioeconômica, muitos com grande defasagem escolar, de ingressarem de forma protegida no mercado de trabalho.

Ademais, o trâmite do Projeto de Lei nº 6.461/2019 demonstra a necessidade de ampla discussão com diversos seguimentos da sociedade, mediante seminários e audiências públicas, alguns/algumas ainda a se realizar conforme requerimentos apresentados por Parlamentares.

A discussão, portanto, não se encontra maturada, razão pela qual é precipitada – e incabível, repise-se – a edição de Medida Provisória para promover alterações neste instituto.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação.

A Constituição aponta em sentido único, pela prevalência dos direitos sociais, pela da erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, pela proteção integral de crianças e adolescentes, pela não discriminação, pela dignidade da pessoa humana, de modo que o Estado Social e Democrático de Direito inaugurado em 1988 pressupõe o diálogo entre Poderes constituídos e sociedade, principalmente em questões que envolvam direitos fundamentais como a profissionalização de adolescentes e jovens.

A Medida Provisória, em conclusão, não é o meio adequado para a alteração do instituto da aprendizagem em razão da ausência de urgência e por se tratar de direito fundamental de adolescentes e jovens.

Brasília, em de maio de 2022.



Patrus Ananias
Deputado Federal PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Patrus Ananias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223623389200>



**MPV 1116
00132**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Dep. Patrus Ananias

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alínea “a” do inciso III do artigo 1º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Deve ser suprimida a possibilidade de utilização dos recursos do FGTS para fins de qualificação, em primeiro lugar, porque a finalidade precípua do Fundo é salvaguardar o trabalhador em situação de desemprego, a fim de que ele possa garantir a própria sobrevivência até ser novamente inserido no mercado de trabalho; em segundo lugar, porque a qualificação dos/as trabalhadores/as deve ser proporcionada pelas empresas, já que o resultado de tal capacitação profissional se reverterá em favor da atividade empresarial, que dela se beneficiará diretamente, tanto no que diz respeito à qualidade, quanto à produtividade. Assim, sendo as empresas as destinatárias do ganho com a qualificação do seu corpo de funcionários/as, a elas cabe propiciar dita qualificação, o que pode ser feito sem maiores custos ou dificuldades, inclusive por meio de convênios com órgãos públicos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Patrus Ananias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223751013400>

C0223751013400
Edit



Sistema S etc.

Brasília, em de maio de 2022.



Patrus Ananias
Deputado Federal PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Patrus Ananias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223751013400>



CD223751013400 LexEdit



**MPV 1116
00133**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Dep. Patrus Ananias

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 5º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do reembolso-creche é louvável, mormente em se tratando de benefício que aproveitará tanto empregadas como empregados com filhos ou pessoa sob sua guarda. Todavia, o efeito de desonerar o empregador do dever preconizado pelo art. 389, §1º, da CLT (dever de, quando contar com ao menos trinta empregadas com mais de dezesseis anos, garantir local apropriado para a guarda e assistência de filhos no período da amamentação) contraria a linha evolutiva do entendimento sobre parentalidade responsável. É importante destacar que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendam o aleitamento materno até, no mínimo, os dois anos de idade da criança, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida. Ademais, a prática de se manter espaço destinado à amamentação no local de trabalho é medida pouco onerosa para as empresas, que, geralmente, reservam uma sala simples e com os poucos equipamentos necessários. Portanto, considerando-se o baixo custo da manutenção de espaço, no local de trabalho, destinado à assistência a crianças, durante o período de amamentação, revela-se desproporcional que a implementação do reembolso-creche, pelo art. 5º da MP 1.116/2022, acarrete a exclusão da obrigação de ser mantido, pelas empresas, referido espaço, o qual



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Patrus Ananias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221154730800>

C0221154730800
Edit



beneficia não apenas a mãe trabalhadora, mas principalmente as crianças, que são destinatárias da proteção integral preconizada pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988.

Brasília, em de maio de 2022.



Patrus Ananias
Deputado Federal PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Patrus Ananias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221154730800>



**MPV 1116
00134****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 25 a 29 do CAPÍTULO VII da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 62, concede ao Presidente da República a prerrogativa de adotar Medidas Provisórias, sendo, contudo, condição *sine qua non* para a sua edição a presença dos requisitos de relevância e urgência nas matérias tratadas.

Ocorre que as alterações promovidas no instituto da aprendizagem profissional pela Medida Provisória nº 1.116/2022, Capítulo VII, alteram estruturalmente a referida política pública de inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com impacto significativo no público prioritário para o qual a política foi concebida, qual seja, adolescentes. Subvertem, ainda, a sua essência motivo pelo qual demandam inexoravelmente amplo debate com a sociedade, em especial com os órgãos e entidades envolvidas na defesa e proteção dos direitos e interesses de adolescentes e jovens, bem como com o público beneficiário da referida ação afirmativa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222970333300>



Deste modo, inexistente qualquer situação que demonstre a premência das profundas alterações contidas na Medida Provisória nº 1.116/2022 e, por consequência, o cabimento de sua imposição por esta via excepcional.

Adicione-se que diversos dispositivos previstos no Capítulo VII da MP nº 1.116/2022 estão inseridos no Projeto de Lei nº 6.461/2019, o qual tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2019, há mais de 2 (dois) anos portanto, sem que se tenha cogitado neste lapso de tempo a sua tramitação em caráter de urgência. Sem contar que o parlamento é o lócus natural e apropriado para se promover inovações legislativas dentro do regime de tripartição de poderes.

Registra-se que, no âmbito da Comissão Especial instaurada para proferir parecer no PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, estão sendo realizadas várias audiências públicas e seminários, justamente em razão da complexidade da matéria, a qual impacta na vida de milhares de adolescentes e jovens e pessoas com deficiência no país. Cumpre ressaltar, por oportuno, que, segundo dados do IBGE, adolescentes têm três vezes mais dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, lembrando que, para aqueles na faixa etária de 14 e 16 anos, é a única oportunidade de ingresso protegido no mundo do trabalho, nos termos do art. 7º, XXXIII, da CF. Outro dado importante de ser registrado é que 78% do trabalho infantil está concentrado na faixa etária de 14 a 18 anos, a qual era considerada a prioritária no âmbito da política de aprendizagem até a edição da Medida Provisória nº 1.116/22 e do Decreto nº 11.061/2022.

Não se vislumbra qualquer alteração fática ou jurídica, de lá para cá, ou seja, desde a instauração da Comissão Especial, no início do ano passado, e do andamento dos trabalhos, a justificar o rompimento do regular processo legislativo por meio de ato constitucional, mas anômalo e excepcional, que é a adoção de Medida Provisória.

Veja que o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizes prescinde de Medida Provisória para ser implementado. Se por um lado é importante o fomento ao cumprimento da cota, por outro lado, a Medida Provisória, na forma como concebida, reduziu o alcance da cota, ao computar em dobro vulneráveis, incluídas as pessoas com deficiência, e prever a contagem ficta de aprendizes, sem mencionar que afastou os adolescentes do mercado de trabalho, para os quais não sobrou senão a via do trabalho infantil para suprir a vulnerabilidade socioeconômica da qual são vítimas, dentre outras inúmeras alterações próprias do processo legislativo. Subvertendo totalmente a política de aprendizagem profissional, alinhou-a também ao ensino tecnológico (nível graduação), reduzindo, mais uma vez, a oportunidade de adolescentes e jovens de baixa renda ou em situação de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222970333300>

CD222970333300



vulnerabilidade socioeconômica, muitos com grande defasagem escolar, de ingressarem de forma protegida no mercado de trabalho.

Ademais, o trâmite do Projeto de Lei nº 6.461/2019 demonstra a necessidade de ampla discussão com diversos seguimentos da sociedade, mediante seminários e audiências públicas, alguns/algumas ainda a se realizar conforme requerimentos apresentados por Parlamentares.

A discussão, portanto, não se encontra maturada, razão pela qual é precipitada – e incabível, repise-se – a edição de Medida Provisória para promover alterações neste instituto.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação.

A Constituição aponta em sentido único, pela prevalência dos direitos sociais, pela da erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, pela proteção integral de crianças e adolescentes, pela não discriminação, pela dignidade da pessoa humana, de modo que o Estado Social e Democrático de Direito inaugurado em 1988 pressupõe o diálogo entre Poderes constituídos e sociedade, principalmente em questões que envolvam direitos fundamentais como a profissionalização de adolescentes e jovens.

A Medida Provisória, em conclusão, não é o meio adequado para a alteração do instituto da aprendizagem em razão da ausência de urgência e por se tratar de direito fundamental de adolescentes e jovens.

Brasília, em 09 de maio de 2022.

Renildo Calheiros

Deputado Federal - PCdoB



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222970333300>



**MPV 1116
00135**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 26 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 26 da Medida Provisória concede prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impede a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspende processos administrativos de imposição de multa, além de reduzir os valores de multas impostas.

Com esse conteúdo, o objetivo do dispositivo rechaçado por esta emenda é exatamente conceder anistia e vantagens às empresas que descumprem a legislação trabalhista, razão pela qual não se presta a ser uma medida correta e eficaz para incentivar a contratação de jovens aprendizes.

Por esta razão, solicitamos aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente emenda.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224867288000>



Sala das Comissões, 7 de maio de 2022.

RENILDO CALHEIROS

Deputado Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224867288000>



MPV 1116
00136



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO MPV 1.116/2022		
AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA 01/01
1. <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2. <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3. <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4. <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5. <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA

Alterar o art. 34 da Medida Provisória 1.116/2022, incluindo o art. 457-A, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

6º
.....
.....

Art.

457A
.....

Art. 457-A. São válidos os prêmios de que tratam os §§ 2º e 4º do art. 457 desta Consolidação e a alínea z do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, independentemente da forma de seu pagamento e do meio utilizado para a sua fixação, inclusive por ato unilateral do empregador, por ajuste deste com o empregado ou com grupo de empregados, bem como por norma coletiva, inclusive quando pagos por fundações e associações, desde que sejam observados os seguintes requisitos:

I - sejam pagos a empregados e/ou a terceiros, de forma individual ou coletiva;

II - decorram de desempenho superior ao ordinariamente esperado, avaliado discricionariamente pelo empregador, desde que o desempenho ordinário tenha sido previamente definido; e

III - seja limitado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de prêmios em dinheiro a 4 (quatro) vezes no mesmo ano civil e, no máximo, a 1 (um) pagamento no mesmo trimestre civil.

.....
.....
.....

(NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Augusto Coutinho

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221705554800>



CD221705554800



JUSTIFICAÇÃO

Quando da publicação da MP 808/2017 logo após a Reforma Trabalhista, foram incluídas as premiações a terceiros sem vínculo empregatício com a concedente dos prêmios. Entretanto, com a queda da citada MP, os terceiros, que representam a maior parte dos premiados no Brasil, deixaram de ser contemplados na Reforma Trabalhista. A modernização das relações de trabalho atingiu horizontes muito além dos previstos pela formatação original da CLT. Hoje em dia, o ciclo econômico/comercial prevê as relações entre empresas, seus colaboradores, estruturas comerciais e de serviços de terceiros, que fazem parte de sua cadeia econômica, através da utilização de parceiros de canais de venda/distribuição, promotores, balconistas, vendedores, instaladores, prestadores de serviço, facilitadores via internet, desenvolvedores de sistemas, sem os quais um produto ou serviço não teriam a mesma penetração de mercado e eficácia de crescimento. Negar acesso às empresas na utilização de ferramentas motivacionais que estimulem a esta massa de parceiros comerciais e terceiros, seria inibir o aumento de produtividade, de geração de riqueza e de impostos, tudo dentro do mesmo espírito e objetivo de buscar a superação de desempenho em índices superiores ao normalmente esperado pelas organizações.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres nossos Pares para a aprovação desta Emenda.

PARLAMENTAR

Augusto Coutinho**Republicanos/PE**

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Augusto Coutinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221705554800>



CD221705554800



**MPV 1116
00137****Emenda supressiva ____/2022 MP 1116/2022**

(Da Sra. PAULA BELMONTE)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Suprima-se a letra “a” do inciso III do artigo 1º e o art. 16 da Medida Provisória 1116/2022.

Justificativa

Destaca-se que o FGTS nasceu com o objetivo de garantir ao trabalhador uma indenização pelo tempo de serviço nos casos de demissão sem justa causa e de propiciar uma reserva a ser utilizada por ele, em caso de doença grave, quando de sua aposentadoria, ou por seus dependentes, quando do seu falecimento. O FGTS é, também, uma fonte de recursos para o financiamento de programas habitacionais, de saneamento básico e de infraestrutura urbana – o que hoje é uma realidade em todo o país.

Assim, o FGTS tornou-se uma das mais importantes fontes de financiamento habitacional, beneficiando o cidadão brasileiro, principalmente aquele de menor renda.

Devemos levar em conta, também, as diversas situações que já estão previstas em Lei para o saque do FGTS, que são muitas, conforme descrição abaixo contida na previsão da Lei nº 8.036/1990, Art. 20º:

- Saque contrato por prazo determinado
- Saque Rescisão Contrato de Trabalho por Acordo entre Empregador e Trabalhador formalizada a partir de 11/11/2017
- Saque Rescisão por Culpa Recíproca ou Força Maior
- Saque Calamidade
- Saque do FGTS trabalhador avulso
- Saque por falecimento do titular da conta
- Saque trabalhador com idade igual ou superior a 70 anos
- Saque Doenças Graves
- Saque do FGTS por conta inativa por 3 anos ininterruptos até 13/07/1990
- Saque Órtese e Prótese



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paula Belmonte
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223303460100>



- Saque Fundos Mútuos de Privatização - FMP
- Saque do FGTS por três anos fora do Regime do FGTS a partir de 14/07/1990
- Saque Conta Inativa até R\$ 80,00
- FGTS Garantia Consignado
- Saque Determinação Judicial
- Amortização, liquidação e pagamento de parcelas

Nesse sentido, a liberação de valores do FGTS para uso com despesas com qualificação, especificamente, para cursos de qualificação profissional, de interesse do empregador, já que na maioria dos casos ocorrerá a suspensão do contrato de trabalho, conforme consta do texto da Medida Provisória, torna-se inexecutável. **Entende-se que deve ser disponibilizada bolsa de estudos para que, desta forma, a mulher não necessite mexer na “poupança” que o trabalhador dispõe, que pode ser utilizado conforme as hipóteses acima especificadas**, possibilitando assim a qualificação sem onerar ou dilapidar o FGTS.

Diante do exposto pedimos o apoio dos nobres Parlamentares à aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de maio de 2022.

Deputada PAULA BELMONTE
CIDADANIA/DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paula Belmonte
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223303460100>



**MPV 1116
00138**

Emenda supressiva ____/2022 MP 1116/2022

(Da Sra. PAULA BELMONTE)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Suprima-se a letra “b” do inciso I do artigo 1º e todo o artigo 6º da Medida Provisória 1116/2022.

Justificativa

O art. 7º, inciso XXV da Constituição Federal estipula que é dever do Estado a “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creche e pré-escola”.

A utilização dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, por mães trabalhadoras com filhos de até cinco (5) anos, para bancar despesas com creche, fere o preceito constitucional na medida em que transfere o dever constitucional do Estado para as mães.

Destaca-se que o FGTS nasceu com o objetivo de garantir ao trabalhador uma indenização pelo tempo de serviço nos casos de demissão sem justa causa e de propiciar uma reserva a ser utilizada por ele, em caso de doença grave, quando de sua aposentadoria, ou por seus dependentes, quando do seu falecimento. O FGTS é, também, uma fonte de recursos para o financiamento de programas habitacionais, de saneamento básico e de infraestrutura urbana – o que hoje é uma realidade em todo o país.

Assim, o FGTS tornou-se uma das mais importantes fontes de financiamento habitacional, beneficiando o cidadão brasileiro, principalmente aquele de menor renda.

Estes dispositivos da Medida Provisória contrariam o art. 208 da Constituição Federal em que dispõe que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:” **“IV educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;”**.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paula Belmonte
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229387842000>



Devemos levar em conta, também, as diversas situações que já estão previstas em Lei para o saque do FGTS, que são muitas, conforme descrição abaixo.

“O trabalhador pode ter acesso ao saldo da conta do FGTS por diversas hipóteses, prevista na Lei nº 8.036/1990, Art. 20º, tais como:

- Saque contrato por prazo determinado
- Saque Rescisão Contrato de Trabalho por Acordo entre Empregador e Trabalhador formalizada a partir de 11/11/2017
- Saque Rescisão por Culpa Recíproca ou Força Maior
- Saque Calamidade
- Saque do FGTS trabalhador avulso
- Saque por falecimento do titular da conta
- Saque trabalhador com idade igual ou superior a 70 anos
- Saque Doenças Graves
- Saque do FGTS por conta inativa por 3 anos ininterruptos até 13/07/1990
- Saque Órtese e Prótese
- Saque Fundos Mútuos de Privatização - FMP
- Saque do FGTS por três anos fora do Regime do FGTS a partir de 14/07/1990
- Saque Conta Inativa até R\$ 80,00
- FGTS Garantia Consignado
- Saque Determinação Judicial
- Amortização, liquidação e pagamento de parcelas

Pelo PNE, o Brasil teria de atender 50% (2,2 milhões) das crianças de zero a três anos, com creches, até 2024. Hoje está em 35%, o que **fica claro que o governo tenta resolver o problema da oferta de creche, com o dinheiro do próprio trabalhador.**

Diante do exposto pedimos o apoio dos nobres Parlamentares à aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de maio de 2022.

Deputada PAULA BELMONTE
Cidadania/DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paula Belmonte
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229387842000>



MPV 1116
00139



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 09/05/2022	PROPOSIÇÃO MPV 1.116/2022		
AUTOR LAERCIO OLIVEIRA	PARTIDO PP	UF SE	PÁGINA 01/01
1. <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2. <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3. <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4. <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5. <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA

Alterar o art. 34 da Medida Provisória 1.116/2022, incluindo o art 457-A, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

6º
.....
.....

Art.

457A
.....

Art. 457-A. São válidos os prêmios de que tratam os §§ 2º e 4º do art. 457 desta Consolidação e a alínea z do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, independentemente da forma de seu pagamento e do meio utilizado para a sua fixação, inclusive por ato unilateral do empregador, por ajuste deste com o empregado ou com grupo de empregados, bem como por norma coletiva, inclusive quando pagos por fundações e associações, desde que sejam observados os seguintes requisitos:

I – sejam pagos a empregados e/ou a terceiros, de forma individual ou coletiva; e

II – decorram de desempenho superior ao ordinariamente esperado, avaliado discricionariamente pelo empregador, desde que o desempenho ordinário tenha sido previamente definido.

.....
.....
.....

(NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laercio Oliveira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229387379600>




JUSTIFICAÇÃO

Quando da publicação da MP 808/2017 logo após a Reforma Trabalhista, foram incluídas as premiações a terceiros sem vínculo empregatício com a concedente dos prêmios. Entretanto, com a queda da citada MP, os terceiros, que representam a maior parte dos premiados no Brasil, deixaram de ser contemplados na Reforma Trabalhista. A modernização das relações de trabalho atingiu horizontes muito além dos previstos pela formatação original da CLT. Hoje em dia, o ciclo econômico/comercial prevê as relações entre empresas, seus colaboradores, estruturas comerciais e de serviços de terceiros, que fazem parte de sua cadeia econômica, através da utilização de parceiros de canais de venda/distribuição, promotores, balconistas, vendedores, instaladores, prestadores de serviço, facilitadores via internet, desenvolvedores de sistemas, sem os quais um produto ou serviço não teriam a mesma penetração de mercado e eficácia de crescimento. Negar acesso às empresas na utilização de ferramentas motivacionais que estimulem a esta massa de parceiros comerciais e terceiros, seria inibir o aumento de produtividade, de geração de riqueza e de impostos, tudo dentro do mesmo espírito e objetivo de buscar a superação de desempenho em índices superiores ao normalmente esperado pelas organizações.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres nossos Pares para a aprovação desta Emenda.

PARLAMENTAR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laercio Oliveira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229387379600>



CD229387379600



MPV 1116
00140



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO MPV 1.116/2022		
AUTOR Dep. Federal Jerônimo Goergen		PARTIDO Progressistas	UF RS
			PÁGINA 01/01
1. <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2. <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3. <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4. <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5. <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA

Alterar o art. 34 da Medida Provisória 1.116/2022, incluindo o art 457-A, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

6º
.....
.....

Art.

457A
.....

Art. 457-A. São válidos os prêmios de que tratam os §§ 2º e 4º do art. 457 desta Consolidação e a alínea z do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, independentemente da forma de seu pagamento e do meio utilizado para a sua fixação, inclusive por ato unilateral do empregador, por ajuste deste com o empregado ou com grupo de empregados, bem como por norma coletiva, inclusive quando pagos por fundações e associações, desde que sejam observados os seguintes requisitos:

I – sejam pagos a empregados e/ou a terceiros, de forma individual ou coletiva; e

II – decorram de desempenho superior ao ordinariamente esperado, avaliado discricionariamente pelo empregador, desde que o desempenho ordinário tenha sido previamente definido.

.....
.....
.....

(NR)

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225711111200>



CD225711111200



Quando da publicação da MP 808/2017 logo após a Reforma Trabalhista, foram incluídas as premiações a terceiros sem vínculo empregatício com a concedente dos prêmios. Entretanto, com a queda da citada MP, os terceiros, que representam a maior parte dos premiados no Brasil, deixaram de ser contemplados na Reforma Trabalhista. A modernização das relações de trabalho atingiu horizontes muito além dos previstos pela formatação original da CLT. Hoje em dia, o ciclo econômico/comercial prevê as relações entre empresas, seus colaboradores, estruturas comerciais e de serviços de terceiros, que fazem parte de sua cadeia econômica, através da utilização de parceiros de canais de venda/distribuição, promotores, balconistas, vendedores, instaladores, prestadores de serviço, facilitadores via internet, desenvolvedores de sistemas, sem os quais um produto ou serviço não teriam a mesma penetração de mercado e eficácia de crescimento. Negar acesso às empresas na utilização de ferramentas motivacionais que estimulem a esta massa de parceiros comerciais e terceiros, seria inibir o aumento de produtividade, de geração de riqueza e de impostos, tudo dentro do mesmo espírito e objetivo de buscar a superação de desempenho em índices superiores ao normalmente esperado pelas organizações.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres nossos Pares para a aprovação desta Emenda.

PARLAMENTAR

Deputado Jerônimo Goergen

Progressistas/RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225711111200>



CD225711111200



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 1116
00141****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescenta inciso XXIII bem como o § 27 ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que prever a movimentação do saldo da conta individual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – para permitir o saque para pagamento de despesas educacionais do titular e de seus dependentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. XX O art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII, bem como dos §§ 27 e 28:

.....

XXIII – pagamento de mensalidades ou dívidas contraídas pelo trabalhador para a frequência em curso de ensino superior do trabalhador e seus dependentes,

.....

.....



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Dorinha Seabra Reze
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229147083000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 27 Para fins de comprovação do vínculo escolar bastará a apresentação de cópia original ou autenticada de contrato em plena vigência e de declaração emitida pela instituição que ateste estar regularmente matriculado o titular da conta ou seu dependente.

.....

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS é patrimônio do trabalhador. A legislação que regula a matéria admite numerosas possibilidades de movimentação da respectiva conta vinculada. Falta, porém, uma alternativa de investimento, de natureza eminentemente social, que tem inegável impacto na vida do indivíduo e de sua família. Trata-se do investimento na própria educação, na ampliação de seu potencial intelectual e profissional, dando suporte à promoção social e à elevação do padrão de vida. A despesa com educação é uma inversão de longo prazo, que se projeta por toda a trajetória ativa de trabalho e, com certeza, repercute positivamente nas condições futuras de aposentadoria. Essa é também uma das finalidades do FGTS: suporte à manutenção da qualidade de vida do trabalhador quando ingressa na fase de inatividade laboral. Ora, a melhoria da inserção no mercado de trabalho, mediante a obtenção de nível educacional mais elevado, significa garantir melhores condições de vida no futuro. Desse modo, admitir a movimentação da conta do FGTS para despesas educacionais, em nível superior, representa tão somente antecipar os seus efeitos positivos esperados.

O objetivo da presente **emenda** é permitir que os trabalhadores de renda média possam utilizar os recursos de suas contas vinculadas no pagamento das prestações, na amortização ou na liquidação do saldo de financiamento de encargos educacionais junto a instituições privadas de ensino superior. Tal medida contribuirá para a ampliação das possibilidades de acesso do próprio trabalhador ou de seus dependentes ao ensino superior, aumentando suas oportunidades de emprego e ascensão profissional. Tendo em vista o elevado alcance social desta proposição, vale destacar que existe atualmente mais de quarenta projeto de lei, com o mesmo objetivo, em tramitação no Congresso Nacional, apresentado por diversos parlamentares de diferentes partidos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Dorinha Seabra Reze
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229147083000>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Por todas essas razões, esperamos que o Senhor Relator acate
essa emenda.

Sala da sessão, de maio de 2022

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Deputada Federal
UNIÃO BRASIL/TO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Dorinha Seabra Reze
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229147083000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nereu Crispim

MPV 1116
00142

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116 DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116 DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se os artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 da Medida Provisória nº 1.116 de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Os arts. 25 a 27 da Medida Provisória em referência trazem um sofisma ao tratar de instituir o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes sendo que, basicamente concede prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impede a fiscalização e autuação pelo prazo de 2 anos, pela inobservância, ao cumprimento da cota, suspende processos administrativos de imposição de multa e reduz valores de multas impostas, circunstância que remete à proibição constitucional que ao delegar à Lei Complementar para reger a matéria, esta ainda reservou à lei específica a concessão de moratória e isenção, previstos nos artigos 152 a 155-A do Código Tributário Nacional e, para se aplicar tal instituto jurídico, deve-se atender aos critérios do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nereu Crispim

Para verificar a assinatura, acesse <https://www.camara.leg.br/assinaturas/verificar-assinatura>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nereu Crispim

artigo 172 do Código Tributário Nacional, caput e incisos, sem prejuízo do previsto ao caso da remissão que se configura uma das hipóteses de extinção do crédito tributário, conforme prevê o artigo 156, inciso IV do Código Tributário Nacional.

Portanto, os artigos 25 a 27 contrariam o parágrafo único do art. 151 do CTN que não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes, contraria o disposto no art. 152, inc. I do CTN que somente pode ser concedida em caráter geral quanto a tributos, não conferindo essa prerrogativa a créditos de natureza extrafiscal, assim como viola os requisitos do art. 153 do CTN, art. 180 e 181 do CTN, o parágrafo único do art. 156.

Há violação chapada do Art. 62, caput, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal uma vez que o Presidente da República somente poderá adotar medidas provisórias, em caso de relevância e urgência, sendo vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei complementar e, nos termos do Art. 146, caput, incisos II e III, alínea b, da Constituição Federal, cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar, estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários, atentando, ainda, ao disposto no art. 150, e § 6º da Constituição Federal que determina que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, só poderá ser concedido mediante lei específica que regule exclusivamente as matérias.

Trata-se, evidentemente, de conceder benefícios a empresas que desrespeitaram lei em vigor, a MP trata de matéria vedada, reservada à Lei Complementar e, ainda, para as hipóteses de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nereu Crispim

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg.congresso.br/assassinatura>
Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 483 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5483/3483 | dep.nereucrispim@camara.leg.br



CD221789222100



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nereu Crispim

concessão de qualquer favor fiscal, a Lei Complementar também exige lei específica para tratar a matéria, não sendo a Medida Provisória heterônoma a forma mais adequada e justa de, a pretexto de incentivar o aumento da contratação de aprendizes, inclui isenções, anistias, remissões, moratórias e, tão grave quanto ao exposto, indica a contagem em dobro de aprendiz sujeito à decisão judicial que aplicou medidas socioeducativas, constituindo a MP efeito rescisório de sentenças judiciais.

A propósito, cabe registrar que a matéria relativa à aprendizagem está sendo amplamente debatida, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, inclusive com o objetivo de apresentar medidas capazes de promover a contratação de aprendizes, sem qualquer redução de seus direitos já conquistados e do número de vagas.

Ressalte-se ainda que, embora a Medida Provisória tenha intitulado o projeto como de "incentivo à contratação de aprendizes", há em seu texto dispositivos capazes de reduzir significativamente o número de cotas de aprendizagem, a exemplo das alterações que seu art. 28 promove nos §§ 4º e 5º do art. 429 da CLT.

Os referidos artigos trazem uma falsa percepção de incentivo ao fomento da aprendizagem, pois estimula o não cumprimento da cota de um programa que já encontra-se instituído.

Os artigos apresentam um falso benefício, e por isso o tema merece ampla discussão. Entende-se pela ausência de urgência no tema para legitimar a adoção da matéria por meio de Medida Provisória.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nereu Crispim

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg.congresso.br/assassinatura/dep/dep-nereu-crispim/camara/4833>
Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 4833 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5483/3483 | dep.nereucrispim@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nereu Crispim

Ao tratar do tema não podemos separar que o jovem é a parcela da população mais impactada com o desemprego. Pesquisa do IBGE divulgada pela Agência Brasil¹ concluiu que, no país, dos jovens na faixa etária de 14 a 17 anos, 46% estão em busca de trabalho. E, de 18 a 24 anos, o desemprego afeta 31% das pessoas. Uma nota técnica divulgada nesta terça-feira pela Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Economia, confirma essa situação. De acordo com a publicação, os jovens são a maior parcela das pessoas que vivem o chamado desemprego de longo prazo, quando a pessoa passa mais de dois anos direto procurando uma vaga de trabalho.

Art. 29 e 30 da referida MP acompanham a crise ao dispor que os contratos de terceirização de mão de obra poderão prever a glosa da alocação dos aprendizes nas dependências da empresa ou da entidade contratante, em quantitativos que influenciam na conjuntura de aproveitamento de números de cota sob qualquer forma, inclusive emprestada ou alugada de empresas terceirizadas, a fim de implementar a exigência legal hoje atribuída diretamente às empresas que, inclusive, poderão ter a contagem em dobro dos aprendizes a serem contratados sob discrimem.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta emenda que propõe a supressão dos artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 da Medida Provisória nº 1.116 de 2022.

Sala das Sessões, de de 2022

1

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-ponta-que-os-jovens-sao-os-mais-afetados-2022>.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nereu Crispim

Para verificar a assinatura, acesse www.camara.org.br | **Câmara dos Deputados** | Anexo III | Gabinete 483 | CEP 70160-900 | Brasília/DF
Tels (61) 3215-5483/3483 | dep.nereucrispim@camara.leg.br

Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 483 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5483/3483 | dep.nereucrispim@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nereu Crispim

NEREU CRISPIM
DEPUTADO FEDERAL (PSD/RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nereu Crispim

Para verificar a assinatura, acesse <http://infoleg.net.br/dep/dep/nereu-crispim/gabinete>

Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 483 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5483/3483 | dep.nereucrispim@camara.leg.br



CD221789222100



Câmara dos
Deputados

**MPV 1116
00143**

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.116, de 04 de maio de 2022.

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA nº , 2022.

(do Sr. Francisco Jr)

Suprimam-se do texto da MP 1.116, de 04 de maio de 2022, os artigos 25 a 30, e o art. 35.

JUSTIFICATIVA

Tramita na Câmara dos Deputados o PL 6461/2019 que "Institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências", estando atualmente aguardando a instalação de Comissão Temporária e emissão de Parecer do Relator.

Efetivamente o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizes, trazido pela MP 1.116, atropela as discussões do Estatuto do Aprendiz trazendo instabilidade e insegurança ao ambiente setorial ante sua aplicação imediata.

Devemos aguardar o debate a ser realizado na Comissão Especial, com o fim de ouvidos todos os agentes obter um texto que atenda aos anseios do processo de Aprendizagem no país.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares à emenda que suprime as alterações trazidas pela MP, permitindo que o debate seja travado em um campo mais amplo de contribuições, evitando-se instabilidade em um sistema tão importante para a inserção no mercado de trabalho.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2022.

**Deputado Francisco Jr.
PSD/GO**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Francisco Jr.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226314929500>



**MPV 1116
00144****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116/2022****COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1116, DE 2022.**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei 11.770 / 2008 e a Consolidação das Leis do Trabalho.

EMENDA Nº

Art. 1º O art. 29 da Medida Provisória nº 1.116/2022 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentado de parágrafo único:

“Art. 29. Nos contratos de terceirização de mão de obra, os aprendizes da empresa contratada serão alocados nas dependências da empresa ou da entidade contratante, em quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Parágrafo único. A contagem prevista no artigo art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 será feita de acordo com o número de empregados da empresa contratada alocados no tomador, mas levando em conta as atividades que dependem de formação profissional das empresas contratantes.” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Calero
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224565583100>



JUSTIFICAÇÃO

Os artigos 4º-A e seguintes da Lei 6.019/74, incluídos pela Lei 13.429/17, fomentaram a terceirização da mão de obra, pois autorizaram a ampla terceirização.

Com isso, houve significativo aumento desse tipo de contratação e a dificuldade de compatibilizar o art. 429 da CLT com a novidade legislativa. Isso se explica porque os tomadores já são obrigados a contratar aprendizes e não querem mais jovens aprendizes da empresa contratada, que também está obrigada a cumprir a cota prevista no art. 429 da CLT.

A empresa contratada não tem espaço físico e a necessária prática exigida para formação de jovens aprendizes, pois simplesmente servem de intermediários. Como se trata de uma faculdade legal, pois o tomador poderia contratar diretamente esses serviços, mas preferem fazê-lo através da empresa que terceirizam, que barateiam os custos, nada mais justo que os aprendizes correspondentes à cota daquele tomador contratante sejam alocados no tomador, que fica responsável por fornecer a aprendizagem.

Por esse motivo, é necessária a alteração do art. 29 da MP 1.116/2022 para deixar claro que a obrigação é do tomador que optou por terceirizar aquele tipo de serviço, muitas vezes para reduzir sua obrigação legal de inserir no mercado de trabalho os jovens aprendizes.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado MARCELO CALERO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Calero
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224565583100>



**MPV 1116
00145**



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o § 5º do art. 429 da CLT, na forma que dispõe o art. 28 da MPV nº 1116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Propomos a supressão do §5º do art. 429 da CLT, alterado pelo artigo 28 da MPV nº 1116, de 2022, que permite que os aprendizes mencionados no dispositivo contem como dois, ou seja, possibilita que um aprendiz seja contratado como se a empresa houvesse contratado dois jovens.

Estamos convencidos que as dificuldades de inclusão para fins de cumprimento da cota de aprendizagem das pessoas de que trata o § 5º - aprendizes em condição de vulnerabilidade social, que sejam egressos do sistema socioeducativo ou ainda que integrem famílias que recebam benefícios da assistência social, como o Auxílio Brasil - não devem arrefecer o nosso ânimo e é preciso, sempre, criar novas alternativas de construção da cidadania para esses segmentos da população.

Nesse sentido, a melhor alternativa para o estímulo à ocupação da cota de aprendizagem não passa pela mudança da legislação trabalhista nos termos pretendidos pela medida governamental.

Por essas razões, esperamos que nossa sugestão seja acolhida.



2

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI



MPV 1116
00146



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

09/05/2022

Proposição

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Autor

**DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ –
PSD/RS**

nº do prontuário

1. Supressiva

2. Substitutiva

3. Modificativa

4. (X) Aditiva

5. Substitutivo global

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua na Medida Provisória nº 1.116, de 2022, o seguinte art. 34-A:

Art. 34-A. O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII e do § 27:

“Art. 20.

XXIII – pagamento de mensalidades às instituições de ensino ou financiamentos estudantis contraídos pelo trabalhador para a frequência em curso de ensino superior do trabalhador e/ou de seus dependentes.

§ 27. Para fins de comprovação do vínculo estudantil bastará a apresentação de cópia original ou autenticada de contrato em plena vigência e de declaração emitida pela instituição que ateste estar regularmente matriculado o titular da conta vinculada ou seu dependente.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda acrescenta dispositivos na norma que regula o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para permitir o saque de recursos da conta vinculada para pagamento de despesas educacionais do titular e/ou de seus dependentes, pelas razões que passa a expor.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Danrlei de Deus Hinterholz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220232761300>



CD220232761300
eXEdit

O FGTS é um patrimônio do trabalhador e a norma vigente admite inúmeras possibilidades de movimentação da respectiva conta vinculada. No entanto, falta uma opção que tem inegável impacto na vida do trabalhador, bem como dos dependentes de sua família: Trata-se do investimento na própria educação, na ampliação de seu potencial intelectual e profissional, dando suporte à promoção social e à elevação do padrão de vida, assim como possibilidade de investir ainda mais na educação de seus dependentes.

A despesa com educação é uma inversão de longo prazo, que se projeta por toda a trajetória ativa de trabalho e, com certeza, repercute positivamente nas condições futuras de aposentadoria. Essa é também uma das finalidades do FGTS: suporte à manutenção da qualidade de vida do trabalhador quando ingressa na fase de inatividade laboral.

Ora, a melhoria da inserção no mercado de trabalho, mediante a obtenção de nível educacional mais elevado, significa garantir melhores condições de vida no futuro para o trabalhador e para toda sua família. Desse modo, admitir a movimentação da conta do FGTS para pagamento de despesas educacionais, em nível superior, representa tão somente antecipar os seus efeitos positivos esperados.

O objetivo da presente emenda é permitir que os trabalhadores possam utilizar os recursos de suas contas vinculadas no pagamento das mensalidades, na amortização ou na liquidação do saldo de financiamento de encargos educacionais junto às instituições privadas de ensino superior.

Tal medida contribuirá para a ampliação das possibilidades de acesso do próprio trabalhador ou de seus dependentes ao ensino superior, aumentando suas oportunidades de emprego e ascensão profissional.

Tendo em vista a importância e o elevado alcance social desta Emenda, vale destacar que existem atualmente em tramitação no Congresso Nacional muitas propostas legislativas com o mesmo objetivo.

Diante de todo o exposto, conto com a colaboração dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ	RS	PSD

DATA	ASSINATURA
/ /	



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Danrlei de Deus Hinterholz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220232761300>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

MPV 1116
00147

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.116, de 2022)

Altere-se o artigo 18 da Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022, e inclua um novo artigo onde couber:

Art. 18. As entidades dos serviços sociais autônomos, quando firmados ajustes e parcerias com o Ministério da Educação, implementarão medidas que estimulem a matrícula de mulheres em cursos de qualificação em todos os níveis e áreas de conhecimento.

§ 1º Ocorrendo a celebração de termos de ajustes ou parcerias dos serviços sociais autônomos com o Ministério da Educação, serão desenvolvidas ferramentas de monitoramento e estratégias para a inscrição e a conclusão dos cursos por mulheres, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, desenvolvimento e inovação.

§ 2º Para fins do disposto no **caput**, serão priorizadas as mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial.

Art. A Lei nº 12.513, de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art 2º
.....

V - mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A MP 1.116 institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, destinado à inserção e à manutenção de mulheres e jovens no mercado de trabalho por meio da implementação de medidas para apoio à parentalidade na primeira infância, para flexibilização do regime de trabalho para apoio à parentalidade, para qualificação de mulheres, para apoio ao retorno ao trabalho das mulheres após o término da

Brasília:

Senado Federal - Ala Senador Nilo Coelho - Gabinete 2
70165-900 - Brasília - DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 - 10º Andar Ed. Mapil - Centro
88010-040 - Florianópolis - SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

licença-maternidade e para incentivo à contratação de jovens por meio da aprendizagem profissional.

A MP prevê três medidas para qualificação de mulheres, em áreas estratégicas para a ascensão profissional: liberação de valores do FGTS para auxílio no pagamento de despesas com qualificação; suspensão do contrato de trabalho para fins de qualificação profissional; e estímulo à ocupação das vagas de gratuidade dos serviços sociais autônomos por mulheres e priorização de mulheres vítimas de violência doméstica.

Com relação ao estímulo à ocupação das vagas de gratuidade dos serviços sociais autônomos por mulheres, sugerimos por meio dessa emenda uma nova redação que resguarda a autonomia de gestão dos serviços sociais autônomos, instituições privadas, e afasta qualquer óbice de inconstitucionalidade.

Os serviços sociais autônomos, por força do art. 240 da Constituição Federal, ostentam natureza privada e gozam de autonomia administrativa. O STF, em Acórdão unânime no RE 789.874, confirmou a competência de autogestão das entidades do Sistema S, sem prejuízo da submissão da prestação de contas ao TCU:

Os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema S, vinculados a entidades patronais de grau superior e patrocinados basicamente por recursos recolhidos do próprio setor produtivo beneficiado, ostentam natureza de pessoa jurídica de direito privado e não integram a Administração Pública, embora colaborem com ela na execução de atividades de relevante significado social. Tanto a Constituição Federal de 1988, como a correspondente legislação de regência, asseguram autonomia administrativa a essas entidades, sujeitas, formalmente, apenas ao controle finalístico, pelo Tribunal de Contas, da aplicação dos recursos recebidos.

Os serviços sociais autônomos são, como já ressaltado, pessoas jurídicas de direito privado que atuam em atividade de colaboração com o Poder Público. Por isso, cooperam espontaneamente com o Governo sempre observando suas missões e objetivos.

Brasília:

Senado Federal - Ala Senador Nilo Coelho - Gabinete 2
70165-900 - Brasília - DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 - 10º Andar Ed. Mapil - Centro
88010-040 - Florianópolis - SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Exemplos de atuações conjuntas que, atualmente, o SENAI está implementando com o Ministério da Economia são os três programas iniciados em 2020 para a geração de emprego e o incremento da produtividade. O Programa Emprega Mais visa qualificar profissionais desempregados para que possam voltar ao mercado de trabalho e requalificar trabalhadores da indústria. O Programa Brasil Mais visa ampliar a produtividade das empresas por meio de técnicas de manufatura enxuta e digitalização. Já o programa Aprendizagem 4.0 busca formar uma nova mão de obra para a indústria brasileira e tem como premissa preparar a juventude nas tecnologias digitais tão requeridas no processo de transformação digital das empresas.

Portanto, a nova lei deve deixar expresso o meio pelo qual os serviços sociais autônomos participarão do Programa. O termo “ajustes” e ou “parcerias” deixa clara a bilateralidade do acordo e a necessária manifestação de vontade das partes para sua concretização.

Para sanar óbices de inconstitucionalidade, propomos alterações no artigo 18 da MP 1.116, prevendo a celebração de termo de ajuste entre serviços sociais autônomos e o Ministério da Educação para implementação de medidas que estimulem a matrícula de mulheres em cursos de qualificação em todos os níveis e áreas de conhecimento.

Além disso, a presente emenda propõe alteração na Lei nº 12.513, de 2011, para incluir as mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial no atendimento prioritário do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN

Brasília:

Senado Federal - Ala Senador Nilo Coelho - Gabinete 2
70165-900 - Brasília - DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 - 10º Andar Ed. Mapil - Centro
88010-040 - Florianópolis - SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

MPV 1116
00148

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprimam-se o arts. 28, 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória nº 1.116/2022 altera diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos à aprendizagem.

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que a matéria referente à aprendizagem já está sendo amplamente debatida na Câmara dos Deputados, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que entendemos ser a via adequada para a apreciação desse tema, que envolve alterações permanentes na legislação e não justifica a edição de Medida Provisória.

Além disso, quanto ao mérito, preocupa-nos que, embora a Medida Provisória alegue incentivar a contratação de aprendizes, ela contém diversas regras que podem resultar em significativa diminuição no número de cotas, a exemplo da ampliação dos prazos contratuais (CLT, art. 428, § 3º) e da idade máxima para determinadas atividades (art. 428, § 5º), da contabilização do aprendiz contratado por prazo indeterminado (art. 429, § 4º) e do cômputo em dobro de adolescentes e jovens que se enquadrem em hipóteses específicas (art. 429, § 5º), regra esta que tem nítido conteúdo discriminatório e, portanto, inconstitucional.

Preocupa-nos também que as alterações efetuadas no art. 428 da CLT, notadamente os §§ 9º a 12, poderão gerar insegurança jurídica. A

Brasília:

Senado Federal - Ala Senador Nilo Coelho - Gabinete 2
70165-900 - Brasília - DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 - 10º Andar Ed. Mapil - Centro
88010-040 - Florianópolis - SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

título de exemplo, se um contrato de aprendizagem for prorrogado por meio de aditivo contratual (§ 9º) e for permitida a alteração da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (§ 12), pela técnica não haveria que se falar em aditivo contratual, mas, sim, um novo contrato.

Ademais, a ampliação das hipóteses de contratação indireta prevista no art. 431, inciso II, alíneas “b” e “c”, podem desvirtuar o aspecto de formação técnico-profissional metódica inerente à aprendizagem e mercantilizar o trabalho do aprendiz.

Em decorrência da supressão do art. 28 da MP, devem ser suprimidos também os arts. 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala das Comissões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Brasília:

Senado Federal - Ala Senador Nilo Coelho - Gabinete 2
70165-900 - Brasília - DF
Telefone: (61)3303-6446

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 - 10º Andar Ed. Mapil - Centro
88010-040 - Florianópolis - SC
Telefone: (48)3222-4100





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

MPV 1116
00149

EMENDA Nº - CM
(à MPV 1.116, de 2022)

Altere-se o art. 28 da MP 1.116/2022, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, de forma a suprimir o inciso II do § 5º do artigo 428, e incluir o § 1º-C ao artigo 429, nos termos seguintes:

§ 1º-C Não serão computadas, para fins de cálculo da cota, ocupações que envolvam o desempenho de atividades vedadas a menores de 21 anos.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.116 institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, destinado à inserção e à manutenção de mulheres e jovens no mercado de trabalho por meio da implementação de medidas para apoio à parentalidade na primeira infância, para flexibilização do regime de trabalho para apoio à parentalidade, para qualificação de mulheres e para incentivo à contratação de jovens por meio da aprendizagem profissional.

Em seu eixo de ações voltadas ao “incentivo à contratação de adolescentes e jovens por meio da aprendizagem profissional” cria o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes e estabelece alterações em dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Dentre as mudanças na CLT inclui em seu texto a extensão da idade máxima para 29 anos para os casos de programas de aprendizagem associados a ocupações não permitidas para menores de 21 anos:

“Art. 428.

.....

§ 5º A idade máxima prevista no caput não se aplica:

.....

II - a aprendizizes inscritos em programas de aprendizagem profissional que envolvam o desempenho de atividades vedadas a menores de vinte e um anos de idade, os quais poderão ter até vinte e nove anos de idade.”





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Não restam dúvidas de que a legislação de aprendizagem profissional precisa ser modernizada para que o jovem receba uma formação de qualidade, capaz de dialogar com o futuro do trabalho e comprometida com o desenvolvimento social e econômico do país. Além disso, também há necessidade de resgatar os pilares originais do programa de aprendizagem: reforçar o seu caráter educacional, fortalecendo o papel da empresa no processo formativo, e garantir empregabilidade aos jovens, alinhando a oferta de aprendizagem às demandas do setor produtivo.

Este cenário evidencia um erro histórico de incluir no cálculo da cota ocupações desta natureza. Aponta, conseqüentemente, a necessidade de supressão das mesmas para fins de contabilização, ao explicitar fundamentos de seu distanciamento dos princípios e objetivos da aprendizagem profissional e de seu público prioritário que são os adolescentes e os jovens matriculados e frequentando a educação básica.

Para tais ocupações, carece de coerência acionar a aprendizagem profissional para um público que já atende aos requisitos legais exigidos para o exercício da função, uma vez que a opção de ser contratado como trabalhador se sobreporá para o jovem.

Frente ao exposto, o aprimoramento legal deve caminhar para retirar da contabilização da cota estas funções. Ao mesmo tempo, deve ser suprimida a proposta de dilatar o limite de idade da aprendizagem profissional para 29 anos (ou seja, uma ampliação de mais cinco anos) para atender a ocupações desta natureza com impedimento para menores de 21 anos.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

MPV 1116
00150

EMENDA Nº - CM
(à MPV 1.116, de 2022)

Acrescente-se ao artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, alterado pelo artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116 de 4 de maio de 2022, o seguinte dispositivo:

“§ 5º-A. A idade mínima prevista no caput deverá ser de 18 anos para contratação em programas de aprendizagem profissional associados a ocupações consideradas insalubres.”

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.116 institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, destinado à inserção e à manutenção de mulheres e jovens no mercado de trabalho por meio da implementação de medidas para apoio à parentalidade na primeira infância, para flexibilização do regime de trabalho para apoio à parentalidade, para qualificação de mulheres e para incentivo à contratação de jovens por meio da aprendizagem profissional.

Em seu eixo de ações voltadas ao “incentivo à contratação de adolescentes e jovens por meio da aprendizagem profissional” cria o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes e estabelece alterações em dispositivos do Decreto-Lei nº 4.342/1943 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Não restam dúvidas de que a legislação de aprendizagem profissional precisa ser modernizada para que o jovem receba uma formação de qualidade, capaz de dialogar com o futuro do trabalho e comprometida com o desenvolvimento social e econômico do país. Além disso, também há necessidade de resgatar os pilares originais do programa de aprendizagem: reforçar o seu caráter educacional, fortalecendo o papel da empresa no processo formativo, e garantir empregabilidade aos jovens, alinhando a oferta de aprendizagem às demandas do setor produtivo.

Na garantia de superação destas distorções é importante analisar os problemas associados ao perfil das ocupações a serem trabalhadas em programas de aprendizagem profissional. Dentre eles, estão o limite etário e outros requisitos normativos de habilitação que as distanciam das regras da aprendizagem profissional. Encontram-se aqui, por exemplo, ocupações que





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

possuem proibição de atuação para menores de 18 anos por incluir situações previstas na “Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP)” normatizada no Decreto nº 6.481/2008.

Nestes casos, o desenvolvimento das atividades práticas, inclusive em ambientes simulados, não é possível, inviabilizando o cumprimento de programas de aprendizagem profissional. É provável que este contexto explique o baixo percentual de cobertura do cumprimento da cota observado em setores produtivos cujas ocupações deparam-se com imposições normativas: somente cerca de 0,6%.

Este cenário evidencia um erro histórico que vem trazendo problemas na condução da aprendizagem profissional. Demanda, consequentemente, a necessidade de alteração no normativo de modo a refletir as regras existentes, corrigindo-se as distorções hoje existentes.

Frente ao exposto, o aprimoramento legal deve caminhar para inserir dispositivo que eleve a idade mínima para 18 anos em programas de aprendizagem profissional para atender a ocupações desta natureza.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

MPV 1116
00151

EMENDA Nº - CM
(à MPV 1.116, de 2022)

Acrescente-se, onde couber no texto da MPV 1116/2022, o seguinte dispositivo:

“Art. XX O art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII, bem como dos §§ 27 e 28:

.....

XXIII – pagamento de mensalidades ou dívidas contraídas pelo trabalhador para a frequência em curso de ensino superior do trabalhador e seus dependentes,

.....

§ 27 Para fins de comprovação do vínculo escolar bastará a apresentação de cópia original ou autenticada de contrato em plena vigência e de declaração emitida pela instituição que ateste estar regularmente matriculado o titular da conta ou seu dependente.

.....

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS é patrimônio do trabalhador. A legislação que regula a matéria admite numerosas possibilidades de movimentação da respectiva conta vinculada. Falta, porém, uma alternativa de investimento, de natureza eminentemente social, que tem inegável impacto na vida do indivíduo e de sua família. Trata-se do investimento na própria educação, na ampliação de seu potencial intelectual e profissional, dando suporte à promoção social e à elevação do padrão de vida. A despesa com educação é uma inversão de longo prazo, que se projeta por toda a trajetória ativa de trabalho e, com certeza, repercute positivamente nas condições futuras de aposentadoria. Essa é também uma das finalidades do FGTS: suporte à manutenção da qualidade de vida do trabalhador quando ingressa na fase de inatividade laboral. Ora, a melhoria da inserção no





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

mercado de trabalho, mediante a obtenção de nível educacional mais elevado, significa garantir melhores condições de vida no futuro. Desse modo, admitir a movimentação da conta do FGTS para despesas educacionais, em nível superior, representa tão somente antecipar os seus efeitos positivos esperados.

O objetivo da presente emenda é permitir que os trabalhadores de renda média possam utilizar os recursos de suas contas vinculadas no pagamento das prestações, na amortização ou na liquidação do saldo de financiamento de encargos educacionais junto a instituições privadas de ensino superior. Tal medida contribuirá para a ampliação das possibilidades de acesso do próprio trabalhador ou de seus dependentes ao ensino superior, aumentando suas oportunidades de emprego e ascensão profissional. Tendo em vista o elevado alcance social desta proposição, vale destacar que existe atualmente mais de quarenta projetos de lei, com o mesmo objetivo, em tramitação no Congresso Nacional, apresentado por diversos parlamentares de diferentes partidos.

Por todas essas razões, esperamos o apoio dos pares para essa emenda.

Sala da sessão,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF



**MPV 1116
00152**



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 05 DE MAIO DE 2022

(Da Sra. Flávia Morais)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o §5º do art. 429, alterado pelo artigo 28 da MPV 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 1116/2022 institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

No tocante à temática aprendizagem, o artigo 28 da referida MPV traz mudanças nocivas ao Programa Jovem Aprendiz, que tem por objetivo fomentar o preenchimento e criação de novas vagas de emprego por intermédio de programas de aprendizagem que capacitam esses jovens.

Sem dúvidas, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho sem a necessidade de experiência, carga horária reduzida e incentivo à educação são estímulos mais do que suficientes para adesão a este bem sucedido programa,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Morais
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221398413100>



CD221398413100



desde os anos 2000.

Com efeito, o §5º do art. 429 da referida MPV, estabelece o cômputo para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional **em dobro** para hipóteses específicas, a saber: egressos do sistema socioeducativo ou que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas; que estejam em cumprimento de pena no sistema prisional; integrem famílias que recebam benefícios financeiros, que estejam em regime de acolhimento institucional; protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; egressos do trabalho infantil e pessoas com deficiência.

Tal alteração é discriminatória e enfraquece um dos principais programas de acesso do jovem ao primeiro emprego, pois a contagem de vagas mencionada se daria como se a empresa houvesse contratado dois jovens, reduzindo assim, a cota em torno de 50%.

Dada as razões pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

FLÁVIA MORAIS

Deputada Federal

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221398413100>



**MPV 1116
00153**



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 05 DE MAIO DE 2022

(Da Sra. Flávia Moraes)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o §4º do art. 429, alterado pelo artigo 28 da MPV 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 1116/2022 institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

No tocante à temática aprendizagem, o artigo 28 da referida MPV traz mudanças nocivas ao Programa Jovem Aprendiz, que tem por objetivo fomentar o preenchimento e criação de novas vagas de emprego por intermédio de programas de aprendizagem que capacitam esses jovens.

Com a publicação da referida MPV, o §4º do art. 429 estabelece que o aprendiz efetivado pela empresa ao final do contrato continuará contando para cota de aprendizagem por até 12 meses, mesmo já na condição de ex aprendiz.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229036838900>





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229036838900>



Entendemos que o mencionado dispositivo redundará no cumprimento fictício da cota, já que por 12 meses - metade do tempo de contrato - a cota estará apenas virtualmente ocupada, o que corresponderá a uma redução potencial de cerca de 250 mil jovens e adolescentes atendidos pelo programa.

Dada as devidas razões, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.



FLÁVIA MORAIS

Deputada Federal

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229036838900>



**MPV 1116
00154****CONGRESSO NACIONAL****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 05 DE MAIO DE 2022**

(Da Sra. Flávia Morais)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o §5º, inciso II, do art. 428, alterado pelo artigo 28 da MPV 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 1116/2022 institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

No tocante à temática aprendizagem, o artigo 28 da referida MPV traz mudanças nocivas ao Programa Jovem Aprendiz, que tem por objetivo fomentar o preenchimento e criação de novas vagas de emprego por intermédio de programas de aprendizagem que capacitam esses jovens. Trata-se de um programa reconhecido e de grande êxito, desde os anos 2000.

Com efeito, a alteração do §5º do art. 428 determina o aumento da idade máxima do aprendiz para 29 anos, daqueles inscritos em programas cuja idade



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Morais
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221158039200>



mínima para o exercício da função seja 21 anos, tais como as funções de vigilante e motorista de ônibus ou caminhão.

Entendemos que a medida poderá acarretar no desvirtuamento do instituto da aprendizagem - que foi pensado para atender o público adolescente e jovem com maior dificuldade de acesso ao primeiro emprego.

Cumpre dizer, também, que a legislação de trânsito e da polícia federal autoriza que a função de motorista e de vigilante possa ser exercida a partir de 21 anos. Portanto, a faixa etária entre 21 e 24 anos prevista na Lei da Aprendizagem não necessita ser alterada, pois já é compatível com a legislação vigente de motoristas e vigilantes.

Dada as devidas razões, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.



FLÁVIA MORAIS

Deputada Federal

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221158039200>



CD221158039200



**MPV 1116
00155**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

429.
.....
.
.....
.
.....
.

§6º Fica excluído da base de cálculo referida no caput desse artigo as ocupações que não podem ser exercidas por maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

A Constituição em seu art. 7º, inciso XXXIII veda algumas atividades para os menores de 18 (dezoito) anos, que não podem exercer o labor em condições perigosas, insalubres e noturno.

Logo, entendemos que não justifica a contagem da base de cálculo do art. 429 da CLT para as ocupações que não podem ser exercidas por



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227715581300>



menores de 18 anos, pois os aprendizes poderiam sofrer consequências mais graves em razão da exposição aos agentes prejudiciais à saúde do que o empregado maior de idade.

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das que não podem ser exercidas por maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2022.

Deputado **JERÔNIMO GOERGEN**

Progressistas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227715581300>



**MPV 1116
00156**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

429.
.....
.
.....
.
.....
.

§6º Fica excluído da base de cálculo referida no caput desse artigo as ocupações de trabalho noturno, perigoso ou insalubre”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

A Constituição em seu art. 7º, inciso XXXIII veda algumas atividades para os menores de 18 (dezoito) anos, que não podem exercer o labor em condições perigosas, insalubres e noturno.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224685179300>



Logo, entendemos que não justifica a contagem da base de cálculo do art. 429 da CLT para as ocupações que não podem ser exercidas por menores de 18 anos, pois os aprendizes poderiam sofrer consequências mais graves em razão da exposição aos agentes prejudiciais à saúde do que o empregado maior de idade.

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das atividades noturnas, perigosas e insalubres para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2022.

Deputado **JERÔNIMO GOERGEN**

Progressistas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224685179300>



**MPV 1116
00157**

EMENDA Nº , de 2022.

(Medida Provisória nº 1.116, de 2022)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Altera-se o art. 28 da Medida Provisória nº 1.108, de 2022, para acrescentar a seguinte redação:

“Art. 62.
III - os empregados em regime de teletrabalho que prestam serviço por jornada, por produção ou tarefa.” (NR)

“Art. 75-B.
§ 3º Na hipótese da prestação de serviços em regime de teletrabalho ou trabalho remoto por jornada, por produção ou tarefa, não se aplicará o disposto no Capítulo II do Título II desta Consolidação.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O Programa Emprega + Mulheres e Jovens terá grande importância para ampliar o acesso desses trabalhadores ao mercado formal de trabalho e a promoção de boas práticas internacionais na modernização da relação empregatícia. Dentre as relevantes medidas adotadas, a priorização do regime de teletrabalho, previsto no Capítulo II-A do Título II da CLT, para aqueles que se enquadram a essa realidade é essencial para a competitividade do mercado. As adequações trabalhistas que estão sendo empreendidas no Brasil estão na esteira internacional de uma nova realidade dos modais de trabalho impostas pela evolução do trabalho à distância e novas providências aceleradas nos últimos anos com a pandemia.

De um lado, mulheres precisam de maior flexibilização, com a adoção do teletrabalho em regime parcial ou integral, como forma de compatibilizar vida profissional e pessoal, especialmente em vista da maternidade, sem que percam espaço no mercado de trabalho. De outro lado, os jovens vêm optando cada vez mais por ter autonomia na definição da sua jornada de trabalho. A flexibilidade na montagem da rotina profissional, se realizará o trabalho em dias e horários comerciais ou não, tem impactado na escolha de empregos de mulheres e jovens buscam independência na execução de atividades. Na mesma linha, as empresas se vêem forçadas a se adaptar, para atender as necessidades existentes de mulheres e jovens, a fim de garantir a diversidade de seus quadros de funcionários e para a retenção de grandes talentos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226292271000>



Pesquisa do IBGE divulgada em 2021 demonstra que a participação de mulheres de 25 a 49 anos com filhos de até 3 anos de idade no mercado de trabalho é menor (54,6%) do que a participação daquelas sem filhos nessa idade (67,2%).¹ Além disso, cerca de 29,6% das mulheres trabalham em tempo parcial, com carga horária reduzida (até 30 horas semanais), para conseguir conciliar a rotina com o mercado de trabalho.²

Pesquisa de 2021 do Ministério da Economia³ revela que cerca de 38% da população economicamente ativa estão na informalidade, sendo parte expressiva desses trabalhadores jovens com baixa qualificação. Em 2019, 89% dos novos empregos dos jovens eram informais.⁴

Recentemente restou demonstrada a desaceleração da geração de empregos com carteira assinada no Brasil. Enquanto no mesmo período de 2021 foram criados 153,4 mil empregos formais, em 2022 foram apenas 136,1 mil.⁵ O setor de serviços foi responsável pelo maior número de abertura de vagas, representando a sua força e necessidade de fortalecimento das regras que permitam a continuidade do crescimento.

As novas regras para ampliar a empregabilidade de mulheres e jovens, trazidas por esta Medida Provisória, são avanços importantes em prol de uma sociedade com menor informalidade e maior geração de empregos.

A flexibilização é, portanto, um dos principais pilares para que possamos avançar na adequação da legislação trabalhista à realidade do mercado mundial. A flexibilização do mercado de trabalho poderá aumentar o nível de emprego reduzindo a informalidade e a não exigência de controle de horários, por exemplo, para todos os regimes de trabalho remoto por jornada, por produção ou tarefa (em tempo integral ou parcial) permitirão maior autonomia de todas as partes.

A formalização da relação de trabalho traz garantias essenciais para o trabalhador, como o pagamento do salário mínimo. A transferência de trabalhadores do mercado de trabalho informal para o formal gera um adicional de receita e contribui para o aumento da produtividade da economia, fortalecendo os princípios da liberdade econômica com a devida segurança jurídica e sem burocracias ou empecilhos desnecessários para a atuação de empresas e trabalhadores.

1 Dados retirados de <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30173-mulheres-com-criancas-ate-tres-anos-de-idade-em-casa-tem-menor-nivel-de-ocupacao#:~:text=Resumo,at%C3%A9%20tr%C3%AAs%20anos%20estavam%20trabalhando>, acesso em 09/05/2022.

2 Pesquisa retirada de <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30173-mulheres-com-criancas-ate-tres-anos-de-idade-em-casa-tem-menor-nivel-de-ocupacao#:~:text=Resumo,at%C3%A9%20tr%C3%AAs%20anos%20estavam%20trabalhando>, acesso em 09/05/2022.

3 Pesquisa pode ser acessada em https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2021/nota_jovens_spe.pdf, acesso em 05/05/2022.

4 Dados da pesquisa IDados retirada de <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2019/08/29/89percent-dos-novos-empregos-dos-jovens-sao-informais.ghtml>, acesso em 05/05/2022.

5 Dados de 28/04/2022 retirados de: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/28/brasil-cria-1361-mil-empregos-em-marco.ghtml>, acesso em 29/04/2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226292271000>



É nesse sentido que se apresenta a Emenda à Medida Provisória nº 1.116, com vistas a conceder para todos os regimes de teletrabalho (parcial ou total) as exceções previstas que impedem a total autonomia e liberdade de contratar nas relações trabalhistas.

O que se busca aqui é o reconhecimento do vínculo empregatício daqueles que optarem pela adoção do teletrabalho sem as burocracias atualmente impostas, como o controle de ponto, que se choca com as práticas mais contemporâneas, nas quais o trabalhador é avaliado pelo seu desempenho, e não pela quantidade de tempo que está à disposição do trabalhador. Resguardam-se, também, todas as garantias dos empregados, estejam eles em qualquer dos regimes de emprego, e amplia-se o nível de empregabilidade no Brasil.

Com base nos dados e argumentos apresentados, pedimos o apoio dos nobres parlamentares para aprovar esta Emenda à Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

Sala das Sessões, em de 2022.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN
Progressistas/RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226292271000>



**MPV 1116
00158**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

429.
.....
.
.....
.
.....
.

§6º Fica excluído da base de cálculo referida no caput desse artigo as ocupações que, para o seu desempenho, necessitem do porte da Carteira Nacional de Habilitação”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Pelos dados de contratação da aprendizagem profissional do Ministério do Trabalho e Previdência a concentração dos contratos de aprendizagem profissional estão na área administrativa, cerca de 60% das contratações nos anos de 2020 e 2016, conforme dados da RAIS/MTP.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225433138700>



Isso ocorre pelo fato de algumas atividades não terem alinhamento com a aprendizagem, em que se necessita de habilitação específica. A atividade de transporte tem dificuldade na contratação dos menores aprendizes, pois a atividade é exercida fora da empresa, nas estradas, ruas, mares, rios, trilhos, ou, ainda, no céu. Como colocar um aprendiz em um transporte intermunicipal que o final da jornada ocorrerá em outro município? Ou, ainda, na tripulação de uma aeronave ou de um navio?

A dificuldade do cumprimento da cota pelo setor do transporte foi objeto de análise pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) recentemente. O MTP reconhece a baixa contratação de aprendizes no setor de transporte, bem como justifica a impossibilidade em face da necessidade de habilitação específica para conduzir veículo automotores:

IV - REGULAMENTAÇÃO DA DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES QUE DEMANDEM FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTEXTUALIZAÇÃO

(...)

Quando analisamos as funções que atualmente são contabilizadas para a cota de aprendizagem, nos deparamos com dois grupos de ocupações que possuem baixo cumprimento da cota.

O primeiro é formado por aquelas ocupações que apresentam imposições normativas de limite etário e outros requisitos de habilitação, e por esse fato limitam a sua aderência às regras da aprendizagem profissional, como as ocupações que envolvam porte de armas de fogo ou munição, ocupações de motorista, piloto e demais ocupações que seja necessária habilitação para condução de veículos automotores. Ressalta-se que, nesses casos, não seria viável nem mesmo que houvesse o cumprimento da aprendizagem em ambiente simulado para as pessoas não habilitadas, por conta de limitações normativas. Esse é um ponto relevante, já que, como o aprendiz deve, desde o início do programa, ter a habilitação para o exercício pleno da ocupação, não há interesse real nem lógico no jovem de ser contratado como aprendiz ao invés de ser contratado diretamente na ocupação em questão, afinal, ele já possui a formação e os requisitos legais necessários para tanto. Como sintoma de todos esses pontos, temos o dado de que, nesse grupo de ocupações, apenas 0,6% da cota de aprendizagem é cumprida.

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das atividades de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225433138700>



condução de veículo e máquinas para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2022.

Deputado **JERÔNIMO GOERGEN**

Progressistas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225433138700>



CD225433138700



**MPV 1116
00159**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

429.
.....
.
.....
.
.....
.

§ 6º Fica excluído da base de cálculo do caput deste artigo as ocupações do setor do transporte”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Pelos dados de contratação da aprendizagem profissional do Ministério do Trabalho e Previdência a concentração dos contratos de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224769480900>



aprendizagem profissional estão na área administrativa, cerca de 60% das contratações nos anos de 2020 e 2016, conforme dados da RAIS/MTP.

Isso ocorre pelo fato de algumas atividades não terem alinhamento com a aprendizagem, em que se necessita de habilitação específica. A atividade de transporte tem dificuldade na contratação dos menores aprendizes, pois a atividade é exercida fora da empresa, nas estradas, ruas, mares, rios, trilhos, ou, ainda, no céu. Como colocar um aprendiz em um transporte intermunicipal que o final da jornada ocorrerá em outro município? Ou, ainda, na tripulação de uma aeronave ou de um navio?

A dificuldade do cumprimento da cota pelo setor do transporte foi objeto de análise pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) recentemente. O MTP reconhece a baixa contratação de aprendizes no setor de transporte, bem como justifica a impossibilidade em face da necessidade de habilitação específica para conduzir veículo automotores:

IV - REGULAMENTAÇÃO DA DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES QUE DEMANDEM FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTEXTUALIZAÇÃO

(...)

Quando analisamos as funções que atualmente são contabilizadas para a cota de aprendizagem, nos deparamos com dois grupos de ocupações que possuem baixo cumprimento da cota.

O primeiro é formado por aquelas ocupações que apresentam imposições normativas de limite etário e outros requisitos de habilitação, e por esse fato limitam a sua aderência às regras da aprendizagem profissional, como as ocupações que envolvam porte de armas de fogo ou munição, ocupações de motorista, piloto e demais ocupações que seja necessária habilitação para condução de veículos automotores. Ressalta-se que, nesses casos, não seria viável nem mesmo que houvesse o cumprimento da aprendizagem em ambiente simulado para as pessoas não habilitadas, por conta de limitações normativas. Esse é um ponto relevante, já que, como o aprendiz deve, desde o início do programa, ter a habilitação para o exercício pleno da ocupação, não há interesse real nem lógico no jovem de ser contratado como aprendiz ao invés de ser contratado diretamente na ocupação em questão, afinal, ele já possui a formação e os requisitos legais necessários para tanto. Como sintoma de todos esses pontos, temos o dado de que, nesse grupo de ocupações, apenas 0,6% da cota de aprendizagem é cumprida.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224769480900>



Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das atividades de cobrador de ônibus, de condução de veículo e máquinas para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2022.

Deputado **JERÔNIMO GOERGEN**

Progressistas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224769480900>



**MPV 1116
00160**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

429.
.....
.
.....
.
.....
.

§6º Fica excluído da base de cálculo referida no caput desse artigo as ocupações que, para o seu desempenho, necessitem de habilitação específica”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

As habilitações específicas são regulamentadas por conselho de classe profissional ou por lei específica. Nesses casos, quem exerce a função do menor aprendiz é a pessoa que está se profissionalizando, por meio do estágio.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226032665500>



Na OAB, por exemplo, existe a *OAB de estagiário* e aduz quais as alçadas e funções do estudante. A mesma situação ocorre com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), primeiro o motorista se capacita para dirigir veículos mais simples até chegar ao mais complexo. Para alcançar o último estágio – CNH tipo E necessário que o motorista tenha exercido a atividade da carteira do modelo anterior D e antes disso a C. O que estabelece a esse profissional uma larga experiência, a qual não pode ser classificada como de aprendizagem.

Nesse sentido, não parece lógico cobrar da empresa uma cota em cima de um funcionário que não pode servir de paradigma para aprendizagem, visto a obrigatoriedade legal de passar por todo critério de segurança e tempo estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.. Logo, a exceção proposta visa tratar os diferentes de forma igualitária, razão pela qual pugna-se apoio dos pares.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2022.

Deputado **JERÔNIMO GOERGEN**

Progressistas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226032665500>



**MPV 1116
00161****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios

**EMENDA ADITIVA
(Do Sr. Marcelo Ramos)**

Acrescenta-se onde couber à Medida Provisória 1116, de 2022 o seguinte artigo:

Art. XX. Novas disposições que permitam movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS deverão ser acompanhadas de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e cálculo atuarial que demonstre sua sustentabilidade regulatória e atuarial.

JUSTIFICATIVA

Sucessivos dispositivos propondo novas modalidades de saque com movimentação da conta vinculada foram aprovados ao longo dos últimos anos, entretanto, ainda que aparentemente ofereçam impactos que conseguem ser absorvidos no curto prazo, não foram apresentados estudos que efetivamente garantissem a sustentabilidade regulatória (atos normativos precedentes com compromissos assumidos pelo FGTS) e atuarial (ao longo do período laboral dos trabalhadores detentores de contas vinculadas, nos vários cenários prospectivos, diante das expectativas de receitas e desembolsos do FGTS/Fluxo de Caixa).

Esta desconsideração da sustentabilidade de longo prazo na definição de novas modalidades de movimentação das contas vinculadas oferece elevado risco para os compromissos já assumidos pelo FGTS, como pagamento de obras já realizadas nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana, além dos recursos do próprio trabalhador nas modalidades de saques regulares.

Ainda que, em última instância o risco de insolvência do FGTS seja do Tesouro Nacional, o que também é temerário, diante do impacto fiscal, não é prudente assumir riscos que não sejam calculados e passíveis de mitigação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Ramos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220423825300>



Cabe destacar que, o próprio Orçamento Público, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, prevê dispositivos que garantem o equilíbrio sustentável das contas públicas, portanto, não é admissível que um fundo privado que contribui para políticas públicas de enorme relevância, além de servir de garantia ao trabalhador nos momentos de dificuldade, não possua instrumento de aprimoramento para tomada de decisão com sustentabilidade.

A saída destes recursos sem garantia de retorno corrigido (sem definição de um custo de oportunidade e o estabelecimento de requisitos mínimos de rentabilidade) representará perda para os trabalhadores na medida e que, se permanecesse no regramento atual do Fundo, estariam aplicados em títulos garantindo resultado financeiro que anualmente é compartilhado pelos trabalhadores.

Sala das Sessões, de de 2022.

Deputado Marcelo Ramos
PSD/AM



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Ramos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220423825300>



**MPV 1116
00162****SENADO FEDERAL**
Gabinete do **SENADOR WEVERTON****EMENDA Nº - PLENÁRIO**

(a MPV 1.116 de 4 de maio de 2022)

Dê-se ao art. 19º e aos § 1º, 2º e 3º da MPV 1.116 de 4 de maio de 2022 nova redação, eliminando-se os § 4º, 5º e 6º:

“Art. 19. Os empregadores poderão suspender o contrato de trabalho dos empregados cuja esposa ou companheira tenha encerrado o período da licença-maternidade para:

I - prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos;

II - acompanhar o desenvolvimento dos filhos; e

III - apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira.

§ 1º Cria a Bolsa de Acompanhamento Parental, destinada ao pai que deseje acompanhar a esposa e os filhos como descrito nos incisos I, II e III do art. 19.

§ 2º A Bolsa de Acompanhamento Parental será custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, à qual fará jus o trabalhador que estiver com o contrato de trabalho suspenso em virtude do acompanhamento familiar.

§ 3º A Bolsa de Acompanhamento Parental terá a duração máxima de 60 (sessenta) dias corridos a partir do nascimento da criança.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

O artigo 19º, detalhado pelos artigos, 20º, 21º e 22º propostos pela MPV 1.116 de 2022 apresentam-se como um emaranhado confuso de dispositivos que misturam a participação em curso ou programa de qualificação profissional com o acompanhamento do desenvolvimento dos filhos.

Na forma como colocado, os dispositivos permitem a possibilidade do pai suspender o contrato de trabalho para acompanhar a mãe e o bebê, mas vinculam esta concessão a obrigatoriedade de fazer um curso para ter direito a bolsa de qualificação profissional, já prevista em lei.

Pergunta-se então: onde está o benefício se o pai tem que fazer o curso? Como vai cuidar da família se tem que ficar no computador estudando? Ou seja, a MPV autoriza o empregador a enganar o pai, concedendo a ele um direito que ele já tinha (licença para treinamento) e ainda melhorando a sua qualificação, obrigação nata do empregador!

Resumindo, os dispositivos são uma “maquiagem” desnecessária pois tentam revestir como novidade, benefícios já previstos e consolidados no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho e no art. 2º da Lei nº 7.998, de 1990.

A presente emenda pretende criar um real benefício, nomeado de BOLSA DE ACOMPANHAMENTO PARENTAL, nos moldes da bolsa de qualificação profissional proposta de forma errônea como justificado acima.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



**MPV 1116
00163****SENADO FEDERAL**
Gabinete do **SENADOR WEVERTON****EMENDA Nº - PLENÁRIO**

(a MPV 1.116 de 4 de maio de 2022)

Suprimam-se os artigos 19º, 20º, 21º e 22º e renumeram-se os artigos subsequentes.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 19º, detalhado pelos artigos, 20º, 21º e 22º propostos pela MPV 1.116 de 2022 apresentam-se como um emaranhado confuso de dispositivos que misturam a participação em curso ou programa de qualificação profissional com o acompanhamento do desenvolvimento dos filhos.

Na forma como colocado, os dispositivos permitem a possibilidade do pai suspender o contrato de trabalho para acompanhar a mãe e o bebê, mas vinculam esta concessão a obrigatoriedade de fazer um curso para ter direito a bolsa de qualificação profissional, já prevista em lei.

Pergunta-se então: onde está o benefício se o pai tem que fazer o curso? Como vai cuidar da família se tem que ficar no computador estudando? Ou seja, a MPV autoriza o empregador a enganar o pai, concedendo a ele um direito que ele já tinha (licença para treinamento) e ainda melhorando a sua qualificação, obrigação nata do empregador!

Resumindo, os dispositivos são uma “maquiagem” desnecessária pois tentam revestir como novidade, benefícios já previstos e consolidados no art.



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

476-A da Consolidação das Leis do Trabalho e no art. 2º da art. 2º-A da Lei nº 7.998, de 1990.

A presente emenda pretende “enxugar” o texto, retirando os dispositivos ineficazes e abrindo a possibilidade de propostas que tragam benefícios reais ao pai, mãe e as crianças.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



**MPV 1116
00164****SENADO FEDERAL**
Gabinete do **SENADOR WEVERTON****EMENDA Nº - PLENÁRIO**

(a MPV 1.116 de 4 de maio de 2022)

Dê-se ao art. 19º e aos § 1º, 2º e 3º da MPV 1.116 de 4 de maio de 2022, nova redação e elimine-se os § 4º, 5º e 6º do art. 19º e os artigos 20º, 21º e 22º, renumerando-se os artigos subsequentes:

“Art. 19. Os empregadores poderão conceder licença especial aos empregados cuja esposa ou companheira tenha encerrado o período da licença-maternidade para:

- I - prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos;
- II - acompanhar o desenvolvimento dos filhos; e
- III - apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira.

§ 1º A licença a qual trata o caput deste artigo, será de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos após o nascimento da criança.

§ 2º A licença, se concedida pelo empregador, deverá ser no valor integral dos vencimentos recebidos pelo empregado, incluindo adicionais por tempo de serviço e excluindo-se as gratificações de chefia.

§ 3º Mediante acordo, o empregador poderá exigir a compensação de até 50% das horas referentes aos dias da licença especial concedida, que deverão ser trabalhadas como extensão da jornada de trabalho de, no máximo 1 (uma) hora diária, durante o período máximo de 1 (um) ano a contar do retorno da licença especial.





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**
JUSTIFICAÇÃO

O artigo 19º proposto pela MPV 1.116 de 2022 apresenta-se como um emaranhado confuso de dispositivos que mistura a participação em curso ou programa de qualificação profissional com o acompanhamento do desenvolvimento dos filhos.

Na forma como colocado, o dispositivo permite a possibilidade do pai suspender o contrato de trabalho para acompanhar a mãe e o bebê, mas vincula esta concessão a obrigatoriedade de fazer um curso para ter direito a bolsa de qualificação profissional, já prevista em lei.

Pergunta-se então: onde está o benefício se o pai tem que fazer o curso? Como vai cuidar da família se tem que ficar no computador estudando? Ou seja, a MPV autoriza o empregador a enganar o pai, concedendo a ele um direito que ele já tinha (licença para treinamento) e ainda melhorando a sua qualificação, obrigação nata do empregador!

A proposta que coloco na forma de emenda, corrige esta distorção, criando uma LICENÇA ESPECIAL a ser criada com o objetivo de que, durante o período máximo de 60 dias, o pai possa se **dedicar integralmente** ao três objetivos citados no art. 19:

- I - prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos;
- II - acompanhar o desenvolvimento dos filhos; e
- III - apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



**MPV 1116
00165****SENADO FEDERAL**
Gabinete do **SENADOR WEVERTON****EMENDA Nº - PLENÁRIO**

(a MPV 1.116 de 4 de maio de 2022)

Dê-se ao § 1º do artigo 9º da MPV 1.116 de 4 de maio de 2022, a seguinte redação:

“§ 1º As medidas de que trata este artigo deverão ser adotadas durante o primeiro ano após o término da licença concedida aos pais nas seguintes situações:

- I - nascimento do filho ou enteado;
- II – adoção; ou
- III - guarda judicial. “(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende explicitar que o prazo concedido de uma ano para as medidas de conciliação entre o trabalho e os cuidados decorrentes da paternidade, seja efetivamente aplicado após a concessão das licenças.

Considerando que a licença maternidade é de 4 meses, na forma como colocado no texto, o benefício concedido seria de apenas 8 meses, já que o prazo contaria do nascimento da criança.

Assim, esta emenda propõe unificar o prazo de um ano a ser concedido além dos respectivos períodos de licença.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



**MPV 1116
00166****SENADO FEDERAL**
Gabinete do **SENADOR WEVERTON****EMENDA Nº - PLENÁRIO**

(a MPV 1.116 de 4 de maio de 2022)

Suprima-se o art. 5º da MPV 1.116 de 4 de maio de 2022, dando aos demais artigos, nova numeração.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 5º define que os empregadores que adotarem o benefício do reembolso-creche ficam desobrigados da instalação de local apropriado para a guarda e a assistência de filhos de empregadas no período da amamentação, nos termos do disposto no § 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Como colocada, a medida além de deixar a empregada desprotegida, caso o benefício do auxílio creche seja inferior ao valor de contratação de creche no seu local de moradia, traz um grande malefício ao bem-estar e à saúde da mãe e da criança, tanto no que se refere ao físico quanto o emocional e cognitivo.

Consagrados são os grandes benefícios da amamentação para além dos primeiros meses do nascimento da criança e suprimir a oportunidade deste contato materno constitui uma grande perda para as mães e para os bebês.

Assim, por considerar que a proposta, além de não agregar benefício, acarreta grande malefício, proponho a supressão do dispositivo.

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**
Senador WEVERTON





**MPV 1116
00167**

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(a MPV 1.116 de 4 de maio de 2022)

Dê-se ao art. 5º da MPV 1.116 de 4 de maio de 2022, a seguinte redação:

Art. 5º Os empregadores que adotarem o benefício do reembolso-creche ficam desobrigados da instalação de local apropriado para a guarda e a assistência de filhos de empregadas no período da amamentação, nos termos do disposto no § 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Parágrafo único. A desobrigação de que trata o caput deste artigo, somente se aplica quando o benefício do reembolso creche for compatível com o valor a ser gasto pelo funcionário na manutenção da criança em creche na sua localidade de moradia” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Na forma como colocado na MPV, o dispositivo proposto no art. 5º, que é a desobrigação do empregador em manter um espaço apropriado para a guarda e a assistência de filhos de empregadas no período da amamentação, pode vir a se tornar um grande benefício não para o empregado mas para o próprio empregador, se o benefício do auxílio creche for ínfimo e não for suficiente para que a empregada possa contratar uma creche adequada para seu bebê.





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

No sentido de assegurar que o benefício da Lei ora proposta, seja efetivo à quem se destina, ou seja, a mãe que amamenta, proponho que se coloque a obrigatoriedade de que o valor porposto pelo empregador para o auxílio creche seja efetivamente suficiente para suprir o que se quer assegurar com o dispositivo, que é a guarda segura dos bebês durante os primeiros meses após o nascimento.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





**MPV 1116
00168**

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(a MPV 1.116 de 4 de maio de 2022)

Dê-se ao art. 8º da MPV 1.116 de 4 de maio de 2022, a seguinte redação:

“Art. 8º Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até **cinco anos** de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Art. 6º da MPV autoriza o saque de valores acumulados na conta individual vinculada ao FGTS para auxílio no pagamento de despesas com creche para filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até **cinco anos** de idade.

Por outro lado, o art. 8º estabelece prioridades para empregadas e empregados com filho com até **quatro anos**.

O propósito desta emenda é criar unidade ao texto da Lei estabelecendo a idade de **cinco anos** para todas as concessões e benefícios concedidos

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Senador WEVERTON



**MPV 1116
00169****SENADO FEDERAL**
Gabinete do **SENADOR WEVERTON****EMENDA Nº - PLENÁRIO**

(a MPV 1.116 de 4 de maio de 2022)

Dê-se ao art. 9º da MPV 1.116 de 4 de maio de 2022, nova redação e acrescente-se o § 3º ao mesmo artigo:

“Art. 9º No âmbito dos poderes diretivo e gerencial do empregador, **deverão** ser adotadas **pelo menos** uma das seguintes medidas, com vistas a promover a conciliação entre o trabalho e os cuidados decorrentes da paternidade:” (NR)

.....

§ 3º A definição de quais medidas serão adotadas será feita mediante acordo entre empregador e empregado, levando em conta as necessidades de ambas as partes.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 9º, pertencente ao capítulo III, que diz respeito a flexibilização do regime de trabalho para apoio à paternidade, aponta três possibilidades para promover a conciliação entre o trabalho e os cuidados decorrentes da paternidade:

I - regime de tempo parcial,

II - regime especial de compensação de jornada de trabalho por meio de banco de horas

III - jornada de doze horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Ocorre que estas três possibilidades já se encontram previstas na Constituição, de forma facultativa ao empregador.

Pergunta-se então: por que se dar ao trabalho de editar uma Medida Provisória colocando itens já plenamente consolidados na nossa Carta Magna?

Independentemente da resposta à questão formulada acima, é sabido que cabe ao Legislador propor dispositivos que aprimorem o texto original, trazendo inovações que se concretizem na forma de melhoria da qualidade de vida da população, de melhoria dos serviços intitucionais ou da proteção ao meio ambiente, citando apenas três exemplos.

Neste sentido, propomos uma real atitude próativa de não mais colocar como meramente opcional mas obrigatório que, pelo menos, uma das possibilidades de gerar condições para que o trabalhador exerça a paternalidade de forma sadia seja respaldada pela Lei.

Agregando outro valor à emenda, proponho ainda a criação de dispositivo que reafirme a necessidade de diálogo e acordo entre empregador e empregado no momento de decisão de quais das alternativas serão adotadas.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



**MPV 1116
00170**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º e ao § 1º do art. 9º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 8º Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até três anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.”

“Art. 9º

§ 1º As medidas de que trata este artigo poderão ser adotadas:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227199674100>



CD227199674100



2

I – na hipótese de nascimento de filho ou enteado, até que ele complete três anos de idade;

II – na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial, até que a criança complete três anos de idade, podendo ser ultrapassado este limite em caso de adoção ou obtenção de guarda de criança maior de cinco anos de idade, de forma a possibilitar a utilização das medidas durante o primeiro ano a contar da adoção ou da guarda judicial.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Propomos a alteração dos dispositivos em referência para adequação da idade proposta em lei às medidas já vigentes de proteção à primeira infância, na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância).

Além disso, trata-se da idade em que as crianças saem do ensino infantil e passam ao ensino fundamental, com maior oferta de vagas na rede pública, o que facilitaria a conciliação entre cuidados parentais e trabalho.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada

2022-3490



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandre
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227199674100>



**MPV 1116
00171**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Modifique-se o § 1º do art. 9º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

.....

§ 1º As medidas de que trata este artigo poderão ser adotadas até o **terceiro** ano:

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

O texto atual do artigo 9º da presente Medida Provisória permite que durante o primeiro ano do nascimento do filho ou enteado, da adoção ou do período da guarda judicial, ocorra a flexibilização do regime de trabalho dos pais empregados com uma ou mais das seguintes medidas (conforme os critérios dispostos na MPV): regime de tempo parcial, compensação de jornada por meio de banco de horas, regime de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, antecipação de férias e/ou horários de entrada e de saída flexíveis.

O objetivo da presente emenda é elevar esse prazo de um ano para três anos, tendo em vista que esse período de três anos corresponde à



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandre
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222116367100>



CD222116367100

2

primeira parte da primeira infância, que, conforme preceitua o Marco Legal da Primeira Infância, regulado pela Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016, abrange os primeiros seis anos completos ou 72 meses de vida da criança. A extensão do prazo para três anos visa garantir uma maior participação paterna nesse período em que a criança está aprendendo a compreender seus vínculos afetivos e familiares.

Diante do exposto, conto com a colaboração dos nobres pares para aprovação da presente emenda

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada LEANDRE

PSD/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandre
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222116367100>



**MPV 1116
00172**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 7º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 7º

Parágrafo único. Os serviços sociais autônomos referidos neste artigo priorizarão a manutenção ou subvenção de creches com horários de funcionamento prolongados para atender às demandas de pais que trabalham em horários noturnos ou na jornada prevista no inciso II, alínea “d”, do art. 1º desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil apresenta um amplo déficit de creches gratuitas ou de baixo custo ofertadas para atender à demanda de pais e, principalmente, mães trabalhadoras no país. Segundo estudo realizado em 2020 Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), apenas 1 de cada 4 crianças de até 3 anos de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandre
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224356769000>



idade frequentam creches no país – sendo que as famílias mais pobres são as mais prejudicadas pela falta de vagas na rede pública¹.

Ainda mais difícil é a situação de trabalhadoras e trabalhadores que trabalham em regimes de plantão e/ou em horários noturnos: não existem creches públicas direcionadas a esta fatia da população.

Dessa forma, com o texto desta emenda sugere-se aos serviços sociais a priorização da manutenção ou subvenção de creches que possuam horários de funcionamento prolongados em relação aos oferecidos pela maioria das creches atualmente em funcionamento no Brasil. Tal oferta atenderá não somente a demanda de trabalhadores com horários de trabalho pouco usuais, mas também a ampla maioria que depende de transporte público e percorre longas distâncias e com isso encontram dificuldades em deixar e buscar os filhos nas creches em horário comercial.

A incompatibilidade entre os horários de funcionamento da maioria das empresas e os horários dos serviços de creche, além da escassez de vagas em creches por si só, é uma das principais causas do desemprego de mães ou da sua contratação prioritária em empregos mais precarizados, com carga horária reduzida e baixos salários.

Ante o exposto, pedimos a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada

2022-3415



1 “Crianças que mais precisam de creches ainda têm pouco acesso”.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches-ainda-tem-pouco-acesso>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandre

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224356769000>



**MPV 1116
00173**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprima-se a alínea “b” do inciso I do art. 1º e por decorrência o art. 6º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, por meio dos dispositivos mencionados, autoriza a empregada a realizar o saque de recursos acumulados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar despesas com creche para seus filhos, enteados ou criança que esteja sob sua guarda judicial, desde que possuam até cinco anos de idade.

Ocorre que tais previsões iludem a trabalhadora, descapitalizando-a e desvirtuando a finalidade do FGTS, como se a empregada estivesse recebendo um benefício do Governo, quando na verdade está utilizando recursos que já são seus e que estão resguardados em um fundo garantidor para que ela os utilize nas hipóteses previstas na Lei nº 8.036/1990, como por exemplo, para aquisição de moradia ou em caso de demissão sem justa causa.

Ademais, conforme preceitos constitucionais presentes no inciso XXV do art. 7º, é dever do Estado a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandre
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227943371400>



CD227943371400



2

idade, em creches e pré-escolas. Portanto, é o poder público que deve garantir creches suficientes para atender à demanda existente e não a trabalhadora com seus recursos próprios suprir a falta de políticas públicas adequadas às necessidades da população.

Diante do exposto, conto com a colaboração dos nobres pares para aprovação da presente emenda supressiva.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada LEANDRE
PSD/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandre
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227943371400>



**MPV 1116
00174**

Assunto: Supressão do art. 24 da MP nº 1.116/2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1116, DE 05 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o artigo 24 da Medida Provisória nº 1.116/2022.

Justificação

O art. 24 institui o Selo Emprega + Mulher. Contudo, esse tipo de selo conferido pelo Poder Público, ainda mais sem critérios claros, é prejudicial às empresas, pois pode prejudicar a imagem das empresas, bem como pode servir como meio arbitrário de o Estado beneficiar algumas empresas, em detrimento de outras. Dessa forma, propõe-se a supressão do referido dispositivo.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Farah
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225146959900>



**MPV 1116
00175****Assunto: Supressão dos artigos 30 e 31 da MP n° 1.116/2022****MEDIDA PROVISÓRIA N° 1116, DE 05 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei n° 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA N°

Suprima-se os artigos 30 e 31 da Medida Provisória n° 1.116/2022.

Justificação

Os **artigos 30 e 31**, preceituam que tanto **(i)** a possibilidade da contagem em dobro, para efeito de cumprimento de cota, daqueles aprendizes em situação de vulnerabilidade (§ 5° do art. 429), quanto **(ii)** a possibilidade de considerar no compute da cota, pelo prazo de 12 meses, aqueles aprendizes contratados por prazo indeterminado (§ 4° do art. 429), só serão aplicadas aos contratos de aprendizagem celebrados após a publicação da MP.

Considerando que a inovação legislativa, entre outros, visa incentivar a contratação de aprendizes por aquelas empresas que encontram dificuldades de cumprirem a cota, tal determinação não guarda coerência com a finalidade da norma. De forma que ambas as hipóteses de "**contagem ficta**", devem ser levadas a efeito, também para os contratos firmados antes da publicação da MP.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Farah
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224588697800>



Sendo assim sugerimos a presente **emenda para suprimir os artigos 30 e 31 da MP**, de modo a não limitar a aplicação destas hipóteses aos contratos futuros.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Farah
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224588697800>



CD224588697800



**MPV 1116
00176****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 26 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.116/2022 institui um programa de incentivo à contratação de mulheres e altera os termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no que diz respeito aos itens que tratam da aprendizagem profissional. Ademais, o texto autoriza que as empresas que atualmente cumprem a cota de aprendizagem possam aderir a um Projeto que terá por efeito imediato a desobrigação de contratar aprendizes.

A contratação de aprendizes é uma obrigação legal e decorre da função social da empresa e da efetivação do direito de adolescentes e jovens à profissionalização e à educação, de modo que não se justifica a criação de incentivos, fiscais, financeiros e, principalmente, que afetem o potencial mínimo de contratação de aprendizes, assim como não se justifica a previsão de procedimento especial para regularização da cota legal por setores que apresentem baixa taxa de contratação de aprendizes.

Tais medidas ferem o princípio da isonomia, na medida que estariam criando benefícios somente para empresas e setores que não estejam observando o cumprimento da cota legal de contratação de aprendizes, desprestigiando aquelas e aqueles que já observam.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223831294200>



Deve ser acrescentado que os benefícios podem gerar desequilíbrio na concorrência, pois reduz o custo dos bens e serviços ofertados pelas empresas descumpridoras da cota legal em comparação com as demais empresas cumpridoras.

Além do mais, não pode a lei autorizar a flexibilização do direito à profissionalização de adolescentes e jovens, prevendo longos prazos – o § 8º estabelece a duração máxima de 2 (dois) anos – para o cumprimento da cota legal, sem qualquer justificativa para tanto.

Deve ser lembrado que o artigo 227, *caput*, da Constituição da República assegura a efetivação dos direitos de adolescentes e jovens com prioridade absoluta, entre os quais o direito à profissionalização. Ora, está em sentido diametralmente oposto à prioridade absoluta e à proteção integral de adolescentes e jovens o dispositivo da Medida Provisória que admite o cumprimento integral da cota apenas ao final do prazo de dois anos.

Deputado (a)

André Figueiredo

PDT-CE

Brasília, em de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223831294200>



**MPV 1116
00177****CÂMARA DOS DEPUTADOS****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº ____

Art. 1º Altere-se o art. 29 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 29. Os contratos de prestação de serviços a terceiros preverão as formas de alocação dos aprendizes da contratada nas dependências da empresa ou da entidade contratante, em quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.”

.....(NR)

JUSTIFICAÇÃO

1



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab.860 – CEP:
70.160-900 – Brasília/DF
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geninho Zulliani
Para verificar a autenticidade acesse: <http://www.camara.gov.br/infocam/verificacao.asp?cd=225973628900>
Tel: (61) 3215-5860 e-mail: dep.geninhozulliani@camara.leg.br



CD225973628900





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O art. 29 da Medida Provisória nº 1.116/22, indica de forma imprecisa os contratos de prestação de serviços a terceiros (Lei 6.019/74) como contratos de “**terceirização de mão de obra**”.

Trata-se de expressão inexistente no ordenamento jurídico vigente, que tende a criar insegurança jurídica capaz de repercutir em normas de várias ordens, inclusive nas de segurança e saúde do trabalho.

Em sendo assim, pugnamos pela modificação do citado dispositivo para incluir a expressão já existente na legislação brasileira.

Sala das Comissões, ____ de maio de 2022.

GENINHO ZULIANI

Deputado Federal – União/SP

2



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab.860 – CEP:
70.160-900 – Brasília/DF
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geninho Zuliani
Para verificar a autenticidade acesse: <http://www.camara.gov.br/infopleg> e tente acessar a assinatura em: <http://www.camara.gov.br/infopleg>
Tel.: (61) 3215-5860 e mail: dep.geninhozuliani@camara.leg.br



CD225973628900



**MPV 1116
00178**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1116, de 2022, onde couber, a seguinte redação:

Art.... A Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a alteração seguinte:

“Art. 5º

§ 2º

§ 3º Compete a Justiça comum o julgamento de ações oriundas dos contratos de transporte de cargas.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.206, de 27 de setembro de 2021, além de instituir o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e), **alterou a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007**, revogando o parágrafo único do artigo 5º da Lei 11.442/2007, quando se pretendia tão somente acrescentar um novo parágrafo ao mencionado artigo sem a intenção de revogação do parágrafo único.

Em razão disso, a presente proposição tem a finalidade de repristinação da disposição do parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, que foi revogado equivocadamente pela Lei nº 14.206, de 27 de setembro de 2021.

Considerando o impacto positivo da medida, solicitamos o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação desta relevante proposição.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222524697700>



2

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222524697700>



CD222524697700



**MPV 1116
00179****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1116, de 2022, onde couber, a seguinte redação:

Art....O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo em suas Disposições Transitórias:

Art. 1º. Caso seja citado para pagar o débito durante o período de estado de calamidade e de emergência de saúde pública decretado em razão do Covid-19, ou até dezoito meses após à data de término do período, a ser decretada pelo Governo Federal, o executado poderá requerer o parcelamento da dívida em até 60 (sessenta) meses subsequentes.

§ 1º Dentro do prazo estipulado para pagamento pelo juízo o executado deverá requerer o parcelamento do débito, especificar o número de parcelas e comprovar o depósito da primeira.

§ 2º Cumpridas as exigências do parágrafo anterior, o parcelamento será deferido sem ressalvas pelo juízo competente, em caráter excepcional, a fim de minimizar os efeitos decorrentes da pandemia.

§ 3º Sobre o saldo devedor incidirá correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

§ 4º Nos processos que ainda tramitam sob a fase de conhecimento o Juízo competente também deverá fixar o critério de atualização do débito decorrente do julgamento da ação apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor -INPC.

§ 5º Considerando a natureza dos créditos trabalhistas, em caso de atraso ou não pagamento de três parcelas consecutivas, a execução prosseguirá sobre o montante das parcelas vincendas.

§ 6º Durante o período descrito no caput fica suspensa a obrigatoriedade do recolhimento do depósito recursal, ressalvado o recolhimento das custas processuais.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226661582100>



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, inspirada no PL 2863/2020, justifica-se em face das crescentes dificuldades enfrentadas pelas empresas de serviço e indústrias em virtude do agravamento propagado pelo COVID-19. Os empregados – em sua maioria – com dificuldade para trabalhar normalmente, e os empregadores tendo que arcar com os custos decorrentes de suas atividades, torna o cenário bem desafiador.

A situação excepcional de pandemia em que vivemos atualmente implica no estudo de alternativas para a preservação dos empregos e da própria atividade produtiva.

Importante esclarecer que tais reflexos decorrentes da pandemia já atingem demasiadamente os diferentes setores da economia, gerando distorções de cunho produtivo e influenciando na manutenção dos postos de trabalho e emprego para a esmagadora maioria das empresas. Neste contexto, mudanças legislativas que possam trazer um mínimo de fôlego financeiro aos empregadores são imprescindíveis para respaldar as ações necessárias ao eficaz enfrentamento da crise.

Por exemplo, a luta diária das empresas no que se refere ao passivo trabalhista em discussão na Justiça do Trabalho e a tendência de aumento considerável após a crise, é um fato. Do lado do poder público, não pode ser esquecido que os mesmos litígios trabalhistas que já sobrecarregam os Fóruns pelo Brasil, tendem a aumentar exponencialmente, dificultando ainda mais a situação. O Brasil, sozinho, é responsável por 98% dos processos trabalhistas em todo o planeta, sendo que o país tem 3% da população mundial. Segundo a Coordenadoria de Estatística do TST, entre janeiro e setembro de 2018, as Varas do Trabalho receberam 1.287.208 reclamações trabalhistas. Deve-se ressaltar que, mesmo tendo reduzido consideravelmente o número de ajuizamentos, quase 1 milhão [2.013.241 em 2017], após a Reforma Trabalhista em 11/11/2017, ainda é um número bastante elevado de ajuizamentos. Conforme informações do TST, em março de 2020, temos 1.925.356 processos em execução pendentes nas Varas Trabalhistas, ou seja,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226661582100>



estes números poderão provavelmente dobrar rapidamente após o final da pandemia.

Diante da grave situação que acomete o País e ainda a saúde financeira das empresas (o alto nível de desemprego mesmo com as medidas já tomadas pelo Governo), milhares delas dificilmente poderão sequer entabular acordos trabalhistas. A ideia é que seja implementada pelo Governo Federal uma modalidade de parcelamento de débitos trabalhistas, considerando a fragilidade econômica das empresas no momento atual, muitas impedidas de prestar serviços, e sem giro de caixa. Que seja prevista uma solução mais razoável, justa e equânime de parcelamento das dívidas trabalhistas das empresas que se encontrarem nestas condições.

Nesse sentido, propõe-se alteração ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), acrescentando-se à Seção das Disposições Transitórias, um artigo para permitir o parcelamento de débitos trabalhistas em trâmite perante a Justiça do Trabalho.

Em suma, o dispositivo permitirá à parte reclamada, em litígios de natureza trabalhista e durante o período de estado de calamidade e enfrentamento de emergência de saúde pública, decretado em razão do COVID-19, bem como nos 18 (dezoito) meses subsequentes à data de término do referido período, a ser declarado pelo Governo Federal, a possibilidade de parcelamento do saldo remanescente de débitos já em execução, após abatimento dos valores dados em garantia recursal, de forma que o saldo remanescente seja dividido em até 60 (sessenta) parcelas sucessivas, com aplicação de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Para os processos em tramitação durante o período de estado de calamidade e enfrentamento de emergência de saúde pública, decretado em razão do COVID-19, o Juízo processante deverá observar o disposto na presente medida, considerando que para a fixação dos critérios de atualização dos débitos trabalhistas também deverá ser aplicada correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Por outro lado, e não menos importante, temos que as relações de trabalho entre empregadores e empregados domésticos também se avolumaram nos últimos anos, trazendo novos desafios para as famílias empobrecidas neste cenário de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226661582100>



4

pandemia, razão pela qual é razoável calibrar as despesas inerentes aos trâmites processuais, suspendendo a obrigatoriedade do chamado depósito recursal, ressalvadas as custas processuais, hoje de 2% sobre o valor da causa/condenação, possibilitando o exercício do direito da ampla defesa, atualmente proibitivo para todas as partes reclamadas, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Com efeito, a princípio da razoabilidade neste momento de crise sem precedentes, se faz mais do que necessário ser observado.

Considerando o impacto positivo da medida, solicitamos o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação desta relevante proposição.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226661582100>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****Gabinete do Deputado Federal ELIAS VAZ****MPV 1116
00180****EMENDA SUPRESSIVA Nº - CM**

(à MP nº 1116, de 2022)

Suprima-se o §5º do Art. 429, alterado pelo artigo 28 da Medida Provisória 1116 de 2022.

JUSTIFICATIVA

O Jovem Aprendiz é um programa de destaque no Brasil, pois, possibilita que estudantes brasileiros tenham a oportunidade de aliar aprendizado profissional com a vivência dos ambientes de trabalho e com o recebimento de bolsa-auxílio.

A Medida Provisória 1116/2022 aduz mudanças ao Programa Jovem Aprendiz e um dos pontos que têm levantado muita discussão se refere aos jovens considerados em vulnerabilidade social (egressos do sistema socioeducativo ou que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas ou de pena no sistema prisional; que estejam em regime de acolhimento institucional; protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, egressos do trabalho infantil ou pessoas com deficiência).

A proposta do dispositivo que ora suprimimos conta os referidos aprendizes como dois, ou seja, um aprendiz seria contratado como se a empresa houvesse contratado dois jovens.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220382910900>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****Gabinete do Deputado Federal ELIAS VAZ**

Tal medida provoca menor número de contratações de jovens aprendizes, diminuindo, dessa forma as oportunidades para os jovens. O cômputo em dobro de vulneráveis por si só já reduziria a cota em torno de 50%.

Dessa forma, nenhuma justiça social pode ser alcançada por meio de medida tão temerosa, ainda mais se consideramos o contexto de pandemia que se vivencia.

Diante do exposto, deve ser integralmente suprimido o § 5º do 429, previsto no art. 28 da MP 1.116, de 2022.

Desse modo, propomos a supressão do referido §5º do Art. 429, previsto no artigo 28 da MP 1116/2022 e contamos com o apoio de nossos ilustres Pares no Congresso Nacional para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de maio de 2022.

Deputado ELIAS VAZ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220382910900>



**MPV 1116
00181****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

**J
U
S
T
I
F
I
C
A
Ç
Ã
O**

O artigo em destaque promove diversas alterações na Seção da CLT que trata da aprendizagem, pretendendo ampliar o prazo máximo do contrato de aprendizagem para 3 (três) anos, ou ainda, para 4 (quatro) anos quando o aprendiz for contratado com idade entre quatorze e quinze anos incompletos ou na hipótese de continuidade do itinerário formativo.

Contudo, os programas de aprendizagem atuais, inseridos no Cadastro Nacional de Aprendizagem, têm duração máxima de dois anos, conforme legislação atual. Via de regra, o tempo de duração previsto para os programas vigentes é bem menor, entre doze e dezesseis meses no máximo.



Além disso, a ampliação do prazo máximo da aprendizagem profissional diminui a rotatividade da cota legal em razão da permanência mais longa, reduzindo, em consequência, o quantitativo de adolescentes e jovens alcançados pela aprendizagem. O que já é permitido são contratos de aprendizagem sucessivos, até o limite de dois anos, porém em arcos ocupacionais diferentes. Dessa forma, restam garantidas ao aprendiz múltiplas formações e o exercício de atividades distintas.

Assim, o efeito da alteração proposta será o adiamento da efetivação de adolescentes e jovens como empregados, em prejuízo da melhoria de sua condição socioeconômica.

Além disso, eventual ampliação do prazo máximo dos programas de aprendizagem, sem manter relação com a complexidade progressiva da formação técnico-profissional metódica, redundará em precarização do instituto e utilização indevida do trabalho de adolescentes e jovens aprendizes como mão de obra barata.

Importante observar que os contratos de aprendizagem profissional, muito embora possam vigorar por até dois anos, em média, têm duração bem inferior, em regra um ano ou período um pouco superior. Nesta linha, caso a empresa opte por contratos de aprendizagem profissional de um ano, por exemplo, findo o prazo de vigência poderá ficar por igual período desonerada em relação àquela vaga.

Dados da Subsecretaria do Capital Humano do Ministério do Trabalho apontam que, em 2019, 14% dos aprendizes eram efetivados na mesma empresa em até 12 meses do término da aprendizagem, o que significa dizer uma redução de quase 70 mil vagas de aprendizes num período de dois anos, considerando o prazo máximo do contrato de aprendizagem na legislação atual.

Destaca-se, ainda, que a previsão de cômputo fictício de aprendizes transforma a obrigação legal de contratar aprendizes em uma imposição apenas sazonal, com períodos de contratação e outros de completa desoneração, o que, além de subverter a própria essência da cota, reduzirá consideravelmente o número de vagas disponíveis para os adolescentes e jovens brasileiros. Ademais, dá margem ao completo desvirtuamento da aprendizagem, já que para se beneficiar do cômputo fictício, basta a empresa



contratar um aprendiz e efetivá-lo, para se eximir da cota por 12 meses, ressaltando que o Decreto 11.061/22 inovou ao instituir a rescisão antecipada do contrato de aprendizagem (art. 71, V), em franco prejuízo à profissionalização, justamente para permitir a efetivação do aprendiz antes de findo o período da formação técnico-profissional, tudo para permitir o cômputo fictício de aprendizes.

Lado outro, o dispositivo em comento cria o cômputo em dobro de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, o que não atende o princípio da proporcionalidade, possuindo viés nitidamente discriminatório, como se a admissão destas pessoas constituísse para o empregador ônus ou encargo adicional se comparada à contratação de outros adolescentes ou jovens, o que não é verdadeiro.

A proposta reduz consideravelmente o alcance da cota de aprendizes, uma vez que, atualmente, 34% dos aprendizes estão inscritos no Cadúnico (dados do Ministério do Trabalho e Previdência). O dispositivo, portanto, reduz de plano 17% do potencial da cota de aprendizagem.

Cabe ainda ressaltar a previsão de a aprendizagem ser ministrada por instituições educacionais que ofereçam educação profissional e tecnológica, ou para pessoas com até 29 (vinte e nove) anos.

Contudo, por constituir indispensável política de inclusão socioeconômica de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, a aprendizagem não se compatibiliza com cursos de educação profissional tecnológica, que são de nível graduação.

Isto porque adolescentes em situação de vulnerabilidade social – os que estão no trabalho infantil – têm baixa escolarização, apresentam distorção idade/ano e raramente estão no ensino médio, muito menos no ensino profissional e tecnológico.

A educação profissional tecnológica (nível superior), portanto, afasta os/as adolescentes da cota de aprendizagem e prestigia jovens com idade superior a 18 anos, distorcendo totalmente a finalidade para a qual a cota de aprendizagem foi concebida, que é justamente prevenir e erradicar o trabalho infantil.

De fato, o formato da aprendizagem estabelecido pela Lei nº 10.097/2000, limitava a contratação de adolescentes com idade entre 14



(quatorze) a 18 (dezoito) anos.

Nada obstante o limite máximo tenha sido posteriormente alterado para 24 (vinte e quatro) anos, a legislação determinava que a contratação deveria atender, prioritariamente, adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, consoante Decreto nº 9.579/2019, artigo 53.

O público prioritário da política de aprendizagem profissional, portanto, são adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos – justamente para prevenir e erradicar o trabalho infantil –, os quais, segundo o IBGE, têm três vezes mais dificuldades de acessar o mercado de trabalho do que a média nacional¹.

Ademais, cerca de 78% dos casos de trabalho infantil, segundo o IBGE², concentram-se na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos, motivo pelo qual a prioridade da aprendizagem neste grupo etário é necessário instrumento de combate ao trabalho infantil.

Desse modo, o reconhecimento da educação profissional tecnológica como atividade teórica da aprendizagem afigura-se discriminatória e seletiva e resultará em prejuízo para significativa parcela de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, reduzindo-lhes as chances de ingresso adequado e protegido no mercado de trabalho, aprofundando as desigualdades sociais existentes no País.

Além disso, o dispositivo altera o artigo 431, ampliando o rol de entidades sem fins lucrativos que podem ministrar a aprendizagem.

Ocorre que a ampliação poderá desassociar a aprendizagem da formação técnico-profissional metódica e, por consequência, resultar na precarização da mão-de-obra do aprendiz e no desvirtuamento da finalidade do instituto.

Vale frisar, ainda, a previsão para que não seja computado na jornada o tempo de deslocamento entre a entidade formadora e o

¹ https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego

² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/ibge-brasil-tem-46-das-criancas-e-adolescentes-em-trabalho-infantil>



estabelecimento, que poderá prejudicar o tempo necessário para o estudo do aprendiz, em ofensa ao direito fundamental à educação.

Com efeito, a aprendizagem alia a aquisição de competências para o exercício de uma ocupação profissional com a obrigatória matrícula e frequência à escola, de modo que tempo máximo da jornada deve necessariamente computar o deslocamento entre a entidade formadora e o estabelecimento.

Deputado (a)

Brasília, em de maio de 2022.



**MPV 1116
00182**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 25 a 29 do CAPÍTULO VII da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

J
U
S
T
I
F
I
C
A
Ç
Ã
O

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 62, concede ao Presidente da República a prerrogativa de adotar Medidas Provisórias, sendo, contudo, condição *sine qua non* para a sua edição a presença dos requisitos de relevância e urgência nas matérias tratadas.

Ocorre que as alterações promovidas no instituto da aprendizagem



profissional pela Medida Provisória nº 1.116/2022, Capítulo VII, alteram estruturalmente a referida política pública de inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com impacto significativo no público prioritário para o qual a política foi concebida, qual seja, adolescentes. Subvertem, ainda, a sua essência motivo pelo qual demandam inexoravelmente amplo debate com a sociedade, em especial com os órgãos e entidades envolvidas na defesa e proteção dos direitos e interesses de adolescentes e jovens, bem como com o público beneficiário da referida ação afirmativa.

Deste modo, inexistente qualquer situação que demonstre a premência das profundas alterações contidas na Medida Provisória nº 1.116/2022 e, por consequência, o cabimento de sua imposição por esta via excepcional.

Adicione-se que diversos dispositivos previstos no Capítulo VII da MP nº 1.116/2022 estão inseridos no Projeto de Lei nº 6.461/2019, o qual tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2019, há mais de 2 (dois) anos portanto, sem que se tenha cogitado neste lapso de tempo a sua tramitação em caráter de urgência. Sem contar que o parlamento é o lócus natural e apropriado para se promover inovações legislativas dentro do regime de tripartição de poderes.

Registra-se que, no âmbito da Comissão Especial instaurada para proferir parecer no PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, estão sendo realizadas várias audiências públicas e seminários, justamente em razão da complexidade da matéria, a qual impacta na vida de milhares de adolescentes e jovens e pessoas com deficiência no país. Cumpre ressaltar, por oportuno, que, segundo dados do IBGE, adolescentes têm três vezes mais dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, lembrando que, para aqueles na faixa etária de 14 e 16 anos, é a única oportunidade de ingresso protegido no mundo do trabalho, nos termos do art. 7º, XXXIII, da CF. Outro dado importante de ser registrado é que 78% do trabalho infantil está concentrado na faixa etária de 14 a 18 anos, a qual era considerada a prioritária no âmbito da política de aprendizagem até a edição da Medida Provisória nº 1.116/22 e do Decreto nº 11.061/2022.

Não se vislumbra qualquer alteração fática ou jurídica, de lá para cá, ou seja, desde a instauração da Comissão Especial, no início do ano



passado, e do andamento dos trabalhos, a justificar o rompimento do regular processo legislativo por meio de ato constitucional, mas anômalo e excepcional, que é a adoção de Medida Provisória.

Veja que o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes prescinde de Medida Provisória para ser implementado. Se por um lado é importante o fomento ao cumprimento da cota, por outro lado, a Medida Provisória, na forma como concebida, reduziu o alcance da cota, ao computar em dobro vulneráveis, incluídas as pessoas com deficiência, e prever a contagem ficta de aprendizes, sem mencionar que afastou os adolescentes do mercado de trabalho, para os quais não sobrou senão a via do trabalho infantil para suprir a vulnerabilidade socioeconômica da qual são vítimas, dentre outras inúmeras alterações próprias do processo legislativo. Subvertendo totalmente a política de aprendizagem profissional, alinhou-a também ao ensino tecnológico (nível graduação), reduzindo, mais uma vez, a oportunidade de adolescentes e jovens de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitos com grande defasagem escolar, de ingressarem de forma protegida no mercado de trabalho.

Ademais, o trâmite do Projeto de Lei nº 6.461/2019 demonstra a necessidade de ampla discussão com diversos seguimentos da sociedade, mediante seminários e audiências públicas, alguns/algumas ainda a se realizar conforme requerimentos apresentados por Parlamentares.

A discussão, portanto, não se encontra maturada, razão pela qual é precipitada – e incabível, repise-se – a edição de Medida Provisória para promover alterações neste instituto.

Com efeito, a aprendizagem profissional configura indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais de adolescentes e jovens, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, à profissionalização e à educação.

A Constituição aponta em sentido único, pela prevalência dos direitos sociais, pela da erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, pela proteção integral de crianças e adolescentes, pela não discriminação, pela dignidade da pessoa humana, de modo que o Estado Social e Democrático de Direito inaugurado em 1988 pressupõe o diálogo entre Poderes constituídos e sociedade, principalmente em questões que envolvam direitos fundamentais



como a profissionalização de adolescentes e jovens.

A Medida Provisória, em conclusão, não é o meio adequado para a alteração do instituto da aprendizagem em razão da ausência de urgência e por se tratar de direito fundamental de adolescentes e jovens.

Deputado (a)

Brasília, em de maio de 2022.



**MPV 1116
00183****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116 DE 2022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116 DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimam-se o art. 28, o art. 30, o art. 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória nº 1.116/2022 altera diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos à aprendizagem.

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que a matéria referente à aprendizagem já está sendo amplamente debatida na Câmara dos Deputados, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que entendemos ser a via adequada para a apreciação desse tema, que envolve alterações permanentes na legislação e não justifica a edição de Medida Provisória.

Além disso, quanto ao mérito, preocupa-nos que, embora a Medida Provisória alegue incentivar a contratação de aprendizes, ela contém diversas regras que resultarão em significativa diminuição no número de cotas, a exemplo da ampliação dos prazos contratuais (CLT, art. 428, § 3º) e da idade máxima para determinadas atividades (art. 428, § 5º), da contabilização do aprendiz contratado por prazo indeterminado (art. 429, § 4º) e do cômputo em dobro de adolescentes e jovens que se enquadrem em hipóteses específicas (art. 429, § 5º), regra esta que tem nítido conteúdo discriminatório e, portanto, inconstitucional.

Preocupa-nos também que as alterações efetuadas no art. 428 da CLT, notadamente os §§ 9º a 12, poderão gerar insegurança jurídica. A título de exemplo, se um contrato de aprendizagem for prorrogado por meio de aditivo contratual (§ 9º) e for permitida a alteração da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (§ 12), pela técnica não haveria que se falar em aditivo contratual, mas, sim, um novo contrato.

Ademais, a ampliação das hipóteses de contratação indireta prevista



no art. 431, inciso II, alíneas “b” e “c”, tem o potencial de desvirtuar o aspecto de formação técnico-profissional metódica inerente à aprendizagem e de mercantilizar o trabalho do aprendiz.

Em decorrência da supressão do art. 28 da MP, devem ser suprimidos também os arts. 30, 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.



**MPV 1116
00184****CÂMARA DOS DEPUTADOS****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº ____

Art. 1º O § 3º do art. 27 da Medida Provisória nº 1.116/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.....

§ 3º. A empresa ou a entidade que aderir ao Projeto será considerada cumpridora integral da cota mínima de aprendizes durante os prazos estabelecidos, considerados todos os seus estabelecimentos, na forma prevista na legislação”.

.....(NR)

JUSTIFICAÇÃO

1



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab.860 – CEP:
70.160-900 – Brasília/DF
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geninho Zulliani
Para verificar a autenticidade acesse: <http://www.camara.gov.br/infopleg> ou dep.geninhozulliani@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O § 3º do artigo 27, da MP nº1.116/22, ao estabelecer que o aderente (empresa ou a entidade) ao Projeto cumprirá integralmente a cota mínima de aprendizes durante os prazos estabelecidos, considerados todos os seus estabelecimentos, na forma prevista na legislação, vai de encontro a eventuais imprevisões que independem da vontade das partes, destarte, tornando a adesão não atrativa e insegura.

Diante disso sugerimos emenda com o aperfeiçoamento em tela.

Sala das Comissões, ____ de maio de 2022.

GENINHO ZULIANI

Deputado Federal – União/SP

2



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab.860 – CEP:
70.160-900 – Brasília/DF
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geninho Zuliani
Para verificar a autenticidade acesse: <http://www.camara.gov.br/infocam> ou envie e-mail para: dep.geninhozuliani@camara.leg.br
Tel.: (61) 3215-5860 e-mail: dep.geninhozuliani@camara.leg.br



**MPV 1116
00185****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116 DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprima-se todos os artigos do capítulo VII e arts. 30 e 31 do capítulo VIII da Medida Provisória nº 1.116 de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Ao instituir o Projeto Nacional de Incentivo à contratação de Aprendizizes, a medida provisória define como objetivos principais: a ampliação do acesso de adolescentes e jovens por meio da aprendizagem profissional garantindo o cumprimento integral da cota; a oferta de incentivos para a regularização da contratação de aprendizes e o estabelecimento de procedimentos especiais para regularização dos setores que apresentem baixa taxa de contratação de aprendizes.

A solução não está em novas medidas e sim no aumento da fiscalização para o adequado cumprimento da cota de aprendizagem e o apoio ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019 que encontra-se na Comissão Especial da Câmara. Cabe ainda, ressaltar que medidas para o fomento da aprendizagem como o cumprimento da cota em quaisquer estabelecimentos da empresa ou da entidade, localizados na mesma unidade federativa, pelo prazo de dois anos, podem incorporar ao PL em andamento.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ney Leprevost
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229486085100>



Não é factível mencionar que a medida traz incentivos ao crescimento da aprendizagem quando encontramos artigos contendo previsão de contagem em dobro para situações de inserção do “vulnerável”.

A aprendizagem é política pública para a juventude, camada da população que mais sofre com o desemprego. Ações que são divulgadas como fomento, mas que na verdade em sua essência possuem características voltadas para a redução e precarização de um importante programa.

Pelo exposto, entendemos que todo o Capítulo VII e os arts. 30 e 31 devem ser totalmente suprimidos da MP.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2022.

Deputado **NEY LEPREVOST**
(União/PR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ney Leprevost
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229486085100>



CD229486085100 LexEdit



**MPV 1116
00186**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. MARCEL VAN HATTEM)

Art. 1º. O art. 6º da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. Fica autorizado o saque de valores acumulados na conta individual vinculada ao FGTS para auxílio no pagamento de despesas com creche ou escola para filho, enteado ou criança sob guarda judicial que ainda não concluiu a educação básica, ou com faculdade para filho ou enteado que já concluiu a educação básica.

Parágrafo único. Resolução do Conselho Curador do FGTS disporá sobre o valor máximo do saque que poderá ser utilizado conforme o disposto no *caput*, desde que este não seja inferior a 90% do saldo da conta individual vinculada ao FGTS.

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se extremamente importante a inclusão de saque para auxílio no pagamento das despesas de creche, mas também da escola e da faculdade, permitindo que os pais ou responsáveis legais pela criança, adolescente ou jovem tenham maior liberdade e possibilidade financeira (por meio do uso dos recursos contidos em seu fundo de garantia) de colocarem seus filhos/enteados ou criança sob sua guarda judicial nas escolas e faculdades privadas que lhes convirem.

Estudos recentes mostram que sistemas que permitem a ‘escolha da escola’, de maneira geral, produzem resultados^[1] positivos, principalmente em países em desenvolvimento, como Chile^[2] e Colômbia^[3]. Nos Estados Unidos, o impacto mais positivo se dá nos bairros predominantemente habitados por minorias étnicas^[4] e de menor poder socioeconômico^[5].

Ademais, os resultados positivos não estão relacionados apenas com o melhor desempenho acadêmico. Poder escolher a escola de sua preferência tem impacto positivo em resultados não cognitivos, principalmente entre os mais pobres^[6]. Dentre esses resultados, estão satisfação dos pais^[7], maior mobilidade social^[8], mais renda^[9], mais engajamento cívico^[10], mais



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225714188300>



tolerância^[11], menos criminalidade juvenil^[12], mais paz social^[13] e menor taxa de gravidez na adolescência^[14].

A partir dessas evidências, torna-se, portanto evidente que é justo e urgente permitir a essas mães que garantam, através dos *seus* recursos (o saldo do FGTS), o acesso de seus filhos/enteados ou criança sob sua guarda a uma escola de sua escolha.

[1] https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2777633

[2] <https://www.future-ed.org/wp-content/uploads/2017/08/Vegas-Murnane-Paper-on-Chile-Vouchers.pdf> , <https://www.edchoice.org/wp-content/uploads/2018/05/The-Chile-Experiment-by-Mariano-Narodowski.pdf>

, <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09243453.2015.1086383>

[3] <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09243453.2015.1086383>

[4] <https://www.cato.org/blog/african-americans-speak-themselves-most-want-school-choice>

[5] <https://www.edchoice.org/research-library/?report=surveying-florida-scholarship-families/>

[6] <https://www.edworkingpapers.com/sites/default/files/ai19-76.pdf>

[7] <https://www.edchoice.org/engage/new-survey-says-parents-can-get-more-satisfaction-school-choice/>

[8]

https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9731/be_1087.pdf?sequence=9&isAllowed=y

[9]

https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9731/be_1087.pdf?sequence=9&isAllowed=y

[10]

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2017.1395615?journalCode=wjsc20>

[11]

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2017.1395615?journalCode=wjsc20>

[12]

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2017.1395615?journalCode=wjsc20> , https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2743541 , https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3335162

[13]

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2018.1526616?journalCode=wjsc20>

[14]

https://www.nber.org/system/files/working_papers/w24920/w24920.pdf

,

https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9731/be_1087.pdf?sequence=9&isAllowed=y ,

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3335162



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225714188300>



Sala das Sessões, 09 de maio de 2022

MARCEL VAN HATTEM
(NOVO/RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225714188300>



CD225714188300



**MPV 1116
00187**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. MARCEL VAN HATTEM)

Art. 1º. O art. 6º da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. Fica autorizado o saque de valores acumulados na conta individual vinculada ao FGTS para auxílio no pagamento de despesas com creche ou escola para filho, enteado ou criança sob guarda judicial que ainda não concluiu a educação básica, ou com faculdade para filho ou enteado que já concluiu a educação básica.

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se extremamente importante a inclusão de saque para auxílio no pagamento das despesas de creche, mas também da escola e da faculdade, permitindo que os pais ou responsáveis legais pela criança, adolescente ou jovem tenham maior liberdade e possibilidade financeira (por meio do uso dos recursos contidos em seu fundo de garantia) de colocarem seus filhos/enteados ou criança sob sua guarda judicial nas escolas e faculdades privadas que lhes convirem.

Estudos recentes mostram que sistemas que permitem a ‘escolha da escola’, de maneira geral, produzem resultados^[1] positivos, principalmente em países em desenvolvimento, como Chile^[2] e Colômbia^[3]. Nos Estados Unidos, o impacto mais positivo se dá nos bairros predominantemente habitados por minorias étnicas^[4] e de menor poder socioeconômico^[5].

Ademais, os resultados positivos não estão relacionados apenas com o melhor desempenho acadêmico. Poder escolher a escola de sua preferência tem impacto positivo em resultados não cognitivos, principalmente entre os mais pobres^[6]. Dentre esses resultados, estão satisfação dos pais^[7], maior mobilidade social^[8], mais renda^[9], mais engajamento cívico^[10], mais tolerância^[11], menos criminalidade juvenil^[12], mais paz social^[13] e menor taxa de gravidez na adolescência^[14].

A partir dessas evidências, torna-se, portanto evidente que é justo e urgente permitir a essas mães que garantam, através dos *seus* recursos (o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227439830800>



saldo do FGTS), o acesso de seus filhos/enteados ou criança sob sua guarda a uma escola de sua escolha.

- [1] https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2777633
- [2] <https://www.future-ed.org/wp-content/uploads/2017/08/Vegas-Murnane-Paper-on-Chile-Vouchers.pdf>, <https://www.edchoice.org/wp-content/uploads/2018/05/The-Chile-Experiment-by-Mariano-Narodowski.pdf>, <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09243453.2015.1086383>
- [3] <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09243453.2015.1086383>
- [4] <https://www.cato.org/blog/african-americans-speak-themselves-most-want-school-choice>
- [5] <https://www.edchoice.org/research-library/?report=surveying-florida-scholarship-families/>
- [6] <https://www.edworkingpapers.com/sites/default/files/ai19-76.pdf>
- [7] <https://www.edchoice.org/engage/new-survey-says-parents-can-get-more-satisfaction-school-choice/>
- [8] https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9731/be_1087.pdf?sequence=9&isAllowed=y
- [9] https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9731/be_1087.pdf?sequence=9&isAllowed=y
- [10] <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2017.1395615?journalCode=wjsc20>
- [11] <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2017.1395615?journalCode=wjsc20>
- [12] <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2017.1395615?journalCode=wjsc20>, https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2743541, https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3335162
- [13] <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2018.1526616?journalCode=wjsc20>
- [14] https://www.nber.org/system/files/working_papers/w24920/w24920.pdf, https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9731/be_1087.pdf?sequence=9&isAllowed=y, https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3335162

Sala das Sessões, 09 de maio de 2022

MARCEL VAN HATTEM



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227439830800>



(NOVO/RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227439830800>



CD227439830800



**MPV 1116
00188**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. MARCEL VAN HATTEM)

Art. 1º. O art. 6º da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. Fica autorizado o saque de valores acumulados na conta individual vinculada ao FGTS para auxílio no pagamento de despesas com creche para filho, enteados ou criança sob guarda judicial.

Parágrafo único. Resolução do Conselho Curador do FGTS disporá sobre o valor máximo do saque que poderá ser utilizado conforme o disposto no caput desde que este não seja inferior a 90% do saldo da conta individual vinculada ao FGTS.

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se extremamente importante a inclusão de saque para auxílio no pagamento das despesas de creche, mas também da escola e da faculdade, permitindo que os pais ou responsáveis legais pela criança, adolescente ou jovem tenham maior liberdade e possibilidade financeira (por meio do uso dos recursos contidos em seu fundo de garantia) de colocarem seus filhos/enteados ou criança sob sua guarda judicial nas escolas e faculdades privadas que lhes convirem.

Estudos recentes mostram que sistemas que permitem a ‘escolha da escola’, de maneira geral, produzem resultados^[1] positivos, principalmente em países em desenvolvimento, como Chile^[2] e Colômbia^[3]. Nos Estados Unidos, o impacto mais positivo se dá nos bairros predominantemente habitados por minorias étnicas^[4] e de menor poder socioeconômico^[5].

Ademais, os resultados positivos não estão relacionados apenas com o melhor desempenho acadêmico. Poder escolher a escola de sua preferência tem impacto positivo em resultados não cognitivos, principalmente entre os mais pobres^[6]. Dentre esses resultados, estão satisfação dos pais^[7], maior mobilidade social^[8], mais renda^[9], mais engajamento cívico^[10], mais



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228880039400>



tolerância^[11], menos criminalidade juvenil^[12], mais paz social^[13] e menor taxa de gravidez na adolescência^[14].

A partir dessas evidências, torna-se, portanto evidente que é justo e urgente permitir a essas mães que garantam, através dos *seus* recursos (o saldo do FGTS), o acesso de seus filhos/enteados ou criança sob sua guarda a uma escola de sua escolha.

[1] https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2777633

[2] <https://www.future-ed.org/wp-content/uploads/2017/08/Vegas-Murnane-Paper-on-Chile-Vouchers.pdf> , <https://www.edchoice.org/wp-content/uploads/2018/05/The-Chile-Experiment-by-Mariano-Narodowski.pdf>

, <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09243453.2015.1086383>

[3] <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09243453.2015.1086383>

[4] <https://www.cato.org/blog/african-americans-speak-themselves-most-want-school-choice>

[5] <https://www.edchoice.org/research-library/?report=surveying-florida-scholarship-families/>

[6] <https://www.edworkingpapers.com/sites/default/files/ai19-76.pdf>

[7] <https://www.edchoice.org/engage/new-survey-says-parents-can-get-more-satisfaction-school-choice/>

[8]

https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9731/be_1087.pdf?sequence=9&isAllowed=y

[9]

https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9731/be_1087.pdf?sequence=9&isAllowed=y

[10]

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2017.1395615?journalCode=wjsc20>

[11]

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2017.1395615?journalCode=wjsc20>

[12]

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2017.1395615?journalCode=wjsc20> , https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2743541 , https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3335162

[13]

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15582159.2018.1526616?journalCode=wjsc20>

[14] https://www.nber.org/system/files/working_papers/w24920/w24920.pdf

, https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9731/be_1087.pdf?sequence=9&isAllowed=y , https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3335162



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228880039400>



Sala das Sessões, 09 de maio de 2022

MARCEL VAN HATTEM
(NOVO/RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228880039400>



CD228880039400





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

**MPV 1116
00189**

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 1.116, de 2022)

Inclua-se no artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, a alteração no artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mediante a adição de um novo parágrafo 6º com a seguinte redação:

“**Art. 28.** A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 429.**
.....

§ 6º Sem prejuízo do disposto no *caput* para o restante das funções laborais existentes no estabelecimento, ficam excluídas da obrigação de empregar e matricular nos serviços nacionais de aprendizagem aprendizes:

I - as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível superior, exceto as funções que demandem habilitação profissional de tecnólogo;

II - as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do disposto no Inciso II do *caput* e no Parágrafo único do art. 62 e no § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943; ou

III – as funções que exigem habilitação legal, com requisitos previstos em lei, inclusive de idade mínima, cujo exercício envolve segurança de terceiros.”

JUSTIFICAÇÃO

A contratação de jovens aprendizes é uma realidade no Brasil, conforme definida na Consolidação das Leis do Trabalho e na presente medida provisória, a qual pretende ampliar o acesso do jovem ao mercado de trabalho.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Dessa forma, foi estabelecida, uma regra protetiva ao jovem aprendiz, ao estabelecer que determinadas atividades não devem ser consideradas para fins de contratação, conforme preceituado no artigo 52 do Decreto nº 11.061/2022, o qual foi editado no mesmo dia da presente medida provisória.

Contudo a citada regra não está prevista no artigo 429 da CLT, e poderá ocasionar divergências interpretativas e conflitos desnecessários prejudicando tanto o jovem em início de carreira como o setor produtivo nacional.

Além disso, é imperioso proteger o jovem aprendiz daquelas atividades, as quais possuem previsão em lei de requisitos para o seu exercício, como idade mínima e não ter praticado qualquer tipo de infração, principalmente se essa atividade profissional envolver a segurança de terceiros.

Assim, a presente emenda visa melhorar o texto legal garantindo as oportunidades de trabalho com segurança para a juventude brasileira.

Nesses termos, peço o apoio dos meus pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senador **TASSO JEREISSATI**



**MPV 1116
00190****SENADO FEDERAL**
Senadora Mara Gabrilli**EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Dê-se à alínea “c” do inciso III do art. 1º; ao § 2º do art. 18; e ao art. 33 da Medida Provisória nº 1116, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

III -

.....

c) estímulo à ocupação das vagas de gratuidade dos serviços sociais autônomos por mulheres e priorização de mulheres vítimas de violência doméstica, com deficiência ou que tenham filhos com deficiência.

.....”

“Art. 18.

.....

§ 2º As mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial e as mulheres com deficiência ou que tenham filhos com deficiência deverão ser incluídas nos critérios de priorização para preenchimento das vagas de gratuidade a que se refere o *caput*.”

“Art. 33. O Sistema Nacional de Emprego - Sine implementará iniciativas com vistas à melhoria da empregabilidade de mulheres, especialmente daquelas que tenham filhos, enteados ou guarda judicial de crianças de até cinco anos de idade e daquelas com deficiência ou que tenham filhos com deficiência.”



JUSTIFICAÇÃO

Em boa hora, o Governo editou a Medida Provisória nº 1116, de 4 de maio de 2022, voltada à inserção e à manutenção de mulheres no mercado de trabalho, por meio da implementação de diversas medidas que propiciem o apoio à parentalidade na primeira infância, a flexibilização do regime de trabalho para apoio à parentalidade, a qualificação das mulheres em áreas estratégicas para a ascensão profissional e apoio ao retorno ao trabalho das mulheres após o término da licença-maternidade.

A medida provisória dispensa um tratamento especial, relativamente aos pontos acima ilustrados, às mulheres vítimas de violência doméstica e às mulheres responsáveis por crianças de até cinco anos de idade.

Infelizmente, deixou de fora as mulheres com deficiência ou que tenham filhos com deficiência, que têm extrema dificuldade de acessar ao mercado de trabalho e no trabalho construir uma carreira.

Assim, imprescindível que essas mulheres sejam posicionadas nessas hipóteses de tratamento especial. Por essas razões, esperamos que nossa sugestão seja acolhida, tendo em vista a necessidade urgente de medidas especiais para elas.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI



**MPV 1116
00191****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº _____

Suprima-se a letra *b*, do inciso II, do artigo 431 da Consolidação das Leis do Trabalho, alterada pelo artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022.

JUSTIFICATIVA

A MP 1.116 institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, destinado à inserção e à manutenção de mulheres e jovens no mercado de trabalho por meio da implementação de medidas para apoio à parentalidade na primeira infância, para flexibilização do regime de trabalho para apoio à parentalidade, para qualificação de mulheres, para apoio ao retorno ao trabalho das mulheres após o término da licença-maternidade e para incentivo à contratação de jovens por meio da aprendizagem profissional.

Para incentivar a contratação de adolescentes e jovens por meio da aprendizagem profissional, a Medida Provisória institui o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes, que traz flexibilizações nas regras de contratação e atuação para as empresas e entidades que aderirem ao projeto.

Não restam dúvidas de que a legislação de aprendizagem profissional precisa ser modernizada para que o jovem receba uma formação de qualidade, capaz de dialogar com o futuro do trabalho e comprometida com o desenvolvimento social e econômico do país. Além disso, também há necessidade de resgatar os pilares originais do programa de aprendizagem: reforçar o seu caráter educacional, fortalecendo o papel da empresa no processo formativo, e garantir empregabilidade aos jovens, alinhando a oferta de aprendizagem às demandas do setor produtivo.

No processo de formação, mormente em seu aspecto educacional, deve-se resguardar sempre os objetivos do instituto da aprendizagem profissional que visam à



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexis Fonteyne
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224800764400>



formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, submetidos a um contrato de trabalho especial, sem que haja a prevalência do trabalho sobre a formação profissional.

A alteração proposta no artigo 431 da CLT, no seu inciso II, letra *b*, amplia a permissão de contratação indireta de aprendizes, incluindo no processo de contratação e de formação dos aprendizes entidades sem fins lucrativos de naturezas diversas. Essas entidades não são instituições de educação, sendo proposto a elas assumirem um papel de terceirizadas em uma política de formação profissional que une educação e trabalho. Entram como intermediárias, prestadoras de serviço de gestão do programa de aprendizagem, o que distancia o instituto da aprendizagem de seus princípios e objetivos e ainda encarece o contrato de aprendizagem.

Além do aumento do custo, a aprendizagem profissional precisa ter seu cunho educacional fortalecido. A inclusão dessas entidades reforçará um modelo de aprendizagem assistencialista, que dá ao aprendiz um efeito renda temporário, sem se preocupar com a trajetória de profissionalização e empregabilidade desse jovem. Esse tipo de aprendizagem, classificada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como pré-aprendizagem, é necessária, mas deve ser discutida paralelamente, para que os jovens possam se familiarizar com o mundo do trabalho. São coisas distintas, que não deveriam ser tratadas em uma mesma política.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2022.

Deputado Alexis Fonteyne
NOVO-SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexis Fonteyne
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224800764400>



**MPV 1116
00192****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº _____

Suprima-se os parágrafos 2º e 3º do artigo 431 do Decreto-Lei 5452/1943 – Consolidação das Leis do Trabalho presentes na redação do art.28 da Medida Provisória nº 1116 de 4 de maio de 2022.

JUSTIFICATIVA

A MP 1.116 institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, destinado à inserção e à manutenção de mulheres e jovens no mercado de trabalho por meio da implementação de medidas para apoio à parentalidade na primeira infância, para flexibilização do regime de trabalho para apoio à parentalidade, para qualificação de mulheres e para incentivo à contratação de jovens por meio da aprendizagem profissional.

Em seu eixo de ações voltadas ao “incentivo à contratação de adolescentes e jovens por meio da aprendizagem profissional” cria o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendiz e estabelece alterações em dispositivos do Decreto-Lei nº 4.342/1943 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Dentre as mudanças na CLT inclui em seu texto a possibilidade de realização das atividades práticas do programa de aprendizagem profissional em espaços que não da empresa, conforme transcrito abaixo nos parágrafos § 2º e § 3º do inciso II do artigo 431:

“Art.

431.....

.....

*§ 2º Para fins do disposto na alínea “a” do inciso II do caput, as **atividades práticas** do contrato de aprendizagem profissional **poderão ser executadas nessas entidades** ou nos estabelecimentos cumpridores da cota de aprendizagem profissional, a que se refere o inciso I do caput, e não gerará vínculo empregatício com esses estabelecimentos.(grifo nosso)*



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexis Fonteyne
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224428349300>



*§ 3º Para fins do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso II do caput, as **atividades práticas** do contrato de aprendizagem profissional **serão executadas nessas entidades** ou empresas e não gerará vínculo empregatício com os estabelecimentos cumpridores da cota de aprendizagem profissional, a que se refere o inciso I do caput. .(grifo nosso)*

A aprendizagem profissional é um importante instituto jurídico que associa emprego e formação, constituindo-se em uma estratégia determinante de geração de oportunidade de profissionalização e de empregabilidade para os jovens, de preparação de profissionais para as empresas e de aumento da produtividade e da competitividade do país.

Para que cumpra este papel, a formação técnico-profissional metódica a ser desenvolvida em um programa de aprendizagem deve assegurar acesso a uma proposta pedagógica que permita desenvolver de modo articulado e bem orientado para os jovens aprendizes as competências teóricas e práticas associadas à ocupação objeto do contrato de aprendizagem. Compreende assim uma fase escolar e, de acordo com o projeto pedagógico e a viabilidade por parte da empresa, um período de prática profissional curricular na mesma, garantida a preponderância da dimensão educacional sobre a produtiva.

Com estes propósitos e princípios, não cabe abertura incondicional para realização de atividades práticas em espaços que não os da empresa e que não assegurem ao aprendiz desenvolver competências profissionais em ambientes reais de trabalho ou simulados a estes a partir de critérios estabelecidos.

Caminhos como estes propostos nos parágrafos § 2º e § 3º do art. 432 a serem incluídos pela MP 1116/2022 seguirão fragilizando o perfil de formação dos aprendizes e, conseqüente, desacreditando a aprendizagem profissional. Induzirá o aumento do desinteresse por parte das empresas e para permanência de baixo percentual de cumprimento da cota que atualmente vigora no país: apenas cerca de 50% do total de vagas. Considerando a cifra atual, são quase 500 mil jovens que deixam de acessar a aprendizagem profissional.

Ao mesmo tempo servirá apenas como um instrumento de renda temporal que não assegurará empregabilidade a estes jovens egressos da aprendizagem, resultado oposto ao princípio que fundamenta a Aprendizagem Profissional.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2022.

Deputado Alexis Fonteyne
NOVO-SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexis Fonteyne
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224428349300>



**MPV 1116
00193**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1116, DE 05 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA Nº ____

Suprima-se o parágrafo único acrescido ao artigo 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, pelo art. 28 da Medida Provisória nº 1116/2022.

Justificação

O artigo 28 da MP insere parágrafo único ao artigo 434 da CLT, determinando, desarrazoadamente, que na hipótese de descumprimento da conta de aprendizagem, será aplicado ao estabelecimento a multa prevista no artigo 47 da CLT (R\$ 3.000,00, acrescido de igual valor nas hipóteses de reincidência), por aprendiz não contratado.

Tal inovação eleva substancialmente a multa aplicada até então, mostrando-se desproporcional e desarrazoadada, e não atende a finalidade do Projeto ora instituído, qual seja, o incentivo a contratação de jovens, mormente pelas dificuldades suportadas pelo empresariado no preenchimento dessas cotas. Por esses motivos pugnamos por sua supressão.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022.

Deputado Alexis Fonteyne

NOVO-SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexis Fonteyne
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221341131600>



CD221341131600
LexEdit



**MPV 1116
00194**



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o art. 29 da Medida Provisória nº 1116, de 2022, renumerando-se os subsequentes.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 29 da MPV nº 1116, de 2022, cria uma “mercantilização de aprendizes”, que consiste na possibilidade de uma empresa se desincumbir da obrigação de contratar aprendizes repassando a um terceiro essa obrigação, em contrariedade, entendemos, ao próprio escopo da MPV, que é de criar novas vagas de aprendizagem de forma ampla, em todos os ramos de atividade econômica.

Assim, sugerimos sua supressão, de maneira a vedar essa possibilidade.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI



**MPV 1116
00195****SENADO FEDERAL**
Senadora Mara Gabrilli**EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 27 da Medida Provisória nº 1116, de 2022, renumerando-se os subsequentes:

Art. 27.....

.....

§ 4º Para fins de cumprimento da cota determinada de aprendizes, o compromisso de regularização de conduta a que se refere o § 1º deverá determinar explicitamente o número real de aprendizes já contratados no momento de adesão e o número de aprendizes que se procura atingir no prazo determinado, sendo vedada qualquer forma de fixação desses números por média em período anterior à adesão;

.....

JUSTIFICAÇÃO

A redação do art. 27 da MPV nº 1116, de 2022 e do § 5º do Art. 431 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - na forma do art. 28 da MPV nº 1116, de 2022, permitem que o Ministério do Trabalho e Emprego, ao negociar o termo de adesão da empresa, possa adotar como ponto de partida para a contratação de novos aprendizes, uma média de períodos passados da própria empresa, que, se for superior ao número atual de aprendizes permitirá uma contratação em número efetivamente menor que o mínimo devido.



2

Ora, entendemos que essa possibilidade é absolutamente despicienda, uma vez que a intenção é a de aumentar ao máximo a contratação de novos aprendizes. Assim, propomos a presente emenda para excluí-la cabalmente, mantendo o que entendemos ser o espírito da Lei.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI



**MPV 1116
00196****SENADO FEDERAL**
Senadora Mara Gabrilli**EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Acrescente-se ao art. 15 da MPV nº 1116, de 2022, o seguinte § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único para § 1º:

Art. 15.....

.....

§ 2º A flexibilização de que tratam o *caput* e o § 1º poderá ser concedida a qualquer tempo ao empregado que tenha filho ou dependente com deficiência, mesmo que excedido o prazo do § 1º do art. 9.

JUSTIFICAÇÃO

Propomos, por meio da presente emenda, que a possibilidade de flexibilização da jornada de trabalho seja estendida de forma permanente aos empregados que possuem filhos ou dependentes com deficiência. Sabemos que as exigências médicas, fisioterápicas, fonoaudiológicas e educacionais dessas crianças podem demandar uma grande necessidade da presença dos pais para transporte e acompanhamento, pelo que seria justa e adequada a adoção de jornada de trabalho menos rígida.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI



**MPV 1116
00197****SENADO FEDERAL**
Senadora Mara Gabrilli**EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Dê-se ao art. 8º a seguinte redação:

“Art. 8º Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade e, de modo especial, as empregadas e os empregados com filho com deficiência, na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.”

JUSTIFICAÇÃO

A possibilidade das empregadas e dos empregados com filho com deficiência serem priorizados para desenvolver suas atividades por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância constitui valioso instrumento para seu maior acesso ao mercado de trabalho e mais atenção ao filho com deficiência.

Como se sabe, a pessoa com deficiência sempre requer maiores cuidados por parte da família. Esses cuidados, infelizmente, dificultam muitos trabalhadores exercer atividades presenciais na empresa e, por isso, são até mesmo discriminados na hora da contratação.

Por essas razões, esperamos a acolhida da presente emenda por fazer justiça a essas empregadas e empregados.



2

Sala da Comissão

Senadora MARA GABRILLI



**MPV 1116
00198**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Inclua-se alínea 'f' ao inciso I do § 1º do art. 24 da Medida Provisória:

“Art. 24

§
1º

I
-

.....

.

f) ao efetivo apoio às empregadas de seu quadro de pessoal e das que prestem serviços no seu estabelecimento em caso de assédio, violência física, psicológica ou qualquer violação de seus direitos no local de trabalho; e

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Uma das causas de saída de mulheres do mercado de trabalho está relacionada a situações de violência e assédio no ambiente laboral, sendo que muitas delas sequer têm coragem de denunciar as violências sofridas por falta de apoio de seus empregadores.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria Rosas
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222015025900>



CD222015025900

Pesquisa realizada pelas instituições Think Eva e LinkedIn¹ com 414 mulheres em 2020 apontou que quase metade das entrevistadas já foi vítima de assédio sexual no ambiente laboral e que apenas 5% das vítimas buscam o departamento de recursos humanos da empresa para denunciar a violência sofrida. O estudo mostra ainda que as maiores barreiras para realizar a denúncia são, segundo as respondentes: para 78,4% a impunidade; para 63,8%, as políticas ineficientes e, para 63,8%, o medo. Em função dessas barreiras, metade delas prefere não denunciar e 1 em cada 6 vítimas de assédio sexual no trabalho pede demissão após sofrerem a violência.

Aumentar a empregabilidade das mulheres exige ampliar a segurança para que as trabalhadoras tenham ambientes de trabalho livres de violência e assédio. Dessa forma, incluir esta perspectiva na legislação brasileira servirá para impulsionar o país na adoção de medidas efetivas de combate ao assédio no mundo do trabalho, em consonância com dispositivos internacionais sobre o tema, como a recentemente aprovada Convenção n.º 190 da OIT sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho, cuja ratificação pelo País é demanda prioritária da Bancada Feminina da Câmara.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada Maria Rosas
(REPUBLICANOS/SP)

2022-3427



1 "O ciclo do assédio sexual no ambiente de trabalho". <https://thinkeva.com.br/pesquisas/assedio-no-contexto-do-mundo-corporativo/>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria Rosas
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222015025900>



**MPV 1116
00199****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se, no art. 34 da Medida Provisória, a inclusão do § 7º ao artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943:

“Art. 34

‘Art. 461

.....

‘

§ 7º Pela infração ao inciso III do art. 373-A desta Consolidação, será imposta pelo juízo ao empregador multa em favor da empregada de até 5 (cinco) vezes a diferença verificada em todo o período de contratação, observado o prazo prescricional, tendo como valor mínimo o estabelecido no § 6º deste artigo.’

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Em seu artigo 32, a Medida Provisória reforça a garantia já trazida na CLT de pagamento de salários iguais para funções iguais para homens e mulheres, porém não endurece a multa para os empregadores que



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marina Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223733524100>



2

descumprirem tal exigência. Como ainda é alta a discriminação salarial contra mulheres no Brasil, é preciso adotar medidas que ampliem o combate dessa prática discriminatória.

Trata-se de tema já em discussão no Congresso Nacional e cuja redação foi extraída do PL 1.558/2021, de autoria do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS).

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada

2022-3431



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marina Santos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223733524100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 1116
00200

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 25 DE MARÇO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA

Dê-se a seguinte redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 8º, da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022:

“Art. 1º:

I -:

a) pagamento de auxílio-creche;

...

CAPÍTULO II

DO APOIO À PARENTALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Auxílio-creche

Art. 2º Ficam os empregadores autorizados a adotar o benefício de auxílio-creche, de que trata a alínea “s” do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I - o benefício será destinado ao pagamento de creche ou de pré-escola de livre escolha da empregada ou do empregado, ou outra modalidade de prestação de serviços de mesma natureza.;

II - o benefício poderá ser concedido à empregada ou ao empregado que possua filhos menores de seis anos de idade, sem prejuízo dos demais preceitos de proteção à maternidade, bem como aos filhos com deficiência que exijam cuidados permanentes,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eli Corrêa Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225784243600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

sem limite de idade, desde que tal condição seja comprovada por atestado fornecido pelo INSS ou instituição por ele autorizada, ou, ainda, por médico pertencente a Convênio mantido pelo empregador;

...

Art. 3º A implementação do auxílio-creche ficará condicionada à formalização de acordo individual, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

...

Art. 4º Os valores pagos a título de auxílio-creche:

...

Art. 5º Os empregadores que adotarem o benefício do auxílio-creche ficam desobrigados da instalação de local apropriado para a guarda e a assistência de filhos de empregadas no período da amamentação, nos termos do disposto no § 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

...

Art. 8º Os empregadores poderão conferir prioridade as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943." (NR)

Justificativa

Sugerimos alteração da redação dos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º art. 8º, da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022. Inicialmente, propõe-se substituir a expressão "reembolso-creche" por "auxílio-creche" prevista nos artigos mencionados. Tal medida restaura a finalidade social deste benefício que não existe somente na modalidade de reembolso e, ao mesmo tempo, protege essa expressão consagrada não



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eli Corrêa Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225784243600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

somente pela legislação, mas principalmente pelos acordos e convenções coletivas de trabalho.

A segunda alteração busca garantir que todas as crianças com menos de 6 anos de idade tenham direito ao auxílio-creche e não somente àquelas compreendidas entre os 4 meses e 5 anos de idade. Não havendo alteração do texto da Medida Provisória, crianças com idade inferior a 4 meses e entre 5 e 6 anos serão extremamente prejudicadas.

Além disso, propõe-se a inclusão de que o auxílio-creche beneficiará filhos com deficiência, independentemente de sua idade.

Por fim, sugere-se a exclusão da autorização para que o Executivo possa estabelecer um teto para o auxílio-creche. Atualmente, esse teto não existe e o mesmo poderá prejudicar inúmeras famílias que dependem desse recurso.

Sugerimos, ainda, a alteração da redação do art. 8º, da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022. A proposta do artigo 8º, busca evidenciar que as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade serão priorizados na hipótese de adoção do teletrabalho, porém que tal decisão será gerida pelo empregador.

Isso se deve ao fato de que pessoas com a mesma função ou cargo podem realizar atividades distintas. Além disso, mesmo que haja absoluta identidade nas atividades a serem realizadas, as habilidades comportamentais são distintas de pessoa para pessoa, o que pode influenciar na escolha de um trabalhador para exercer atividades presenciais ou teletrabalho. Por exemplo: na função de atendimento, um pode ter maior aptidão para o contato presencial com o público e o outro, por meio digital.

Quando cada pessoa consegue se sentir confortável nas suas habilidades, maior a chance de conseguir felicidade do trabalho e desenvolvimento de carreira.

Além disso, o texto da Medida Provisória parte da premissa de que todas as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade, preferem trabalhar somente na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto, o que não é necessariamente verdade.

A convivência pessoal é um fator essencial na inclusão do trabalhador na organização empresarial.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eli Corrêa Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225784243600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sabe-se que alguns trabalhadores preferem estar no trabalho presencial, em convívio contínuo com os colegas, enquanto outros preferem o teletrabalho e o convívio digital.

Assim, a norma, ao invés de permitir que as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade possam estabelecer com seus empregadores se preferem o teletrabalho ou o trabalho presencial, torna obrigatório o teletrabalho para esses trabalhadores.

Destaca-se ainda, que por diversos motivos pessoais, trabalhadores que deveriam ser colocados em teletrabalho por força da Medida Provisória, prefeririam estar no trabalho presencial.

Assim, ao transformar a obrigação em uma possibilidade, evita-se que a norma legal prejudique os interesses dos próprios trabalhadores.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2022.

Deputado Eli Corrêa Filho
União/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eli Corrêa Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225784243600>



CD225784243600
LexEdit



**Câmara dos Deputados****MPV 1116
00201****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o § 6º ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória 1.116/2022:

“Art. 28. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

429.

.....

.

.....

.

.....

.

§6º Fica excluído da base de cálculo referida no caput desse artigo as ocupações que não podem ser exercidas por maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos”.(NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vanderlei Macris
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222636126500>



CD222636126500



A Constituição em seu art. 7º, inciso XXXIII veda algumas atividades para os menores de 18 (dezoito) anos, que não podem exercer o labor em condições perigosas, insalubres e noturno.

Logo, entendemos que não justifica a contagem da base de cálculo do art. 429 da CLT para as ocupações que não podem ser exercidas por menores de 18 anos, pois os aprendizes poderiam sofrer consequências mais graves em razão da exposição aos agentes prejudiciais à saúde do que o empregado maior de idade.

Motivo pelo qual pedimos apoio dos demais parlamentares para aprovação da emenda que versa sobre a exclusão das que não podem ser exercidas por maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos para o compute do cumprimento da cota de aprendizagem.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2022.

VANDERLEI MACRIS
Deputado Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vanderlei Macris
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222636126500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP

**MPV 1116
00202****COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Inclua-se alínea 'f' ao inciso I do § 1º do art. 24 da Medida Provisória:

“Art. 24

§

1º

I

-

.....

.

f) ao efetivo apoio às empregadas de seu quadro de pessoal e das que prestem serviços no seu estabelecimento em caso de assédio, violência física, psicológica ou qualquer violação de seus direitos no local de trabalho; e

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Uma das causas de saída de mulheres do mercado de trabalho está relacionada a situações de violência e assédio no ambiente laboral, sendo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria Rosas

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222304257800>



que muitas delas sequer têm coragem de denunciar as violências sofridas por falta de apoio de seus empregadores.

Pesquisa realizada pelas instituições Think Eva e LinkedIn¹ com 414 mulheres em 2020 apontou que quase metade das entrevistadas já foi vítima de assédio sexual no ambiente laboral e que apenas 5% das vítimas buscam o departamento de recursos humanos da empresa para denunciar a violência sofrida. O estudo mostra ainda que as maiores barreiras para realizar a denúncia são, segundo as respondentes: para 78,4% a impunidade; para 63,8%, as políticas ineficientes e, para 63,8%, o medo. Em função dessas barreiras, metade delas prefere não denunciar e 1 em cada 6 vítimas de assédio sexual no trabalho pede demissão após sofrerem a violência.

Aumentar a empregabilidade das mulheres exige ampliar a segurança para que as trabalhadoras tenham ambientes de trabalho livres de violência e assédio. Dessa forma, incluir esta perspectiva na legislação brasileira servirá para impulsionar o país na adoção de medidas efetivas de combate ao assédio no mundo do trabalho, em consonância com dispositivos internacionais sobre o tema, como a recentemente aprovada Convenção n.º 190 da OIT sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho, cuja ratificação pelo País é demanda prioritária da Bancada Feminina da Câmara.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada Maria Rosas
(REPUBLICANOS/SP)

2022-3427



1 "O ciclo do assédio sexual no ambiente de trabalho". <https://thinkeva.com.br/pesquisas/assedio-no-contexto-do-mundo-corporativo/>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria Rosas
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222304257800>



**MPV 1116
00203****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo em destaque promove diversas alterações na Seção da CLT que trata da aprendizagem, pretendendo ampliar o prazo máximo do contrato de aprendizagem para 3 (três) anos, ou ainda, para 4 (quatro) anos quando o aprendiz for contratado com idade entre quatorze e quinze anos incompletos ou na hipótese de continuidade do itinerário formativo.

Contudo, os programas de aprendizagem atuais, inseridos no Cadastro Nacional de Aprendizagem, têm duração máxima de dois anos, conforme legislação atual. Via de regra, o tempo de duração previsto para os programas vigentes é bem menor, entre doze e dezesseis meses no máximo.

Além disso, a ampliação do prazo máximo da aprendizagem profissional diminui a rotatividade da cota legal em razão da permanência mais longa, reduzindo, em consequência, o quantitativo de adolescentes e jovens alcançados pela aprendizagem. O que já é permitido são contratos de aprendizagem sucessivos, até o limite de dois anos, porém em arcos ocupacionais diferentes. Dessa forma, restam garantidas ao aprendiz múltiplas formações e o exercício de atividades distintas.

Assim, o efeito da alteração proposta será o adiamento da efetivação de adolescentes e jovens como empregados, em prejuízo da melhoria de sua condição socioeconômica.

Além disso, eventual ampliação do prazo máximo dos programas de



aprendizagem, sem manter relação com a complexidade progressiva da formação técnico-profissional metódica, redundará em precarização do instituto e utilização indevida do trabalho de adolescentes e jovens aprendizes como mão de obra barata. Importante observar que os contratos de aprendizagem profissional, muito embora possam vigorar por até dois anos, em média, têm duração bem inferior, em regra um ano ou período um pouco superior. Nesta linha, caso a empresa opte por contratos de aprendizagem profissional de um ano, por exemplo, findo o prazo de vigência poderá ficar por igual período desonerada em relação àquela vaga.

Dados da Subsecretaria do Capital Humano do Ministério do Trabalho apontam que, em 2019, 14% dos aprendizes eram efetivados na mesma empresa em até 12 meses do término da aprendizagem, o que significa dizer uma redução de quase 70 mil vagas de aprendizes num período de dois anos, considerando o prazo máximo do contrato de aprendizagem na legislação atual.

Destaca-se, ainda, que a previsão de cômputo fictício de aprendizes transforma a obrigação legal de contratar aprendizes em uma imposição apenas sazonal, com períodos de contratação e outros de completa desoneração, o que, além de subverter a própria essência da cota, reduzirá consideravelmente o número de vagas disponíveis para os adolescentes e jovens brasileiros. Ademais, dá margem ao completo desvirtuamento da aprendizagem, já que para se beneficiar do cômputo fictício, basta a empresa contratar um aprendiz e efetivá-lo, para se eximir da cota por 12 meses, ressaltando que o Decreto 11.061/22 inovou ao instituir a rescisão antecipada do contrato de aprendizagem (art. 71, V), em franco prejuízo à profissionalização, justamente para permitir a efetivação do aprendiz antes de findo o período da formação técnico-profissional, tudo para permitir o cômputo fictício de aprendizes.

Lado outro, o dispositivo em comento cria o cômputo em dobro de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, o que não atende o princípio da proporcionalidade, possuindo viés nitidamente discriminatório, como se a admissão destas pessoas constituísse para o empregador ônus ou encargo adicional se comparada à contratação de outros adolescentes ou jovens, o que não é verdadeiro.

A proposta reduz consideravelmente o alcance da cota de aprendizes, uma vez que, atualmente, 34% dos aprendizes estão inscritos no Cadúnico (dados do Ministério do Trabalho e Previdência). O dispositivo, portanto, reduz de plano 17% do potencial da cota de aprendizagem.



Cabe ainda ressaltar a previsão de a aprendizagem ser ministrada por instituições educacionais que ofereçam educação profissional e tecnológica, ou para pessoas com até 29 (vinte e nove) anos.

Contudo, por constituir indispensável política de inclusão socioeconômica de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, a aprendizagem não se compatibiliza com cursos de educação profissional tecnológica, que são de nível graduação.

Isto porque adolescentes em situação de vulnerabilidade social – os que estão no trabalho infantil – têm baixa escolarização, apresentam distorção idade/ano e raramente estão no ensino médio, muito menos no ensino profissional e tecnológico.

A educação profissional tecnológica (nível superior), portanto, afasta os/as adolescentes da cota de aprendizagem e prestigia jovens com idade superior a 18 anos, distorcendo totalmente a finalidade para a qual a cota de aprendizagem foi concebida, que é justamente prevenir e erradicar o trabalho infantil.

De fato, o formato da aprendizagem estabelecido pela Lei nº 10.097/2000, limitava a contratação de adolescentes com idade entre 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos.

Nada obstante o limite máximo tenha sido posteriormente alterado para 24 (vinte e quatro) anos, a legislação determinava que a contratação deveria atender, prioritariamente, adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, consoante Decreto nº 9.579/2019, artigo 53.

O público prioritário da política de aprendizagem profissional, portanto, são adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos – justamente para prevenir e erradicar o trabalho infantil –, os quais, segundo o IBGE, têm três vezes mais dificuldades de acessar o mercado de trabalho do que a média nacional¹.

Ademais, cerca de 78% dos casos de trabalho infantil, segundo o IBGE², concentram-se na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos, motivo pelo qual a prioridade da aprendizagem neste grupo etário é necessário instrumento de combate ao trabalho infantil.

¹ https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego

² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/ibge-brasil-tem-46-das-criancas-e-adolescentes-em-trabalho-infantil>



Desse modo, o reconhecimento da educação profissional tecnológica como atividade teórica da aprendizagem afigura-se discriminatória e seletiva e resultará em prejuízo para significativa parcela de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, reduzindo-lhes as chances de ingresso adequado e protegido no mercado de trabalho, aprofundando as desigualdades sociais existentes no País.

Além disso, o dispositivo altera o artigo 431, ampliando o rol de entidades sem fins lucrativos que podem ministrar a aprendizagem.

Ocorre que a ampliação poderá desassociar a aprendizagem da formação técnico-profissional metódica e, por consequência, resultar na precarização da mão-de-obra do aprendiz e no desvirtuamento da finalidade do instituto.

Vale frisar, ainda, a previsão para que não seja computado na jornada o tempo de deslocamento entre a entidade formadora e o estabelecimento, que poderá prejudicar o tempo necessário para o estudo do aprendiz, em ofensa ao direito fundamental à educação.

Com efeito, a aprendizagem alia a aquisição de competências para o exercício de uma ocupação profissional com a obrigatória matrícula e frequência à escola, de modo que tempo máximo da jornada deve necessariamente computar o deslocamento entre a entidade formadora e o estabelecimento.

Senadora Zenaide Maia

Brasília, em 09 de maio de 2022.



**MPV 1116
00204****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 26 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A contratação de aprendizes é uma obrigação legal e decorre da função social da empresa e da efetivação do direito de adolescentes e jovens à profissionalização e à educação, de modo que não se justifica a criação de incentivos, fiscais, financeiros e, principalmente, que afetem o potencial mínimo de contratação de aprendizes, assim como não se justifica a previsão de procedimento especial para regularização da cota legal por setores que apresentem baixa taxa de contratação de aprendizes.

Tais medidas ferem o princípio da isonomia, na medida que estariam criando benefícios somente para empresas e setores que não estejam observando o cumprimento da cota legal de contratação de aprendizes, desprestigiando aquelas e aqueles que já a observam.

Deve ser acrescido que os benefícios podem gerar desequilíbrio na concorrência, pois reduz o custo dos bens e serviços ofertados pelas empresas descumpridoras da cota legal em comparação com as demais empresas cumpridoras.

Além do mais, não pode a lei autorizar a flexibilização do direito à profissionalização de adolescentes e jovens, prevendo longos prazos – o § 8º estabelece a duração máxima de 2 (dois) anos – para o cumprimento da cota legal,



sem qualquer justificativa para tanto.

Deve ser lembrado que o artigo 227, *caput*, da Constituição da República assegura a efetivação dos direitos de adolescentes e jovens com prioridade absoluta, entre os quais o direito à profissionalização. Ora, está em sentido diametralmente oposto à prioridade absoluta e à proteção integral de adolescentes e jovens o dispositivo da Medida Provisória que admite o cumprimento integral da cota apenas ao final do prazo de dois anos.

Senadora Zenaide Maia

Brasília, em 09 de maio de 2022.



**MPV 1116
00205****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 5º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do reembolso-creche é louvável, mormente em se tratando de benefício que aproveitará tanto empregadas como empregados com filhos ou pessoa sob sua guarda. Todavia, o efeito de desonerar o empregador do dever preconizado pelo art. 389, §1º, da CLT (dever de, quando contar com ao menos trinta empregadas com mais de dezesseis anos, garantir local apropriado para a guarda e assistência de filhos no período da amamentação) contraria a linha evolutiva do entendimento sobre parentalidade responsável. É importante destacar que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendam o aleitamento materno até, no mínimo, os dois anos de idade da criança, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida. Ademais, a prática de se manter espaço destinado à amamentação no local de trabalho é medida pouco onerosa para as empresas, que, geralmente, reservam uma sala simples e com os poucos equipamentos necessários. Portanto, considerando-se o baixo custo da manutenção de espaço, no local de trabalho, destinado à assistência a crianças, durante o período de amamentação, revela-se desproporcional que a implementação do reembolso-creche, pelo art. 5º da MP 1.116/2022, acarrete a exclusão da obrigação de ser mantido, pelas empresas, referido espaço, o qual beneficia não apenas a mãe



trabalhadora, mas principalmente as crianças, que são destinatárias da proteção integral preconizada pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988.

Senadora Zenaide Maia

Brasília, em 09 de maio de 2022.



**MPV 1116
00206****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 27 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo sob análise, ao dispor sobre a adesão ao Projeto mediante a celebração de termo de compromisso, visando ao cumprimento da cota legal nos prazos estabelecidos, ofende o princípio da prioridade absoluta na efetivação de direitos de adolescentes e jovens, em especial, dos direitos à profissionalização e à educação.

Com efeito, o artigo 27 prevê a duração máxima de dois anos e o estabelecimento de condições especiais para setores econômicos com baixa taxa de contratação de aprendizes.

Ocorre que a aprendizagem profissional é a principal política pública para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, em especial adolescentes, aliando geração de renda, profissionalização e educação, pois é requisito essencial do contrato de aprendizagem a matrícula e frequência à escola até o término do ensino médio.

A concessão de prazo de até dois anos para que as empresas cumpram a cota legal resultará na redução dos níveis de contratação e frustrará o ingresso de uma legião de adolescentes e jovens de forma protegida e adequada ao mercado de trabalho, impactando negativamente nos índices sociais, num momento de elevado índice de desemprego e de aumento da vulnerabilidade socioeconômica.



O incremento do número de aprendizes contratados, inclusive nos setores que resistem ao cumprimento de sua função social, passa necessariamente pela conscientização do empresariado e fortalecimento dos órgãos de fiscalização do trabalho, mas não pela concessão de benefícios para aqueles que se escusam ao cumprimento da lei.

Senadora Zenaide Maia

Brasília, em 09 de maio de 2022.



**MPV 1116
00207**



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o § 7º, renumerando-se os demais, do art. 27 da MPV nº 1116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Pretende-se com esta sugestão suprimir o § 7º do art. 27 da MPV nº 1116, de 2022, que permite que os estabelecimentos referidos no § 4º que aderirem ao Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes estarão sujeitos a procedimento especial de fiscalização, com o objetivo de regularização progressiva da cota de aprendizagem profissional, por meio da assinatura de termo de compromisso que estabeleça condições específicas, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência.

Segundo nosso entendimento, o dispositivo dificulta a fiscalização do trabalho, impedindo os Auditores Fiscais do Trabalho de atuarem contra irregularidades porventura cometidas pelas empresas que aderirem ao Projeto, criando verdadeiro ambiente propício ao cometimento de fraudes a esse programa.

Por essas razões, esperamos o acolhimento da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senadora Mara Gabrilli





**MPV 1116
00208**



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o inciso III, renumerando-se os demais, do art. 26 da MPV nº 1116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Estamos propondo a supressão do inciso III do art. 26 da MPV nº 1116, de 2022, que possibilita que as empresas possam cumprir a cota de aprendizagem profissional em quaisquer de seus estabelecimentos, localizados na mesma unidade federativa, pelo prazo de dois anos.

A permanecer o dispositivo, não temos dúvida que esvaziará o número de contratações de aprendizes nas cidades do interior, que, seguramente, passarão ser centralizadas nas regiões metropolitanas.

Por isso, esperamos contar com o acolhimento dessa emenda.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI



**MPV 1116
00209****SENADO FEDERAL**
Senadora Mara Gabrilli**EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o § 4º, renumerando-se os demais, do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma que dispõe o art. 28 da MPV nº 1116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa suprimir o § 4º do art. 429 da CLT, alterado pelo artigo 28 da MPV nº 1116, de 2022, que estabelece que o aprendiz contratado por prazo indeterminado ao término do seu contrato de aprendizagem profissional continuará a ser contabilizado para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional enquanto estiver contratado, considerado o período máximo de doze meses para essa contabilização.

Essa regra criará um cálculo fictício do número de aprendizes, inflando artificialmente os dados oficiais de cumprimento de cota, sem gerar, de fato, novas vagas de aprendizagem. Estima-se que essa norma poderá reduzir até 250.000 vagas de aprendizagem.

Por essas razões, contamos com o acolhimento de nossa sugestão.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI





**MPV 1116
00210**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo a Medida Provisória nº 1.116/2022.

Art. - Inclua-se na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, artigo 429-A de seguinte teor:

"Art. 429-A. Para a definição das funções que demandam formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com a participação dos representantes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e de representantes das confederações empresariais a que alude o §1º do art. 535 desta consolidação, e que tenham cadastro ativo no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).

§1º Devem ser consideradas funções que demandam formação técnico-profissional metódica, para a definição da base de cálculo da cota legal de aprendizes por estabelecimento, aquelas funções que preencham ao menos 3 (três) dos 4 (quatro) requisitos abaixo:

- a) escolaridade mínima superior ao ensino fundamental completo;
- b) experiência profissional mínima de um ano;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

- c) curso de qualificação profissional mínimo superior a 200 horas; ou
d) função que requeira supervisão para seu desempenho." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A aprendizagem é um programa de formação técnico-profissional metódica (art. 428, CLT), que tem por objeto ensinar uma profissão de formação ao jovem. Seu êxito depende de uma articulação, para ampliação da produtividade e a ampliação adequada da formação profissional para funções a qual há demanda do mercado de trabalho, de forma a prover as habilidades necessárias para o constante crescimento de demandas de ordens técnicas e tecnológicas do mundo interconectado atual.

No entanto, as linhas gerais legais da aprendizagem demandam novas atualizações ao contexto atual, dada a revolução dos meios de produção, que estão em constante modernização. Por isso, necessário adequar com precisão a base de cálculo às funções que efetivamente demandem a formação de aprendizagem. Há, para isso, requisitos mínimos para a atividade e para o aprendiz que devem ser atingidos, e que devem constar da lei para que fiquem patente para trabalhadores, empresas e fiscalização.

Por isso, sugere-se a adoção da presente emenda, que tem por finalidade especificar critérios de identificação da formação técnico-profissional metódica para fins de base de cálculo da cota. Com isso, será indicado na lei, com metodologia técnica, quais funções profissionais demandam esse tipo de formação e, assim, quais ocupações seriam incluídas na base de cálculo da aprendizagem.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 2022

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas / RS

CSC





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Senado Federal - Anexo II – Gabinete 5 – Ala Senador Afonso Arinos – Térreo
Fones 61 3303 4124 – 4129 - CEP 70165.900 – Brasília – DF – E-mail: sen.luiscarlosheinze@senado.leg.br



**MPV 1116
00211****SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze****MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso V, do art. 26 da Medida Provisória nº 1.116/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....

.....

(.....)

V - terão reduzido em cinquenta por cento o valor da multa decorrente de auto de infração lavrado anteriormente à adesão ao Projeto, ressalvados os débitos inscritos em dívida ativa da União, na hipótese de a infração ser exclusivamente relacionada ao não cumprimento da cota de aprendizagem profissional, desde que a empresa ou a entidade cumpra a cota mínima ao final do prazo concedido no Projeto, ressalvados os casos em que o aderente não conseguir atender a finalidade do projeto por motivos alheios a sua vontade.”





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

JUSTIFICAÇÃO

O inciso V, do art. 26, ao reduzir em 50% o valor de multas aplicadas antes da adesão ao plano de incentivo, mediante a condição do cumprimento da cota mínima no final do prazo concedido no projeto, evidencia considerável irrazoabilidade, mormente se considerarmos as dificuldades das empresas no atendimento da indigitada cota atualmente.

Logo, não poderá a empresa se comprometer de forma absoluta a lograr êxito ao final do projeto, vez que podem acontecer fatos alheios a sua vontade (a exemplo de não socorrerem interessados na contratação de aprendizes), que comprometam o cumprimento a acordado. De forma, mostra-se mais razoável, que os descontos destas multas sejam concedidos, também nos casos em que a empresa, mesmo tentando cumprir cota, não logre êxito.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 2022

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas / RS

CSC



**MPV 1116
00212**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 29 da Medida Provisória nº 1.116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 29 da MP, indica de forma imprecisa que, os contratos de “terceirização de mão de obra” preverão as formas de alocação dos aprendizes da contratada nas dependências da empresa ou da entidade contratante, em quantitativos equivalentes aos estabelecidos no art. 429 CLT.

Além de importar em eventual risco de interferência na livre iniciativa e na gestão das pessoas jurídicas envolvidas (umas das outras), ainda traz expressão incoerente e inexistente no ordenamento jurídico vigente, qual seja, “terceirização de mão de obra”. Em sendo assim, pugnamos pela supressão do citado dispositivo.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Sala das Sessões, em 9 de maio de 2022

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas / RS

CSC



**MPV 1116
00213**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022.

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º, da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022:

*“Art. 8º Os empregadores **poderão conferir prioridade** as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.” (NR)*

JUSTIFICAÇÃO

‘Sugerimos, ainda, a alteração da redação do art. 8º, da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022. A proposta do artigo 8º, busca evidenciar que as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade serão priorizados na hipótese de adoção do teletrabalho, porém que tal decisão será gerida pelo empregador.

Isso se deve ao fato de que pessoas com a mesma função ou cargo podem realizar atividades distintas. Além disso, mesmo que haja absoluta identidade nas atividades a serem realizadas, as habilidades comportamentais são distintas de pessoa para pessoa, o que pode influenciar na escolha de um trabalhador para exercer atividades presenciais ou teletrabalho. Por exemplo: na função de atendimento, um pode ter maior aptidão para o contato presencial com o público e o outro, por meio digital.

Quando cada pessoa consegue se sentir confortável nas suas habilidades, maior a chance de conseguir felicidade do trabalho e desenvolvimento de carreira.

Além disso, o texto da Medida Provisória parte da premissa de que todas as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Gadelha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226912176500>



preferem trabalhar somente na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto, o que não é necessariamente verdade. Sabemos que a convivência pessoal é um fator essencial na inclusão do trabalhador na organização empresarial.

Sabe-se que alguns trabalhadores preferem estar no trabalho presencial, em convívio contínuo com os colegas, enquanto outros preferem o teletrabalho e o convívio digital.

Assim, a norma, ao invés de permitir que as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade possam estabelecer com seus empregadores se preferem o teletrabalho ou o trabalho presencial, torna obrigatório o teletrabalho para esses trabalhadores.

Destaca-se ainda, que por diversos motivos pessoais, trabalhadores que deveriam ser colocados em teletrabalho por força da Medida Provisória, prefeririam estar no trabalho presencial.

Assim, ao transformar a obrigação em uma possibilidade, evita-se que a norma legal prejudique os interesses dos próprios trabalhadores.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2022

LEONARDO GADELHA

Deputado Federal – PSC/PB



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Gadelha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226912176500>



**MPV 1116
00214**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA

Dê-se a seguinte redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022:

“Art. 1º:

I -:

*a) pagamento de **auxílio**-creche;*

...

CAPÍTULO II

DO APOIO À PARENTALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Auxílio-creche

*Art. 2º Ficam os empregadores autorizados a adotar o benefício de **auxílio**-creche, de que trata a alínea “s” do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que cumpridos os seguintes requisitos:*

I - o benefício será destinado ao pagamento de creche ou de pré-escola de livre escolha da empregada ou do empregado, ou outra modalidade de prestação de serviços de mesma natureza, ~~comprovadas as despesas realizadas~~;

*II - o benefício poderá ser concedido à empregada ou ao empregado que possua filhos **menores de seis** ~~entre quatro meses e cinco~~ anos de idade, sem prejuízo dos demais preceitos de proteção à maternidade, **bem como aos filhos com deficiência que exijam cuidados permanentes, sem limite de idade, desde que tal condição seja comprovada por atestado fornecido pelo INSS ou instituição por ele autorizada, ou, ainda, por médico pertencente a Convênio mantido pelo empregador;***

...

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre os limites de valores para a concessão do reembolso-creche.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Gadelha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220405993700>



...

*Art. 3º A implementação do **auxílio-creche** ficará condicionada à formalização de acordo individual, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.*

...

*Art. 4º Os valores pagos a título de **auxílio-creche**:*

...

*Art. 5º Os empregadores que adotarem o benefício do **auxílio-creche** ficam desobrigados da instalação de local apropriado para a guarda e a assistência de filhos de empregadas no período da amamentação, nos termos do disposto no § 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.” (NR)*

JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente, propõe-se substituir a expressão “reembolso-creche” por “auxílio-creche” prevista nos artigos mencionados. Tal medida restaura a finalidade social deste benefício que não existe somente na modalidade de reembolso e, ao mesmo tempo, protege essa expressão consagrada não somente pela legislação, mas principalmente pelos acordos e convenções coletivas de trabalho.

A segunda alteração busca garantir que todas as crianças com menos de 6 anos de idade tenham direito ao auxílio-creche e não somente àquelas compreendidas entre os 4 meses e 5 anos de idade. Não havendo alteração do texto da Medida Provisória em comento, crianças com idade inferior a 4 meses e entre 5 e 6 anos serão extremamente prejudicadas.

Nesse mesmo sentido, propõe-se a inclusão no texto da referida Medida, de que o auxílio-creche também beneficiará aos filhos que com deficiência, necessitem de cuidados em tempo integral, independentemente de sua idade.

Por fim, sugere-se a exclusão da autorização para que o Executivo possa estabelecer um teto para o auxílio-creche. Atualmente, esse teto não existe e poderá prejudicar inúmeras famílias que dependem desse recurso.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2022

LEONARDO GADELHA

Deputado Federal – PSC/PB



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Gadelha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220405993700>



**MPV 1116
00215****MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica-se a redação do art. 2º, do art. 3º, do art. 5º, do art. 7º, do art. 8º, do art. 9º, do art. 12, do art. 17 e do art. 19 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, nos seguintes termos:

“**Art. 2º.**

I - o benefício será destinado ao pagamento de estabelecimentos educacionais referidos no art. 77 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que ofereçam educação infantil na etapa creche ou de pré-escola, que estejam regulamentados ou com autorização para funcionamento e que se habilitem conforme processo e critérios a serem estabelecidos nos termos do regulamento, ou outra modalidade de prestação de serviços de mesma natureza, comprovadas as despesas realizadas, observado o disposto no art. 3º desta Lei;

.....” (NR)

“**Art. 3º** A implementação do reembolso-creche ficará condicionada à formalização de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

.....” (NR)

“**Art. 5º** Os empregadores somente adotarão o benefício do reembolso-creche quando for justificada a impossibilidade da instalação de local apropriado para a guarda e a assistência de filhos de empregadas no período da amamentação ou da celebração de convênio nos termos do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.” (NR)

“**Art. 7º** Todas as entidades privadas de serviço social autônomo e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, manterão ou subvencionarão, de acordo com a sua disponibilidade orçamentária, instituições de educação infantil destinadas aos filhos de empregadas e empregados das empresas pertencentes ao correspondente setor econômico.” (NR)

“**Art. 8º** Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até **seis** anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, e do Capítulo II do Título II da mesma norma, na hipótese da prestação de serviços em regime de teletrabalho ou trabalho remoto por produção ou tarefa.” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227953354900>



CD227953354900



“**Art. 9º** No âmbito dos poderes diretivo e gerencial do empregador, poderão ser adotadas uma ou mais das seguintes medidas, com vistas a promover a conciliação entre o trabalho e os cuidados decorrentes da paternidade:

I - regime especial de compensação de jornada de trabalho por meio de banco de horas, nos termos do disposto no art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943;

II - jornada de doze horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, nos termos do disposto no art. 59-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943;

III - antecipação de férias individuais; e

IV - horário de entrada e de saída flexíveis.

.....
§ 2º As medidas de que trata este artigo deverão ser formalizadas por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.” (NR)

“**Art. 12.** Para as férias concedidas na forma prevista no art. 11, o empregador deverá efetuar o pagamento do adicional de um terço de férias no prazo do art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.” (NR)

“**Art. 17.** ” (NR)

§ 1º Na hipótese prevista no *caput*, a suspensão do contrato de trabalho será formalizada nos termos definidos no acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, observado o disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

..... ” (NR)

“**Art. 19.** A pedido dos empregados, os empregadores poderão suspender o contrato de trabalho daqueles cuja esposa ou companheira tenha encerrado o período da licença-maternidade para:

.....
§ 1º A suspensão do contrato de trabalho ocorrerá nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, formalizada nos termos definidos em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

..... ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.116, editada no Diário Oficial em 05 de maio, traz significativas alterações nas relações de trabalho para as mulheres-mães e pais que são empregadas/os e para jovens aprendizes.

Entretanto, o conteúdo da MP 1116/2022 camufla diversos prejuízos às mulheres como se fossem vantagens (acesso a creche privada e a cursos de qualificação profissional pelo uso do seu saldo do FGTS) e quando incide em diversas flexibilizações na relação de trabalho dos pais, para o exercício de uma paternidade responsável, pelo denominado **programa Emprega + Mulheres não apresentam iniciativas efetivas e concretas que possam representar aumento real na geração de empregos para as mulheres ou de sua permanência nos postos de**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227953354900>



trabalho formal, nem mesmo de que serão traduzidas em avanços ascendentes nas suas carreiras.

A Medida Provisória prevê: (a) a implementação de reembolso creche (art. 3º); (b) de alterações contratuais com a finalidade de garantir a conciliação entre o trabalho e a paternidade (art. 9º) e (c) suspensões contratuais para (c.1) qualificação profissional da mulher (art. 17) e (c.2) para acompanhamento e desenvolvimento de filhos em período posterior ao encerramento da licença maternidade (art. 19).

Ainda a MP 1.116/2022 somente reconhece a precedência do teletrabalho em favor de trabalhadores/as que detenham guarda de crianças com até quatro anos de idade. Tal limite etário é incoerente com a idade mínima de ingresso no Ensino Fundamental, que é de seis anos de idade, conforme previsão da Lei 11.114/2005. Assim, deverá ser alterado o artigo em apreço apenas com relação à idade da criança, para que conste até 6 anos.

Os artigos 11, 12 e 13 devem ser modificados, pois a MP cuidou de estabelecer a possibilidade de fruição de férias antecipadas (ou seja, antes de completado o período aquisitivo) durante o primeiro ano de nascimento do filho ou enteado, da adoção ou da guarda judicial. Entretanto, previu a possibilidade de pagamento do adicional de um terço de férias até 20 de dezembro (data do pagamento da gratificação natalina, art. 12). Tal sistemática é mais prejudicial ao/a empregado/a e viola a regra geral prevista no art. 145 da CLT (que assegura o recebimento das férias e de eventual abono até dois dias antes de sua fruição). Assim, deve ficar a critério do/a empregado/a a fruição de férias antecipada, bem como deve ser previsto o pagamento delas na forma da regra já vigente no art. 145 da CLT.

O artigo 19 deve ser alterado, pois na forma como veiculado na MP, ou seja, sem que haja pedido expresso do trabalhador, arrisca-se transformar-se a suspensão do contrato de trabalho, prevista com forma de propiciar o apoio ao retorno da mulher ao trabalho, após o término da licença-maternidade, em um modo de o empregador esquivar-se dos deveres inerentes ao vínculo empregatício, enfim, porta para a prática de fraudes nas relações laborais.

Note-se que a presente emenda modificativa tem como finalidade essencial suprimir a expressão “acordo individual” de todos os dispositivos legais supramencionados. Importante que as **alterações trazidas sejam delineadas por meio de acordo coletivo de trabalho e/ou convenção coletiva de trabalho**. Isso porque, em razão da hipossuficiência da classe trabalhadora, é importante que as medidas implementadas sejam acompanhadas pela entidade constitucionalmente investida da defesa de seus interesses (Constituição Federal, art. 8º, III).

Observe-se, inclusive, que o art. 476-A da CLT, ao prever hipótese de suspensão contratual para qualificação profissional do trabalhador, acautelou-se ao exigir a existência de acordo coletivo de trabalho e/ou convenção coletiva de trabalho autorizativos. Tal cautela justifica-se em razão das possíveis consequências de referida suspensão no contrato de trabalho.

Sendo assim, a participação da entidade sindical representante da classe trabalhadora, em hipóteses que poderão acarretar impactos diretos e/ou indiretos nas relações entre trabalhadores e empregadores, mostra-se de essencial importância.

Aliás, e por fim, destaque-se que, a participação dos principais atores sociais na negociação de referidas alterações, quais seja, empregados, empregadores e suas representações sindicais, assegura um debate mais amplo, legítimo e capaz de assegurar o equilíbrio necessário para assegurar a adoção de medidas de forma mais adequada. Não por outro motivo, a Convenção 144 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, prestigia a consulta tripartite entre representantes do governo, empregadores e trabalhadores em caso de edição de normas de interesse do mundo do trabalho.

Ressaltando a importância da negociação coletiva em matérias que envolvam alteração das relações laborais, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação da matéria, com a supressão da expressão “acordo individual” dos artigos 3º, *caput*, 9º, §2º, 17, §1º e 19, §1º da Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227953354900>



Sala da comissão 09 de maio de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**
Líder do PT



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227953354900>



CD227953354900



**MPV 1116
00216****MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso I do artigo 10 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A hipótese versa sobre banco de horas negativo, ou seja, situação em que o/a empregado/a é devedor/a de horas de trabalho.

Inexiste na Constituição Federal e na CLT autorização para compensação de banco de horas negativo com salários ou com verbas rescisórias devidas ao/à trabalhador/a. Há somente a possibilidade de compensação de horas negativas com horas positivas, por se tratar de matérias da mesma natureza (CF, art. 7º, XIII).

Permitir o desconto de horas negativas nas verbas rescisórias se traduz em transferência do risco da atividade econômica para quem trabalha, o que é vedado pelas normas constitucionais e celetistas.

Por essa razão, apresentamos a presente emenda supressiva, confiante no apoio dos nobres pares.

Sala da comissão, 09 de maio de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**
Líder do PT



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224256900200>



**MPV 1116
00217****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº _____

Art. 1º Modifique os artigos 428, 429 e 430 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterados pelo art. 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28

“Art. 428.

.....
§ 3º O contrato de aprendizagem profissional não poderá ter duração superior a **dois anos**, exceto:

I - quando se tratar de pessoa com deficiência, hipótese em que não há limite máximo de prazo;

II - quando o aprendiz for contratado com idade entre quatorze e quinze anos incompletos, hipótese em que poderá ter seu contrato ser prorrogado por mais **um ano**; ou

III - quando o aprendiz se enquadrar nas situações a seguir, poderá ter seu contrato prorrogado pelo prazo de até **um ano**:

- a) seja egresso do sistema socioeducativo ou estejam em cumprimento de medidas socioeducativas;
- b) esteja em cumprimento de pena no sistema prisional;
- c) integre família que receba benefícios financeiros de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e de outros que venham a substituí-los;
- d) esteja em regime de acolhimento institucional;
- e) seja protegido no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, instituído pelo art. 109 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018; ou
- f) seja egresso do trabalho infantil.

.....
§ 9º O contrato de aprendizagem profissional poderá ser prorrogado, por meio de aditivo contratual e anotação na CTPS, respeitado o prazo máximo de três anos, na hipótese de continuidade de itinerário formativo, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência.

§ 10. Na hipótese prevista no § 9º, a continuidade do itinerário formativo somente poderá ocorrer pelo reconhecimento de parte de cursos da educação profissional e tecnológica de nível médio que sejam compatíveis com as atividades teóricas e práticas do curso de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224299384100>



aprendizagem profissional e com as funções desenvolvidas para o estabelecimento contratante.

§ 11. Para fins do disposto no § 10, considera-se o início do itinerário formativo aquele que tenha ocorrido a partir de curso ou parte de curso:

I - de educação profissional técnica de nível médio; ou

II - de itinerário da formação técnica e profissional do ensino médio.

§ 12. Nas hipóteses previstas nos § 9º a § 11, desde que o estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem profissional seja mantido, poderá haver alteração:

I - da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica; e

II - do programa de aprendizagem profissional.” (NR)

“Art. 429.

§ 4º O aprendiz contratado por prazo indeterminado pela empresa ou entidade ao término do seu contrato de aprendizagem profissional deixará de ser contabilizado para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional no mês seguinte à sua contratação como empregado.

§ 5º Para fins de cumprimento da cota de aprendizagem profissional, terão prioridade na contratação os aprendizes, adolescentes ou jovens, que se enquadrem nas seguintes hipóteses:

I - sejam egressos do sistema socioeducativo ou estejam em cumprimento de medidas socioeducativas;

II - estejam em cumprimento de pena no sistema prisional;

III - integrem famílias que recebam benefícios financeiros de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e de outros que venham a substituí-los;

IV - estejam em regime de acolhimento institucional;

V - sejam protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, instituído pelo art. 109 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018;

VI - sejam egressos do trabalho infantil;

VII - sejam pessoas com deficiência;

VIII - jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou

IX - jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública.” (NR)

“Art. 430.

I - instituições educacionais que oferecem educação profissional e tecnológica;

§ 6º Para fins do disposto nesta Consolidação, as instituições educacionais que oferecem educação profissional e tecnológica compreendem:

I - as instituições de educação profissional e tecnológica públicas dos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais;

II - as instituições de ensino médio das redes públicas de educação que desenvolvam o itinerário de formação técnica e profissional ou o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224299384100>



itinerário formativo integrado que contenha unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos de educação profissional e tecnológica, nos termos do disposto no inciso V do caput e do § 3º do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e

III - as instituições educacionais privadas, com ou sem fins lucrativos, que legalmente ofertem itinerário de formação profissional e tecnológica de nível médio, com curso de aprendizagem validado no cadastro de aprendizagem”. (NR)

Art. 2º Ficam suprimidos os arts. 431 e 432 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterados pelo art. 28 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.116, editada no Diário Oficial em 05 de maio, traz significativas alterações nas relações de trabalho para as mulheres-mães e pais que são empregadas/os e para jovens aprendizes. O discurso do governo **sobre a aprendizagem** supostamente exalta o estímulo à contratação de jovens aprendizes, porém, **os mecanismos usados para beneficiar as empresas contratantes destruirão a definição de cotas para tais contratações que é um dos elementos essenciais dessa política pública.**

Esta emenda propõe o aperfeiçoamento da redação dos dispositivos celetistas alterados pela MP, para:

- permitir a prorrogação do tempo de contrato por mais 1 ano, em situações específicas
- não admitir o uso integral, somente parcial, do tempo dos cursos de educação profissional técnica de nível médio para a parte teórica do curso da aprendizagem e se compatíveis;
- reforçar que o adolescente ou jovem com ensino fundamental incompleto poderá ser também contratado como aprendiz;
- listar um rol de prioridades na contratação para adolescentes em condição de vulnerabilidade social e econômica, excluindo a contabilidade em dobro desses aprendizes na contagem da cota das empresas, pois isso aprofunda a estigmatização e proporciona a redução da aplicação das cotas;
- não permitir que os aprendizes se efetivados no emprego sejam contabilizados por 1 ano como aprendizes da empresa;
- supressiva das alterações do art 431 trazidos na MP sobre contratação indireta para um conjunto de entidades e instituições sem fins lucrativos e de outra natureza jurídica, com um estranho desenho de contratações indiretas, permitindo um conjunto de entidades, até mesmo religiosas, a contratarem pela aprendizagem, sendo elas também autorizadas a ofertarem cursos;
- exclusão também do art 432 que admite jornada diária de 8 horas e trata do tempo de deslocamento, porém, será o contrato que definirá, conforme as normas do Programa de Aprendizagem para o setor e ainda com a intervenção dos órgãos de fiscalização que atuam.

Mesmo sendo oportunista e de expressão notadamente eleitoreira as disposições sobre Aprendizagem na MP 1116, cumpre trazer conteúdos que também estarão em debate nas duas Comissões Especiais referentes a novo marco legal da aprendizagem e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224299384100>



de alterações na estrutura educacional que afeta os aprendizes, pela análise dos **Projetos de Lei 6461/2019 e 6494/2019**.

A mudança constante na MP sobre Aprendizagem ocasionou pedido de afastamento de cargos de coordenação por Auditores-Fiscais do Trabalho e, conforme Nota pública¹, publicada pelo SINAIT, são os agentes públicos responsáveis por fiscalizar se as empresas estão cumprindo ou não as cotas de aprendizagem e eles não foram previamente consultados do conteúdo da MP. De acordo com o Sindicato: “Ao alterar quase 90% dos artigos da Lei da Aprendizagem e cerca de 70% do decreto que regulamenta o instituto, os recentes normativos podem ser classificados como mais uma reforma trabalhista”.

Também Marcelo Gallo, do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), afirmou que não é possível enumerar um só ponto positivo. Ao jornal Folha de São Paulo², ele afirmou o sentimento entre os membros da Febraeda (Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes): "Nossa sugestão para os deputados e senadores é que rejeitem o tema da aprendizagem na sua integralidade".

Por todas essas razões, apresentamos a presente emenda supressiva, confiante no apoio dos pares, ressaltando que os projetos de lei em tramitação poderão ser *locus* de alterações pretendidas sobre o tema.

Sala da comissão, 09 de maio de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**
Líder do PT

1Fonte: <https://www.sinait.org.br/mobile/default/noticia-view?id=19932%2Fnota+publicasinait+recebe+com+preocupacao+alteracoes+no+instituto+da+aprendizagem+profissional>

2 Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/congresso-articula-barrar-flexibilizacao-da-lei-do-aprendiz-e-governo-pode-ter-nova-derrota.shtml#:~:text=Jovem%20Aprendiz,-%2B%203%20fotos&text=A%20MP%20estabelece%2C%20entre%20outras,que%20geraria%20um%20c%20C3%A1lculo%20artificial.>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224299384100>



**MPV 1116
00218**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº 2022

Substitua-se o caput do artigo 3º da MP nº 1.116/2022 pelo seguinte texto:

“**Art. 3º** A implementação do reembolso-creche ficará condicionada à formalização de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho que estabelecerá condições, prazos e valores, sem prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de proteção à maternidade.
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A negociação coletiva equilibra as assimetrias de poder entre empregadas (os) e empregadores, ainda mais em temas relacionados ao direito das trabalhadoras, que acumulam múltiplas dimensões de discriminação na sociedade.

Considerando que o reembolso-creche tratado na MP tem sua definição pouco clara, é importante que o instrumento coletivo disponha sobre os critérios e condições, para que o benefício não sirva como medida discriminatória, inclusive para todas as trabalhadoras.

Sala da Comissão, 09 de maio de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**
LÍDER DO PT



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222022564400>



**MPV 1116
00219****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº 2022

Modifique-se o artigo 23 da MP nº 1.116/2022 para incluir novo parágrafo ao art. 1º e alterar redação inciso II do artigo 1º-A, ambos da Lei nº 11.770, de 2008, nos seguintes termos:

Art. 23.

"Art. 1º"

.....

§5º. Durante o período de que trata o §3º em que a prorrogação for compartilhada, o empregado não poderá exercer qualquer atividade remunerada e o seu filho, enteado ou criança sob guarda judicial não poderá ser mantido em creche ou instituição que preste serviços de mesma natureza." (NR)

"Art. 1º-A. (...)

§ 1º"

I - pagamento integral da remuneração à empregada ou ao empregado pelo período de cento e vinte dias; e

II - acordo escrito firmado entre o empregador e a empregada ou o empregado nos termos fixado em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho.

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa inserir dispositivo que garanta que o homem que assume o período de prorrogação da licença maternidade, nos termos da Lei 11.770/2008, se dedique aos cuidados com o/a filha/o, considerando que a mulher regressou ao trabalho.

Outra proposta, assevera a importância da negociação coletiva para a substituição da licença pela redução de jornada, a fim de equilibrar as assimetrias de poder entre empregadas (os) e empregadores, ainda mais em temas relacionados ao direito das trabalhadoras, que acumulam múltiplas dimensões de discriminação na sociedade. Destaca-se também que o nascimento de um filho é período da vida em que sabidamente metade das mulheres são demitidas em até 2 anos após retornarem da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222179851700>



licença-maternidade (FGV, 2019), fato que pode resultar em pressão indevida das empresas para que as trabalhadoras aceitem acordos individuais desfavoráveis.

Sala da Comissão, 09 de maio de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**
LÍDER DO PT



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222179851700>



CD222179851700



**MPV 1116
00220****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 9º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 9º

§ 3º Na hipótese de negativa do empregador a solicitação individual ou coletiva de trabalhadores para adoção de uma ou mais das medidas previstas neste artigo, o empregador deverá justificar a sua decisão por escrito, indicando as razões de impedimento técnico, financeiro ou organizativo da empresa que justifiquem a sua decisão.

Art. 2º Acrescente-se, no art. 34 da Medida Provisória, alterações no art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, nos seguintes termos:

“Art. 34

‘Art. 461

§ 7º Pela infração ao inciso III do art. 373-A desta Consolidação, será imposta pelo juízo ao empregador multa em favor da empregada de até 5 (cinco) vezes a diferença verificada em todo o período de contratação, observado o prazo prescricional, tendo como valor mínimo o estabelecido no § 6º deste artigo.’

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.116, editada no Diário Oficial em 05 de maio, traz significativas alterações nas relações de trabalho para as mulheres-mães e pais que são empregadas/os e para jovens aprendizes.

O texto elenca uma série de possibilidades de flexibilização de jornada que podem ser adotadas pelos empregadores, no entanto, teme-se que as medidas possam ser inócuas caso não se garanta que o empresariado precisará de uma avaliação técnica e imparcial dos pedidos de flexibilização que eventualmente sejam apresentados pelos trabalhadores.

Isso trará às empresas a responsabilidade de avaliar com mais seriedade e comprometimento as solicitações de medidas de conciliação que chegarem dos empregados, associações de trabalhadores e sindicatos.

Ainda, a presente emenda reconhece que o artigo 32 da Medida Provisória reforça a garantia já trazida na CLT de pagamento de salários iguais para funções iguais para



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225015066100>



2

homens e mulheres, porém não endurece a multa para os empregadores que descumprirem tal exigência. Como ainda é alta a discriminação salarial contra mulheres no Brasil, é preciso adotar medidas que ampliem o combate dessa prática discriminatória.

Ante o exposto, pedimos a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, 09 de maio de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**
PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225015066100>



**MPV 1116
00221**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1116, de 2022, onde couber, a seguinte redação:

Art....O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 429.....

§ 6º A base de cálculo das cotas de Aprendizizes a que se refere o caput não se aplica à atividade de motorista profissional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de não aplicar a base de cálculo das cotas de Aprendizizes à atividade de motorista profissional.

Recentemente, o TST concluiu, em julgamento em que a parte interessada era uma empresa de transporte, que a função de motorista não deve ser incluída na base de cálculo da cota de aprendizagem, pois a referida função exige habilitação específica que não se confunde com formação técnico-profissional metódica, sendo equivocado o entendimento de que a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) seja fundamento legal para se concluir que o motorista de transporte de cargas e de passageiros possa ser aprendiz.

O exercício das funções de motorista exige idade mínima de 21 anos, habilitação nas categorias “D” e “E” e aprovação em cursos e treinamentos de prática veicular, requisitos que os candidatos a aprendiz, para essa função, não conseguem atender.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
<https://seiccarce.org.br/tst-exclui-motorista-da-base-de-calculo-da-cota-de-aprendizagem/>



* C D 2 2 2 6 7 8 1 0 9 5 0 0 *



2

Portanto, a função de motorista exige qualificação específica, conforme previsto no artigo 149 do CTB, o que inviabiliza o exercício da atividade de motorista por aprendizes, sem contar que, uma vez habilitado o motorista nas categorias “D” ou “E”, o mesmo já é considerado pela legislação de trânsito como profissional, não havendo espaço na própria Lei para enquadrá-lo como aprendiz.

Considerando o impacto positivo da medida, solicitamos o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação desta relevante proposição.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222678109500>



MPV 1116
00222

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o Inciso I do artigo 1º, e os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da MP 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

Como é do conhecimento de todos, o FGTS foi criado em setembro de 1966, pela Lei N. 5.107, para subtrair dos(as) trabalhadores(as) a maior garantia de que dispunham, até então, e que remontava à Lei Eloy Chaves de 1922: a estabilidade decenal.

Em 1988, por ironia – não do destino, mas da correlação de forças da sociedade brasileira -, foi incluído no rol dos direitos fundamentais sociais, o seguinte artigo que assim se manifesta:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: ... **III** - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Neste sentido, se nós enquanto sociedade devemos garantir um salário digno, como podemos propor a retirada de um fundo que ampara o próprio trabalhador, e neste caso mais agressivo a mulher?

Ou seja, não há como ir contra a Constituição Federal, utilizando – se de um remédio legal que é a MP, rogando subterfúgios para abater do empregado aquilo que já lhe é de direito, inclusive para realizar uma ação que é do próprio



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222646896100>



Estado, ou seja, educação desde a pré escola a creche, e neste caso, usar um voucher.

Dessa forma, nenhuma justiça social pode ser alcançada por meio de medida tão temerosa, ainda mais se consideramos o contexto de pandemia que se vivencia.

Diante do exposto, deve ser integralmente suprimido o § 5º do 429, previsto no art. 28 da MP 1.116, de 2022.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222646896100>



**MPV 1116
00223****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, onde couber, as seguintes alterações:

Art.1. O art. 428 da CLT passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 428. (...).

[.....]

§12º - É vedada a prorrogação dos contratos de aprendizagem profissional, sendo facultado, no entanto, a celebração de 2 (dois) contratos de aprendizagem sucessivos com o mesmo empregador, desde que em relação a programas de aprendizagem distintos.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto 11.061/2022 autorizou que os contratos de aprendizagem profissional pudessem ser prorrogados por até 4 anos. Tal medida é muito prejudicial à aprendizagem profissional, pois resultará em significativa redução do número de jovens e adolescentes atendidos pelo programa, criando, ainda, estímulo para que a aprendizagem de nível básico seja substituída pela aprendizagem de nível superior (tecnólogo), o que irá resultar em evidente elitização da aprendizagem e afastamento do público de menor escolaridade



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225172676800>



e, conseqüente, maior vulnerabilidade social. O aprendiz será “eternizado” como aprendiz na empresa e com verbas trabalhistas reduzidas.

A Aprendizagem Profissional é uma formação profissional menos complexa, está em nível inferior ao do curso técnico, portanto não deve ter duração superior a 2 anos. Contudo, a duração mais curta do curso de aprendizagem não pode impedir a continuidade do aprendiz na empresa. Assim, apresenta-se a sugestão da celebração de contratos sucessivos entre a empresa e o aprendiz. Com os contratos sucessivos o aprendiz tem a oportunidade de obter múltiplas formações, em contratos distintos, e não estará sujeito a permanecer mais tempo no mesmo contrato, exercendo o mesmo tipo de atividade. A celebração de dois contratos, com formações específicas, traz também maior segurança jurídica, pois reduz a possibilidade de ser caracterizado desvio de função do aprendiz.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022


DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA
REDE/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225172676800>



CD225172676800



**MPV 1116
00224**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, onde couber, as seguintes alterações:

Art.1. O art. 429 da CLT passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 429. (...).

[...]

§6º - É vedado o cômputo fictício de aprendizes para efeito do cumprimento da cota de aprendizagem definida no caput.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto 11.061/2022 traz várias previsões de cômputo fictício de aprendizes para efeito de cumprimento da cota de aprendizagem.

O cômputo fictício de aprendizes em cota permite que um aprendizes seja contado em dobro na cota de aprendizagem ou mesmo que um ex aprendiz continue sendo contabilizado na cota de aprendizagem de forma artificial causando redução do número de vagas ofertadas.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222591746300>



É necessário que a lei vede de forma expressa tal prática, a fim de resguardar o real cumprimento da cota definida pela própria lei e dar segurança jurídica ao instituto da Aprendizagem Profissional.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022


DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA
REDE/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222591746300>



CD222591746300



**MPV 1116
00225**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, onde couber, as seguintes alterações:

Art.1. O art. 429 da CLT passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 429. (...).

[...]

§7º - A cota definida no caput será calculada com base na competência mensal, considerando a quantidade de empregados constatada ao final de cada competência.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto 11.061/22, em seu art. 51-A, estabeleceu que o cálculo da cota de aprendizagem observe a média da quantidade de trabalhadores existentes em cada estabelecimento ao longo de um período a ser ainda estabelecido em ato do Ministro do Trabalho e Previdência.

A regra além de trazer enorme insegurança jurídica no cálculo da cota, pois sequer se sabe qual período deve ser considerado para o cálculo da média de trabalhadores,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225645366000>



deixa ao arbítrio do poder executivo alterar a cota das empresas com a simples alteração do período de apuração para cálculo da média.

Isso significa que a cota de aprendizagem de uma empresa pode sofrer grande variação de um dia para o outro, mediante simples edição de portaria do Ministério do Trabalho e Previdência.

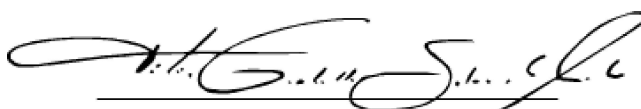
A implementação da mencionada regra irá acarretar redução significativa da cota de aprendizagem das empresas. Os dados atuais do eSocial indicam que se somarmos a cota de aprendizagem de todas as empresas do país que estão enquadradas na Lei da Aprendizagem chegamos ao quantitativo de aproximadamente 948 mil vagas.

Ocorre que nos meses anteriores, a cota média de aprendizagem das empresas era bem menor do que a atual, por conta dos efeitos da pandemia que ainda estavam mais incisivos no mercado de trabalho.

Portanto, mudar a regra agora para calcular a cota de aprendizagem com base na média de empregados é, sim, reduzir a cota atual das empresas.

Se analisarmos o ano de 2021, por exemplo, os dados do eSocial indicam que a cota média das empresas durante aquele ano foi de aproximadamente 896 mil vagas, o que significa uma redução de 52 mil vagas se compararmos com a cota de aprendizagem das empresas considerando a situação atual do mercado de trabalho.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022



DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA
REDE/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225645366000>



**MPV 1116
00226**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, onde couber, as seguintes alterações:

Art.1. O art. 428 da CLT passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 428. (...)

[...]

§13º - A contratação de aprendizes deverá atender aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos, sendo admitida a contratação de jovens entre 18 e 24 anos apenas nos casos em que a lei proibir o exercício da função para adolescentes.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto 11.061/22 extinguiu com a prioridade de contratação para adolescentes que vigorava no texto original do Decreto 9.579/2018.

A Aprendizagem Profissional é a melhor ferramenta de combate ao trabalho infantil e, portanto, a prioridade das vagas de aprendizagem deve ser direcionado aos adolescentes de 14 a 17 anos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225017980800>



Os jovens com mais de 18 anos possuem outras formas de acesso ao mercado de trabalho, razão pela qual as vagas de aprendizagem devem ser destinadas com prioridade aos adolescentes entre 14 e 17 anos que possuem restrição de acesso ao trabalho.

No entanto, a lei não pode vedar o acesso às vagas de aprendiz aos maiores de 18 anos, mas deixar restrito às funções cujas atividades são por lei proibidas aos adolescentes com idade inferior a 18 anos.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022



DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA
REDE/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225017980800>



CD225017980800



**MPV 1116
00227**

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, onde couber, as seguintes alterações:

Art.1. O art. 429 da CLT passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 429. (...)

[...]

§9º - O estabelecimento pode contratar o aprendiz para a função que entender mais adequada, desde que matricule o aprendiz em programa de aprendizagem correspondente à função escolhida.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto 11.061/22 determina que as empresas ficam obrigadas a inserir os aprendizes em programas de aprendizagem profissional em áreas correlatas e em proporções semelhantes às dos demais trabalhadores do estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem profissional.

A regra instituída pelo decreto 11.061/2022 criou enorme dificuldades operacionais para as empresas cumprirem a cota, pois ainda que queiram que os aprendizes atuem



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220010478400>



em um único setor da empresa ficará obrigada a contratar aprendizes para todas as funções existentes na empresa.

A regra, ainda, ficará inviabilizada de ser cumprida quando não tiver oferta de curso de aprendizagem para todas as funções existentes na empresa, o que gerará demanda judicial pelas empresas exigindo isenção da cota.

Ademais, a regra criada pelo decreto citado inviabilizou o atendimento de empresas situadas em cidades de interior, em que em razão do baixo número de empresas, é necessário grande esforço para formar uma única turma na área administrativa. Com a nova regra do decreto, ficou inviável criar diversas turmas, uma para cada função existente na empresa. Mais uma vez, a regra afugentará as entidades de cidades de interior e restringirá a liberdade de contratação das empresas.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022


DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA
REDE/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220010478400>



**MPV 1116
00228****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, onde couber, as seguintes alterações:

Art.1. O art. 428 da CLT passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 428. (...)

[...]

§14º - As atividades teóricas e práticas do programa de aprendizagem profissional devem ser executadas integralmente durante a vigência do contrato de aprendizagem profissional, devendo as atividades teóricas ser ministradas exclusivamente pelas entidades qualificadoras indicadas no art. 430.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto 11.061/22 autorizou que parte das atividades teóricas do programa de aprendizagem possam ser executadas antes de pactuado o contrato de aprendizagem profissional e, portanto, sem a devida incidência de verbas trabalhistas ao aprendiz.



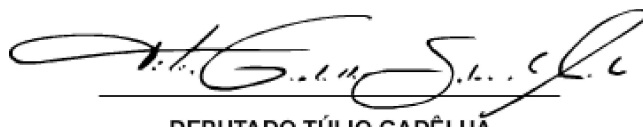
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221297415400>



A alteração promovida pelo referido decreto foi muito prejudicial aos aprendizes, pois retirou parte da formação profissional do aprendiz do contrato de trabalho de aprendizagem profissional, precarizando a relação de trabalho do aprendiz.

O referido decreto, ainda, autorizou que cursos ministrados por outros entes, diferentes daqueles definidos na lei como entidades qualificadoras, possam ser aproveitados no programa de aprendizagem. Tal regra provoca prejuízo à formação técnico profisisonal do aprendiz, pois o conteúdo teórico deve estar previsto no programa de aprendizagem com estreita correlação com o programa de aprendizagem.

Sala das sessões, 09 de maio de 2022



DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA
REDE/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221297415400>



CD221297415400



**MPV 1116
00229**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimam-se os arts. 25, 26 e 27 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

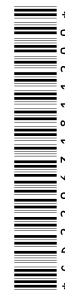
JUSTIFICAÇÃO

Os arts. 25 a 27 da Medida Provisória em referência tratam de instituir o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes, que basicamente consiste em conceder prazos para regularização do cumprimento da cota de aprendizagem, impedir a autuação pela inobservância ao cumprimento da cota, suspender processos administrativos de imposição de multa e reduzir valores de multas impostas.

Trata-se, evidentemente, de conceder benefícios a empresas que desrespeitaram a lei, o que, no nosso entendimento, não é a forma mais adequada e justa de incentivar o aumento da contratação de aprendizizes. A propósito, cabe registrar que a matéria relativa à aprendizagem está sendo amplamente debatida, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, inclusive



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229631811200>



2

com o objetivo de apresentar medidas capazes de promover a contratação de aprendizes, sem qualquer redução de seus direitos e do número de vagas.

Ressalte-se ainda que, embora a Medida Provisória tenha intitulado o projeto como de “incentivo à contratação de aprendizes”, há em seu texto dispositivos capazes de reduzir significativamente o número de cotas de aprendizagem, a exemplo das alterações que seu art. 28 promovem nos §§ 4º e 5º do art. 429 da CLT.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputado Felipe Rigoni



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229631811200>



**MPV 1116
00230**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprimam-se o art. 28, o art. 30, o art. 31 e os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 da Medida Provisória nº 1.116/2022 altera diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos à aprendizagem.

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que a matéria referente à aprendizagem já está sendo amplamente debatida na Câmara dos Deputados, com a devida audiência dos atores interessados, na Comissão Especial que examina o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que entendemos ser a via adequada para a apreciação desse tema, que envolve alterações permanentes na legislação e não justifica a edição de Medida Provisória.

Além disso, quanto ao mérito, preocupa-nos que, embora a Medida Provisória alegue incentivar a contratação de aprendizes, ela contém diversas regras que resultarão em significativa diminuição no número de cotas, a exemplo da ampliação dos prazos contratuais (CLT, art. 428, § 3º) e da idade máxima para determinadas atividades (art. 428, § 5º), da contabilização do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227316202800>



aprendiz contratado por prazo indeterminado (art. 429, § 4º) e do cômputo em dobro de adolescentes e jovens que se enquadrem em hipóteses específicas (art. 429, § 5º), regra esta que tem nítido conteúdo discriminatório e, portanto, inconstitucional.

Preocupa-nos também que as alterações efetuadas no art. 428 da CLT, notadamente os §§ 9º a 12, poderão gerar insegurança jurídica. A título de exemplo, se um contrato de aprendizagem for prorrogado por meio de aditivo contratual (§ 9º) e for permitida a alteração da entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (§ 12), pela técnica não haveria que se falar em aditivo contratual, mas, sim, um novo contrato.

Ademais, a ampliação das hipóteses de contratação indireta prevista no art. 431, inciso II, alíneas “b” e “c”, tem o potencial de desvirtuar o aspecto de formação técnico-profissional metódica inerente à aprendizagem e de mercantilizar o trabalho do aprendiz.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputado Felipe Rigoni



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227316202800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

MPV 1116
00231

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Art. 1º Ficam suprimidos os arts. 28, 30, 31 e, os incisos I, III, IV, V e VII do art. 35 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Além de modificar significativamente a CLT por meio da MP 1.116/2022, o governo também editou o Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022, modificando sobremaneira a regulamentação infralegal da aprendizagem profissional.

Em nota pública, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT ressalta que os textos foram elaborados sem a participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que são os agentes públicos responsáveis por fiscalizar se as empresas estão cumprindo, ou não, as cotas de aprendizagem. De acordo com o Sindicato, "Ao alterar quase 90% dos artigos da Lei da Aprendizagem e cerca de 70% do decreto que regulamenta o instituto, os recentes normativos podem ser classificados como mais uma reforma trabalhista".

Cabe ressaltar, ainda, que foi instalada na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2021, uma Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei 6461/19, que institui o Estatuto do Aprendiz.

Sala da Comissão, em de de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226947905400>



2

Dep. Carlos Veras**PT/PE**

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226947905400>



CD226947905400



**MPV 1116
00232**

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 4 DE
MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA

O art. 19. da Medida Provisória 1.116 de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. À pedido do empregado, o empregador poderá suspender o contrato de trabalho do empregado, cuja esposa ou companheira tenha encerrado o período da licença-maternidade, para:

- I - prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos;
- II - acompanhar o desenvolvimento dos filhos; e
- III - apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira.

§ 1º A suspensão do contrato de trabalho ocorrerá nos termos do disposto no [art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943](#), para participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, formalizada por meio de acordo individual, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

§ 2º A suspensão do contrato de trabalho será efetuada após o término da licença-maternidade da esposa ou companheira do empregado.

§ 3º O curso ou o programa de qualificação profissional deverá ser oferecido pelo empregador, terá carga horária máxima de vinte horas semanais e será realizado exclusivamente na modalidade não presencial, preferencialmente, de forma assíncrona.

§ 4º A limitação prevista no [§ 2º do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943](#), não se aplica à suspensão do contrato de trabalho de que trata este artigo.

§ 5º O empregado fará jus à bolsa de qualificação profissional de que trata o [art. 2º-A da Lei nº 7.998, de 1990](#).

§ 6º Além da bolsa de qualificação profissional, durante o período de suspensão do contrato de trabalho, o empregador poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228626717900>



O art. 20. da Medida Provisória 1.116 de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. Durante o período de suspensão do contrato de trabalho de que trata o art. 19, o empregado beneficiário não poderá exercer qualquer atividade remunerada.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento do disposto no **caput**, o empregado beneficiário perderá o direito à suspensão do contrato de trabalho, sem prejuízo do ressarcimento ao erário.”

JUSTIFICATIVA

É importante ressaltar que essa medida busca fortalecer os vínculos familiares e promover a qualificação econômica da mulher para o retorno ao mercado de trabalho.

A emenda apresentada tem o objetivo de diminuir as chances dos empregadores utilizarem a possibilidade de afastar o empregado para capacitação como punição. Por isso, é importante deixar claro na legislação a necessidade do consentimento do empregado para exercer a capacitação.

Outro ponto importante, relacionado ao Art. 20., é a supressão do impedimento do filho, enteado ou criança sob guarda judicial do empregado estar em creche ou instituição que preste serviços de mesma natureza. Isso não tira a capacidade de prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos, acompanhar o desenvolvimento dos filhos; e apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira.

Sala de Sessões, em de de 2022.

Deputado DIEGO GARCIA
Republicanos/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228626717900>





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228626717900>



**MPV 1116
00233**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se, no art. 34 da Medida Provisória, a inclusão do § 7º ao artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943:

“Art. 34

‘Art. 461

§ 7º Pela infração ao inciso III do art. 373-A desta Consolidação, será imposta pelo juízo ao empregador multa em favor da empregada de até 5 (cinco) vezes a diferença verificada em todo o período de contratação, observado o prazo prescricional, tendo como valor mínimo o estabelecido no § 6º deste artigo.’

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Em seu artigo 32, a Medida Provisória reforça a garantia já trazida na CLT de pagamento de salários iguais para funções iguais para homens e mulheres, porém não endurece a multa para os empregadores que descumprirem tal exigência. Como ainda é alta a discriminação salarial contra



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222562627500>



2

mulheres no Brasil, é preciso adotar medidas que ampliem o combate dessa prática discriminatória.

Trata-se de tema já em discussão no Congresso Nacional e cuja redação foi extraída do PL 1.558/2021, de autoria do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS).

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada Professora Marcivania



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222562627500>



**MPV 1116
00234**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao art. 23 da Medida Provisória nº 1.116/2022 a seguinte alteração ao inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que “cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991”:

“Art. 23

‘Art. 1º

II - por 25 (vinte e cinco) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de um avanço legal que a Medida Provisória permita que a prorrogação prevista pelo programa empresa-cidadã seja compartilhada entre homens e mulheres.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222443419900>



2

No entanto, se a ideia é promover que homens se responsabilizem mais ativamente pelo cuidado com os filhos, é preciso avançar também na prorrogação da licença exclusivamente paterna. Afinal, não se muda instantaneamente a mentalidade socialmente compartilhada de que são as mulheres as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos e o mais provável é que a adesão à licença compartilhada entre pais e mães seja baixa nos primeiros anos de vigência da lei.

Uma proposta que objetiva aumentar a empregabilidade de mulheres deve ter como escopo o aumento gradual do período de licença-paternidade, para que no futuro os empregadores deixem de enxergar as mulheres como mais onerosas que os homens em função dos afastamentos previstos em lei para cuidados com os filhos.

Por questões de impacto orçamentário às contas públicas, a equiparação não pode ocorrer de forma imediata, no entanto é preciso impulsionar algum aumento para que a igualdade de condições laborais se torne realidade proximamente.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.



Deputada Professora Marcivania



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222443419900>



**MPV 1116
00235**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 19 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 19.

§ 7º Serão concedidos estímulos fiscais ou creditícios ao empregador que, durante o período de suspensão do contrato de trabalho a que se refere este artigo, conceder ao empregado ajuda compensatória mensal que, somada à bolsa de qualificação profissional, corresponda à, no mínimo, 80% da média mensal das três últimas remunerações recebidas em seu contrato de trabalho.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende estimular a utilização da medida de suspensão dos contratos para qualificação profissional sem que haja perda salarial significativa aos trabalhadores enquanto durar a suspensão. Isso seria feito mediante o pagamento de ajudas compensatórias atreladas a benefícios fiscais ou creditícios.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220870656900>



2

Cremos que, sem esse complemento salarial à bolsa prevista no art. 2º-A da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, muitos trabalhadores teriam dificuldade de participar de cursos de qualificação quando não dispõem de outras fontes de renda.

A proposta fortalece os objetivos declarados para a edição do texto em análise. Por essas razões, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.



Deputada Professora Marcivania



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220870656900>



CD220870656900
LexEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

MPV 1116
00236

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

INSTITUI O PROGRAMA
EMPREGA+MULHERES E
JOVENS E ALTERA A LEI Nº
11.770, DE 9 DE SETEMBRO
DE 2008, E A
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS
DO TRABALHO, APROVADA
PELO DECRETO-LEI Nº 5.452,
DE 1º DE MAIO DE 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 12 da Medida Provisória nº 1.116,
de 4 maio de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta no art. 12 da MP 1.116/2022 é prejudicial aos trabalhadores ao possibilitar que os empregadores paguem o adicional de 1/3 de férias somente no final do ano, juntamente com a segunda parcela do 13º salário.

Por ser um norma contrária ao direito dos trabalhadores, elo hipossuficiente na relação laboral, peço apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das sessões, em de maio de 2022.

Deputado MAURO NAZIF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Nazif
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224639001700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

MPV 1116
00237

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022

INSTITUI O PROGRAMA
EMPREGA+MULHERES E
JOVENS E ALTERA A LEI Nº
11.770, DE 9 DE SETEMBRO
DE 2008, E A
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS
DO TRABALHO, APROVADA
PELO DECRETO-LEI Nº 5.452,
DE 1º DE MAIO DE 1943.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê a seguinte redação ao parágrafo primeiro do art.
17 e art. 19, da Medida Provisória nº 1.116/2022:

“Art. 17.

.....

§1º Na hipótese prevista no caput, a suspensão do
contrato de trabalho será formalizada por meio de
acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho,
nos termos do disposto no art.476-A da Consolidação
das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº
5.452, de 1943.

Art. 19.

.....

§1º A suspensão do contrato de trabalho ocorrerá nos
termos do disposto no art.476-A da Consolidação das
Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,
de 1943, para participação em curso ou programa de
qualificação profissional oferecido pelo empregador,
formalizada por meio de acordo coletivo ou convenção
coletiva de trabalho.” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Nazif
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229740380200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de retirar a possibilidade de que a suspensão do contrato de trabalho ser formalizado por meio de acordo individual.

Não obstante a previsão na MP em suspender o contrato de trabalho do empregado para participação em curso ou em programa de qualificação profissional, para a proteção do trabalhador, é importante que a suspensão só possa ser celebrada por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Nesse sentido, essa é a redação do art. 476-A da CLT, que prevê que “O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, **mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado (...)**”.

Pelo exposto, peço apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das sessões, em de maio de 2022.

Deputado MAURO NAZIF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Nazif
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229740380200>



**MPV 1116
00238**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 04 DE MAIO DE 2022.

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º, da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022:

*“Art. 8º Os empregadores **poderão conferir prioridade** as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.” (NR)*

JUSTIFICAÇÃO

Sugerimos, ainda, a alteração da redação do art. 8º, da Medida Provisória nº 1.116, de 04 de maio de 2022. A proposta do artigo 8º, busca evidenciar que as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade serão priorizados na hipótese de adoção do teletrabalho, porém que tal decisão será gerida pelo empregador.

Isso se deve ao fato de que pessoas com a mesma função ou cargo podem realizar atividades distintas. Além disso, mesmo que haja absoluta identidade nas atividades a serem realizadas, as habilidades comportamentais são distintas de pessoa para pessoa, o que pode influenciar na escolha de um trabalhador para exercer atividades presenciais ou teletrabalho. Por exemplo: na função de atendimento, um pode ter maior aptidão para o contato presencial com o público e o outro, por meio digital.

Quando cada pessoa consegue se sentir confortável nas suas habilidades, maior a chance de conseguir felicidade do trabalho e desenvolvimento de carreira.

Além disso, o texto da Medida Provisória parte da premissa de que todas as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Gadelha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229690352400>



preferem trabalhar somente na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto, o que não é necessariamente verdade. Sabemos que a convivência pessoal é um fator essencial na inclusão do trabalhador na organização empresarial.

Sabe-se que alguns trabalhadores preferem estar no trabalho presencial, em convívio contínuo com os colegas, enquanto outros preferem o teletrabalho e o convívio digital.

Assim, a norma, ao invés de permitir que as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até quatro anos de idade possam estabelecer com seus empregadores se preferem o teletrabalho ou o trabalho presencial, torna obrigatório o teletrabalho para esses trabalhadores.

Destaca-se ainda, que por diversos motivos pessoais, trabalhadores que deveriam ser colocados em teletrabalho por força da Medida Provisória, prefeririam estar no trabalho presencial.

Assim, ao transformar a obrigação em uma possibilidade, evita-se que a norma legal prejudique os interesses dos próprios trabalhadores.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2022

LEONARDO GADELHA

Deputado Federal – PSC/PB



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Gadelha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229690352400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

MPV 1116
00239

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Art. 1º Suprima-se o §5º do art. 429, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo artigo 28 da MP 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.116/2022, que “Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”, publicada no DOU de 5.5.2022, incorre em equívocos que vão de encontro aos interesses dos trabalhadores, com distanciamento flagrante das necessidades do menor aprendiz, em especial dos jovens considerados em vulnerabilidade social, com destaque para aqueles protegidos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, egressos do trabalho infantil ou pessoas com deficiência.

O §5º do art. 429 da CLT, alterado pelo artigo 28 da MP 1116/2022, que a presente emenda pretende suprimir, dispõe que os aprendizes atendidos sejam considerados “duplamente”, como se houvesse a contratação de dois jovens nessa condição. Tal medida promoverá a diminuição do número de contratações desses jovens, diminuindo as oportunidades que a eles se pretende conferir.

Sala da Comissão, em de de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227327816600>



2

Dep. Carlos Veras**PT/PE**

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227327816600>



CD227327816600





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Carlos Veras** - PT/PE

MPV 1116
00240

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Art. 1º Modifique-se a redação do art. 8º da Medida Provisória nº 1.116/2022, nos seguintes termos:

“Art.

8º
.....

Parágrafo único. O direito previsto no caput deste artigo poderá ser estendido até que o filho complete 8 (oito) anos de idade, nas seguintes situações:

I - nos casos em que ambos os pais reúnam condições para o exercício da atividade em regime de teletrabalho, desde que este seja exercido por ambos em períodos sucessivos de igual duração;

II - famílias monoparentais ou situações em que apenas um dos pais, comprovadamente, reúna condições para o exercício da atividade em regime de teletrabalho. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Houve um expressivo crescimento da utilização do regime de teletrabalho no mundo e no Brasil. Não poderia ser diferente, já que a realidade da pandemia de Covid-19 explicitou novas configurações e formas de trabalho.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226339326300>



2

Assim, intensificaram-se as preocupações em aperfeiçoar a legislação sobre a matéria.

O artigo disposto a respeito do tema demanda, contudo, necessidade de aprimoramento.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Dep. Carlos Veras

PT/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226339326300>



CD226339326300





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

MPV 1116
00241

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Art. 1º Suprimam-se os artigos 25, 26 e 27 da MPV 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.116/2022, que "Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", publicada no DOU de 05.05.2022, incorre em diversos equívocos.

Os artigos 25 a 27 concedem benefícios que não se justificam. Ainda que a Medida Provisória se intitule como incentivadora à contratação de aprendizes, em seu texto ela explicita um sentido contrário, capaz de reduzir significativamente o número de cotas de aprendizagem, a exemplo das alterações que seu art. 28 promove nos §§ 4º e 5º do art. 429 da CLT.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Dep. Carlos Veras

PT/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225863185400>



**MPV 1116
00242**

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 4 DE
MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA

O art. 6 da Medida Provisória 1.116 de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Fica autorizado o saque de valores acumulados na conta individual vinculada ao FGTS para auxílio no pagamento de despesas com creche ou pré-escola para filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até cinco anos de idade.

Parágrafo único. Resolução do Conselho Curador do FGTS disporá sobre a quantidade de parcelas, o valor máximo do saque, o limite do saldo da conta individual vinculada ao FGTS que poderão ser utilizados e os demais requisitos necessários ao cumprimento do disposto no caput.”

JUSTIFICATIVA

Segundo o Art. 30 da Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o conceito de creche cabe para crianças de idades entre 0 e 3 anos e pré-escola para crianças de idades entre 4 e 5 anos:

“Art. 30. A educação infantil será oferecida em:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226164952600>



I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)”

Sabendo que o objetivo é contemplar as crianças com até 5 anos, foi vista a necessidade de ampliar o uso do FGTS para pagamentos não só de creches, mas também de pré-escola.

Sala de Sessões, em de de 2022.

Deputado DIEGO GARCIA

Republicanos/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226164952600>



**MPV 1116
00243****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 4 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA

O art. 23 da Medida Provisória 1.116 de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23 A Lei nº 11.770, de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 3º A prorrogação de que trata o inciso I do caput poderá ser compartilhada entre a empregada e o empregado requerente, desde que ambos sejam empregados de pessoa jurídica aderente ao programa e que a decisão seja adotada conjuntamente, na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, a prorrogação poderá ser usufruída pelo empregado da pessoa jurídica que aderir ao programa somente após o término da licença-maternidade, desde que seja requerida com trinta dias de antecedência.”
(NR)

“Art. 1º-A. A pedido da empregada ou do empregado, fica a empresa participante do Programa Empresa Cidadã autorizada a substituir o período de prorrogação da licença-maternidade, de que trata o inciso I do caput do art. 1º, pela



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226382653200>



redução de jornada de trabalho em cinquenta por cento pelo período de cento e vinte dias.

§ 1º São requisitos para efetuar a substituição de que trata o caput:

I - pagamento integral do salário à empregada ou ao empregado pelo período de cento e vinte dias; e

II - acordo individual firmado entre o empregador e a empregada ou o empregado, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

§ 2º A substituição de que trata o caput poderá ser concedida na forma prevista no § 3º do art. 1º.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O artigo em questão trata de inovação muito bem-vinda ao arcabouço jurídico brasileiro. O benefício da extensão da licença maternidade por meio do Programa Empresa Cidadã, direito já adquirido, é flexibilizado conferindo às famílias mais liberdade para utilizá-lo de acordo com as suas circunstâncias familiares. O Art.1º-A permite que o período de extensão possa ser utilizado de outra forma, a saber, diluindo o período por mais tempo com a possibilidade do trabalho de meio período. Dessa forma, a requerente ou o requerente tem a possibilidade de, com uma jornada reduzida, passar mais dias com o bebê, sem gerar maiores ônus para o empregador.

A mudança proposta na presente emenda tem por objetivo deixar claro que a possibilidade de utilização desse benefício deve acontecer por requerimento da empregada ou do empregado e não do empregador. Caso contrário, poderia criar-se brechas para que a empregada ou empregado fossem coagidos a retornar logo após o quarto mês em jornada de meio período. Dessa forma, ao invés da aquisição de um direito de escolha em função da circunstância familiar, o benefício se tornaria uma perda de direito.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226382653200>



Além disso, inserimos a possibilidade de que a utilização deste período de extensão da licença maternidade não aconteça somente através de acordos individuais, mas também através de acordos e convenções coletivas. Como a medida autoriza as empresas a adotarem tal prática, a possibilidade de que ela seja viabilizada via acordos coletivos dá mais força à possibilidade de sua implementação.

É importante ressaltar que essa medida busca fortalecer os vínculos familiares e promover a qualificação econômica da mulher para o retorno ao mercado de trabalho.

Sala de Sessões, em de de 2022.

Deputado DIEGO GARCIA
Republicanos/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226382653200>



MPV 1116
00244

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimir o Inciso I do artigo 1º, e os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da MP 1116/2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei n. 5452/1943), determina como obrigação das empresas onde “trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade” manter local “apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação” (art. 389, § 1º).

A CLT também já permite que “poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do Sesi, do Sesc, da LBA ou de entidades sindicais” (art. 389, § 2º).

Os empregadores comumente pactuam um valor denominado “auxílio-creche”, destinado às empregadas com filhos até seis anos de idade, por meio das convenções coletivas.

Portanto, a Medida Provisória não inova o ordenamento jurídico ao criar o reembolso-creche e permitir que os serviços sociais (como Sesi, Sesc, etc.) tenham creches destinadas aos filhos de seus empregados.

Por outro lado, o FGTS foi criado em setembro de 1966, pela Lei N. 5.107 e, em 1988, foi incluído no rol dos direitos fundamentais sociais, mais especificamente no artigo 7º, incisos III e IV da Constituição Federal. Também é um direito social, de acordo com o mesmo artigo, inciso XXV, a “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222106278800>



anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Mais adiante, no artigo 208, a Constituição Federal afirma a Educação como um direito público subjetivo, sendo dever do Estado garanti-la a todo cidadão desde a educação infantil, em creches e pré-escolas (inciso IV).

Ou seja, não há como ir contra a Constituição Federal, seja imputando à família dever que é do próprio Estado, seja condicionando oportunidades educacionais apenas aos filhos de trabalhadores formais (já que tanto o auxílio-creche quanto o FGTS pressupõem vínculo trabalhista).

Dessa forma, nenhuma justiça social pode ser alcançada por meio de medida tão temerosa, ainda mais se consideramos o contexto de pandemia que se vivencia.

Diante do exposto, devem ser suprimidos o Inciso I do artigo 1º, e os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da MP 1116/2022.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222106278800>



**MPV 1116
00245****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1116, de 2022, onde couber, a seguinte redação:

Art.... A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 67. Será assegurado a todo empregado um repouso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas, preferencialmente aos domingos.

Parágrafo único. O repouso semanal remunerado deverá coincidir com o domingo pelo menos uma vez no período máximo de 4 (quatro) semanas.” (NR)

“Art. 68. Fica autorizado o trabalho aos domingos e feriados.” (NR)

“Art. 70. O trabalho aos domingos e nos feriados será remunerado em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga compensatória.” (NR)

Art... Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art... Ficam revogados:

I – o parágrafo único do art. 68 e os arts. 69, 385 e 386 da Consolidação das Leis do Trabalho;

II – os arts. 1º, 8º e 9º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949; e

III – os arts. 6º, 6º-A e 6º-B da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

JUSTIFICAÇÃO

A questão do trabalho aos domingos e feriados tem sido, há décadas, motivo de controvérsia entre governo, empresas e sindicatos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224279148000>



No tocante ao trabalho aos domingos, a Constituição Federal garante, no art. 7º, inciso XV, *repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos*, e a matéria é regulada, no nível infraconstitucional, pela Consolidação das Leis do Trabalho, que assim dispõe:

Art. 67. Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Art. 68. O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

Parágrafo único. A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de 60 (sessenta) dias.

Art. 69. Na regulamentação do funcionamento de atividades sujeitas ao regime deste Capítulo, os municípios atenderão aos preceitos nele estabelecidos, e as regras que venham a fixar não poderão contrariar tais preceitos nem as instruções que, para seu cumprimento, forem expedidas pelas autoridades competentes em matéria de trabalho.

Art. 70. Salvo o disposto nos artigos 68 e 69, é vedado o trabalho em dias feriados nacionais e feriados religiosos, nos termos da legislação própria.

Posteriormente, a Lei nº 605, de 1949, dispôs sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, trazendo as seguintes disposições:

Art. 1º Todo empregado tem direito ao repouso semanal remunerado, de vinte e quatro horas consecutivas, preferentemente aos domingos e, nos limites das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local.

Art. 8º Excetuados os casos em que a execução do serviço for imposta pelas exigências técnicas das empresas, é vedado o trabalho em dias feriados, civis e religiosos, garantida,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224279148000>



3

entretanto, aos empregados a remuneração respectiva, observados os dispositivos dos arts. 6º e 7º, desta Lei.

Art. 9º Nas atividades em que não for possível, em virtude das exigências técnicas das empresas a suspensão do trabalho, nos dias feriados civis e religiosos, a remuneração será paga em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga.

O Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, regulamentou a Lei nº 605, de 1949, estabelecendo, no art. 7º, que *constituem exigências técnicas, para os efeitos deste regulamento, aquelas que, em razão do interesse público, ou pelas condições peculiares às atividades da empresa ou ao local onde as mesmas se exercitarem, tornem indispensável a continuidade do trabalho, em todos ou alguns dos respectivos serviços*. Tendo em vista essa definição, concedeu, em caráter permanente, permissão para o trabalho aos domingos e feriados em diversas atividades, em uma listagem que sofreu alterações ao longo dos anos¹.

A autorização para o trabalho nos domingos e feriados permaneceu nesses termos durante aproximadamente meio século, não obstante as grandes transformações sociais e econômicas pelas quais o Brasil passou, até que, em 2000, a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro, na qual se converteu a Medida Provisória nº 1.982-77, de 2000, autorizou, a partir de 9 de novembro de 1997, o trabalho aos domingos no comércio varejista em geral, exigindo, porém, que, pelo menos uma vez no período máximo de quatro semanas, o repouso semanal remunerado coincidissem com o domingo.

Hoje, as regras vigentes em relação ao trabalho aos domingos no comércio são as seguintes (Lei nº 10.101, de 2000):

Art. 6º Fica autorizado o trabalho aos domingos nas atividades do comércio em geral, observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição.

Parágrafo único. O repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva.

Art. 6º-A. É permitido o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção



1 Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27048-12-agosto-1949-340637-norma-pe.html>>. Acessado em 25 out. 2019.
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224279148000>



CD224279148000



4

coletiva de trabalho e observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição.

Esse breve apanhado sobre a legislação demonstra a confusão e obsolescência que pairam sobre a matéria, que permanece praticamente a mesma desde que foi aprovada a CLT.

Recentemente, durante os debates da medida provisória da liberdade econômica (MP nº 881, de 2019), que se converteu na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, aventou-se a possibilidade de dar um novo tratamento à matéria, adequando-a à realidade social e econômica do nosso País. Isso, lamentavelmente, não foi possível por questões regimentais.

Com este projeto, que ora submetemos à apreciação desta Casa, pretendemos retomar esse debate, permitindo o trabalho aos domingos e feriados em quaisquer atividades, obviamente garantindo o direito do trabalhador ao descanso e à sua remuneração. Consideramos que essa modernização é imperiosa, tendo em vista a dinâmica social que vivemos hoje, além de ser uma grande oportunidade para favorecer a atividade econômica e a geração de empregos.

Nossa proposta, como já dito, é dar um tratamento único a todas as atividades, que não dependerão de autorização presidencial ou sindical para o funcionamento aos domingos e feriados. Nesse sentido, damos nova redação aos arts. 67, 68 e 70 da CLT, autorizando o trabalho aos domingos, determinando, porém, que o repouso semanal remunerado coincida com esse dia pelo menos uma vez no período de quatro semanas. No que diz respeito aos feriados, também propomos autorização ampla para o trabalho nesses dias, garantindo ao trabalhador remuneração em dobro caso o empregador não determine outro dia de folga compensatória.

Propomos a revogação dos seguintes dispositivos:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224279148000>



5

- art. 69 da CLT, que obviamente não se conforma à ordem constitucional vigente, por ferir o princípio federativo, inscrito nos arts. 1º e 18 da Constituição Federal, segundo o qual a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, todos autônomos;

- os arts. 385 e 386 da CLT, que tratam do trabalho da mulher aos domingos e feriados de forma diversa da que propomos neste projeto;

- arts. 1º, 8º e 9º da Lei nº 605, de 1949, que proíbem o trabalho aos domingos e feriados, salvo autorização presidencial; e

- arts. 6º, 6º-A e 6º-B da Lei nº 10.101, de 2000, que dão tratamento diferenciado ao trabalho aos domingos no comércio, subordinando sua autorização à negociação coletiva.

Diante do exposto, pedimos aos nobres Pares apoio para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224279148000>



**MPV 1116
00246**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se nova redação ao art. 8 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8. Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até **seis** anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943

JUSTIFICAÇÃO

A adoção de arranjos flexíveis de trabalho para trabalhadores/as com encargos familiares não apenas é bem-vinda, como necessária, inclusive para garantir a permanência de tais pessoas no mercado de trabalho. Todavia, a MP 1.116/2022 somente reconhece a precedência do teletrabalho em favor de trabalhadores/as que detenham guarda de crianças com até quatro anos de idade. Tal limite etário é incoerente com a idade mínima de ingresso no Ensino Fundamental, que é de seis anos de idade, conforme previsão da Lei 11.114/2005.

Por essa razão, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.



Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**MPV 1116
00247**

Minuta

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o art. 6º da MPV 1116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição de 1988 garante aos filhos dos trabalhadores o direito, desde o nascimento até cinco anos, à creche e pré-escola gratuitas.

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....
XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
.....

O FGTS tem por finalidade permitir que o trabalhador forme um patrimônio para ser utilizado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou por ocasião da aposentadoria, e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou no caso de algumas doenças graves. Além disso, o FGTS serve para o financiamento de obras de saneamento e infraestrutura, gerando melhorias na qualidade de vida.

A MPV, além de desvirtuar a finalidade do Fundo, traz sérios prejuízos para o trabalhador ao propiciar a dilapidação de seu patrimônio, que é a garantia de sua sobrevivência e de sua família, principalmente, se demitido do emprego sem justa causa.

Sala da, Comissão,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**MPV 1116
00248**

Minuta

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o art. 5º da MPV 1116, de 2022, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 5º da MPV 1116, de 2022 estabelece que os empregadores que adotarem o benefício do reembolso-creche ficam desobrigados da instalação de local apropriado para a guarda e a assistência de filhos de empregadas no período da amamentação, nos termos do disposto no § 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A medida propugnada pela MPV é um retrocesso, pois tem por objetivo transferir a responsabilidade de parte do custeio da creche aos trabalhadores, aos quais foi garantido, pela Constituição de 1988, sua gratuidade.

Sala da Comissão,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**MPV 1116
00249**

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Dê-se ao parágrafo único do art. 434 da CLT, na forma que dispõe o art. 28 da MPV 1116, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 434.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento da cota de aprendizagem profissional pelo estabelecimento, será aplicada a multa R\$ 6.000,00 (seis mil reais), por aprendiz não contratado.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Propomos elevar o valor da multa de R\$ 3.000,00 para R\$ 6.000,00, na hipótese de descumprimento da cota de aprendizagem profissional pelo estabelecimento, por aprendiz não contratado, tendo em vista a gravidade da infração.

Não podemos ser condescendentes e abrir mão dos percentuais reservados pela legislação trabalhista para a inserção de jovens no mercado de trabalho, sob pena de constrange-los a viver de empregos informais ou à margem da sociedade, sem direitos trabalhistas e previdenciários.

Sala da Comissão,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**MPV 1116
00250**

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprima-se o § 5º do art. 429 da CLT, na forma que dispõe o art. 28 da MPV 1116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A contabilização para fins de cumprimento de cota de aprendizagem de trabalhadores, proposto pelo § 5º do art. 429 da CLT, na forma que dispõe o art. 28 da MPV 1116, de 2022, criará um cômputo irreal de aprendizes, servindo apenas para inflar os dados oficiais de cumprimento de cota, sem gerar, de fato, novas vagas de aprendizagem. Segundo alguns, essa regra poderá reduzir em até 250.000 as vagas de aprendizagem.

Sala da Comissão,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**MPV 1116
00251**

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprimam-se os arts. 26 e 27 da MPV 1116, de 2022, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

Os problemas de inclusão de aprendizes, no trabalho, não devem servir de argumento para afrouxar as exigências para o cumprimento de cotas. O ambiente de trabalho e as relações de emprego ainda são espaço de extrema relevância para as políticas públicas de preparação ao mercado de trabalho de adolescente e jovens, principalmente, aqueles de baixa renda.

Eventuais dificuldades não devem arrefecer o nosso ânimo e é preciso, sempre, criar novas alternativas de construção da cidadania desse segmento.

Por isso, propomos suprimir os art. 26 e 27 por entendermos que não contribuem em nada para estimular a contratação de aprendiz.

Sala da Comissão,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



**MPV 1116
00252**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se ao *caput* do art. 20 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 20. Durante o período de suspensão do contrato de trabalho de que trata o art. 19, o empregado beneficiário não poderá exercer qualquer atividade remunerada.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca suprimir do texto a proibição de que pais que estejam cuidando dos filhos durante a suspensão do contrato de trabalho possam utilizar creches durante o período da suspensão.

Manter a criança em creche não tem relação exclusivamente com a disponibilidade dos pais para cuidados das crianças, mas também com o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais da criança em ambiente escolar. Trata-se, portanto, não só de um direito dos pais, mas também de um direito das crianças para apoio ao seu pleno desenvolvimento.

Ademais, concessão da suspensão para acompanhamento do desenvolvimento da criança pressupõe a participação do empregado em curso



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221918280900>



2

ou programa de qualificação profissional. Ora, se o objetivo é proporcionar que os pais possam “prestar cuidados e estabelecer vínculos com os filhos, acompanhar o desenvolvimento dos filhos e apoiar o retorno ao trabalho de sua esposa ou companheira”, seria incoerente a proibição de que a criança seja mantida em creche, mesmo que em período parcial, durante esse período.

A depender da exigência de dedicação do curso em que o trabalhador estiver matriculado, será impossível conciliar a sua realização com os cuidados com o filho em período integral.

Por essas razões, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada Professora Marcivania



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221918280900>



**MPV 1116
00253**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 7º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 7º

Parágrafo único. Os serviços sociais autônomos referidos neste artigo priorizarão a manutenção ou subvenção de creches com horários de funcionamento prolongados para atender às demandas de pais que trabalham em horários noturnos ou na jornada prevista no inciso II, alínea “d”, do art. 1º desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil apresenta um amplo déficit de creches gratuitas ou de baixo custo ofertadas para atender à demanda de pais e, principalmente, mães trabalhadoras no país. Segundo estudo realizado em 2020 Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), apenas 1 de cada 4 crianças de até 3 anos de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222499741800>



idade frequentam creches no país – sendo que as famílias mais pobres são as mais prejudicadas pela falta de vagas na rede pública¹.

Ainda mais difícil é a situação de trabalhadoras e trabalhadores que trabalham em regimes de plantão e/ou em horários noturnos: não existem creches públicas direcionadas a esta fatia da população.

Dessa forma, com o texto desta emenda sugere-se aos serviços sociais a priorização da manutenção ou subvenção de creches que possuam horários de funcionamento prolongados em relação aos oferecidos pela maioria das creches atualmente em funcionamento no Brasil. Tal oferta atenderá não somente a demanda de trabalhadores com horários de trabalho pouco usuais, mas também a ampla maioria que depende de transporte público e percorre longas distâncias e com isso encontram dificuldades em deixar e buscar os filhos nas creches em horário comercial.

A incompatibilidade entre os horários de funcionamento da maioria das empresas e os horários dos serviços de creche, além da escassez de vagas em creches por si só, é uma das principais causas do desemprego de mães ou da sua contratação prioritária em empregos mais precarizados, com carga horária reduzida e baixos salários.

Ante o exposto, pedimos a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada Professora Marcivania
Deputada



¹ “Crianças que mais precisam de creches ainda têm pouco acesso”.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches-ainda-tem-pouco-acesso>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222499741800>



3

2022-3415



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222499741800>



**MPV 1116
00254**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se parágrafo único ao art. 1º:

“Art. 1º

.....
Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se a parentalidade como sendo o vínculo socioafetivo, maternal, paternal ou qualquer outro que resulte na assunção legal do papel de realizar a atividade parental, que consiste no conjunto de atividades desempenhadas de forma compartilhada pelas pessoas responsáveis pelo cuidado e educação das crianças e adolescentes, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”.

JUSTIFICAÇÃO

A “parentalidade” foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo inciso I, art. 1º da Medida Provisória nº. 1116/2022 sem que fosse trazida uma definição precisa do termo no texto apresentado.

Trata-se de conceito de elevada importância na luta pela igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho já que implica o compartilhamento da divisão dos cuidados dos filhos entre pais e mães, evidenciando que as medidas de conciliação das responsabilidades de trabalho e família previstas na legislação trabalhistas não podem ser direcionadas



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226604206200>



2

somente para as mulheres, mas para homens e mulheres de maneira equivalente.

A definição sugerida para o termo nesta emenda contém a obrigação do cuidado compartilhado entre pai e mãe contido no Estatuto da Criança e do Adolescente somada à parte da definição trazida para o vocábulo pelo PL 1974/2021, de autoria da Deputada Sâmia Bomfim e Dep. Glauber Rocha.

A partir da alteração sugerida busca-se aperfeiçoar o texto apresentado, que já avança em diversos aspectos relacionados à construção de uma legislação trabalhista que apoia o exercício da parentalidade igualitária — requisito fundamental para a construção de uma realidade laboral mais justa para as mulheres.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.



Deputada Professora Marcivania



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226604206200>



**MPV 1116
00255**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 7º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 7º

Parágrafo único. Os serviços sociais autônomos referidos neste artigo priorizarão a manutenção ou subvenção de creches com horários de funcionamento prolongados para atender às demandas de pais que trabalham em horários noturnos ou na jornada prevista no inciso II, alínea “d”, do art. 1º desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil apresenta um amplo déficit de creches gratuitas ou de baixo custo ofertadas para atender à demanda de pais e, principalmente, mães trabalhadoras no país. Segundo estudo realizado em 2020 Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), apenas 1 de cada 4 crianças de até 3 anos de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227887615200>



2

idade frequentam creches no país – sendo que as famílias mais pobres são as mais prejudicadas pela falta de vagas na rede pública¹.

Ainda mais difícil é a situação de trabalhadoras e trabalhadores que trabalham em regimes de plantão e/ou em horários noturnos: não existem creches públicas direcionadas a esta fatia da população.

Dessa forma, com o texto desta emenda sugere-se aos serviços sociais a priorização da manutenção ou subvenção de creches que possuam horários de funcionamento prolongados em relação aos oferecidos pela maioria das creches atualmente em funcionamento no Brasil. Tal oferta atenderá não somente a demanda de trabalhadores com horários de trabalho pouco usuais, mas também a ampla maioria que depende de transporte público e percorre longas distâncias e com isso encontram dificuldades em deixar e buscar os filhos nas creches em horário comercial.

A incompatibilidade entre os horários de funcionamento da maioria das empresas e os horários dos serviços de creche, além da escassez de vagas em creches por si só, é uma das principais causas do desemprego de mães ou da sua contratação prioritária em empregos mais precarizados, com carga horária reduzida e baixos salários.

Ante o exposto, pedimos a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.



Deputada Professora Marcivania



¹ “Crianças que mais precisam de creches ainda têm pouco acesso”.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches-ainda-tem-pouco-acesso>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227887615200>



MPV 1116
00256

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 9º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 9º

§ 3º Na hipótese de negativa do empregador a solicitação individual ou coletiva de trabalhadores para adoção de uma ou mais das medidas previstas neste artigo, o empregador deverá justificar a sua decisão por escrito, indicando as razões de impedimento técnico, financeiro ou organizativo da empresa que justifiquem a sua decisão.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº. 1.116/2022 elenca uma série de possibilidades de flexibilização de jornada que podem ser adotadas pelos empregadores para promover uma melhor conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares para seus empregados.

No entanto, teme-se que as medidas possam ser inócuas caso não se garanta que da parte do empresariado haverá uma avaliação técnica e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220951315300>



2

imparcial dos pedidos de flexibilização que eventualmente sejam apresentados pelos trabalhadores.

Acreditamos que garantir aos empregados, no texto da legislação, que haverá uma análise técnica dos pedidos de flexibilização de jornada para conciliação das responsabilidades familiares incentivará mais empregados a buscarem a solicitação desse tipo de medidas nas empresas nas quais trabalham.

Ademais, isso trará às empresas a responsabilidade de avaliar com mais seriedade e comprometimento as solicitações de medidas de conciliação que chegarem dos empregados, associações de trabalhadores e sindicatos.

Ante o exposto, pedimos a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada Professora Marcivania



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220951315300>



**MPV 1116
00257**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 21 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 21 São deveres do empregador:

I – dar ampla divulgação aos seus empregados sobre a possibilidade de apoiar o retorno ao trabalho de seus cônjuges ou companheiras após o término do período da licença-maternidade;

II - orientar sobre os procedimentos necessários para firmar acordo individual para suspensão do contrato de trabalho com qualificação; e

III - promover ações constantes de conscientização sobre parentalidade responsiva e igualitária para impulsionar a adoção da medida pelos seus empregados.

JUSTIFICAÇÃO

A noção de que os cuidados com os filhos são de responsabilidade exclusiva ou majoritária das mulheres está enraizada em nossa sociedade. Para tornar a medida efetiva, não basta incluir na legislação a possibilidade de adoção de medidas que propiciem a divisão entre os pais das tarefas de cuidados com os filhos, é preciso ir além e impulsionar mudanças de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223604432300>



2

mentalidade, que podem ser aceleradas por ações constantes de capacitações nas empresas sobre a referida temática.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.



Deputada Professora Marcivania



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223604432300>



**MPV 1116
00258**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º e ao § 1º do art. 9º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 8º Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até seis anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.”

“Art. 9º

§ 1º As medidas de que trata este artigo poderão ser adotadas:

I – na hipótese de nascimento de filho ou enteado, até que ele complete seis anos de idade;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222761147300>



2

II – na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial, até que a criança complete seis anos de idade, podendo ser ultrapassado este limite em caso de adoção ou obtenção de guarda de criança maior de cinco anos de idade, de forma a possibilitar a utilização das medidas durante o primeiro ano a contar da adoção ou da guarda judicial.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Propomos a alteração dos dispositivos em referência para adequação da idade proposta em lei às medidas já vigentes de proteção à primeira infância, na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância).

Além disso, trata-se da idade em que as crianças saem do ensino infantil e passam ao ensino fundamental, com maior oferta de vagas na rede pública, o que facilitaria a conciliação entre cuidados parentais e trabalho.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.



Deputada Professora Marcivania



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222761147300>



**MPV 1116
00259**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º e ao § 1º do art. 9º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 8º Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até seis anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.”

“Art. 9º

§ 1º As medidas de que trata este artigo poderão ser adotadas:

I – na hipótese de nascimento de filho ou enteado, até que ele complete seis anos de idade;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222397982500>



2

II – na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial, até que a criança complete seis anos de idade, podendo ser ultrapassado este limite em caso de adoção ou obtenção de guarda de criança maior de cinco anos de idade, de forma a possibilitar a utilização das medidas durante o primeiro ano a contar da adoção ou da guarda judicial.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Propomos a alteração dos dispositivos em referência para adequação da idade proposta em lei às medidas já vigentes de proteção à primeira infância, na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância).

Além disso, trata-se da idade em que as crianças saem do ensino infantil e passam ao ensino fundamental, com maior oferta de vagas na rede pública, o que facilitaria a conciliação entre cuidados parentais e trabalho.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada Professora Marcivania



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Marcivania
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222397982500>



* CD 222397982500 *
LexEdit



**MPV 1116
00260**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprima-se o art. 6º da MPV 1116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição de 1988 garante aos filhos dos trabalhadores o direito, desde o nascimento até cinco anos, à creche e pré-escola gratuitas.

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....
XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
.....

O FGTS tem por finalidade permitir que o trabalhador forme um patrimônio para ser utilizado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou por ocasião da aposentadoria, e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou no caso de algumas doenças graves. Além disso, o FGTS serve para o financiamento de obras de saneamento e infraestrutura, gerando melhorias na qualidade de vida.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225219966300>



] ;

A MPV, além de desvirtuar a finalidade do Fundo, traz sérios prejuízos para o trabalhador ao propiciar a dilapidação de seu patrimônio, que é a garantia de sua sobrevivência e de sua família, principalmente, se demitido do emprego sem justa causa

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225219966300>



CD225219966300



**MPV 1116
00261****EMENDA Nº - CMMPV**
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprimam-se os arts. 26 e 27 da MPV 1116, de 2022, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

Os problemas de inclusão de aprendizes, no trabalho, não devem servir de argumento para afrouxar as exigências para o cumprimento de cotas. O ambiente de trabalho e as relações de emprego ainda são espaço de extrema relevância para as políticas públicas de preparação ao mercado de trabalho de adolescente e jovens, principalmente, aqueles de baixa renda. Eventuais dificuldades não devem arrefecer o nosso ânimo e é preciso, sempre, criar novas alternativas de construção da cidadania desse segmento.

Não pode a lei autorizar a flexibilização do direito à profissionalização de adolescentes e jovens, prevendo longos prazos – o § 8º estabelece a duração máxima de 2 (dois) anos – para o cumprimento da cota legal, sem qualquer justificativa para tanto. A aprendizagem profissional é a principal política pública para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, em especial adolescentes, aliando geração de renda, profissionalização e educação, pois é requisito essencial do contrato de aprendizagem a matrícula e frequência à escola até o término do ensino médio. A concessão de prazo de até dois anos para que as empresas cumpram a cota legal resultará na redução dos níveis de contratação e frustrará o ingresso de uma legião de adolescentes e jovens de forma protegida e adequada ao mercado de trabalho, impactando negativamente nos índices sociais, num momento de elevado índice de desemprego e de aumento da vulnerabilidade socioeconômica.

Por isso, propomos suprimir os art. 26 e 27 por entendermos que não contribuem em nada para estimular a contratação de aprendiz.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222214273400>



Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222214273400>



CD222214273400



MPV 1116
00262

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Dê-se ao parágrafo único do art. 434 da CLT, na forma que dispõe o art. 28 da MPV 1116, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 434.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento da cota de aprendizagem profissional pelo estabelecimento, será aplicada a multa R\$ 6.000,00 (seis mil reais), por aprendiz não contratado.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O valor da multa para descumprimento da cota de aprendizagem deve ser suficiente para, em conjunto com outras medidas, inibir o seu descumprimento.

Nesse sentido, propomos elevar o valor para R\$ 6.000,00 por aprendiz não contratado, utilizando como parâmetro o valor do salário do aprendiz, a gravidade da infração e as diversas medidas trazidas pela MP que, na nossa avaliação, flexibilizam demasiadamente o cumprimento da cota.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227487670400>



**MPV 1116
00263**

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprimam-se a alínea *b* e o § 3º do art. 431 da CLT, na forma que dispõe o art. 28 da MPV 1116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Os problemas de inclusão de aprendizes pelas empresas não devem servir de argumento para afrouxar as exigências para o cumprimento de cotas. O ambiente de trabalho e as relações de emprego ainda são espaço de extrema relevância para as políticas públicas de preparação ao mercado de trabalho de adolescentes e jovens, principalmente, aqueles de baixa renda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221925120700>



CD221925120700



**MPV 1116
00264**

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1116, de 2022)

Suprimam-se a alínea *b* e o § 3º do art. 431 da CLT, na forma que dispõe o art. 28 da MPV 1116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Os problemas de inclusão de aprendizes pelas empresas não devem servir de argumento para afrouxar as exigências para o cumprimento de cotas. O ambiente de trabalho e as relações de emprego ainda são espaço de extrema relevância para as políticas públicas de preparação ao mercado de trabalho de adolescentes e jovens, principalmente, aqueles de baixa renda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221092003600>



**MPV 1116
00265****COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER À MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescentem-se à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, os seguintes dispositivos:

“**Art. 1.** Os Municípios deverão dispensar atendimento prioritário no preenchimento de vagas para alunos da educação infantil para crianças de famílias monoparentais.”

“**Art. 2.** A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade, sendo assegurada prioridade de vagas para famílias monoparentais.”(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Rui Barbosa, instituição ligada aos Tribunais de Contas dos Estados, estima que cerca de 1,2 milhão de crianças entre 4 e 5 anos ainda não frequentam a escola. Em relação às crianças de 0 a 3 anos, o percentual de atendimento em creches alcança apenas 31% da população. Seria necessário garantir vagas para



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220034822500>



I
/

outras 2,2 milhões de crianças para se alcançar a meta de 50% de atendimento até o ano de 2024, estipulada no Plano Nacional de Educação (PNE).¹

Alcançar a universalização do ensino infantil (creche e pré-escola) é essencial, e é nosso objetivo principal. No entanto, não se pode negar que essa realidade ainda é distante e, diante do contexto atual, do enorme déficit, torna-se urgente discutir mecanismos de priorização de alocação das vagas existentes para as famílias que mais precisam.

Dados da publicação [“Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2021”](#) do IBGE mostram que cerca de 13,8 milhões de pessoas viviam em famílias monoparentais no país em 2020. Cerca de 92% das pessoas que viviam em famílias monoparentais, viviam em famílias chefiadas por mulheres que, em sua maioria, eram pretas ou pardas (cerca de 62%). Apresentamos abaixo um conjunto não exaustivo de evidências mostrando que, infelizmente, essas famílias estão entre as de maior vulnerabilidade do país:

I. Enquanto a taxa de extrema pobreza para pessoas que viviam em famílias formadas por casais com filhos é de 5,4% e a taxa de pobreza 27,0%, cerca de 17,3% dos moradores em famílias monoparentais chefiadas por mulheres pretas ou pardas estavam em situação de extrema pobreza e 57,9% em situação de pobreza;

II. Pessoas vivendo em famílias monoparentais chefiadas por mulheres eram proporcionalmente (em relação a população total) mais afetadas por restrição de acesso à saúde: cerca de 20,7% delas tinham restrição para acessar remédios e 33,5% tinham restrição a serviços de saúde em geral. No caso de famílias monoparentais chefiadas por mulheres pretas e pardas esses números são 22,5% e 35,6%, respectivamente.

III. No tocante à acessibilidade econômica da moradia, 54,1% da população vivendo em famílias monoparentais enfrentou situações de inadimplência, sendo que essa estatística foi de apenas 24,0% para famílias formadas por casais sem filhos e de 40,6% para famílias formadas por casais com filhos.

Por fim, é importante destacar que essa casa não deixou essas famílias de lado durante um dos períodos mais difíceis do país. Os dados da pesquisa do IBGE mostram que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres pretas e pardas foram as mais contempladas pelo benefício emergencial: 2/3 desses arranjos estavam em

¹ <https://irbcontas.org.br/deficit-de-vagas-em-educacao-infantil-ainda-permanece/>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220034822500>



domicílios contemplados com o benefício em julho de 2020. Porém, o impacto da pandemia e da crise econômica ainda não acabou. Assim, precisamos garantir que essas famílias tenham acesso à creches e escolas para seus filhos, de modo a permitir que seus chefes possam retornar ao mercado de trabalho.

Com isso em mente, apresentamos a presente proposição com o objetivo de priorizar a alocação das vagas existentes na rede pública de ensino infantil para famílias monoparentais. Acreditamos que a proposta promoverá desenvolvimento social, com grande potencial de impacto sobre desigualdade de gênero e raça, uma vez que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres pretas ou pardas são maioria no total das famílias monoparentais. É com esse propósito que solicito o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220034822500>



**MPV 1116
00266**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se nova redação ao art. 8 da Medida Provisória nº 1.116, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8. Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até **seis** anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943

JUSTIFICAÇÃO

A adoção de arranjos flexíveis de trabalho para trabalhadores/as com encargos familiares não apenas é bem-vinda, como necessária, inclusive para garantir a permanência de tais pessoas no mercado de trabalho. Todavia, a MP 1.116/2022 somente reconhece a precedência do teletrabalho em favor de trabalhadores/as que detenham guarda de crianças com até quatro anos de idade. Tal limite etário é incoerente com a idade mínima de ingresso no Ensino Fundamental, que é de seis anos de idade, conforme previsão da Lei 11.114/2005.

Por essa razão, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222108142600>



CD222108142600



Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222108142600>



CD222108142600



**MPV 1116
00267**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprima-se o art. 5º da MPV 1116, de 2022, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 5º da MPV 1116, de 2022 estabelece que os empregadores que adotarem o benefício do reembolso-creche ficam desobrigados da instalação de local apropriado para a guarda e a assistência de filhos de empregadas no período da amamentação, nos termos do disposto no § 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Todavia, isso contraria a linha evolutiva do entendimento sobre parentalidade responsável. É importante destacar que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendam o aleitamento materno até, no mínimo, os dois anos de idade da criança, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida. Ademais, a prática de se manter espaço destinado à amamentação no local de trabalho é medida pouco onerosa para as empresas, que, geralmente, reservam uma sala simples e com os poucos equipamentos necessários. Portanto, considerando-se o baixo custo da manutenção de espaço, no local de trabalho, destinado à assistência a crianças, durante o período de amamentação, revela-se desproporcional que a implementação do reembolso-creche, pelo art. 5º da MP 1.116/2022, acarrete a exclusão da obrigação de ser mantido, pelas empresas, referido espaço, o qual beneficia não apenas a mãe trabalhadora, mas principalmente as crianças,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225107475200>



que são destinatárias da proteção integral preconizada pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225107475200>



CD225107475200



MPV 1116
00268

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se nova redação ao art. 34 e acrescente-se novo artigo 35, renumerando os demais, à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34. A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

473. III – por 60
(sessenta) dias, em caso de nascimento de filho;

.....
X - dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até seis consultas médicas, ou exames complementares, durante o período de gravidez;

.....
Parágrafo único. A licença-paternidade prevista no inciso III deste artigo poderá ser gozada concomitantemente ou ao final da licença-maternidade da mãe.” (NR)

Art. 35. A licença-paternidade prevista no inciso III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, modificada pelo art. 34 desta Lei, será de 30 (trinta) dias nos dois primeiros anos de vigência desta Lei, passando a ser de 60 (sessenta) dias a partir do terceiro ano de sua vigência.

Art. 36.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222422693400>



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva aumentar a possibilidade de participação do pai no desenvolvimento do filho. O aumento da duração da licença do pai, além de cumprir o papel de estabelecimento real do vínculo entre pai e filhos, reforça a rede de apoio à mãe em puerpério, e viabiliza um melhor cenário rumo à igualdade entre os gêneros no mercado de trabalho.

Propomos que a efetivação dessa inovação na CLT se dê de forma gradual. Nos termos da presente emenda, nos primeiros dois anos após a publicação da lei, a licença será de trinta dias. Somente a partir do terceiro ano é que ela será de sessenta dias. A ideia é que os empregadores tenham tempo para se adaptar às novas regras. Ademais, a emenda permite que, por escolha dos pais, a licença-paternidade possa ser gozada concomitantemente ou após a licença-maternidade da mãe.

A aprovação desta emenda possibilitará maior compartilhamento de direitos e deveres entre homens e mulheres. Esperamos, com isso, que haja maior igualdade salarial entre os gêneros e uma diminuição dos procedimentos discriminatórios contra as mulheres, além de reforçar culturalmente a ideia de que o pai é tão responsável pela criação dos filhos quanto à mãe.

Por essas razões, apresentamos essa emenda e pedimos o apoio de todos os Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222422693400>



**MPV 1116
00269**

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER À
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Acrescentem-se à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, os seguintes dispositivos:

“Art. 1º
.....

VI – para incentivo à contratação de mulheres: redução da carga tributária incidente sobre a folha de salários; e
.....”

“CAPÍTULO VI-A

DO INCENTIVO À CONTRATAÇÃO DE MULHERES

Art. 24-A. A alíquota de contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, prevista no inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, será reduzida para 10%, para contratações de mulheres após a publicação desta Lei, e desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I – os novos contratos sejam estabelecidos com mulheres cis ou mulheres transgênero; e

II – o total de trabalhadores na empresa, em qualquer momento após a publicação desta Lei, somados os contratados diretamente e a mão de obra terceirizada, não seja menor do que o total no mês anterior à aprovação desta Lei.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225547179400>



Parágrafo único. A alíquota reduzida de que trata o caput vigorará pelo período de 18 meses após a contratação da trabalhadora, ao fim do qual aplica-se o percentual previsto no inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 24-B. No prazo de cinco anos, a contar da data de publicação desta Lei, será promovida avaliação de impacto do incentivo tributário para contratação de mulheres e seu efeito na redução de sub-representação das mulheres na força total de trabalho contratada após a vigência desta Lei, em relação à participação verificada ao final de 2020.

§ 1º Caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência, ou órgão equivalente, acompanhar e avaliar o programa.

§ 2º A renovação desta Lei por período adicional de cinco anos fica condicionada aos resultados de sua avaliação de impacto.”

“Art. 34-A. A Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 1º Os rendimentos de que trata o art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1º de julho de 2023, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas:

I – 25% (vinte e cinco por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

I – 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III – 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º No caso de aplicações existentes em 30 de junho de 2023:

I – os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;

II – em relação aos rendimentos produzidos a partir dessa data, os prazos a que se referem os incisos I a IV do caput deste artigo serão contados a partir:

a) de 31 de dezembro de 2022, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e

b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.

§ 2º No caso dos fundos de investimentos, será observado o seguinte:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225547179400>



3

I – os rendimentos serão tributados semestralmente, com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, à alíquota de 17,5% (dezesete inteiros e cinco décimos por cento), sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

.....

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – aos fundos e clubes de investimento em ações cujos rendimentos serão tributados exclusivamente no resgate das quotas, à alíquota de 17,5% (dezesete inteiros e cinco décimos por cento).

.....’ (NR) ”

“**Art. 36.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, na hipótese do art. 34-A, a partir de 1º de julho de 2023.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho ainda é uma característica estrutural do mercado de trabalho de diversos países, situação que foi agravada fortemente pela pandemia de COVID-19 e a recessão econômica que esta ensejou. É neste contexto que apresentamos a presente emenda com o objetivo criar um programa de incentivos tributários para contratação de mulheres no mercado de trabalho formal.

Em ranking elaborado pelo Fórum Econômico Mundial sobre desigualdade de gênero em 156 países, o Brasil encontra-se na péssima posição de número 93, sendo o melhor país (posição 1) a Islândia, seguida da Finlândia e Noruega. Nosso desempenho é muito ruim mesmo quando restringimos a comparação a nossos vizinhos da América Latina e Caribe: entre 26 países da região, só superamos a Guatemala no tocante a desigualdades de gênero (World Economic Forum - Global Gender Gap Report, 2021). Ao analisar esse resultado por subcomponentes do índice principal, vemos que nossa posição de destaque entre os países de maior desigualdade de gênero deve-se, principalmente, à baixa representatividade política das mulheres nos parlamentos e governos e à sua baixa participação no mercado de trabalho, além das diferenças salariais observadas entre homens e mulheres que desempenham a mesma função.

No tocante ao mercado de trabalho, a 2a Edição do “Estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil” do IBGE mostrou

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225547179400>



que em 2019, e, portanto, antes da crise de COVID-19, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais no mercado de trabalho era de 54,5%, enquanto para homens era de 73,7%. O estudo ressalta ainda a importância da presença de crianças com até 3 anos vivendo no domicílio para explicar as diferenças dos níveis de ocupação entre homens e mulheres de 25 a 49 anos de idade. Entre as mulheres que possuem crianças nessa faixa etária, apenas 54,6% daquelas que fazem parte da força de trabalho estavam ocupadas. Já entre os homens na mesma condição, 89,2% estavam ocupados: uma diferença de 34,6 pontos percentuais. Além de terem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, as mulheres também ganham menos: “em 2019, as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de $\frac{3}{4}$ do rendimento dos homens” (p. 4).

Essa desigualdade de gênero estrutural no mercado de trabalho foi reforçada significativamente pela pandemia. Estudos recentes têm documentado que, diferentemente de recessões econômicas anteriores, essa é a recessão das mulheres. Como mostram Alon e coautores (2021)¹ utilizando dados de países desenvolvidos, dois fatores principais explicam essa diferença. Primeiro, na maior parte das recessões pré-pandemia, os setores mais afetados foram construção civil e produção de manufaturas, setores que empregam proporcionalmente mais homens que mulheres. Na crise econômica da pandemia, os setores mais afetados foram os setores relacionados a serviços e turismo, que empregam proporcionalmente mais mulheres. Segundo, as medidas de distanciamento social levaram ao fechamento de creches e escolas, aumentando significativamente o trabalho dos pais com cuidados dos filhos. Dado que mulheres são as maiores provedoras de cuidados domésticos, isto afeta significativamente a capacidade das mulheres de participar da força de trabalho. Os autores ressaltam ainda que, “mesmo após controlar por indústria e ocupação e considerar apenas trabalhadores sem filhos, ainda encontramos grandes diferenças de gênero em diversos países” (Alan et al, 2021, p. 4, tradução nossa).

No Brasil, os dados mais recentes sobre a evolução do mercado de trabalho apontam na mesma direção. Como mostra o gráfico abaixo produzido pelo economista Carlos Goés em sua coluna do jornal o Globo², dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mostram uma queda significativa da população

1 Alon, T; Coskun, S; Doepke, M; Koll, D; Tertilt, M. From Mancession to Shecession: Women's Employment in Regular and Pandemic Recessions. NBER Macroeconomics Annual 2021, Volume 36. 2021.

2 Goés, C. A recessão das mulheres. O Globo, Dezembro de 2021. <https://oglobo.globo.com/economia/arecessao-das-mulheres-25324496>.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225547179400>

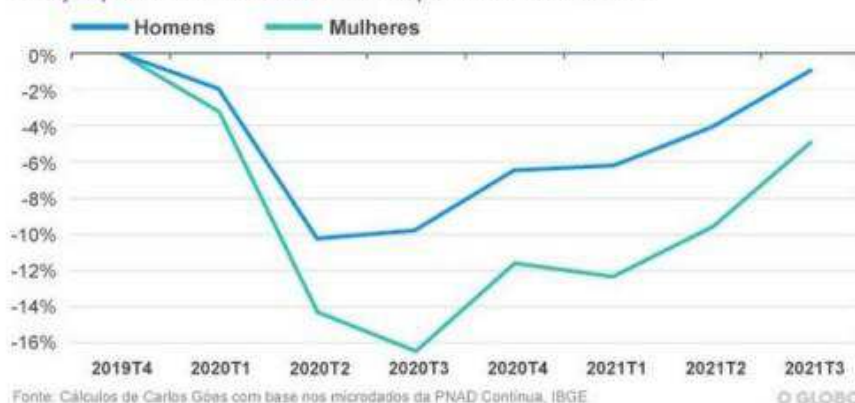


ocupada após o quarto trimestre de 2019 tanto para homens quanto para mulheres. Porém, o gráfico deixa claro que a perda máxima de empregos para os homens foi menor do que para as mulheres e a recuperação de postos de trabalho começou no trimestre anterior. Além disso, enquanto o número de homens trabalhando já estava próximo ao valor pré-crise ao fim de 2021, o mesmo não ocorre para elas. Ou seja, assim como nos países estudados por Alon e coautores (2021), a recessão no Brasil afetou mais e de modo mais duradouro as mulheres.

Políticas públicas voltadas para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, como o aumento da provisão de creches e escolas públicas em tempo integral, são certamente de suma importância, mas atuam apenas sobre um lado do mercado de trabalho: a oferta de trabalho das mulheres. Além de serem políticas que levam maior tempo de implementação, atuar somente na provisão de creches e escolas

Brasil: Variação acumulada na população ocupada

Variação percentual acumulada desde o quarto trimestre de 2019



não é suficiente na situação atual, como sugere os resultados encontrados por Alon e coautores (2021).

É com esse diagnóstico que apresentamos esta emenda, que afeta a demanda por trabalho feminino ao criar incentivos tributários para contratação de mulheres. Em nossa proposta, a contribuição patronal para a Seguridade Social terá alíquota reduzida de 20% para 10% para os novos contratos celebrados com mulheres a partir da entrada em vigor da lei. O benefício será concedido por prazo de 18 meses e serão condicionados à geração de novas vagas formais de emprego, uma vez que as firmas perderão elegibilidade caso o total de empregados na empresa (incluindo terceirizados) seja, em qualquer momento do tempo, menor do que o verificado no mês anterior à entrada em vigência da Lei.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225547179400>



É importante ressaltar que o desenho de desoneração de folha aqui proposto é bastante diferente do atualmente vigente no país, cujas evidências disponíveis apontam para um elevado custo fiscal sem contrapartida na geração de empregos (Garcia, Sachsida e Carvalho, 2018)³.

Nossa proposta, com subsídio temporário e contrapartida, é um desenho adaptado de uma reforma implementada na Itália em 2012 (e que entrou em vigor em janeiro de 2013). A reforma italiana também reduziu a alíquota de contribuição patronal do empregador em 50% para contratação de mulheres elegíveis (novos vínculos), fornecendo o benefício de modo temporário (de 12 meses, com possível prorrogação para 18 meses) e com contrapartida (as firmas também precisavam aumentar o número de pessoas empregadas). Explorando diversas técnicas estatísticas para estudar as alterações introduzidas pela reforma italiana, Rubolino (2021)⁴ encontrou evidências de que o regime de tributação preferencial às mulheres não afetou os salários líquidos das mulheres, de modo que a incidência do tributo recaiu sobre as firmas, levando à redução do custo por trabalhadora e à geração de empregos para mulheres. É extremamente importante ressaltar que o autor não encontra evidências de que a política tenha afetado os empregos de homens: ou seja, não houve substituição de trabalhadores homens já empregados por mulheres elegíveis. Por fim, vale ressaltar dois resultados encontrados por Rubolino (2021). Outro resultado importante é que, mesmo após o fim do benefício (que tem prazo entre 12 e 18 meses no caso italiano), a maior parte dos empregos gerados são mantidos.

Por fim, vale destacar que, a fim de atender aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias a respeito da concessão de benefícios tributários, estamos propondo a vigência da política pelo prazo de cinco anos. Definimos, ainda, que a renovação do benefício fica condicionada aos resultados de avaliação do programa, cujo acompanhamento caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência, ou órgão equivalente. Em termos orçamentários, a Tabela 1 abaixo apresenta a estimativa de renúncia de receita elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara

3 Garcia, F; Sachsida, A; Carvalho, A. Impacto da desoneração da folha de pagamentos sobre o emprego: novas evidências. Texto para discussão 2357. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

4 Rubolino, E. Taxing the Gender Gap: Labor Market Effects of a Payroll Tax Cut for Women in Italy. Recebedor do prêmio Early Career Research Award agraciado pelo W.E. Upjohn Institute. Dezembro, 2021.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225547179400>



dos Deputados (CONOF). Estima-se que a proposta gere uma renúncia de cerca de R\$ 1,1 bilhão no primeiro ano e atinja R\$ 3,4 bilhões no quinto ano.

Para financiar a renúncia estimada, propomos elevar a tributação de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras, de modo a aumentar o efeito redistributivo da proposta, uma vez que a compensação recairá sobre a parcela mais rica da população. As novas alíquotas foram calibradas pela CONOF com o objetivo de atingir uma arrecadação adicional a servir-se de fonte compensatória suficiente à desoneração patronal para estimular a contratação de mulheres em novos postos de trabalho. A elevação das alíquotas de imposto de renda pertinentes aos rendimentos com aplicações financeiras partiria de 17,5% e poderiam alcançar 25%, conforme o prazo da aplicação (atualmente, tal intervalo tem como limites 15% e 22,5%). Majora-se, também, a alíquota específica aplicável a fundos e clubes de investimento.

Ante todo o exposto, acreditamos que a proposta promoverá

Tabela 1 – Estimativa da renúncia de receita

Ano	Folha	Renúncia
2023	11.364.308.551	1.136.430.855
2024	28.826.363.624	2.882.636.362
2025	30.982.661.259	3.098.266.126
2026	32.671.821.129	3.267.182.113
2027	34.616.203.547	3.461.620.355

Fonte: CONOF

desenvolvimento social com a inclusão de mais mulheres no mercado de trabalho e redução de desigualdades, tornando toda a sociedade mais inclusiva e acolhedora. É com esse propósito que solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225547179400>



**MPV 1116
00270****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.116, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Suprima-se a alínea “a” do inciso III do artigo 1º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Deve ser suprimida a possibilidade de utilização dos recursos do FGTS para fins de qualificação, em primeiro lugar, porque a finalidade precípua do Fundo é salvaguardar o trabalhador em situação de desemprego, a fim de que ele possa garantir a própria sobrevivência até ser novamente inserido no mercado de trabalho; em segundo lugar, porque a qualificação dos/as trabalhadores/as deve ser proporcionada pelas empresas, já que o resultado de tal capacitação profissional se reverterá em favor da atividade empresarial, que dela se beneficiará diretamente, tanto no que diz respeito à qualidade, quanto à produtividade. Assim, sendo as empresas as destinatárias do ganho com a qualificação do seu corpo de funcionários/as, a elas cabe propiciar dita qualificação, o que pode ser feito sem maiores custos ou dificuldades, inclusive por meio de convênios com órgãos públicos, Sistema S etc.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada TABATA AMARAL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223208106000>



**MPV 1116
00271**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

EMENDA Nº

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º e ao § 1º do art. 9º da Medida Provisória nº 1.116, de 2022:

“Art. 8º Os empregadores priorizarão as empregadas e os empregados com filho, enteados ou criança sob guarda judicial com até seis anos de idade na alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, nos termos do disposto no Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.”

“Art. 9º

§ 1º As medidas de que trata este artigo poderão ser adotadas:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220476883800>



2

I – na hipótese de nascimento de filho ou enteado, até que ele complete três anos de idade;

II – na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial, até que a criança complete três anos de idade, podendo ser ultrapassado este limite em caso de adoção ou obtenção de guarda de criança maior de cinco anos de idade, de forma a possibilitar a utilização das medidas durante o primeiro ano a contar da adoção ou da guarda judicial.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Propomos a alteração da idade limite do art. 8º para adequação da idade proposta para priorização do teletrabalho de idade de 6 anos, final da primeira infância de acordo com a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância).

Trata-se da idade em que as crianças saem do ensino infantil e passam ao ensino fundamental, com maior oferta de vagas na rede pública, o que facilitaria a conciliação entre cuidados parentais e trabalho.

Com relação às demais medidas de flexibilização previstas no art. 9º, que implicam em consequências financeiras para o país, sugerimos que se altere o limite para os 3 primeiros anos, para que se priorize a parte inicial da primeira infância.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2022.

Deputada



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandre
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220476883800>

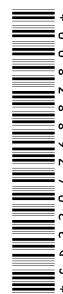


3

2022-3490



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leandre
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220476883800>



Vetos



Publicação da Mensagem do Presidente da República nº 212 de 2022, em 5 de maio de 2022, **recebida no mesmo dia**, que comunica as razões do veto **total** apostado ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, que "Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura". (**Veto nº 20 de 2022**)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 3 de junho de 2022**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 20, DE 2022

Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, que "Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura".

Mensagem nº 212 de 2022, na origem
DOU de 05/05/2022

Recebido o veto no Senado Federal: 05/05/2022
Sobrestando a pauta a partir de: 04/06/2022

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 12/05/2022



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 212

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, que “Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura”.

Ouvidos, o Ministério do Turismo e o Ministério da Economia manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

Art. 1º ao art. 5º

“Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

Parágrafo único. A política referida no **caput** deste artigo estabelece também diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura.”

“Art. 2º São objetivos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura:

I - estimular ações, iniciativas, atividades e projetos culturais, por meio de apoio e de fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - garantir o financiamento e a manutenção de ações, de espaços, de ambientes e de iniciativas artístico-culturais que contribuam para o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e os insumos necessários para a produção, o registro, a gestão e a difusão cultural de suas práticas e seus saberes, fazeres, modos de vida, bens, produtos e serviços culturais;



III - democratizar o acesso à fruição e à produção artística e cultural nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, inclusive em suas áreas periféricas, urbanas e rurais;

IV - garantir o financiamento para as ações, os projetos, as políticas e os programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

V - estabelecer diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura.”

“Art. 3º São princípios da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura:

I - eficiência, racionalidade administrativa e desburocratização;

II - universalidade no atendimento às áreas de atuação previstas nesta Lei;

III - descentralização dos recursos de que trata esta Lei;

IV - respeito à diversidade cultural;

V - gestão democrática e compartilhada dos poderes públicos entre si e entre eles e a sociedade civil;

VI - universalização, padronização e simplificação dos procedimentos e dos mecanismos de repasse, de contrapartidas e de prestação de contas relativos à aplicação dos recursos de que trata esta Lei;

VII - desconcentração por beneficiários na destinação de recursos de que trata esta Lei;

VIII - estímulo à participação e ao controle social das políticas públicas de cultura, por meio dos órgãos e instâncias competentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IX - direito de qualquer pessoa física ou jurídica de candidatar-se a receber benefício oriundo de recursos de que trata esta Lei oferecido por Estados, por Municípios ou pelo Distrito Federal.

Parágrafo único. O princípio estabelecido no inciso V do **caput** deste artigo deve ser implementado por meio de Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR), ouvida a sociedade civil, preferencialmente, por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.”

“Art. 4º A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura tem como beneficiários os trabalhadores da cultura e as entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuem na produção, na difusão, na promoção, na preservação e na aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, inclusive o patrimônio cultural material e imaterial.



Parágrafo único. A aplicação dos recursos recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios será regida unicamente pelos princípios, objetivos e finalidades desta Lei, e os recursos poderão ser utilizados de forma complementar para fomentar projetos culturais apoiados por leis de incentivo vigentes em qualquer âmbito da Federação.”

“Art. 5º Para o alcance dos objetivos previstos no art. 2º desta Lei, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura apoiará as seguintes ações e atividades:

I - fomento, produção e difusão de obras de caráter artístico e cultural, inclusive a remuneração de direitos autorais;

II - realização de projetos, tais como exposições, festivais, festas populares, feiras e espetáculos, no País e no exterior, inclusive a cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural;

III - concessão de prêmios mediante seleções públicas;

IV - instalação e manutenção de cursos para formar, especializar e profissionalizar agentes culturais públicos e privados;

V - realização de levantamentos, de estudos, de pesquisas e de curadorias nas diversas áreas da cultura;

VI - realização de inventários e concessão de incentivos para as manifestações culturais brasileiras que estejam em risco de extinção;

VII - concessão de bolsas de estudo, de pesquisa, de criação, de trabalho e de residência artística, no País ou no exterior, a artistas, a produtores, a autores, a gestores culturais, a pesquisadores e a técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no País ou vinculados à cultura brasileira;

VIII - aquisição de bens culturais e obras de arte para distribuição pública e outras formas de expressão artística e de ingressos para eventos artísticos;

IX - aquisição, preservação, organização, digitalização e outras formas de promoção e de difusão do patrimônio cultural, inclusive acervos, arquivos, coleções e ações de educação patrimonial;

X - construção, formação, organização, manutenção e ampliação de museus, de bibliotecas, de centros culturais, de cinematecas, de teatros, de territórios arqueológicos e de paisagens culturais, além de outros equipamentos culturais e obras artísticas em espaço público;

XI - elaboração de planos anuais e plurianuais de instituições e grupos culturais, inclusive a digitalização de acervos, de arquivos e de coleções, bem como a produção de conteúdos digitais, de jogos eletrônicos e de videoarte, e o fomento à cultura digital;

XII - aquisição de imóveis tombados com a estrita finalidade de instalação de equipamentos culturais de acesso público;



XIII - manutenção de grupos, de companhias, de orquestras e de corpos artísticos estáveis, inclusive processos de produção e pesquisa continuada de linguagens artísticas;

XIV - proteção e preservação do patrimônio cultural imaterial, inclusive os bens registrados e salvaguardados e as demais expressões e modos de vida de povos e comunidades tradicionais;

XV - realização de intercâmbio cultural, nacional ou internacional;

XVI - ações, projetos, políticas e programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XVII - serviço educativo de museus, de centros culturais, de teatros, de cinemas e de bibliotecas, inclusive formação de público na educação básica;

XVIII - apoio a projetos culturais não previstos nos incisos I a XVII deste **caput** considerados relevantes em sua dimensão cultural e com predominante interesse público, conforme critérios de avaliação estabelecidos pelas autoridades competentes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Parágrafo único. As ações estabelecidas neste artigo e os recursos de que trata esta Lei não poderão ser destinados:

I - para pagamento de pessoal ativo ou inativo de órgãos ou entidades da administração direta ou indireta; e

II - para empresas terceirizadas contratadas por órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, ou para custeio da estrutura e de ações administrativas públicas da gestão local, salvo, até o limite de 5% (cinco por cento) do total do valor recebido pelo ente federativo, estritamente para a execução das ações finalísticas previstas neste artigo, entre as quais, atividades de consultoria, de emissão de pareceres e de participação em comissões julgadoras de projetos, de ações, de iniciativas e de candidatos a prêmios e a bolsas em editais e congêneres.”

Caput e incisos I ao XXIV do caput do art. 10

“Art. 10. Compreendem-se como espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, microempresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais sem fins lucrativos que tenham pelo menos 2 (dois) anos de funcionamento regular comprovado e que se dediquem a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

I - pontos e pontões de cultura;

II - teatros independentes;

III - escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;



- IV - circos, inclusive itinerantes;
- V - cineclubes;
- VI - centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;
- VII - museus comunitários e centros de memória e patrimônio;
- VIII - bibliotecas comunitárias;
- IX - comunidades e povos indígenas e seus espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais;
- X - centros artísticos e culturais afro-brasileiros e cultura gospel;
- XI - comunidades quilombolas e seus espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais;
- XII - povos e comunidades tradicionais e seus espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais;
- XIII - teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;
- XIV - livrarias, editoras e sebos;
- XV - empresas de diversão e produção de espetáculos;
- XVI - estúdios de fotografia;
- XVII - produtoras de cinema e audiovisual;
- XVIII - ateliês de pintura, de moda, de **design** e de artesanato;
- XIX - galerias de arte e de fotografias;
- XX - feiras permanentes de arte e de artesanato;
- XXI - espaços de apresentação musical;
- XXII - espaços de literatura, de poesia e de literatura de cordel;
- XXIII - espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária e agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares;
- XXIV - outros espaços, ambientes, iniciativas e atividades artístico-culturais validados nos cadastros aos quais se refere o art. 9º desta Lei."

Caput e incisos III, IV, IX, X e XI do caput do art. 13

"Art. 13. Para as medidas de que trata esta Lei, poderão ser utilizados como fontes de recursos:"

"III - doações e legados nos termos da legislação vigente;



IV - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;”

“IX - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

X - recursos provenientes da Cide-Jogos destinados à cultura;

XI - outras receitas que lhes vierem a ser destinadas.”

Caput e § 1º, § 3º e § 4º do art. 14

“Art. 14. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura é de responsabilidade das autoridades competentes nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

§ 1º No caso de inexistência de fundos de cultura estaduais e municipais aptos a receber os recursos federais de que trata esta Lei, o repasse será direcionado para estrutura definida pela autoridade competente de cada ente federativo receptor.”

“§ 3º Em nenhum caso o repasse de recursos obriga à celebração, com a União, de convênio, de contrato de repasse ou de outro instrumento congênere do ente federativo receptor ou do órgão gestor do consórcio público intermunicipal.

§ 4º A autoridade federal competente disporá sobre os procedimentos operacionais e os mecanismos de repasse, de contrapartidas e de elaboração e divulgação das prestações de contas referentes à utilização dos recursos de que trata esta Lei.”

Caput e incisos I ao IV do caput do art. 15

“Art. 15. No que se refere à prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura, deve ser observado o seguinte:

I - o cumprimento do objeto consiste na entrega do produto cultural, conforme descrito na proposta aprovada, mediante entrega e aprovação de relatório de execução do objeto cultural, admitidos todos os meios que comprovem sua efetiva realização;

II - fica vedado ao poder público condicionar autorização para captação de recursos incentivados referentes a novos projetos culturais e audiovisuais à conclusão de quaisquer análises de prestações de contas de outros projetos;

III - reaberturas, reanálises e quaisquer outros procedimentos administrativos de desarquivamento referentes a prestações de contas já concluídas e consideradas regulares, aprovadas ou outras manifestações equivalentes, por parte do poder público



competente, somente poderão ser efetuados, uma única vez, em até 2 (dois) anos após o encerramento da referida prestação de contas;

IV - fica vedada a aplicação de normas regulamentares posteriores à data de encerramento definitivo de prestação de contas de projetos culturais e audiovisuais, mesmo quando haja eventual reabertura, reanálise ou quaisquer procedimentos administrativos de desarquivamento de prestação de contas;"

Art. 16

"Art. 16. A autoridade federal responsável pelo setor da cultura definirá as diretrizes gerais para a aplicação dos recursos oriundos desta Lei."

Razões dos vetos

"A proposição legislativa dispõe sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, que seria baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no País. Para tanto, a referida proposição estabelece quais seriam os seus objetivos e os seus beneficiários, a saber, os trabalhadores da cultura e as entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuassem na produção, na difusão, na promoção, na preservação e na aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, inclusive de patrimônio cultural material e imaterial.

Ademais, a proposição legislativa estabelece que a aplicação dos recursos recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios seria regida unicamente pelos princípios, pelos objetivos e pelas finalidades desta Lei, e que os recursos poderiam ser utilizados de forma complementar para fomentar projetos culturais apoiados por leis de incentivo vigentes em qualquer âmbito da Federação. Além de definir as ações e as atividades para a consecução dos objetivos previstos, detalhar o que se compreenderia como espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais, determinar o que poderia ser utilizado como fonte de recursos, dispor sobre a prestação de contas, entre outros.

Entretanto, a proposição contraria o interesse público ao retirar a autonomia do Poder Executivo federal em relação à aplicação dos recursos, enfraquecer as regras de priorização, monitoramento, controle, eficiência, gestão e transparência elaboradas para auditar os recursos federais e a sua execução, de modo que haveria uma ingerência sobre a fiscalização e a gestão de prestação de contas de projetos culturais, ao se estabelecer o que deveria ser observado, e ao criar a obrigatoriedade do repasse pelo Governo federal de recursos provenientes do Fundo Nacional de Cultura e de outros fundos aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Isso possibilitaria que os entes federativos gerissem os recursos do Fundo Nacional de Cultura por meio de editais,



chamadas públicas, entre outros instrumentos, o que impactaria no pacto federativo e causaria insegurança jurídica.

Por fim, em alguns aspectos, a proposição legislativa viola o disposto no inciso III do **caput** do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o qual estabelece que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica. Quanto a esta última, destaca-se que a referida Lei Complementar dispõe que as exceções ao disposto no artigo, bem como os aspectos complementares à norma, devem ser expressos por meio de parágrafos. A esse exemplo, a proposição legislativa apresentaria contradições em seu art. 3º, o qual apresentava princípios como eficiência e desburocratização, e, ao mesmo tempo, criava instâncias burocráticas e procedimentos que tornariam proibitivo o acesso ao fomento da cultura.

Art. 6º

“Art. 6º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a cada ano, em parcela única, o valor correspondente a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no primeiro exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei e nos 4 (quatro) anos seguintes.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão à União, em prazo estabelecido na forma do regulamento, plano de ação para o exercício, juntamente com a solicitação dos recursos.

§ 2º Os Municípios vinculados a consórcio público intermunicipal que tenha, no seu instrumento administrativo constitutivo, previsão para atuar na área da cultura, poderão solicitar os recursos à União por meio de plano de ação apresentado pelo órgão gestor do consórcio público intermunicipal que integram, em prazo estabelecido na forma do regulamento.

§ 3º Os recursos deverão ser transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para conta bancária específica, aberta em instituição financeira federal.

§ 4º Para receber os recursos de que trata esta Lei, anualmente, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão comprovar a destinação, para a cultura, de recursos orçamentários próprios em montante não inferior à média dos valores consignados nos últimos 3 (três) exercícios.”

Art. 7º

“Art. 7º Os recursos a que se refere o art. 6º desta Lei serão executados da seguinte forma:

I - 80% (oitenta por cento) em ações de apoio ao setor cultural por meio de:



a) editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas por meios telemáticos e digitais;

b) subsídio para manutenção de espaços artísticos e de ambientes culturais que desenvolvam atividades regulares de forma permanente em seus territórios e comunidades;

II - 20% (vinte por cento) em ações de incentivo direto a programas, a projetos e a ações de democratização do acesso à fruição e à produção artística e cultural em áreas periféricas, urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais.”

Art. 8º

“Art. 8º Os recursos previstos no art. 6º desta Lei serão repassados aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, dos quais 20% (vinte por cento) de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e 80% (oitenta por cento) proporcionalmente à população;

II - 50% (cinquenta por cento) aos Municípios, dos quais 20% (vinte por cento) de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 80% (oitenta por cento) proporcionalmente à população.

§ 1º Os recursos recebidos que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Municípios em até 180 (cento e oitenta) dias deverão ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde o Município se localiza ou ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.

§ 2º Eventuais recursos da União referentes às ações previstas nesta Lei que não forem destinados aos demais entes federativos em razão do não cumprimento de procedimentos e de prazos exigidos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, inclusive o previsto no § 1º do art. 6º desta Lei, serão imediatamente redistribuídos pela União aos demais entes, segundo os mesmos critérios de partilha estabelecidos no **caput** deste artigo.

§ 3º Os Estados, na implementação das iniciativas previstas no art. 5º desta Lei, buscarão regulamentar formas de estimular a desconcentração territorial de ações, de iniciativas e de atividades apoiadas, beneficiando em especial os Municípios que não obtiverem recursos da União oriundos desta Lei.



§ 4º Nos editais e congêneres de que trata esta Lei, os entes federativos recebedores dos repasses da União deverão estabelecer políticas de ação afirmativa.”

Art. 9º

“Art. 9º O subsídio a espaços e a ambientes culturais previsto na alínea “b” do inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei será pago de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local, considerado o valor de manutenção mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que pode ser destinado ao uso em atividades-meio ou em atividades-fim, observado que essa faixa de valores deverá ser corrigida anualmente, conforme índice de inflação referido em regulamento.

§ 1º Farão jus ao benefício referido no **caput** deste artigo os espaços e os ambientes culturais que comprovarem atividade regular de acesso público e a sua inscrição e respectiva homologação em, pelo menos, um dos seguintes cadastros:

- I - Cadastros Estaduais de Cultura;
- II - Cadastros Municipais de Cultura;
- III - Cadastro Distrital de Cultura;
- IV - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;
- V - Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;
- VI - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic);
- VII - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);

VIII - outros cadastros existentes ou que venham a ser criados nos entes federativos referentes a atividades e a identidades culturais e comunitárias, bem como a projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e em leis de incentivo estaduais, distritais ou municipais, nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei.

§ 2º Serão adotadas as medidas cabíveis, por cada ente federativo, para garantir, preferencialmente de modo não presencial, inclusões e alterações nos cadastros, de forma autodeclaratória e documental, que comprovem funcionamento regular, bem como para promover a progressiva integração entre os cadastros federais e os dos demais entes federativos.

§ 3º Os Estados, com o apoio dos Municípios que se encontram em seu território, e o Distrito Federal deverão fornecer à União as informações relacionadas à implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e ao disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º O benefício de que trata o **caput** deste artigo somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário seja responsável por mais de um espaço cultural.”



§ 1º e § 2º do art. 10

“§ 1º Fica vedada a concessão do benefício a que se refere a alínea “b” do inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei a espaços, a ambientes e a iniciativas artístico-culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços, a ambientes e a iniciativas artístico-culturais vinculados a fundações, a institutos ou a instituições criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas, a teatros e a casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

§ 2º Os espaços, os ambientes e as iniciativas artístico-culturais, as empresas culturais e as organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio previsto na alínea “b” do inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei ficam obrigados a garantir, como contrapartida, a realização, de forma gratuita, em intervalos regulares, de atividades destinadas aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, inclusive apresentações ao vivo com interação popular, podendo ser utilizados meios digitais, em cooperação e com planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.”

Art. 11

“Art. 11. O beneficiário do subsídio a espaços e a ambientes de que trata a alínea “b” do inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao Estado, ao Município ou ao Distrito Federal, conforme o caso, em até 180 (cento e oitenta) dias após o final do exercício financeiro em que se encerrou a aplicação dos recursos recebidos.

Parágrafo único. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal assegurarão ampla publicidade e transparência à prestação de contas de que trata este artigo.”

Art. 12

“Art. 12. Os recursos destinados conforme o disposto no art. 6º desta Lei serão executados pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal por meio do Fundo Nacional da Cultura (FNC) mediante editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais e de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas por meios telemáticos e digitais.”



Inciso I do caput do art. 13

“I - dotações consignadas na lei orçamentária anual e nos seus créditos adicionais;”

§ 2º do art. 14

“§ 2º É facultado o recebimento de repasses aos órgãos gestores de consórcios públicos intermunicipais quando os Municípios se associarem para receber os recursos federais respectivos por meio desse instrumento, considerado o cálculo referido no inciso II do **caput** do art. 8º desta Lei para a somatória dos recursos e da população dos Municípios consorciados.”

Art. 17

“Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, o disposto nos arts. 6º, 7º e 13 desta Lei terá vigência por 5 (cinco) anos.”

Razões dos vetos

“A proposição legislativa estabelece que, para custear a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, que seria instituída, a União entregaria aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, anualmente, em parcela única, o valor correspondente a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no primeiro exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei e nos quatro anos seguintes. Estabelece, ainda, que poderiam ser utilizadas como fonte de recurso, dentre outras, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e nos seus créditos adicionais.

Entretanto, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade e contraria o interesse público, uma vez que não atende ao disposto nos art. 107, art. 109 e art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no inciso I do **caput** do art. 167 e no § 5º do art. 195 da Constituição. Ademais, viola o disposto na Emenda à Constituição nº 95, de 15 de dezembro 2016, nos art. 16 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art.124, art. 125 e art. 126 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022, tendo em vista que haveria a ampliação da despesa primária obrigatória, de natureza corrente, com duração de cinco exercícios financeiros, sem a apresentação das medidas de compensação em relação a aumento permanente de receita ou diminuição permanente de despesa, cujas fontes de financiamento propostas não garantiriam impacto neutro. A proposição legislativa, ainda, não cumpriria o teto de gastos, nem o



resultado primário, uma vez que não haveria espaço fiscal para novos aportes de recursos da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Outrossim, ao retirar a autonomia do Poder Executivo federal em relação à aplicação dos recursos, engessaria as possibilidades quanto ao emprego desses recursos para políticas públicas culturais cuja operacionalização depende de fundos e verbas pertencentes ao próprio Poder Executivo. Além disso, enfraqueceria as regras de priorização, monitoramento, controle, eficiência, gestão e transparência elaboradas para auditar os recursos federais e a sua execução, de modo que haveria uma ingerência sobre a fiscalização e a gestão de prestação de contas de projetos culturais, ao estabelecer o que deveria ser observado, e ao criar a obrigatoriedade do repasse pelo Governo federal de recursos provenientes do Fundo Nacional de Cultura e de outros fundos aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Isso possibilitaria que os entes federativos gerissem os recursos do Fundo Nacional de Cultura por meio de editais, chamadas públicas, entre outros instrumentos, o que impactaria no pacto federativo e causaria insegurança jurídica.

Oportuno mencionar que foram expressivos os repasses da União para os entes federativos em decorrência do enfrentamento à pandemia da **covid-19**, de maneira que o País encontra-se em situação fiscal delicada, na qual não há espaço para novas transferências financeiras da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Nesse sentido, importa ressaltar a transferência realizada no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao **Covid-19**, instituído pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, no valor total de R\$ 60.148.000.000,00 (sessenta bilhões e cento e quarenta e oito milhões de reais), nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2020, e a transferência realizada aos entes federativos pela Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020, no total de R\$ 15.098.000.000,00 (quinze bilhões e noventa e oito milhões de reais)."

Incisos V e VI do caput do art. 13

"V - 3% (três por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e de loterias federais e similares cuja realização esteja sujeita a autorização federal, deduzido esse valor dos montantes destinados aos prêmios;

VI - recursos provenientes da arrecadação da Loteria Federal da Cultura, a ser criada por lei específica;"

Razões dos vetos

"A proposição legislativa estabelece que poderiam ser utilizadas como fontes de recursos, dentre outras, três por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e de loterias federais e similares cuja realização estivesse sujeita a autorização federal, deduzido esse valor dos montantes destinados aos prêmios, além



dos recursos provenientes da arrecadação da loteria federal da cultura, que seria instituída por lei específica.

Entretanto, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que implicaria na expansão de despesa obrigatória de caráter continuado, que geraria impacto orçamentário e financeiro para o Tesouro Nacional e assim, deveria cumprir o disposto nos art. 107, art. 109 e art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no inciso I do **caput** do art. 167 e no § 5º do art. 195 da Constituição, na Emenda à Constituição nº 95, de 15 de dezembro de 2016, nos art. 16 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 124, art. 125 e art. 126 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022.

Ademais, contraria o interesse público, uma vez que poderia prejudicar a comercialização dos produtos lotéricos, em decorrência da diminuição dos valores dos prêmios oferecidos, o que desencadearia a redução da atratividade das loterias federais para o público apostador, e, diminuiria a arrecadação dessas loterias. Consequentemente, isso implicaria na diminuição dos repasses legais para outros segmentos sociais beneficiados, tais como o esporte, a seguridade social, a saúde, a segurança e a educação. Acrescenta-se, ainda, que a loteria federal da cultura é modalidade lotérica não existente.

Ressalta-se que outro possível impacto da eventual redução do valor disponível para premiação seria a migração dos apostadores das loterias federais para outras modalidades de jogos e apostas ilegais ou não regulamentadas no País, que não apresentariam retorno à sociedade e tampouco recolheriam os tributos incidentes sobre a sua atividade.

Por fim, ao retirar a autonomia do Poder Executivo federal em relação à aplicação dos recursos, engessaria as possibilidades quanto ao emprego desses recursos para políticas públicas culturais cuja operacionalização depende de fundos e verbas pertencentes ao próprio Poder Executivo.”

Ouvidos, a Controladoria-Geral da União, o Ministério do Turismo e o Ministério da Economia manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

Inciso II do caput do art. 13

“II - o superávit do FNC apurado em 31 de dezembro do exercício anterior;”

Razões do veto



“A proposição legislativa estabelece que poderia ser utilizado como fonte de recurso o superávit do Fundo Nacional de Cultura, apurado em 31 de dezembro do exercício anterior.

Entretanto, a proposição legislativa contraria o interesse público ao autorizar que parte dos recursos do Fundo Nacional de Cultura fossem utilizados pelo Governo federal para cumprir o proposto, haja vista que colocaria em risco a execução de projetos culturais, pelos entes federativos, uma vez que as medidas propostas não atenderiam requisitos tais como a necessidade de constarem do programa de trabalho anual do referido Fundo, de serem submetidos à análise técnica da área responsável e serem aprovados por Ministro de Estado, em conformidade com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Outrossim, ao retirar a autonomia do Poder Executivo federal em relação à aplicação dos recursos, engessaria as possibilidades quanto ao emprego desses recursos para políticas públicas culturais cuja operacionalização depende de fundos e verbas pertencentes ao próprio Poder Executivo. Além disso, enfraqueceria as regras de priorização, monitoramento, controle, eficiência, gestão e transparência elaboradas para auditar os recursos federais e a sua execução, de modo que haveria uma ingerência sobre a fiscalização e a gestão de prestação de contas de projetos culturais, ao estabelecer o que deveria ser observado, e ao criar a obrigatoriedade do repasse pelo Governo federal de recursos provenientes do Fundo Nacional de Cultura e de outros fundos aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Isso possibilitaria que os entes federativos gerissem os recursos do Fundo Nacional de Cultura por meio de editais, chamadas públicas, entre outros instrumentos, o que impactaria no pacto federativo e causaria insegurança jurídica.

Por fim, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade e contraria o interesse público, tendo em vista que haveria a ampliação da despesa primária obrigatória, de natureza corrente, com duração de cinco exercícios financeiros, sem a apresentação das medidas de compensação em relação a aumento permanente de receita ou diminuição permanente de despesa, cujas fontes de financiamento propostas não garantiriam impacto neutro. A proposição legislativa, ainda, não cumpriria o teto de gastos, nem o resultado primário, uma vez que não haveria espaço fiscal para novos aportes de recursos da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios. Portanto, viola o disposto nos art. 107, art. 109 e art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no inciso I do **caput** do art. 167 e no § 5º do art. 195 da Constituição, na Emenda à Constituição nº 95, de 15 de dezembro de 2016, nos art. 16 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 124, art. 125 e art. 126 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022.

Outrossim, ao permitir a vinculação dos recursos identificados como superávit financeiro do Fundo Nacional da Cultura para pagamento das despesas relativas ao auxílio financeiro que seria prestado, pela União, no exercício de 2023, retiraria a



possibilidade de utilização de tais recursos pelo Poder Executivo para a amortização da dívida pública, o que viola o disposto no art. 5º da Emenda à Constituição nº 109, de 15 de março de 2021.”

Incisos VII e VIII do caput do art. 13

“VII - reembolso das operações de empréstimo realizadas por meio do FNC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preservem o valor real e que contribuam para gerar o superávit referido no inciso II do **caput**;

VIII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos em empresas e em projetos culturais feitos com recursos do FNC;”

Razões dos vetos

“A proposição legislativa estabelece que poderiam ser utilizadas como fontes de recursos, dentre outras: o reembolso das operações de empréstimo realizadas por meio do Fundo Nacional de Cultura, a título de financiamento reembolsável, observados os critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preservassem o valor real e que contribuíssem para gerar o superávit referido; e o retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos em empresas e em projetos culturais feitos com recursos do referido Fundo.

Entretanto, a proposição legislativa contraria o interesse público ao autorizar que parte dos recursos do Fundo Nacional de Cultura fossem utilizados pelo Governo federal para cumprir o proposto, haja vista que colocaria em risco a execução de projetos culturais, pelos entes federados, uma vez que as medidas propostas não atenderiam requisitos tais como a necessidade de constarem do programa de trabalho anual do referido Fundo, de serem submetidos à análise técnica da área responsável e serem aprovados por Ministro de Estado, em conformidade com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Outrossim, ao retirar a autonomia do Poder Executivo federal em relação à aplicação dos recursos, engessaria as possibilidades quanto ao emprego desses recursos para políticas públicas culturais cuja operacionalização depende de fundos e verbas pertencentes ao próprio Poder Executivo. Além disso, enfraqueceria as regras de priorização, monitoramento, controle, eficiência, gestão e transparência elaboradas para auditar os recursos federais e a sua execução, de modo que haveria uma ingerência sobre a fiscalização e a gestão de prestação de contas de projetos culturais, ao estabelecer o que deveria ser observado, e ao criar a obrigatoriedade do repasse pelo Governo federal de recursos provenientes do Fundo Nacional de Cultura e de outros fundos aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Isso possibilitaria que os entes federativos gerissem os recursos do Fundo Nacional de Cultura por meio de editais,



chamadas públicas, entre outros instrumentos, o que impactaria no pacto federativo e causaria insegurança jurídica.”

Ouvidos, o Ministério do Turismo e a Controladoria-Geral da União manifestaram-se, ainda, pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso V do caput do art. 15

“V - ato ou omissão de gestor do Poder Executivo que caracterize desídia ou descaso em relação à análise de prestação de contas de projeto cultural ou audiovisual isenta os proponentes de vedações, de inabilitações ou de quaisquer outras sanções decorrentes da prestação de contas desses projetos específicos.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que, no que se refere à prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura, deveria ser observado, dentre outros, que ato ou omissão de gestor do Poder Executivo que caracterizasse desídia ou descaso em relação à análise de prestação de contas de projeto cultural ou audiovisual isentaria os proponentes de vedações, de inabilitações ou de quaisquer outras sanções decorrentes da prestação de contas desses projetos específicos.

Entretanto, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que limitaria o poder de aplicação de sanções pelo Poder Executivo federal ao estabelecer que, caso houvesse desídia ou omissão de gestor do Poder Executivo federal na prestação de contas, os proponentes ficariam isentos de aplicação de qualquer penalidade. Afigura-se, pois, como medida inadequada, uma vez que os termos desídia e descaso são termos gerais, subjetivos e inexatos, e possibilitariam interpretações diversas sobre o prazo limite de análise conclusiva sobre a prestação de contas pelo Poder Executivo federal.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de maio de 2022.

Jair Bolsonaro



PROJETO VETADO:

Projeto de Lei nº 1.518 de 2021

Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

Parágrafo único. A política referida no **caput** deste artigo estabelece também diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura.

Art. 2º São objetivos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura:

I – estimular ações, iniciativas, atividades e projetos culturais, por meio de apoio e de fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – garantir o financiamento e a manutenção de ações, de espaços, de ambientes e de iniciativas artístico-culturais que contribuam para o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e os insumos necessários para a produção, o registro, a gestão e a difusão cultural de suas práticas e seus saberes, fazeres, modos de vida, bens, produtos e serviços culturais;

III – democratizar o acesso à fruição e à produção artística e cultural nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, inclusive em suas áreas periféricas, urbanas e rurais;

IV – garantir o financiamento para as ações, os projetos, as políticas e os programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

V – estabelecer diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura.

Art. 3º São princípios da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura:

I – eficiência, racionalidade administrativa e desburocratização;

II – universalidade no atendimento às áreas de atuação previstas nesta Lei;

III – descentralização dos recursos de que trata esta Lei;

IV – respeito à diversidade cultural;

V – gestão democrática e compartilhada dos poderes públicos entre si e entre eles e a sociedade civil;

VI – universalização, padronização e simplificação dos procedimentos e dos mecanismos de repasse, de contrapartidas e de prestação de contas relativos à aplicação dos recursos de que trata esta Lei;

VII – desconcentração por beneficiários na destinação de recursos de que trata esta Lei;



VIII – estímulo à participação e ao controle social das políticas públicas de cultura, por meio dos órgãos e instâncias competentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IX – direito de qualquer pessoa física ou jurídica de candidatar-se a receber benefício oriundo de recursos de que trata esta Lei oferecido por Estados, por Municípios ou pelo Distrito Federal.

Parágrafo único. O princípio estabelecido no inciso V do **caput** deste artigo deve ser implementado por meio de Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR), ouvida a sociedade civil, preferencialmente, por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.

Art. 4º A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura tem como beneficiários os trabalhadores da cultura e as entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuem na produção, na difusão, na promoção, na preservação e na aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, inclusive o patrimônio cultural material e imaterial.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios será regida unicamente pelos princípios, objetivos e finalidades desta Lei, e os recursos poderão ser utilizados de forma complementar para fomentar projetos culturais apoiados por leis de incentivo vigentes em qualquer âmbito da Federação.

Art. 5º Para o alcance dos objetivos previstos no art. 2º desta Lei, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura apoiará as seguintes ações e atividades:

I – fomento, produção e difusão de obras de caráter artístico e cultural, inclusive a remuneração de direitos autorais;

II – realização de projetos, tais como exposições, festivais, festas populares, feiras e espetáculos, no País e no exterior, inclusive a cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural;

III – concessão de prêmios mediante seleções públicas;

IV – instalação e manutenção de cursos para formar, especializar e profissionalizar agentes culturais públicos e privados;

V – realização de levantamentos, de estudos, de pesquisas e de curadorias nas diversas áreas da cultura;

VI – realização de inventários e concessão de incentivos para as manifestações culturais brasileiras que estejam em risco de extinção;

VII – concessão de bolsas de estudo, de pesquisa, de criação, de trabalho e de residência artística, no País ou no exterior, a artistas, a produtores, a autores, a gestores culturais, a pesquisadores e a técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no País ou vinculados à cultura brasileira;

VIII – aquisição de bens culturais e obras de arte para distribuição pública e outras formas de expressão artística e de ingressos para eventos artísticos;

IX – aquisição, preservação, organização, digitalização e outras formas de promoção e de difusão do patrimônio cultural, inclusive acervos, arquivos, coleções e ações de educação patrimonial;



X – construção, formação, organização, manutenção e ampliação de museus, de bibliotecas, de centros culturais, de cinematecas, de teatros, de territórios arqueológicos e de paisagens culturais, além de outros equipamentos culturais e obras artísticas em espaço público;

XI – elaboração de planos anuais e plurianuais de instituições e grupos culturais, inclusive a digitalização de acervos, de arquivos e de coleções, bem como a produção de conteúdos digitais, de jogos eletrônicos e de videoarte, e o fomento à cultura digital;

XII – aquisição de imóveis tombados com a estrita finalidade de instalação de equipamentos culturais de acesso público;

XIII – manutenção de grupos, de companhias, de orquestras e de corpos artísticos estáveis, inclusive processos de produção e pesquisa continuada de linguagens artísticas;

XIV – proteção e preservação do patrimônio cultural imaterial, inclusive os bens registrados e salvaguardados e as demais expressões e modos de vida de povos e comunidades tradicionais;

XV – realização de intercâmbio cultural, nacional ou internacional;

XVI – ações, projetos, políticas e programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XVII – serviço educativo de museus, de centros culturais, de teatros, de cinemas e de bibliotecas, inclusive formação de público na educação básica;

XVIII – apoio a projetos culturais não previstos nos incisos I a XVII deste **caput** considerados relevantes em sua dimensão cultural e com predominante interesse público, conforme critérios de avaliação estabelecidos pelas autoridades competentes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Parágrafo único. As ações estabelecidas neste artigo e os recursos de que trata esta Lei não poderão ser destinados:

I – para pagamento de pessoal ativo ou inativo de órgãos ou entidades da administração direta ou indireta; e

II – para empresas terceirizadas contratadas por órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, ou para custeio da estrutura e de ações administrativas públicas da gestão local, salvo, até o limite de 5% (cinco por cento) do total do valor recebido pelo ente federativo, estritamente para a execução das ações finalísticas previstas neste artigo, entre as quais, atividades de consultoria, de emissão de pareceres e de participação em comissões julgadoras de projetos, de ações, de iniciativas e de candidatos a prêmios e a bolsas em editais e congêneres.

Art. 6º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a cada ano, em parcela única, o valor correspondente a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no primeiro exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei e nos 4 (quatro) anos seguintes.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão à União, em prazo estabelecido na forma do regulamento, plano de ação para o exercício, juntamente com a solicitação dos recursos.



§ 2º Os Municípios vinculados a consórcio público intermunicipal que tenha, no seu instrumento administrativo constitutivo, previsão para atuar na área da cultura, poderão solicitar os recursos à União por meio de plano de ação apresentado pelo órgão gestor do consórcio público intermunicipal que integram, em prazo estabelecido na forma do regulamento.

§ 3º Os recursos deverão ser transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para conta bancária específica, aberta em instituição financeira federal.

§ 4º Para receber os recursos de que trata esta Lei, anualmente, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão comprovar a destinação, para a cultura, de recursos orçamentários próprios em montante não inferior à média dos valores consignados nos últimos 3 (três) exercícios.

Art. 7º Os recursos a que se refere o art. 6º desta Lei serão executados da seguinte forma:

I – 80% (oitenta por cento) em ações de apoio ao setor cultural por meio de:

a) editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas por meios telemáticos e digitais;

b) subsídio para manutenção de espaços artísticos e de ambientes culturais que desenvolvam atividades regulares de forma permanente em seus territórios e comunidades;

II – 20% (vinte por cento) em ações de incentivo direto a programas, a projetos e a ações de democratização do acesso à fruição e à produção artística e cultural em áreas periféricas, urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais.

Art. 8º Os recursos previstos no art. 6º desta Lei serão repassados aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, da seguinte forma:

I – 50% (cinquenta por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, dos quais 20% (vinte por cento) de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e 80% (oitenta por cento) proporcionalmente à população;

II – 50% (cinquenta por cento) aos Municípios, dos quais 20% (vinte por cento) de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 80% (oitenta por cento) proporcionalmente à população.

§ 1º Os recursos recebidos que não tenham sido objeto de programação publicada pelos Municípios em até 180 (cento e oitenta) dias deverão ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde o Município se localiza ou ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.

§ 2º Eventuais recursos da União referentes às ações previstas nesta Lei que não forem destinados aos demais entes federativos em razão do não cumprimento de procedimentos e de prazos exigidos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, inclusive



o previsto no § 1º do art. 6º desta Lei, serão imediatamente redistribuídos pela União aos demais entes, segundo os mesmos critérios de partilha estabelecidos no **caput** deste artigo.

§ 3º Os Estados, na implementação das iniciativas previstas no art. 5º desta Lei, buscarão regulamentar formas de estimular a desconcentração territorial de ações, de iniciativas e de atividades apoiadas, beneficiando em especial os Municípios que não obtiverem recursos da União oriundos desta Lei.

§ 4º Nos editais e congêneres de que trata esta Lei, os entes federativos recebedores dos repasses da União deverão estabelecer políticas de ação afirmativa.

Art. 9º O subsídio a espaços e a ambientes culturais previsto na alínea “b” do inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei será pago de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local, considerado o valor de manutenção mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que pode ser destinado ao uso em atividades-meio ou em atividades-fim, observado que essa faixa de valores deverá ser corrigida anualmente, conforme índice de inflação referido em regulamento.

§ 1º Farão jus ao benefício referido no **caput** deste artigo os espaços e os ambientes culturais que comprovarem atividade regular de acesso público e a sua inscrição e respectiva homologação em, pelo menos, um dos seguintes cadastros:

- I – Cadastros Estaduais de Cultura;
- II – Cadastros Municipais de Cultura;
- III – Cadastro Distrital de Cultura;
- IV – Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;
- V – Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;
- VI – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic);
- VII – Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);

VIII – outros cadastros existentes ou que venham a ser criados nos entes federativos referentes a atividades e a identidades culturais e comunitárias, bem como a projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e em leis de incentivo estaduais, distritais ou municipais, nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei.

§ 2º Serão adotadas as medidas cabíveis, por cada ente federativo, para garantir, preferencialmente de modo não presencial, inclusões e alterações nos cadastros, de forma autodeclaratória e documental, que comprovem funcionamento regular, bem como para promover a progressiva integração entre os cadastros federais e os dos demais entes federativos.

§ 3º Os Estados, com o apoio dos Municípios que se encontram em seu território, e o Distrito Federal deverão fornecer à União as informações relacionadas à implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e ao disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º O benefício de que trata o **caput** deste artigo somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário seja responsável por mais de um espaço cultural.



Art. 10. Compreendem-se como espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, microempresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais sem fins lucrativos que tenham pelo menos 2 (dois) anos de funcionamento regular comprovado e que se dediquem a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

- I – pontos e pontões de cultura;
- II – teatros independentes;
- III – escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;
- IV – circos, inclusive itinerantes;
- V – cineclubes;
- VI – centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;
- VII – museus comunitários e centros de memória e patrimônio;
- VIII – bibliotecas comunitárias;
- IX – comunidades e povos indígenas e seus espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais;
- X – centros artísticos e culturais afro-brasileiros e cultura gospel;
- XI – comunidades quilombolas e seus espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais;
- XII – povos e comunidades tradicionais e seus espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais;
- XIII – teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;
- XIV – livrarias, editoras e sebos;
- XV – empresas de diversão e produção de espetáculos;
- XVI – estúdios de fotografia;
- XVII – produtoras de cinema e audiovisual;
- XVIII – ateliês de pintura, de moda, de **design** e de artesanato;
- XIX – galerias de arte e de fotografias;
- XX – feiras permanentes de arte e de artesanato;
- XXI – espaços de apresentação musical;
- XXII – espaços de literatura, de poesia e de literatura de cordel;
- XXIII – espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária e agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares;
- XXIV – outros espaços, ambientes, iniciativas e atividades artístico-culturais validados nos cadastros aos quais se refere o art. 9º desta Lei.

§ 1º Fica vedada a concessão do benefício a que se refere a alínea “b” do inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei a espaços, a ambientes e a iniciativas artístico-culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços, a ambientes e a iniciativas artístico-culturais vinculados a fundações, a institutos ou a



instituições criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas, a teatros e a casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

§ 2º Os espaços, os ambientes e as iniciativas artístico-culturais, as empresas culturais e as organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio previsto na alínea “b” do inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei ficam obrigados a garantir, como contrapartida, a realização, de forma gratuita, em intervalos regulares, de atividades destinadas aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, inclusive apresentações ao vivo com interação popular, podendo ser utilizados meios digitais, em cooperação e com planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.

Art. 11. O beneficiário do subsídio a espaços e a ambientes de que trata a alínea “b” do inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao Estado, ao Município ou ao Distrito Federal, conforme o caso, em até 180 (cento e oitenta) dias após o final do exercício financeiro em que se encerrou a aplicação dos recursos recebidos.

Parágrafo único. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal assegurarão ampla publicidade e transparência à prestação de contas de que trata este artigo.

Art. 12. Os recursos destinados conforme o disposto no art. 6º desta Lei serão executados pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal por meio do Fundo Nacional da Cultura (FNC) mediante editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais e de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas por meios telemáticos e digitais.

Art. 13. Para as medidas de que trata esta Lei, poderão ser utilizados como fontes de recursos:

- I – dotações consignadas na lei orçamentária anual e nos seus créditos adicionais;
- II – o superávit do FNC apurado em 31 de dezembro do exercício anterior;
- III – doações e legados nos termos da legislação vigente;
- IV – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- V – 3% (três por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e de loterias federais e similares cuja realização esteja sujeita a autorização federal, deduzido esse valor dos montantes destinados aos prêmios;
- VI – recursos provenientes da arrecadação da Loteria Federal da Cultura, a ser criada por lei específica;
- VII – reembolso das operações de empréstimo realizadas por meio do FNC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preservem o valor real e que contribuam para gerar o superávit referido no inciso II do **caput**;



VIII – retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos em empresas e em projetos culturais feitos com recursos do FNC;

IX – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

X – recursos provenientes da Cide-Jogos destinados à cultura;

XI – outras receitas que lhes vierem a ser destinadas.

Art. 14. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura é de responsabilidade das autoridades competentes nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

§ 1º No caso de inexistência de fundos de cultura estaduais e municipais aptos a receber os recursos federais de que trata esta Lei, o repasse será direcionado para estrutura definida pela autoridade competente de cada ente federativo receptor.

§ 2º É facultado o recebimento de repasses aos órgãos gestores de consórcios públicos intermunicipais quando os Municípios se associarem para receber os recursos federais respectivos por meio desse instrumento, considerado o cálculo referido no inciso II do **caput** do art. 8º desta Lei para a somatória dos recursos e da população dos Municípios consorciados.

§ 3º Em nenhum caso o repasse de recursos obriga à celebração, com a União, de convênio, de contrato de repasse ou de outro instrumento congênere do ente federativo receptor ou do órgão gestor do consórcio público intermunicipal.

§ 4º A autoridade federal competente disporá sobre os procedimentos operacionais e os mecanismos de repasse, de contrapartidas e de elaboração e divulgação das prestações de contas referentes à utilização dos recursos de que trata esta Lei.

Art. 15. No que se refere à prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura, deve ser observado o seguinte:

I – o cumprimento do objeto consiste na entrega do produto cultural, conforme descrito na proposta aprovada, mediante entrega e aprovação de relatório de execução do objeto cultural, admitidos todos os meios que comprovem sua efetiva realização;

II – fica vedado ao poder público condicionar autorização para captação de recursos incentivados referentes a novos projetos culturais e audiovisuais à conclusão de quaisquer análises de prestações de contas de outros projetos;

III – reaberturas, reanálises e quaisquer outros procedimentos administrativos de desarquivamento referentes a prestações de contas já concluídas e consideradas regulares, aprovadas ou outras manifestações equivalentes, por parte do poder público competente, somente poderão ser efetuados, uma única vez, em até 2 (dois) anos após o encerramento da referida prestação de contas;

IV – fica vedada a aplicação de normas regulamentares posteriores à data de encerramento definitivo de prestação de contas de projetos culturais e audiovisuais, mesmo quando haja eventual reabertura, reanálise ou quaisquer procedimentos administrativos de desarquivamento de prestação de contas;



V – ato ou omissão de gestor do Poder Executivo que caracterize desídia ou descaso em relação à análise de prestação de contas de projeto cultural ou audiovisual isenta os proponentes de vedações, de inhabilitações ou de quaisquer outras sanções decorrentes da prestação de contas desses projetos específicos.

Art. 16. A autoridade federal responsável pelo setor da cultura definirá as diretrizes gerais para a aplicação dos recursos oriundos desta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, o disposto nos arts. 6º, 7º e 13 desta Lei terá vigência por 5 (cinco) anos.



Publicação da Mensagem do Presidente da República nº 213 de 2022, em 5 de maio de 2022, **recebida no mesmo dia**, que comunica as razões do veto **total** aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2015 (nº 2.114/2011, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera (Lei Orlando Brito)". (**Veto nº 21 de 2022**)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 3 de junho de 2022**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 21, DE 2022

Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2015 (nº 2.114/2011, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera (Lei Orlando Brito)".

Mensagem nº 213 de 2022, na origem
DOU de 05/05/2022

Recebido o veto no Senado Federal: 05/05/2022
Sobrestando a pauta a partir de: 04/06/2022

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 12/05/2022



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 213

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 141, de 2015 (Projeto de Lei nº 2.114, de 2011, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera (Lei Orlando Brito)”.

Ouvidos, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Economia manifestaram-se pelo veto ao Projeto de Lei pelas seguintes razões:

“A proposição legislativa estabelece a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera.

Todavia, a proposição legislativa incorre em contrariedade ao interesse público, ao instituir o benefício fiscal de caráter não geral, sem apresentar a estimativa trienal do impacto para o exercício do início da vigência dos benefícios e para os dois anos seguintes, tampouco as medidas compensatórias necessárias, as metas e os objetivos que designariam o órgão gestor responsável por seu acompanhamento. Dessa forma, o benefício acarretaria renúncia de receita, em violação ao art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 124, no art. 125 e nos incisos II e III do **caput** do art. 136 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Ademais, há contrariedade ao interesse público, uma vez que a isenção de imposto de importação de produto abrangido pela Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM que não esteja grafado como Bens de Informática e Telecomunicações - BIT e Bens de Capital - BK e que não esteja amparado por outro mecanismo de exceção à Tarifa Externa Comum - TEC poderia constituir violação das regras do Mercosul, passível de contestação pelos Estados partes do bloco. Nesse sentido, apenas alguns dos produtos



classificados sob os códigos 90.02, 90.06, 90.07 e 90.10 estariam abrangidos pela Decisão do Conselho do Mercado Comum de nº 08/2002.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de maio de 2022.

Jair Bolsonaro



PROJETO VETADO:

Projeto de Lei da Câmara nº 141 de 2015

(nº 2.114/2011, na Casa de origem)

Dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera (Lei Orlando Brito).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos da incidência do Imposto de Importação (II), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/Pasep-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação) os equipamentos e materiais importados para uso exclusivo no exercício das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera.

§ 1º As isenções previstas no **caput** deste artigo somente serão concedidas aos equipamentos e materiais que não tenham similar nacional.

§ 2º A aquisição dos equipamentos de que trata o **caput** deste artigo, em conjunto ou isoladamente, obedecerá ao limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ficando o beneficiário da isenção obrigado a permanecer de posse do equipamento adquirido pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

§ 3º Em caso de acidente, extravio, perda, furto ou roubo, equipamento idêntico poderá ser adquirido com o benefício previsto no **caput** nos termos e condições estipulados em ato do Poder Executivo.

Art. 2º Os equipamentos e materiais fotográficos e cinematográficos a que esta Lei se refere são aqueles classificados sob os códigos 90.02, 90.06, 90.07 e 90.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Art. 3º Sem prejuízo de outras exigências previstas em regulamento, o beneficiário da isenção de que trata esta Lei deverá atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação do exercício da profissão de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista ou operador de câmera, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) regularmente assinada, contrato de trabalho ou, se servidor público, mediante certidão expedida pelo departamento de pessoal do órgão ao qual é vinculado ou, ainda, em caso de prestador de serviço autônomo ou prestador de serviço



pessoa jurídica, respectivamente, apresentação da inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e recolhimento da contribuição previdenciária, ou o contrato social da empresa e recolhimento da contribuição previdenciária;

II – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;

III – atestado de inexistência de produção nacional (não similaridade);

IV – declaração à Receita Federal do Brasil de que destinará o equipamento exclusivamente ao uso próprio e ao exercício das atividades de que trata o **caput** do art. 1º.

Art. 4º O não atendimento aos requisitos estabelecidos nesta Lei importará ao responsável pelo fato o pagamento dos impostos dispensados acrescido de juros de mora e atualizado na forma da legislação tributária.

Art. 5º O Poder Executivo, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 5º e nos arts. 14 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estimará o montante de renúncia da receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária anual.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implantado o disposto neste artigo.

Art. 6º O benefício de que trata esta Lei vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Publicação da Mensagem do Presidente da República nº 214 de 2022, em 5 de maio de 2022, **recebida no mesmo dia**, que comunica as razões do veto **total** aposto ao Projeto de Lei nº 2.753, de 2021, que "Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade".
(Veto nº 22 de 2022)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 3 de junho de 2022**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 22, DE 2022

Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 2.753, de 2021, que "Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade".

Mensagem nº 214 de 2022, na origem
DOU de 05/05/2022

Recebido o veto no Senado Federal: 05/05/2022
Sobrestando a pauta a partir de: 04/06/2022

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 12/05/2022



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 214

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 2.753, de 2021, que “Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade”.

Ouvido, o Ministério da Saúde manifestou-se pelo veto ao Projeto de Lei pelas seguintes razões:

“A proposição legislativa dispõe sobre a alteração da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade.

Durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, as instituições de saúde encontravam dificuldade para cumprir as metas estipuladas, tendo em vista a pandemia da **covid-19**, em razão da qual tiveram que adotar rigoroso protocolo para resguardar a segurança dos pacientes e colaboradores no atendimento e na assistência em saúde e canalizar todos os esforços para o enfrentamento da emergência de saúde pública.

Nesse sentido, com a intenção de minimizar os impactos resultantes da pandemia, foi suspensa a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do SUS.

Entretanto, com a edição da Portaria nº 913, de 22 de abril de 2022, que declarou o encerramento da ESPIN em decorrência da **covid-19**, a qual entrará em vigor em 22 de maio de 2022, não será necessária nova prorrogação.



É dever da administração pública atuar na gestão e na fiscalização do cumprimento das referidas metas pelos Estados e pelos Municípios, os quais voltarão a receber os repasses de recursos em conformidade com o cumprimento e deixarão de percebê-los em sua integralidade em razão de eventual descumprimento.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de maio de 2022.

Jair Bolsonaro



PROJETO VETADO:

Projeto de Lei nº 2.753 de 2021

Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar até 30 de junho de 2022 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade.

Art. 2º O **caput** do art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica prorrogada até 30 de junho de 2022, a partir de 1º de março de 2020, a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhes, na sua integralidade, os repasses dos valores financeiros contratualizados.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



EMENDAS CONSTITUCIONAIS



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120

Acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11:

“Art. 198.

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às



endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 5 de maio de 2022.



Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Arthur Lira
Presidente

Deputado Marcelo Ramos
1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar
1º Secretário

Deputada Marília Arraes
2ª Secretária

Deputada Rose Modesto
3ª Secretária

Deputada Rosângela Gomes
4ª Secretária

Mesa do Senado Federal

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo
1º Vice-Presidente

Senador Romário
2º Vice-Presidente

Senador Irajá
1º Secretário

Senador Elmano Férrer
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho
3º Secretário

Senador Weverton
4º Secretário



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 121

Altera o inciso IV do § 2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso IV do § 2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 2º

IV - relativos ao regime especial estabelecido nos termos do art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, às áreas de livre comércio e zonas francas e à política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores, na forma da lei;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 10 de maio de 2022.



Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Arthur Lira
Presidente

Deputado Marcelo Ramos
1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar
1º Secretário

Deputada Marília Arraes
2ª Secretária

Deputada Rose Modesto
3ª Secretária

Deputada Rosângela Gomes
4ª Secretária

Mesa do Senado Federal

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo
1º Vice-Presidente

Senador Romário
2º Vice-Presidente

Senador Irajá
1º Secretário

Senador Elmano Férrer
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho
3º Secretário

Senador Weverton
4º Secretário



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Celso Sabino (UNIÃO-PA)

Designação: 01/07/2021

Designação: 04/05/2022

Instalação: 07/07/2021

Instalação: 04/05/2022

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO	1. Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE
Marcelo Castro - MDB/PI	2. Giordano - MDB/SP
Eliane Nogueira - PP/PI	3. Mailza Gomes - PP/AC
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Marcos do Val - PODEMOS/ES	1. Jorge Kajuru - PODEMOS/GO
Plínio Valério - PSDB/AM	2. VAGO
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Irajá - PSD/TO	1. Sérgio Petecão - PSD/AC
Alexandre Silveira - PSD/MG	2. Daniella Ribeiro - PSD/PB
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB)	
Fabiano Contarato - PT/ES	1. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar União Cristã (PSC, UNIÃO)	
Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL	1. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Carlos Viana - PL/MG	1. Marcos Rogério - PL/RO
PDT	
VAGO	1. VAGO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
UNIÃO	
Celso Sabino - PA ⁽⁵⁾	1. Bilac Pinto - MG ⁽⁵⁾
Delegado Waldir - GO ⁽⁵⁾	2. Carla Dickson - RN ⁽⁵⁾
Felipe Francischini - PR ⁽⁵⁾	3. Carlos Henrique Gaguim - REPUBLICANOS/TO ⁽⁵⁾
General Peternelli - SP ⁽⁵⁾	4. Fábio Henrique - SE ⁽⁵⁾
Hélio Leite - PA ⁽⁵⁾	5. Julian Lemos - PB ⁽⁵⁾
PT	
Enio Verrri - PR ⁽¹⁰⁾	1. Nilto Tatto - SP ⁽¹⁰⁾
Paulo Pimenta - RS ⁽¹⁰⁾	2. Paulo Guedes - MG ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	3. VAGO
PP	
Cacá Leão - BA	1. Jaqueline Cassol - RO
Aj Albuquerque - CE	2. Angela Amin - SC
Félix Mendonça Júnior - PDT/BA ⁽¹⁵⁾	3. Claudio Cajado - BA
PL	
João Maia - RN	1. Gurgel - RJ
Zé Vitor - MG	2. VAGO
PSD	
Edilázio Júnior - MA	1. Charles Fernandes - BA
Leandre - PR	2. Sérgio Brito - BA
MDB	
Carlos Chiodini - SC	1. Emanuel Pinheiro Neto - MT
José Priante - PA	2. Giovanni Feltes - RS
REPUBLICANOS	
Roberto Alves - SP ⁽¹³⁾	1. Julio Cesar Ribeiro - DF
Cleber Verde - MA	2. Amaro Neto - ES
PSB	
Danilo Cabral - PE ⁽³⁾	1. Elias Vaz - GO ⁽³⁾
Bira do Pindaré - MA ⁽³⁾	2. VAGO
PSDB	
Beto Pereira - MS ^(8,9)	1. Samuel Moreira - SP
Luiz Carlos - AP ^(8,9)	2. VAGO
PDT	
Mauro Benevides Filho - CE ⁽¹²⁾	1. VAGO
PSC, PTB	
Euclides Pettersen - PSC/MG	1. Ruy Carneiro - PSC/PB ⁽¹⁴⁾
CIDADANIA, NOVO, PV	
Marcel Van Hattem - NOVO/RS ⁽¹¹⁾	1. Rubens Bueno - CIDADANIA/PR ⁽¹¹⁾



TITULARES	SUPLENTE
SOLIDARIEDADE	
Zé Silva - MG ⁽⁴⁾	1. Lucas Vergílio - GO ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Tiago Dimas - SOLIDARIEDADE/TO ⁽⁶⁾	1. Ricardo Teobaldo - PE ⁽⁶⁾
PROS	
Aline Sleutjes - PR ⁽⁷⁾	1. Dra. Vanda Milani - SOLIDARIEDADE/AC ⁽⁷⁾
PSOL	
VAGO	1. VAGO
AVANTE ^(1,2)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. Designados como membros titulares os Deputados Danilo Cabral e Bira do Pindaré; e, como membro suplente, o Deputado Elias Vaz, conforme Ofício 3/2022 da Liderança do PSB.
4. Designado os Deputados Zé Silva como titular e o Deputado Lucas Vergílio como suplente, de acordo com o Ofício 23 do Solidariedade.
5. Designados como titulares os Deputados Celso Sabino, Delegado Waldir, Felipe Francischini, General PETERNELLI e Hélio Leite e, como suplentes, os Deputados Bilac Pinto, Carla Dickson, Carlos Henrique Gaguim, Fábio Henrique e Julian Lemos, conforme Ofício n° 7/2022 da Liderança do União.
6. Designados o Deputado Tiago Dimas, como titular, e o Deputado Ricardo Teobaldo, como suplente, conforme Ofício n° 27/2022 da Liderança do PODEMOS.
7. Designadas as Deputadas Aline Sleutjes, como titular, e Dra. Vanda Milani, como titular, conforme Of. n° 15/2022 da Liderança do PROS.
8. Designados os Deputados Beto Pereira e Luiz Carlos, como membros titulares, e Deputado Samuel Moreira, como suplente, conforme Of. n° 98/2022 da Liderança do PSDB.
9. Designados os Deputados Beto Pereira e Luiz Carlos, como membros titulares, e Deputado Samuel Moreira, como suplente, conforme Of. n° 98/2022 da Liderança do PSDB.
10. Designados como titulares os Deputados Enio Verri, Paulo Pimenta e Rui Falcão e, como suplentes, os Deputados Nilto Tatto e Paulo Guedes, conforme Of. S/N da Liderança do PT.
11. Designado como titular o Deputado Marcel van Hattem e, como suplente, o Deputado Rubens Bueno, conforme Ofício n° 57/2022 da Liderança do Cidadania.
12. Designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, conforme Ofício S/N da Liderança do PDT.
13. Designados como titulares os Deputados Roberto Alves e Cleber Verde e, como suplentes, os Deputados Júlio César Ribeiro e Amaro Neto, conforme Ofício n° 25/2022 do Republicanos.
14. Designado como titular o Deputado Euclides Pettersen e, como suplente, o Deputado Ruy Carneiro, conforme Of. n° 4/2022 da Liderança do PSC.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Fernando Monteiro, conforme Ofício nº8/2022/LidPP.



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira**E-mail:** cocm@senado.leg.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

Instalação: 29/06/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Diego Andrade (PSD/MG)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado Alencar Santana (PT/SP)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ^(6,9)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) ^(4,8)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE) ^(2,7)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))
- Designado o Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade/PE) para a vaga destinada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 30.4.2021, conforme Ofício nº 22/2021 da CRREDN-CD. ([DCN de 06/05/2021, p. 41](#))
- Designado o Deputado Orlando Silva (PCdoB) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2021, conforme Ofício nº 29/2021 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 12/08/2021, p. 428](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 17.8.2021, conforme Ofício nº 11/2021 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 19/08/2021, p. 9](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Dário Berger - PSB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
PDT/CIDADANIA/REDE ⁽¹⁾ (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - UNIÃO/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - UNIÃO/PB ⁽³⁾
PT	
Reginaldo Lopes - MG ^(3,9,12,13)	1. Benedita da Silva - RJ ^(3,11,12)
PSB ⁽²⁾	
Liziane Bayer - REPUBLICANOS/RS ^(3,8,10)	1. Pastor Eurico - PL/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT. ([DCN de 19/03/2020, p. 18](#))
10. Designada, como titular, a Deputada Liziane Bayer(PSB), conforme Ofício nº 8/2021 da Liderança do PSB. ([DCN de 19/08/2021, p. 6](#))
11. Designada, como suplente, a Deputada Benedita da Silva (PT), conforme Ofício nº SN/2021 da Liderança do PT. ([DCN de 09/09/2021, p. 6](#))
12. Designada como titular a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Reginaldo Lopes, que passa à condição de suplente. (Of. SN/2021 da Liderança do PT) ([DCN de 16/09/2021, p. 8](#))
13. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes e, como suplente, a Deputada Benedita da Silva, conforme Ofício S/N-GAB da Liderança do PT na Câmara dos Deputados. ([DCN de 09/12/2021, p. 7](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritchuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - UNIÃO/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL ⁽³⁾	1. Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽³⁹⁾
Soraya Thronicke - UNIÃO/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(5,38)	1. Weverton - PDT/MA ^(6,38)
Fabiano Contarato - PT/ES ^(5,38)	2. Leila Barros - PDT/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Marcos Rogério - PL/RO ^(9,42)	1. Jayme Campos - PL/SC ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Coronel Armando - PL/SC ^(17,30,34)	1. Heitor Freire - UNIÃO/CE ^(16,22,24,34)
Bibo Nunes - PL/RS ^(16,21,34)	2. Marcos Pereira - REPUBLICANOS/SP ^(15,43)



TITULARES	SUPLENTE
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - UNIÃO/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovani Cherini - PL/RS
Paulo Vicente Caleffi (40)	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PL/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - UNIÃO/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG (41)	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Rodrigo de Castro - UNIÃO/MG (44)	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - UNIÃO/SP	13. Pedro Lupion - PP/PR
Wilson Santiago - REPUBLICANOS/PB (29,33)	14. Maurício Dziedricki - PODEMOS/RS (35)
VAGO (19,28)	15. Bruna Furlan - PDT/RJ
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO (36)	2. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ (36)
Bacelar - PV/BA	3. Roberto de Lucena - REPUBLICANOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PL/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. VAGO (18)
Fernanda Melchionna - PSOL/RS (32,37)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
PTC (10)	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PL/MG (23)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

**. A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/08/2021, p. 422](#))
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 845](#))
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 377/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 846](#))
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 19/12/2019, p. 262](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2020 da Liderança do PP. ([DCN de 09/04/2020, p. 229](#))
32. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))
33. 18/03/2021: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago (PTB), em substituição ao Deputado Paes Landim (PTB), em 18.03.2021, conforme Ofício nº 26/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 25/03/2021, p. 6](#))
34. 19/03/2021: Designados, como membros titulares, os Deputados Coronel Armando (PSL) e Bibo Nunes (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Heitor Freire (PSL); e como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL) em substituição ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 19.03.2021, conforme Ofício nº 51/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 25/03/2021, p. 8](#))
35. 31/03/2021: Designado, como suplente, o Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em substituição ao Deputado Santini (PTB), conforme Ofício nº 32/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 01/04/2021, p. 189](#))
36. 14/04/2021: Designado, como titular, o Deputado Lucas Vergílio (Solidariedade), em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade), e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade) em substituição ao Deputado Tiago Dimas (Solidariedade), conforme Ofício nº 20/2021 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 15/04/2021, p. 6](#))
37. 14/04/2021: Designada a Deputada Fernanda Melchionna como titular, em substituição à Deputada Sâmia Bomfim. Ofício nº 34/2021 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/04/2021, p. 7](#))
38. 15/04/2021: Designados, como membros titulares, os Senadores Eliziane Gama e Fabiano Contarato, em substituição aos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Marcos do Val, e, como suplente, o Senador Weverton, em substituição ao Senador Flávio Arns, conforme ofício nº 019/2021/GSEGAMA. ([DCN de 22/04/2021, p. 207](#))
39. 04/05/2021: Designado, como membros suplente, o Senador Marcos do Val, conforme ofício nº 041/2021/GLPODEMOS. ([DCN de 06/05/2021, p. 42](#))
40. 05/05/2021: Designado o Deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS), como titular, em substituição ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS). Ofício nº 54/2021 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/05/2021, p. 43](#))
41. 08/07/2021: Designado o Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), como titular, em substituição ao Deputado Vinicius Farah (MDB-RJ). Ofício nº 232/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 15/07/2021, p. 112](#))
42. 20/10/2021: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 28/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 21/10/2021, p. 28](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP), em 18.11.2021, conforme Ofício nº 213/21-LID PSL. ([DCN de 18/11/2021, p. 74](#))
44. 27/01/2022: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Lucas Redecker. (Of. 1/2022 da Liderança do PSDB-CD).



Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefone(s): 3216-6871
E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Bruna Furlan (-)

RELATOR: Deputado Túlio Gadêlha (REDE-PE)

Designação: 27/11/2019

Instalação: 14/09/2021

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
VAGO ^(17,18)	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁷⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁷⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(2,24,28)	3. VAGO
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾
VAGO ^(5,21)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹³⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Lucas Barreto - AP ^(6,20,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Chico Rodrigues - UNIÃO/RR ⁽²⁵⁾	1. VAGO
PODEMOS	
Flávio Arns - PR ⁽²⁶⁾	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁶⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾	1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾
PSL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PL/SP ⁽¹⁹⁾	1. VAGO
PSD	
Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾	1. Rrenato Queiroz - RR ⁽²⁹⁾
PL	
VAGO ^(10,27)	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR ⁽²²⁾	1. VAGO
PSDB	
Bruna Furlan ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Luis Miranda - REPUBLICANOS/DF ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PDT	
Túlio Gadêlha - REDE/PE ⁽¹²⁾	1. Silvia Cristina - PL/RO ⁽¹²⁾
PODEMOS ⁽¹⁾	
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁵⁾	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 28/11/2019, p. 151](#))
3. Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente. ([DCN de 28/11/2019, p. 152](#))
4. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 153](#))
5. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL). ([DCN de 28/11/2019, p. 154](#))
6. Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 156](#))
7. Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB. ([DCN de 28/11/2019, p. 157](#))
8. Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 28/11/2019, p. 158](#))
9. Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 159](#))
10. Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 28/11/2019, p. 160](#))
11. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 161](#))



12. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Sílvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 28/11/2019, p. 163](#))
13. Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 28/11/2019, p. 155](#))
14. Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 28/11/2019, p. 162](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
16. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
18. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
20. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
21. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 05/03/2020, p. 444](#))
22. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS. ([DCN de 12/03/2020, p. 323](#))
23. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))
24. 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 01/10/2020, p. 13](#))
25. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues. (Of. 21/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 02/09/2021, p. 6](#))
26. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Flávio Arns, se retirando da vaga do Bloco PDT/CIDADANIA/REDE. (Of. 52/2021 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 02/09/2021, p. 7](#))
27. 14/09/2021: Desligado como titular o Deputado Marcio Alvino. (Of. 116/2021 da Liderança do PL) ([DCN de 16/09/2021, p. 7](#))
28. Vago em virtude do retorno do titular.
29. 25-04-2022: Designado o Deputado Rrenato Queiroz (PSD RR), como suplente, conforme Ofício 46 de 2022.

Secretário: Ricardo Moreira Maia

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM (2,20,78)	1. VAGO (2,20)
Eduardo Gomes - PL/TO (2)	2. Luiz Carlos do Carmo - PSC/GO (2)
VAGO (2,78)	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (2)
Esperidião Amin - PP/SC (35,75)	4. Eliane Nogueira - PP/PI (36,75,77)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Alessandro Vieira - PSDB/SE (3,76)	1. Fabiano Contarato - PT/ES (4)
VAGO (3,19)	2. VAGO (4)
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA (3,28,47,76)	3. VAGO (4,28,38)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Roberto Rocha - PTB/MA (25)	1. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (37)
Soraya Thronicke - UNIÃO/MS (30,48)	2. VAGO (30)
PSD	
Angelo Coronel - BA (5)	1. Otto Alencar - BA (5)
Nelsinho Trad - MS (5)	2. Irajá - TO (5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB)	
VAGO (6,22)	1. VAGO (6,22,72)
Jean Paul Prates - PT/RN (6,72)	2. Telmário Mota - PROS/RR (6,31)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Chico Rodrigues - UNIÃO/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,39,52)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁵²⁾	2. Zequinha Marinho - PL/PA ⁽⁵²⁾
PODEMOS	
VAGO ⁽²¹⁾	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PCdoB/MA ^(49,63)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PDT/RJ ⁽⁵⁴⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽⁴¹⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽⁴¹⁾
PT	
Luizianne Lins - CE ^(10,29)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,29)
PSL	
Caroline de Toni - PL/SC ^(11,50,56,66,67,69,70,71,73,74)	1. Carlos Jordy - PL/RJ ^(11,40,64,66,67,71,73,74)
Filipe Barros - PL/PR ^(11,53,56,66,67,71,74)	2. VAGO ^(11,55,56,62,66,67,71,74)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PL/PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PL/RJ ^(42,60)
PL	
Marcelo Ramos - PSD/AM ⁽⁴⁵⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,45)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,32)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,27,32)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁴⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,46,61)	1. Shéridan - RR ^(58,61)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - UNIÃO/BA ^(17,33)	1. Elmar Nascimento - UNIÃO/BA ^(17,57,65)
PDT	
Túlio Gadêlha - REDE/PE ⁽²³⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(26,59)
PODEMOS	
José Nelto - PP/GO ^(24,51,68)	1. José Medeiros - PL/MT ^(43,51)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,44)

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).

2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 91](#))

3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania. ([DCN de 22/08/2019, p. 92](#))
4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 22/08/2019, p. 93](#))
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 22/08/2019, p. 94](#))
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 22/08/2019, p. 95](#))
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 96](#))
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 97](#))
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 22/08/2019, p. 100](#))
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 22/08/2019, p. 101](#))
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD. ([DSF de 22/08/2019, p. 102](#))
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 22/08/2019, p. 103](#))
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 104](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 22/08/2019, p. 105](#))
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 106](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 22/08/2019, p. 107](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 22/08/2019, p. 108](#))
19. Desligado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE), em virtude de renúncia, conforme Ofício nº 191/2021 do Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues (GSRROD). ([DCN de 22/04/2021, p. 209](#))
20. Desligados os Senadores Eduardo Braga (MDB/AM) e Renan Calheiros (MDB/AL), conforme Ofício nº 56/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 29/04/2021, p. 8](#))
21. Desligado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão (PODEMOS), conforme Ofício nº 38/2021 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/04/2021, p. 7](#))
22. Desligados os Senadores Humberto Costa (PT/PE) e Rogério Carvalho (PT/SE), conforme Ofício nº 22/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 29/04/2021, p. 6](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
24. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
25. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
27. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
28. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
29. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
30. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
31. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
32. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
34. Designado, como membro suplente, o Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
35. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
36. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
37. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))



38. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
39. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 12/08/2021, p. 425](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))
46. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan (PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP). (Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
47. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
48. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juíza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
50. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of. 395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
51. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
52. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of. 071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
53. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
54. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
55. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
56. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
57. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
60. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
61. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
62. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
63. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
64. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
65. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
66. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
67. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/12/2019, p. 261](#))
68. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
69. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros. (Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
70. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 443](#))



71. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 326](#))

72. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática. ([DCN de 23/04/2020, p. 7](#))

73. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/06/2020, p. 83](#))

74. Designados, como membros titulares, os Deputados Caroline de Toni e Filipe Barros, em substituição aos Deputados Joice Hasselmann e Nereu Crispim; designado, como suplente, os Deputados Carlos Jordy, em substituição aos Deputados Bozzella; e o Deputado Heitor Freire deixa de compor a comissão como suplente, em 25.03.2021, conforme Ofício nº 63/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 01/04/2021, p. 187](#))

75. Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin (Progressistas), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Progressistas), que passa à condição de suplente, em 29.4.2021, conforme Ofício nº 21/2021 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 06/05/2021, p. 40](#))

76. Designados, como membros titulares, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama, em substituição aos Senadores Katia Abreu e Veneziano Vital do Rêgo, em 23.6.2021, conforme Memorando nº 30/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 24/06/2021, p. 7](#))

77. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliane Nogueira (PP), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP), em 09.08.2021, conforme Ofício nº 36/2021 da Liderança do PP. ([DCN de 12/08/2021, p. 8](#))

78. Designado, como titular, o Senador Eduardo Braga, em cargo vago, e desligado, o Senador do Luiz do Carmo, conforme Ofício nº 11/2022, da Liderança do MDB.

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

Telefone(s): 3303-3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

PRESIDENTE

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Romário (PL-RJ)

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º SECRETÁRIO

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª SECRETÁRIA

Senador Weverton (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p style="text-align: center;">Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Romário (PL-RJ) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Irajá (PSD-TO) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Elmano Férrer (PP-PI) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Rogério Carvalho (PT-SE) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Weverton (PDT-MA) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)</p> <p>2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)</p> <p>3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)</p> <p>4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)</p>	<p style="text-align: center;">Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marcelo Ramos (PSD -AM) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André de Paula (PSD -PE) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Luciano Bivar (UNIÃO -PE) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Marília Arraes (PT -PE) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Rose Modesto (PSDB -MS) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Rosângela Gomes (REPUBLIC -RJ) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Eduardo Bismarck (PDT -CE)</p> <p>2º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP)</p> <p>3º - Deputado(a) Alexandre Leite (UNIÃO -SP)</p> <p>4º - Deputado(a) Cássio Andrade (PSB -PA)</p>



CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
MDB VAGO
PDT VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
- Deputado Arthur Lira (PP/AL)	- Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)
1º Vice-Presidente Deputado Marcelo Ramos (PSD/AM)	1º Vice-Presidente Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)
2º Vice-Presidente Deputado André de Paula (PSD/PE)	2º Vice-Presidente Senador Romário (PL/RJ)
1ª Secretária Deputado Luciano Bivar (UNIÃO/PE)	1º Secretário Senador Irajá (PSD/TO)
2º Secretário Deputada Marília Arraes (PT/PE)	2º Secretário Senador Elmano Férrer (PP/PI)
3º Secretário Deputada Rose Modesto (PSDB/MS)	3º Secretário Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
4º Secretário Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ)	4º Secretário Senador Weverton (PDT/MA)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputada Bia Kicis (PL/DF)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social**Lei nº 8.389, de 1991,****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.****Eleição Geral: 05/06/2002****Eleição Geral: 22/12/2004****Eleição Geral: 17/07/2012****Eleição Geral: 08/07/2015****Eleição Geral: 03/03/2020**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 09/03/2020

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

<p style="text-align: center;">Líder do Governo</p> <p>Senador Eduardo Gomes - PL / TO</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Senador Flávio Bolsonaro - PL / RJ</p> <p>Senador Marcio Bittar - UNIÃO / AC</p> <p>Senador Sérgio Petecão - PSD / AC</p> <p>Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP</p> <p>Deputado Claudio Cajado - PP / BA</p> <p>Deputado Pedro Lupion - PP / PR</p> <p>Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP</p> <p>Deputado Eros Biondini - PL / MG</p> <p>Deputada Aline Sleutjes - PROS / PR</p> <p>Deputado Rogério Peninha Mendonça - MDB / SC</p> <p>Deputado Cezinha de Madureira - PSD / SP</p> <p>Deputado Hiran Gonçalves - PP / RR</p> <p>Senadora Soraya Thronicke - UNIÃO / MS</p> <p>Deputado Aluisio Mendes - PSC / MA</p> <p>Deputado João Carlos Bacelar - PL / BA</p> <p>Senador Jorginho Mello - PL / SC</p>	<p style="text-align: center;">Líder da Maioria</p> <p>Deputado Aguinaldo Ribeiro - PP / PB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Deputado Carlos Henrique Gaguim - REPUBLICANOS / TO</p> <p>Senadora Daniella Ribeiro - PSD / PB</p> <p>Deputado Delegado Pablo - UNIÃO / AM</p>	<p style="text-align: center;">Líder da Minoria</p> <p>Deputado Afonso Florence - PT / BA</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Senador Jean Paul Prates - PT / RN</p> <p>Deputada Professora Rosa Neide - PT / MT</p> <p>Deputado Odair Cunha - PT / MG</p>
---	--	---



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

